

UFRRJ
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - IM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO,
CULTURA E SOCIEDADE - PPGPACS

DISSERTAÇÃO

A LUTA PELA SALVAGUARDA DA CAPOEIRA NO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO: VISÃO DE UM MESTRE

PAULO HENRIQUE MENEZES DA SILVA

2020



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - UFRRJ
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - IM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO, CULTURA
E SOCIEDADE - PPGPACS**

**A LUTA PELA SALVAGUARDA DA CAPOEIRA NO ESTADO DO RIO
DE JANEIRO: VISÃO DE UM MESTRE**

PAULO HENRIQUE MENEZES DA SILVA

Sob a Orientação do Professor Doutor
Otair Fernandes de Oliveira

Dissertação submetida como requisito
parcial para obtenção do grau de
**Mestre em Patrimônio, Cultura e
Sociedade**, no Curso de Pós-Graduação
em Patrimônio, Cultura e Sociedade.

Nova Iguaçu, RJ
Novembro de 2020

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S5861 Silva, Paulo Henrique Menezes da, 1965-
A luta pela salvaguarda da capoeira no estado do
Rio de Janeiro: visão de um mestre / Paulo Henrique
Menezes da Silva. - Niterói, 2020.
327 f.: il.

Orientador: Otair Fernandes de Oliveira.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em
Patrimônio, Cultura e Sociedade - PPGPACS, 2020.

1. Salvaguarda da Capoeira. 2. Ofício dos Mestres
de Capoeira. 3. Roda de Capoeira. 4. Patrimônio
Cultural. 5. Direitos Culturais. I. Oliveira, Otair
Fernandes de, 1961-, orient. II Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em
Patrimônio, Cultura e Sociedade - PPGPACS III. Título.

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001”

“This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) Finance Code 001”



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO, CULTURA E
SOCIEDADE



ATA Nº 3561/2020 - PPGPACS (12.28.01.00.00.00.22)

Nº do Protocolo: 23083.063669/2020-97

Seropédica-RJ, 01 de dezembro de 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO CULTURA E SOCIEDADE

Paulo Henrique Menezes da Silva

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade (PPGPACS), no Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, como requisito parcial à obtenção do título de **Mestre em Patrimônio, Cultura e Sociedade**. Área de concentração Patrimônio Cultural: Memória, Identidades e Sociedade.

Dissertação *defendida e aprovada* pela Comissão Examinadora em 27/11/2020.

Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas.

Nova Iguaçu - RJ, novembro de 2020.

(Assinado digitalmente em 01/12/2020 16:16)

OTAIR FERNANDES DE OLIVEIRA

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

DeptES (12.28.01.00.00.86)

Matrícula: 1491734

(Assinado digitalmente em 02/12/2020 18:00)

RAQUEL ALVITOS PEREIRA

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

DeptH/IM (12.28.01.00.00.88)

Matrícula: 1862824

(Assinado digitalmente em 02/12/2020 13:43)

LUIZ RENATO VIEIRA

ASSINANTE EXTERNO

(Assinado digitalmente em 01/12/2020 19:32)

LUÍS CLÁUDIO DE OLIVEIRA

ASSINANTE EXTERNO

(Assinado digitalmente em 01/12/2020 15:22)

ROSÂNGELA JANJA COSTA ARAUJO

ASSINANTE EXTERNO

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus que tem sustentado as minhas forças, fazendo com que eu supere todos os obstáculos. Agradeço à minha Ancestralidade Africana (representadas aqui por Dandara Bambula, Zumbi dos Palmares, Luíza Mahin, Luis Gama), aos meus avós Quirino Antunes da Silva e Maria da Silva Albino que muito contribuíram para o ser humano que sou hoje. A minha mãe Terezinha Menezes da Silva (*in Memoriam*), amor da minha vida e a quem dedico todas as conquistas alcançadas. Ao meu pai Nelson Menezes da Silva e a minha irmã Cátia Cilene Menezes da Silva e meu irmão Jorge Antonio Menezes da Silva. As minhas filhas Esteffane Odhara, Paloma Menezes, Mariana Solano, Ana Sofia e Isabela Helena. Ao meu filho João Vitor, com o carinho e amor do seu pai. Pra você Rosi, um carinho especial por tudo que tens feito. Você é um presente de Deus para nossa família. Te amo. A todos os mestres e mestras de capoeira, em especial ao Mestre Formiga (Odinei Nascimento Costa) por ter me iniciado no mundo da Capoeira e ao Mestre Machado (José Machado dos Santos) que com sua forma baiana de ensinar, moldou o que sou hoje na arte afro-brasileira da capoeiragem. Ao meu amigo Jorge Fontes (Mestre Jorginho - *in Memoriam*). Enfim, agradeço a todas as pessoas que me ajudaram e me apoiaram neste momento tão importante de minha vida.

AGRADECIMENTOS

Quero primeiramente agradecer a Deus, pois ele tem sido a força que preciso para vencer os obstáculos.

À minha família pelo sacrifício com minhas ausências para que eu pudesse continuar me qualificando.

À Turma 2018.1 do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade do Instituto Multidisciplinar da UFRRJ, em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense.

A Luciane Barbosa de Souza, que contribuiu bastante esclarecendo algumas dúvidas em relação a minha pesquisa.

Ao meu Orientador, Professor Doutor Otair Fernandes de Oliveira.

Ao meu amigo e Professor Doutor Luís Cláudio de Oliveira, grande incentivador desta etapa de minha vida.

Ao Professor Doutor e Mestre de Capoeira Luiz Renato Vieira, sempre atencioso em atender as minhas demandas, que não foram poucas.

Aos Professores Doutores Amauri Mendes Pereira (UFRRJ), Gabriel da Silva Vidal Cid (UERJ), Luiz Rufino Rodrigues Júnior (UERJ), Luís Cláudio de Oliveira (UERJ) e a Professora Doutora Raquel Alvitos Pereira (UFRRJ) pelas grandes contribuições na banca de qualificação.

Ao Mestres Benivaldo (Noruega), Ninja (BA), Kadu (SC), Mano (RS), Kblera (SC), Duda (BA); ao Contramestre Sem Terra (BA) e Contramestra Celi (RJ) pelas lutas que travamos na Rede Nacional de Ação pela Capoeira e aos demais membros agradeço pela convivência e grande aprendizado.

A todos os integrantes da Associação de Capoeira Modelo Cultural Kikongo, onde tudo começou.

A Mestra Marcia (Marcia José Vieira); aos Mestres Tio Robson (Robson da Costa Dias) e Pulga (Romildo de Oliveira Bastos), Ricardo Pereira dos Santos (Mestre Ricardo) pela longa caminhada juntos.

A André Luiz Henriques da Silva (Mestre Americano) In memoriam

Aos meus alunos e alunas, valeu pela troca, pelo aprendizado.

A minha amiga Angela Maria Parreiras Ramos, uma das melhores professoras que já conheci. Receba todo o meu carinho.

A todo corpo docente, discente e secretaria do PPGPACS/IM/UFRRJ, meu muito obrigado.

À Assessoria do Patrimônio Imaterial do IPHAN/RJ pelo apoio na minha pesquisa.

Ao DPI/IPHAN, nas pessoas de Hermano Queiroz, Rívia Ryker Bandeira de Alencar, Natália Guerra Brayner e Nip Pereira Braga que sempre responderam aos meus questionamentos quanto às ações de Salvaguarda, compartilhando as informações por mim solicitadas.

Ao Grupo de Trabalho e Conselho de Mestres da Salvaguarda da Capoeira no estado do Rio de Janeiro.

Aos Mestres Ephrain, Paulinho Salmon (Paulinho do Bafo da Onça), Paulão Muzenza, Berg, Toni Vargas, e Levi por contribuírem com suas entrevistas.

A todos e todas que direta e indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

“A cultura africana é estigmatizada como primitiva; estão nos proibindo de continuar nossas tradições. É a velha ideia de bestializar certas práticas para justificar atitudes de exclusão. Hoje estou aqui, negra, nordestina, semi-analfabeta, e exigindo os nossos direitos”.¹

Mãe Beata de Iemanjá

¹Trecho da fala de Mãe Beata de Iemanjá na Semana Martin Luther King, criada pela Associação Palas Athena e apoiada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e ocorreu no auditório da CPM, no Campus da Praia Vermelha da UFRJ com o tema: *Lições Africanas Não-violentas para a Igualdade na Diversidade Humana*. Disponível em: <https://ufrj.br/noticia/2015/10/22/di-logos-com-cultura-africana-convivendo-com-diversidade>. Acesso em 18/08/2019.

RESUMO

SILVA, Paulo Henrique Menezes da. **A Luta pela Salvaguarda da Capoeira no estado do Rio de Janeiro: A Visão de um Mestre**. 2020. 327p. (Dissertação de Mestrado em Patrimônio, Cultura e Sociedade). Instituto Multidisciplinar, Programa de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade - PPGPACS, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, RJ, 2020.

Desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade - PPGPACS/IM/UFRRJ, em nível de mestrado, tendo a Salvaguarda como nosso objeto de pesquisa, pretende-se analisar as ações iniciadas no estado do Rio de Janeiro a partir do Encontro de Mestres de Capoeira promovido pelo IPHAN em 2013; a atuação do Conselho de Mestres e do Grupo de Trabalho para a Salvaguarda da Capoeira buscando responder questões que entendemos como importantes para a construção de um Plano de Salvaguarda. A metodologia utilizada por nós nesta investigação e as questões por nós formuladas parte de um estudo descritivo sobre o processo de salvaguarda da capoeira no estado do Rio de Janeiro, cuja ideia central é analisar este processo sob a luz da literatura especializada e do olhar de mestres e mestras de capoeira. Para tanto, utilizamos pesquisas de cunho documental e bibliográfico, somando-se a esta o levantamento e coletas de dados mediante a utilização do Google Formulários, aplicada há alguns mestres de capoeira que participaram das ações de salvaguarda, tanto no Conselho de Mestres quanto no Grupo de Trabalho. Por tratar-se de um fenômeno dinâmico e complexo inerente ao comportamento humano, optamos por uma abordagem qualitativa específica em estudos no campo das ciências sociais, caracterizado por lidar “com seres humanos, que, por razões culturais, de classe, de faixa etária, ou por qualquer outro motivo”, pode apresentar conexão e substrato comum entre investigador e investigado, no sentido explicitado por Minayo (1994, p.13) corroborando com Lévi-Strauss, que “numa ciência, onde o observador é da mesma natureza que o objeto, o observador, ele mesmo, é uma parte de sua investigação” (LEVI-STRAUSS apud MINAYO, 1994, p. 14). Com a pesquisa documental buscamos investigar a salvaguarda da capoeira a partir de fontes primárias como os documentos oficiais produzidos principalmente no âmbito do IPHAN, dentre os quais destacamos os Dossiês que fundamentam o Registro do Ofício dos Mestres e da Roda de Capoeira, legislações específicas, portarias, atas e relatórios dos encontros e etc. Com a pesquisa bibliográfica buscamos identificar e analisar fontes secundárias, como livros, artigos de periódicos e materiais disponibilizados na internet sobre o tema, a começar pelo conjunto de publicações e trabalhos acadêmicos sobre a capoeira e patrimônio cultural, outras fontes convergentes com a temática da preservação das culturas africanas e afro-brasileira. Muitos dos trabalhos pesquisados abordam o tema a partir de perspectivas teóricas de campos científicos diferentes, como a antropologia, sociologia, ciência política, educação, história, geografia, filosofia e direito. Nas considerações finais, concluímos este trabalho chamando atenção para o fato de que o estado do Rio de Janeiro deixou de ser protagonista no país como referência nas ações voltadas para a salvaguarda da capoeira, perdendo força diante das experiências de outros estados que iniciaram discussões depois das aqui iniciadas, em um processo de construção coletiva envolvendo diferentes sujeitos como os detentores e as detentoras da capoeira, órgãos de governo vinculados à política pública de patrimônio cultural, como o IPHAN e o INEPAC e demais instituições da sociedade civil organizada.

PALAVRAS-CHAVE: Salvaguarda da Capoeira. Ofício dos Mestres de Capoeira. Roda de Capoeira.

ABSTRACT

SILVA, Paulo Henrique Menezes da. **A Luta pela Salvaguarda da Capoeira no estado do Rio de Janeiro: A Visão de um Mestre/ The fight for Safeguard of Capoeira in the state of Rio de Janeiro: the view of a Mestre.** 2020. 327p. (Dissertação de Mestrado em Patrimônio, Cultura e Sociedade). Instituto Multidisciplinar, Programa de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade - PPGPACS, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, RJ, 2020.

Developed at Programa de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade - PPGPACS/IM/UFRRJ, for master degree level, having the Safeguard of capoeira as the object of our research, this investigation aims to analyse the actions, which have begun in Rio de Janeiro state since the Mestres de Capoeira meeting promoted by IPHAN in 2013; the operation of the Mestres Council and the Workgroup for the Safeguarding of Capoeira, trying to answer questions we understand as important ones for the construction of a Safeguard Plan. The methodology we use in this investigation and the questions formulated by us comes from a descriptive study on the process of the Safeguard of Capoeira process in the state of Rio de Janeiro, which the main idea is analyzing this process through the light of the specialized literature and the eyes of mestres and mestras of capoeira. For that, we use documental and bibliographical researches, adding to it the data gathering and data collecting through Google forms, which were filled by some capoeira mestres who took part of the Safeguard actions through the masters council or workgroups. Regarding it as a dynamic and complex phenomenon related to human behavior, we have chosen a specific qualitative approach on studies in the field of social sciences, within the characteristics of dealing with “human beings that, for cultural reasons such as class, age, or any other motive”, are able to bring connection and common substract between the researcher and the researched, in the sense explained by Minayo (1994, p 13) corroborating with Lévi-Strauss: “any science, which the observer is from the same nature as the object , the observer, himself, is part of his investigation” (LEVI-STRAUSS apud MINAYO, 1994, p. 14). Within the documental research, we searched for investigating the Safeguard of Capoeira from primary sources such as official documents produced mainly through IPHAN, in which we outstand the dossiers that are base for the Register of Mestres and Roda of Capoeira, related laws, orders, minutes and relatories of the meetings, etc. Within the bibliographic researches we tried to identify and analyse secondary sources, such as books, articles from periodicals and material delivered on internet about the subject, beginning from the group of publications and academic researches on capoeira and cultural heritage and other converging sources containing the preservation of African-Brazilian or of African grid. Most of the researched papers are on the subject from theoretical perspectives from different fields of science, such as anthropology, sociology, political science, education, history, geography, philosophy, and law. In the final considerations, we conclude this research calling the attention on the fact that the state of Rio de Janeiro has left the protagonism as a reference in actions for the safeguard of capoeira in the country, losing power in the face of other states experiences, which began discussions after it had begun in Rio de Janeiro, in a process of collective construction involving different people as guardians of capoeira, government bodies attached to public policies on cultural heritage, such as IPHAN and INEPAC and other institutions of organized civil society.

KEY WORDS: Safeguard of Capoeira, Workmanship of Mestres of Capoeira, Roda of Capoeira.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Seminário Rota da Capoeira

Figura 2 - Matéria do Jornal A Tarde

Figura 3 - Mesa de Abertura do Encontro Pró-Capoeira em Brasília.

Figura 1 - Capa do Dossiê enviado à UNESCO para o reconhecimento da Roda de Capoeira como Patrimônio Cultural da Humanidade.

Figura 2 - Convite para o Encontro de Mestres de Capoeira do Rio de Janeiro.

Figura 3 - Vanilza Jacundino Rodrigues (representante da superintendência do IPHAN (MG) palestrando no Encontro de Mestres de Capoeira do Rio de Janeiro, tendo ao lado Mônica da Costa da Assessora de Patrimônio Imaterial IPHAN (RJ)

Figura 4 - Reunião do Grupo de Trabalho da Salvaguarda da Capoeira na Superintendência do IPHAN (RJ)

Figura 5 - Convite para a Conferência Regional de São Pedro da Aldeia.

Figura 6 - Mestres e participantes presentes na Conferência Regional de São Pedro da Aldeia.

Figura 7 - Convite para a Conferência Regional de Miracema.

Figura 8 - Mestres, professores, capoeiristas e representantes do IPHAN e do GT presentes em Miracema.

Figura 9 - Convite para a Conferência Regional da Costa Verde.

Figura 10 - Mestres de Capoeira e representantes das instituições que participaram da Conferência da Costa Verde.

Figura 11 - Representantes do IPHAN, INEPAC, do Grupo de Trabalho da Capoeira e Mestres e capoeiristas da Região Serrana.

Figura 12 - Mestres: Pequeno, Darcy Malandrino, Sorriso, Caroço, Jadir e Índio, eleitos representantes da Região Serrana para o Conselho de Mestres.

Figura 13 - Material de divulgação do Curso de Capacitação para os capoeiristas.

Figura 14 - Material de Divulgação do Encontro Mestre e Roda de Capoeira - Patrimônios Culturais.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Definição da Lista de “Contraventores” a serem enviados à CCDR.

Tabela 1 - Formação do Grupo de Trabalho da Salvaguarda da Capoeira instituído pela Portaria IPHAN/RJ 66/2013.

Tabela 3 - Conselheiros Titulares da Região Metropolitana

Tabela 4 - Conselheiros Suplentes da Região Metropolitana

Tabela 5 - Conselheiros Titulares da Região Médio Paraíba

Tabela 6 - Conselheiros Suplentes da Região Médio Paraíba

Tabela 7 - Conselheiros Titulares da Região Serrana

Tabela 8 - Conselheiros Suplentes da Região Serrana

Tabela 9 - Conselheiros Titulares da Região da Costa Verde

Tabela 10 - Conselheiros Suplentes da Região da Costa Verde

Tabela 11 - Conselheiros Titulares da Região dos Lagos

Tabela 12 - Conselheiros Suplentes da Região dos Lagos

Tabela 13 - Conselheiros Titulares da Região Norte/Noroeste

Tabela 14 - Conselheiros Suplentes da Região Norte/Noroeste

Tabela 15 - Mestres de Capoeira membros do Conselho de Mestre e do Grupo da Salvaguarda da Capoeira entrevistados via Google Formulário.

Tabela 16 - Ações para a Salvaguarda dos Bens Registrados pelo IPHAN, por Eixos.

LISTA DE SIGLAS

ABADÁ-CAPOEIRA - Associação Brasileira de Apoio e Desenvolvimento da Arte Capoeira

ABEPEC - Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativa e Culturais

ABRACAP - Associação Brasileira de Capoeira

AC - Acre

ACOMCERJ - Associação Comunitária de Mestres de Capoeira

AD - Análise do Discurso

AFA - Academia da Força Aérea,

ALERJ - Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

ANC - Agência de Notícias da Capoeira

AUDIN - Auditoria Interna

BA - Bahia

BAE - Boletim Administrativo Eletrônico

CBP - Confederação Brasileira de Pugilismo

CCDR - Colônia Correcional de Dois Rios

CE - Ceará

CEAB - Centro de Estudos Afro-Brasileiros

CEAP - Centro de Articulação de Populações Marginalizadas

CEBA - Centro de Estudos Brasil África

CG - Chefia de Gabinete

CGIR - Coordenação Geral de Instrução e Registro

CGLOG - Coordenação-Geral de Logística, Convênios e Contratos

CICAP - Centro de Informação da Capoeira

CNC - Cadastro Nacional da Capoeira

CND - Conselho Nacional de Desportos

CNPC - Conselho Nacional de Política Cultural

CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CNUC - Congresso Nacional Unificado de Capoeira

COMDEDINE - Conselho Municipal dos Direitos do Negro

CONAPIR - Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial

CONBRACE - Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte

CONFED - Conselho Federal de Educação Física
CONINTER - Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanas
CREF - Conselho Regional de Educação Física
DPHA - Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara
DPI - Departamento do Patrimônio Imaterial
ECAIG - Escola de Capoeira Angola Irmãos Gêmeos do Mestre Curió
EDUFBA - Editora da Universidade Federal da Bahia
ENEN - Encontro Nacional de Entidades Negras
EUA - Estados Unidos da América
FCDRJ - Federação de Capoeira Desportiva do Estado do Rio de Janeiro
FCERJ - Federação de Capoeira do Estado do Rio de Janeiro
FCP - Fundação Cultural Palmares
FFC - Federação Fluminense de Capoeira
FICA - Fundação Internacional de Capoeira Angola
FNC - Federação Nacional de Capoeira
FNC - Fundo Nacional de Cultura
GAB - Gabinete
GECA - Grupo de Estudos Sobre Capoeira
GEPDC - Grupo de Estudos e Pesquisas em Direitos Culturais
GM - Gabinete do Ministro
GOG - Genival Oliveira Gonçalves
GCAP - Grupo de Capoeira Angola Pelourinho
GT - Grupo de Trabalho
GTPC - Grupo de Trabalho Pró-Capoeira
IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus
INEPAC - Instituto Estadual do Patrimônio Cultural
INRC - Inventário Nacional de Referências Culturais
INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social
INTERCULT - Centro Cultural Internacional
IPCN - Instituto de Pesquisas das Culturas Negras
IPDH - Instituto Palmares de Direitos Humanos
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LACED - Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento
LICAERJ - Liga de Capoeira do Estado do Rio de Janeiro
LINC - Liga Niteroiense de Capoeira
LP - Long Play
ME - Ministério do Esporte
MEC - Ministério da Educação
MG - Minas Gerais
MINC - Ministério da Cultura
MN - Museu Nacional
MRE - Ministério das Relações Exteriores
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
O.D.C - Ofereço, Dedico, Consagro
ONU - Organização das Nações Unidas
OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PCdoB - Partido Comunista do Brasil
PE - Pernambuco
PGF - Procuradoria-Geral Federal
PL - Projeto de Lei
PLC - Projeto de Lei da Câmara
PNC - Plano Nacional de Cultura
PNPI - Programa Nacional do Patrimônio Imaterial
PPGPACS - Programa de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade
PRB - Partido Republicano Brasileiro
PRES - Presidência
PRÓ-CAPOEIRA - Programa Nacional de Salvaguarda e Incentivo à Capoeira
PROFER - Procuradoria Jurídica
PSB - Partido Socialista Brasileiro
PSOL - Partido Socialismo e Liberdade
PT - Partido dos Trabalhadores
RJ - Rio de Janeiro
SE - Secretaria Executiva
SEI - Sistema Eletrônico de Informações

SENECA - Seminário Nacional de Estudos sobre a Capoeira
SEPPIR - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SESC - Serviço Social do Comércio
SNC - Sistema Nacional de Cultura
SP - São Paulo
SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana
UEG - Universidade do Estado da Guanabara
UEP - Universidade Estadual de Pernambuco
UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFBA - Universidade Federal da Bahia
UFF - Universidade Federal Fluminense
UFPE - Universidade Federal de Pernambuco
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFV - Universidade Federal de Viçosa
UNB - Universidade de Brasília
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNI - União das Nações Indígenas
UNICAMP - Universidade de Campinas
UNICAPOEIRA - Universidade da Capoeira
UNIFOR - Universidade de Fortaleza
UNIGRANRIO - Universidade do Grande Rio
USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA.....	VIII
AGRADECIMENTOS	IX
RESUMO	XII
LISTA DE FIGURAS	XIV
LISTA DE TABELAS	XV
LISTA DE SIGLAS	XVI
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I.....	19
“IÊ VOLTA DO MUNDO CAMARÁ” - A CAPOEIRA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DO BRASIL E DA HUMANIDADE	19
1.1 – A capoeira como fenômeno cultural e histórico de matriz africana.....	19
1.1.1 - A Capoeira na era Vargas.....	22
1.1.2 - A Capoeira Como Bem Constituinte do Patrimônio Cultural Brasileiro	24
1.2 – Antecedentes do Registro da Capoeira como Patrimônio Cultural.....	31
1.2.1 - Os Encontros “Capoeira como Patrimônio Imaterial do Brasil”	47
1.2.1.1 – I Encontro “Capoeira como Patrimônio Imaterial do Brasil”	47
1.2.1.2 - II Encontro “Capoeira como Patrimônio Imaterial do Brasil”	64
1.2.1.3 - III Encontro “Capoeira como Patrimônio Imaterial do Brasil”	75
1.2.1.4 - IV Encontro “Capoeira como Patrimônio Imaterial do Brasil”	77
1.3 - O Programa Nacional de Salvaguarda e Incentivo à Capoeira - Pró-Capoeira.....	81
1.3.1- O Encontro Pró-Capoeira em Recife.....	88
1.3.2 - O Encontro Pró-Capoeira no Rio de Janeiro.....	96
1.3.3 - O Encontro Pró-Capoeira no Distrito Federal.....	99
1.3.4 - A Descentralização das Ações de Salvaguarda da Capoeira.....	101
1.3.5 - A Fundação Cultural Palmares e os Encontros Pró-Capoeira.....	102
1.5 - A Roda de Capoeira e seu Registro na Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade pela UNESCO	109
CAPÍTULO II.....	115
“IÊ VAMOS S’IMBORA CAMARÁ”: A SALVAGUARDA DA CAPOEIRA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	115
2.1 - O Encontro de Mestres de Capoeira.....	115
2.2 - O Grupo de Trabalho da Salvaguarda da Capoeira.....	126
	XX

2.3 - As Conferências Regionais de Capoeira	140
2.3.1 - Conferência Regional da Região dos Lagos	141
2.3.2 - Conferência Regional das Regiões Norte e Noroeste	145
2.3.3 - Conferência Regional da Região da Costa Verde	148
2.3.4 - Conferência Regional da Região Serrana.....	150
2.3.5 - Conferência Regional da Região do Médio Paraíba	152
2.3.6 - Conferência Regional da Região Metropolitana do Rio de Janeiro	154
2.4 - A Posse do Conselho de Mestres	169
2.5 - As Oito Chamadas de Angola	186
CAPÍTULO III	197
IÊ VIVA MEU MESTRE!	197
O CHAMADO DO BERIMBAU AOS MESTRES E MESTRAS DA CAPOEIRA DO RIO DE JANEIRO: A SALVAGUARDA NA RODA.....	197
3.1 Menino quem foi teu Mestre?.....	198
3.2 - O chamar do Berimbau: a força ancestral que comanda o ritual	201
3.3 - Na roda com os mestres: a salvaguarda da capoeira	210
CONSIDERAÇÕES FINAIS	235
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	242
ANEXO 1 - Parecer do Conselho Nacional do Desporto – CND, sobre a Capoeira Desporto	257
ANEXO 2 - Projeto de Lei 2414/2009, que declara a Capoeira do Rio de Janeiro como Patrimônio Imaterial	259
ANEXO 3 - Publicação no Diário Oficial da Lei Estadual nº 5577/2009 que declara a Capoeira do Rio de Janeiro como Patrimônio Imaterial.....	261
ANEXO 4 – Matéria no Jornal da ALERJ sobre o reconhecimento da Capoeira do Rio de Janeiro como Patrimônio Imaterial.	262
ANEXO 5 - Carta de Campinas.	263
ANEXO 6 - Carta de Milton Cezar Ribeiro (Miltinho Astronauta) ao Ministro Gilberto Gil	266
ANEXO 7 - Carta do Estado do Rio de Janeiro em Defesa da Capoeira como Patrimônio Cultural	268
ANEXO 8 – Propostas do Estado do Rio de Janeiro para o Congresso Nacional de Capoeira	269
ANEXO 9 – Propostas da Plenária Final do Congresso Nacional Unitário de Capoeira.....	270

ANEXO 10 - Carta da Rede Nacional de Ação pela Capoeira ao Ministério da Cultura e à Fundação Cultural Palmares.....	271
ANEXO 11 - Carta de Brasília.....	275
ANEXO 12 – Ofício nº 432/14 – GAB/DPI/IPHAN - 9ª Reunião do Comitê Intergovernamental da Convenção de 2003 - UNESCO.....	277
ANEXO 13 – Ofício nº 433/14 – GAB/DPI/IPHAN - 9ª Reunião do Comitê Intergovernamental da Convenção de 2003 – UNESCO	278
ANEXO 14 – Ofício nº 434/14 – GAB/DPI/IPHAN - 9ª Reunião do Comitê Intergovernamental da Convenção de 2003 – UNESCO	279
ANEXO 15 – Ofício nº 435/14 – GAB/DPI/IPHAN - 9ª Reunião do Comitê Intergovernamental da Convenção de 2003 – UNESCO	280
ANEXO 16 – Ofício nº 436/14 – GAB/DPI/IPHAN - 9ª Reunião do Comitê Intergovernamental da Convenção de 2003 - UNESCO	281
ANEXO 17 – Ofício nº 437/14 – GAB/DPI/IPHAN - 9ª Reunião do Comitê Intergovernamental da Convenção de 2003 – UNESCO	282
ANEXO 18 – Ofício nº 059/201/GM/MinC – Convite para participação da 23ª Reunião do Conselho Nacional de Política Cultural.....	283
ANEXO 19 – Portaria do Grupo de Trabalho da Salvaguarda da Capoeira.	284
ANEXO 20 – Estatuto do Conselho de Mestres de Capoeira do estado do Rio de Janeiro...287	
ANEXO 21 – Regimento do Conselho de Mestres de Capoeira do Rio de Janeiro.....	298
ANEXO 22 - Carta de Renúncia de Conselheiro de Capoeira do IPHAN.....	305

INTRODUÇÃO

Nascida em solo brasileiro a capoeira é uma expressão cultural de matriz africana, vinculada diretamente a população negra escravizada desde os tempos coloniais em nosso país. Por isso, sua história revela em parte a história do Brasil, como uma história de luta pela sua própria existência, de uma resistência que demarca o valor da herança cultural africana em nossa sociedade, também relacionada à história de outras expressões culturais da mesma matriz, como o samba, os terreiros de candomblé, o jongo, dentre outras.

A valorização dessa história da capoeira como “história de resistência negra no Brasil, durante e após a escravidão”, é um dos principais argumentos utilizados para o seu reconhecimento como patrimônio da cultura nacional por parte do Estado brasileiro através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, órgão do governo federal responsável pela condução da política pública do patrimônio cultural no país, desde 1937. Setenta e um ano após a sua criação, o IPHAN reconheceu a capoeira com o título de Patrimônio Cultural do Brasil mediante o Registro do Ofício de Mestres de Capoeira no Livro de Registro dos Saberes e o Registro da Roda de Capoeira no Livro de Registro das Formas de Expressão, ambos no ano de 2008. Mais do que isso, no ano de 2013, este órgão solicita a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, UNESCO, o título para a Roda de Capoeira como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial da Humanidade, o que foi realizado no ano de 2014.

Esses são feitos que podem ser entendidos como extraordinários, considerando que depois de anos de luta por afirmação e valorização, a capoeira finalmente conquistou o seu lugar oficial de destaque nacional e internacional, deixando de ser uma luta onde os negros utilizavam o corpo como arma contra as atrocidades dos senhores de escravos para ser um instrumento em defesa da cidadania e por direitos culturais. Com o esforço de homens e mulheres, a arte-luta da capoeiragem conquistou o mundo, praticada por cerca de oito milhões de capoeiristas espalhados em mais de 150 países por todos os continentes (IPHAN, 2017, p. 7). Atualmente, reconhecida como patrimônio cultural do Brasil e da humanidade, a capoeira é a maior divulgadora da língua portuguesa no mundo, e da cultura brasileira. Esta é a nossa Capoeira! Ao mesmo tempo *“luta de bailarinos, dança de gladiadores, duelo de*

*camaradas*²”, mas, como dizia o grande Mestre Pastinha “na hora da dor, o berimbau deixa de ser um instrumento para ser uma foice de mão³”.

Ao longo dos tempos, a capoeira de estratégia de sobrevivência e (r)existência dos negros africanos escravizados, se transformou em espaço de sociabilidade, solidariedade, símbolo de brasilidade, arte em movimento e dança. Em suma, se transformou em uma prática cultural multifacetada e multidimensional com uma filosofia ancestral. Tudo isso não seria possível sem seus mestres e mestras, os verdadeiros guardiães de seus fundamentos originários.

No entanto, o Registro da Capoeira como Bem Cultural gerou muitas expectativas no mundo da capoeiragem, na medida em que com ele vem à ideia da Salvaguarda, definida como

[...] medidas que visam garantir a viabilidade do patrimônio cultural imaterial, tais como a identificação, a documentação, a investigação, a preservação, a proteção, a promoção, a valorização, a transmissão - essencialmente por meio da educação formal e não-formal - e revitalização deste patrimônio em seus diversos aspectos (UNESCO, 2003).

Do ponto de vista das políticas públicas de patrimônio cultural, a condução do processo de salvaguarda da capoeira logo após o seu Registro ficou a cargo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o IPHAN, que é o órgão do governo federal responsável pela política pública de preservação da cultura nacional desde o ano de 1937. Depois, este processo foi descentralizado e ficou a cargo das representações nos estados deste órgão federal, as Superintendências Regionais. Em cada estado, o processo de elaboração do Plano da Salvaguarda como previsto em documentos oficiais do IPHAN, dentre os quais o Termo de Referência para a Salvaguarda do Bem Registrado, publicado pela Portaria nº 299 que “dispõe sobre os procedimentos para a execução de ações e planos de salvaguarda para Bens Registrados como Patrimônio Cultural do Brasil”, no âmbito do IPHAN (2015).

Considerando este contexto institucional de produção da política pública da capoeira como patrimônio cultural, tomamos como objeto de estudo desta dissertação o processo de salvaguarda da capoeira no estado do Rio de Janeiro, buscando problematizá-lo. A questão

² De autoria de Dias Gomes, foi publicado no LP Capoeira: Documentos Folclóricos Brasileiros, que teve a participação dos Mestres Traíra, Cobrinha Verde e Gato Preto. Editora Xauã, 1963.

³ Trecho do depoimento de Mestre Pastinha no LP Capoeira Angola - Mestre Pastinha e sua Academia, lançado em 1969 pela Polygram Discos Ltda.

que motiva esta investigação é o fato de que depois de longo processo de discussão coletiva e acalorada, incluindo o processo de escolha dos conselheiros e posse em 2013 do Conselho de Mestres da Salvaguarda da Capoeira no Estado do Rio de Janeiro, com a recondução dos primeiros conselheiros por mais dos anos, a elaboração do plano de salvaguarda não foi nem iniciada. Portanto, a pergunta a ser respondida pela nossa pesquisa, pode assim ser formulada: Quais razões ou motivos da não elaboração do plano de salvaguarda da capoeira no Estado do Rio de Janeiro?

Esta questão nos inquieta e constitui o cerne de nossa preocupação desde o início, quando ingressei no curso de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGPACS). Nosso pressuposto é que a salvaguarda do bem cultural registrado é um processo de construção coletiva, assim como foi todo o processo de reconhecimento da capoeira como patrimônio cultural. Fato que constitui mais uma etapa na luta histórica dos mestres e mestras em defesa da afirmação e valorização da capoeira como arte e fenômeno cultural de matriz africana. A história da capoeira é a história desses mestres e mestras que são os detentores dos seus fundamentos e os defensores de sua prática social e histórica.

Com esta compreensão, optamos por um caminho em contar um pouco dessa história da capoeira com foco no processo de salvaguarda no estado Rio de Janeiro, usando como referência nossa trajetória individual no lugar de mestre e um dos participantes desse processo, a partir dos fatos e acontecimentos que serão aqui narrados. Isso porque acreditamos que a memória que trazemos conosco não é exclusiva ou estritamente individual, uma vez que as lembranças que trago comigo foram construídas a partir da relação de pertença que tenho com o mundo da capoeiragem. Neste sentido, concordamos com o sociólogo francês Maurice Halbwachs (1990), da escola Durkheimiana, com a ideia que a memória individual pode ser entendida como um ponto de convergência de diferentes influências sociais e como uma forma particular de articulação das mesmas, deixando de ter apenas uma dimensão individual, pois que nenhuma lembrança pode coexistir estando isolada de um grupo social.

Neste sentido, a memória é entendida como um processo de reconhecimento e reconstrução social e individual, nos quais as lembranças podem permanecer e articular-se entre si, a partir do grupo de referência, tendo em vista que essas lembranças retomam relações sociais, e não simplesmente ideias ou sentimentos isolados, e que são construídas a partir de um fundamento comum de dados e noções compartilhadas.

Tendo como base este pressuposto, narro a seguir, de forma resumida, fatos gravados em minha memória dos momentos vivenciados ao longo dos últimos 40 anos, sem os quais não teria sido possível chegar até aqui, na condição de mestre pesquisador comprometido com questões inerentes ao processo de luta permanente pelo fortalecimento da arte da capoeira em nosso estado e em nosso país, como fenômeno cultural de matriz africana.

Memória e Capoeira: vida, luta e trajetória de um mestre

Comecei a praticar capoeira na Associação de Capoeira Modelo Cultural Kikongo, fundada em 1978 no estado do Rio de Janeiro por Mestre Machado (José Machado dos Santos) e Mestre Souza (Edson Alves de Souza). Incentivado por meu vizinho, Odinei Nascimento Costa (Mestre Formiga, que na época ainda era aluno graduado e não tinha este apelido) comecei, no início dos anos 1980 a jogar capoeira, treinei por muitos anos na sede social do Cruzeiro Futebol Clube, no bairro do Badú, Pendotiba, na cidade de Niterói. Foi uma época muito enriquecedora, já que, além das aulas práticas, tínhamos aulas teóricas sobre a história do Brasil; a luta da resistência negra contra a escravidão e a história da capoeira e de seus grandes mestres. Isso despertou em mim o interesse de me aprofundar nos estudos relacionados à nossa arte. Entretanto, naquele momento o que estava em “ebulição” era o reconhecimento, nos anos setenta, da capoeira como desporto, quando, em 1972, o General Jayr Jordão Ramos, encaminha ao Brigadeiro Jeronymo Baptista Bastos, conselheiro e presidente do Conselho Nacional do Desporto (CND), respectivamente, parecer em que dizia que

constitui falha irremediável, para qual não encontramos desculpas, o fato de havermos praticado durante muito tempo e, quando maior se tornou, entre nós, o interesse pelos desportos, termos deixado ao abandono o destino da nossa capoeira, folclore nacional e forma de luta tipicamente brasileira. Ela nasceu, cresceu e fez-se grande em nossa terra (Parecer Capoeira-Desporto, 26 de julho de 1972).

Nesta mesma época,

sob os auspício da ditadura militar instalada em 1964, criou-se a Federação Paulista de Capoeira, em 1970, e o departamento de capoeira da Confederação Brasileira de Pugilismo (CBP), em 1972, que reunia as lutas que não possuíam confederações específicas. Os grupos membros se comprometiam a implementar regras estabelecidas pela federação, que iam da utilização obrigatória do uniforme, da saudação inicial (o “Salve”, ainda

hoje adotado por muitas escolas de capoeira) até o regulamento minucioso de competições. Se essa evolução facilitou a integração da capoeira em atividades escolares e desportivas em âmbito nacional, e, por consequência, outra onda de expansão pelo Brasil afora, gerou, por outro lado, reações contrárias por parte de capoeiristas comprometidos com o ideal de resistência (VIEIRA E ASSUNÇÃO, 2014, p. 14-15).

Naquele momento enveredei pela prática da capoeira desportiva, participando intensamente de competições de capoeira nas mais diversas modalidades (dupla, conjunto, individual), sagrando-me campeão como atleta e como técnico. Nesta época convivi com dois mestres de capoeira que contribuíram para o meu aprendizado relacionado às competições esportivas, Mestre Bogado (Evaldo Bogado de Almeida), da Associação de Capoeira Barravento e Mestre Martins (José Carlos Martins da Silva), da Associação Grupo de Capoeira Martins.

Inclusive, nas competições em que participei representando a Associação de Capoeira Modelo Cultural Kikongo, por diversas vezes ganhamos e perdemos das associações acima citadas, mas o que mais causou polêmica na época foi quando disputamos o Berimbau de Prata⁴, Campeonato Estadual de Capoeira que aconteceu na cidade de Nova Friburgo no dia 20 de julho de 1986, na modalidade dupla, (mirim, infantil, juvenil, adulto e feminino) e ganhamos. Não satisfeitos com o resultado, dirigentes da Associação Grupo de Capoeira Martins recorreram e, para nossa surpresa e de quem estava presente durante a competição naquele momento, a contagem dos pontos foi refeita e ficamos em segundo lugar. Aceitamos o resultado, apesar de não concordarmos com ele. Foram, naquela época (anos oitenta e parte dos anos noventa), momentos de muito aprendizado.

Como parte da estratégia de estar inserida nas atividades relacionadas à esportivização da capoeira, a Associação de Capoeira Modelo Cultural Kikongo decide, então, se filiar à Federação de Capoeira do Estado do Rio de Janeiro (FCERJ), em 1984, sendo a quinta associação de capoeira a criar vínculos com a recém-criada federação, fundada no dia 20 de julho de 1984. Ficamos por diversos anos filiados a esta entidade e participando ativamente de suas atividades, tendo sido, inclusive, convidado para fazer parte do seu quadro de diretores na gestão “Nova Era”⁵.

⁴ Idealizado por Nóbrega Fontes, reconhecido folclorista, o Berimbau de Ouro e o Berimbau de Prata foram competições que tiveram seu início na Feira da Providência, em 1967.

⁵ A gestão “Nova Era” teve como presidente da FCERJ Mestre Cigana (Fátima Colombiano), que presidiu a entidade de 1996 a 2000.

Em 17 de abril de 1989 fundei, junto a outros mestres e capoeiristas, a Associação de Capoeira Kilombarte e, no dia 21 de abril do mesmo ano, por iniciativa de um grupo de capoeiristas da cidade de Niterói do qual fazíamos parte, fundamos a Liga Niteroiense de Capoeira (LINC), entidade que passou a administrar as atividades da capoeira na cidade, fortalecendo a integração entre os grupos. Em 2008, a convite da Fundação Municipal de Educação de Niterói, a Liga Niteroiense de Capoeira, na ocasião presidida por Mestre Paulão Kikongo, começa a realizar, através dos mestres e mestras de Capoeira e ela filiados, aulas de capoeira na rede municipal de ensino, atendendo aproximadamente cinco mil alunos e alunas em mais de quatro anos de atuação nas escolas públicas municipais.

Em 23 de outubro de 1992 (juntamente com mestres de capoeira de todo o país), fundamos a Confederação Brasileira de Capoeira (CBC), entidade nacional de administração do desporto e, em 16 de abril de 1994, a Liga Gonçalense de Capoeira, onde fomos seu primeiro diretor cultural e depois presidente.

No dia 13 de maio de 1995 ajudamos a criar a Federação de Capoeira Desportiva do Estado do Rio de Janeiro (FCDRJ), sendo, a partir de 1996, eleito seu vice-presidente em uma chapa encabeçada por Mestre Hulk (Sidney Gonçalves Freitas), que, após ganhar o vale tudo, renunciou à presidência. Na qualidade de substituto legal da presidência, assumimos a gestão da entidade até o fim do mandato em 1999.

Ainda neste, por iniciativa de um grupo de mestres de capoeira do Rio de Janeiro, do qual fizemos parte, criamos a Associação Comunitária de Mestres de Capoeira (ACOMCERJ), que tinha, dentre suas finalidades intermediarem as questões relativas aos encaminhamentos políticos, sociais e educacionais dos mestres de capoeira, contramestres, professor, instrutores e alunos formados, bem como de entidades envolvidas com a nossa arte.

Em 21 de março de 2005, fundamos a Liga de Capoeira do Estado do Rio de Janeiro (LICAERJ), mais uma entidade de administração desportiva da capoeira em nosso estado. Através desta entidade articulamos junto à Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro, durante o mandato da Deputada Estadual Jurema Batista (PT), apoio ao movimento denominado “Capoeira do Rio é Pan”⁶ e entrega de homenagens a diversos mestres e mestras de capoeira com atuação destacada em defesa da capoeira em/de nosso estado.

⁶ Idealizado por Mestre Vieira (José Vieira dos Anjos), esta iniciativa teve como premissa a inclusão da capoeira nos Jogos Pan-americanos de 2007.

Em 2009, presidindo a LICAERJ, atuamos junto ao Poder Legislativo, através do Deputado Estadual Gilberto Palmares (PT), para o reconhecimento da capoeira como Patrimônio Cultural Imaterial do estado do Rio de Janeiro. Este apresentou, junto à ALERJ, o Projeto de Lei nº 2414/2009, que, no Dia 20 de novembro de 2009, com a presença de grandes mestres e mestras de capoeira do Rio de Janeiro e demais praticantes de nossa arte, na Praça Onze, em frente ao busto em homenagem a Zumbi dos Palmares, foi sancionado pelo governador do Rio de Janeiro através da Lei 5577/2009, reconhecendo a nossa capoeira como Patrimônio Imaterial.

Segundo Gilberto Palmares (2009) a nova norma “fará com que a capoeira tenha sua prática mais incentivada por parte do governo, bem como estudos a seu respeito também poderão ser fomentados” (Jornal da Alerj, Ano VII, Nº 202, p. 09). Em entrevista ao Jornal da Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro (Alerj)⁷, afirmamos que “tornar a Capoeira Patrimônio Imaterial do Rio faz com que a sociedade participe do esforço permanente da preservação da cultura popular brasileira. O reconhecimento da capoeira que se pratica no Rio de Janeiro como patrimônio será uma forma muito importante de preservação da diversidade e das características muito particulares de uma manifestação nascida aqui e que hoje representa o Brasil”.

Neste mesmo mês, no dia 24 de novembro, em parceria da LICAERJ com a Comissão de Combate às Discriminações e Preconceitos de Raça, Cor, Etnia, Religião e Procedência Nacional da Alerj, em Sessão Solene em homenagem ao herói negro Zumbi dos Palmares, por nossa indicação os mestres de capoeira Dentinho e Arerê receberam o Diploma Zumbi dos Palmares.⁸ Nesta ocasião se apresentou nas dependências da Alerj o Grupo Águas de Oxalá, do mestre Renato Branco, que teve a participação na percussão do mestre Duda Pirata (Jocimar Batista de Jesus), da Associação de Capoeira Riomar.

Durante toda vivência que tivemos na capoeira por mais de quarenta anos, participamos diversos momentos e processos que revelam as transformações no universo da capoeiragem,

⁷ A entrevista ao Jornal da ALERJ foi publicada na edição de 16 a 30 de novembro de 2009, página 9, com o título Ê, Capoeira! Nesta entrevista, participou também o autor da Lei 5577/2009, Deputado Estadual Gilberto Palmares.

⁸ O Diploma Zumbi dos Palmares foi instituído através da Resolução 799 de 2005, de autoria da Deputada Estadual Jurema Batista (PT), Segundo o art. 1º desta Resolução, sancionada pelo Presidente da Alerj, “Fica instituído o Diploma - Zumbi dos Palmares, destinado a agradecer homens e mulheres que, no Estado do Rio de Janeiro, tenham oferecido contribuição relevante em defesa dos direitos dos negros (a)”. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/f25edae7e64db53b032564fe005262ef/3295644e778afba503256fdd00623eea?OpenDocument>. Acesso em: 29 de novembro de 2019.

desde a sua esportivização nos anos setenta até os embates com os Conselhos Federal e Estaduais de Educação Física (Sistema CONFEF/CREF's)⁹ nos anos noventa, quando este tentou, de diversas formas, o controle sobre o ensino da capoeira nos diversos espaços de transmissão de saber. Foi um momento difícil para nós, mestres e mestras, tendo em vista que tentaram impedir que os mestres e mestras de capoeira, formados na tradição, continuassem a transmitir os seus conhecimentos através da oralidade.

Mais adiante, participamos do processo de discussão sobre o reconhecimento do Ofício dos Mestres de Capoeira e da Roda da Capoeira em patrimônios culturais brasileiros registrados no ano 2008. Depois disso, estivemos nos Encontros Pró-Capoeira¹⁰, inicialmente realizado pelo IPHAN e posteriormente pela Fundação Cultural Palmares, cuja ação principal era a construção dos processos do Plano Nacional de Salvaguarda da Capoeira. Por solicitação dos mestres e mestras de capoeira, também realizamos inúmeras palestras sobre a salvaguarda da capoeira por todas as regiões do país, a convite do IPHAN.

Na qualidade de Conselheiro Titular no Setorial do Patrimônio Cultural Imaterial do CNPC, eleito em 2012, elaboramos, junto com os demais integrantes, o Plano Setorial para o Patrimônio Cultural Imaterial,¹¹ onde apresentamos diversas propostas de inclusão da proteção dos Patrimônios Culturais de Matriz Africana (Terreiros de Candomblé e Umbanda; Baianas de Acarajé, Jongo, Capoeira e Samba) nas políticas públicas de cultura. Naquele período, por indicação do Setorial de Culturas Afro-brasileiras e a convite da Ministra da Cultura, Marta Suplicy, através do Ofício nº 059/2014/GM/MINC, defendemos a criação da cadeira da capoeira¹² no Conselho Nacional de Política Cultural, durante a 23ª Reunião Ordinária do Pleno, realizada entre os dias 27 e 28 de maio de 2014.

Como uma das importantes ações que concretizamos em defesa da Salvaguarda do Patrimônio Cultural de Matriz Africana, criamos, em 2012, a Rádio Capoeira - A Rádio que ginga com você, reconhecida pelo Ministério da Cultura como Ponto de Cultura. A Rádio Capoeira tem como missão dar maior visibilidade aos trabalhos realizados pelos (as)

⁹ Conselho Federal de Educação Física e Conselhos Regionais de Educação Física.

¹⁰ O Programa de Salvaguarda e Incentivo à Capoeira tem como objetivo geral promover a implementação de uma política participativa com vistas a promoção das diversas formas de produção e reprodução deste bem cultural.

¹¹ A meta 46 do Plano Nacional de Cultura - PNC prevê 100% dos setores do CNPC com colegiados instalados e planos setoriais elaborados e implementados. Apesar dos esforços do Setorial do Patrimônio Cultural Imaterial, infelizmente o Plano Setorial não foi efetivado.

¹² O Decreto 8.611, de 21 de dezembro de 2015, foi revogado pelo Decreto nº 9.891, de 27 de junho de 2019, que dispõe sobre a nova composição do Conselho Nacional de Política Cultural. Este decreto exclui diversos setores da sociedade civil que o compunham, dentre os quais a cadeira da capoeira.

capoeiristas e as demais culturas de matriz africana, divulgando suas músicas, eventos, lançando livros e realizando parcerias na realização de programas, como o BerimBatuques, idealizado pelo Mestre Kblera, de Brusque, em Santa Catarina e o Fala Capoeira, com Vitor Júnior, de São Paulo, os Podcast Capoeira, Cultura e Sociedade, com o Mestre Luiz Renato, do Grupo Beribazu e o Mandingueiro, com o Mestre NegoLéo de Belo Horizonte.

Em 2014, estivemos na 9ª Sessão do Comitê para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, em Paris, atendendo convite do IPHAN e da Fundação Cultural Palmares¹³. Neste momento histórico participamos, junto com os Mestres Duda Pirata (RJ), Sabiá (RJ), Cobra Mansa (BA), Pitter (SP) e Mestra Janja (BA), do reconhecimento da Roda de Capoeira como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, pela UNESCO, realizando em sua sede uma roda de capoeira com capoeiristas brasileiros que vivem no exterior.

Importante destacar que diversas questões aconteceram quase nos impedindo de participar deste momento histórico. Primeiro foi o atraso para chegarmos ao aeroporto no estado de São Paulo, já que, no caso do Rio de Janeiro, o Aeroporto Santos Dummont havia sido fechado por problemas operacionais e o avião que os Mestres Sabia, Duda Pirata e Paulão Kikongo deveriam embarcar às doze horas só foi possível este embarque às dezessete horas, ainda assim em uma companhia diversa para a qual nossa passagem havia sido adquirida. Depois, ao nos dirigirmos ao estado de São Paulo fomos levados para o aeroporto errado, e tivemos que pegar uma condução por conta própria para não perder o voo com destino a Paris. Pensa que acabou? Chegando ao Aeroporto Charles de Gaulle, tivemos que embarcar no metrô às pressas para que, a pedido do IPHAN, realizássemos uma roda de capoeira para os mais de cento e oitenta representantes dos países membros da UNESCO que iriam participar da votação dos patrimônios culturais indicados para se tornarem patrimônio cultural imaterial da humanidade. Realizamos a roda de capoeira no horário do almoço, após todos os transtornos que passamos e as mais de doze horas de voo de São Paulo para Paris e sem ter nos alimentado adequadamente.

Na Coordenação Nacional do Congresso Nacional Unificado de Capoeira (CNUC) movimento de capoeiristas no Brasil que discutia a construção de políticas públicas para a capoeira, estivemos a frente da sua condução durante o período de 2002 a 2015. No entanto, no início de 2015, percebendo mudança das em algumas das bandeiras políticas relacionadas

¹³ Tem por finalidade promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira.

à capoeira que anteriormente o CNUC defendia ter sido alterada e não concordando com as pautas de profissionalização da capoeira e a esportivização de nossa arte, afastei-me deste movimento, tendo em vista minha trajetória de vida estar sempre comprometida com a defesa da capoeira enquanto patrimônio cultural de matriz africana.

Neste mesmo ano, precisamente no mês de abril, criamos a Rede Nacional de Ação pela Capoeira¹⁴ junto com outros mestres de capoeira do Brasil e do exterior, um novo espaço de articulação política. Trava-se de um coletivo amplo, aberto, democrático e plural, forjado a partir da luta em comum de mestres e capoeiristas de diferentes estilos, linhagens, escolas e lugares e unidos na luta em prol da autonomia, liberdade e diversidade da capoeira. Um dos princípios da Rede Nacional de Ação pela Capoeira é ser um espaço de construção mais horizontal e descentralizado por entender que as conquistas acumuladas ao longo de anos de lutas políticas travadas pela capoeira e capoeiristas estão sendo ameaçadas e utilizadas como argumentos para um único objetivo, qual seja: esportivizar e submeter à capoeira a “fatores modernos” que não praticam a capoeira, não vivem da capoeira, e muito menos pela capoeira, descaracterizando-a enquanto uma construção da diáspora africana em solo brasileiro.

Participamos em agosto de 2015, da audiência pública sobre “A Capoeira no Brasil”, convocada pela Comissão de Esportes da Câmara dos Deputados¹⁵, realizada no Distrito Federal. Na ocasião denunciemos as tentativas de esportivização que visavam retirar o lugar central ocupado pelo mestre de capoeira e inserir os segmentos religiosos que levantavam a bandeira da “capoeira gospel”.

Neste momento, no mesmo mês, participamos do lançamento dos “Diálogos Palmares”¹⁶, quando defendemos um possível Encontro Internacional de Capoeira proposto pela Fundação Cultural Palmares. Como desdobramento, fomos convidados por esta Fundação e pelo IPHAN para integrar o Seminário Preparatório para o Encontro Internacional de Capoeira, em União dos Palmares, no estado de Alagoas, contribuindo ativamente na construção do Grupo de Trabalho de Ação pela Capoeira, com representantes da capoeira de 23 estados brasileiros.

¹⁴ A Rede Nacional de Ação pela Capoeira é um espaço de articulação política que dialoga com os seus pares e com as diversas instâncias do poder público contribuindo na elaboração de políticas públicas para a capoeira.

¹⁵ A Comissão de Esportes da Câmara dos Deputados é presidida pelo Bispo da Igreja Universal do Reino de Deus, Deputado Federal Marcio Marinho, PRB/BA, que, em 2019 passou a se chamar Republicanos.

¹⁶ O Programa Diálogos Palmares é fruto de uma parceria institucional da Fundação Cultural Palmares – FCP/MinC e a Universidade de Brasília - UnB. O objetivo central é construir, de forma colaborativa, um amplo debate que possibilite formular diretrizes para as políticas públicas voltadas à valorização da cultura afro-brasileira, qualificando a intervenção de todos os atores neste processo democrático de participação social.

No ano seguinte, em 2016, fomos eleitos para representar a capoeira no Conselho Estadual de Política Cultural do estado do Rio de Janeiro, apresentando propostas, juntamente com os mestres Tio Robson, Ricardo e Abutre para o fortalecimento da capoeira enquanto patrimônio cultural. Neste período foram aprovadas a criação da cadeira da capoeira no quadro de Segmentos Artísticos e Culturais e o reconhecimento do Fórum Estadual de Capoeira, atuando desde 2009 no estado do Rio, como integrantes do Sistema Estadual de Cultura, marcando nossa trajetória de luta em prol de nossa capoeira.

Em 2017, como um dos participantes do Movimento Integrado dos Grupos de Capoeira da cidade de Guapimirim, no estado do Rio de Janeiro, realizamos, em parceria com a Secretaria Municipal de Cultura e o Conselho Municipal de Políticas Culturais, o I Fórum de Políticas Públicas para a Capoeira. De acordo com o Professor Luis Cláudio de Oliveira, Secretário de Cultura de Guapimirim naquela ocasião,

o fórum procura fortalecer os grupos culturais e promover visibilidade à cidade através da capoeira. O evento vai reunir pessoas que estarão discutindo quais são as políticas mais adequadas para que possamos estabelecer a capoeira como referência no município e ter a convicção de que essa expressão cultural é nosso patrimônio. (OLIVEIRA, 2017. **1º Fórum de Políticas Públicas para a Capoeira de Guapimirim promete movimentar final de semana.** Entrevista concedida a Assessoria de Comunicação da Prefeitura Municipal de Guapimirim. Disponível em: <https://guapimirim.rj.gov.br/2017/09/14/1o-forum-de-politicas-publicas-para-a-capoeira-de-guapimirim-promete-movimentar-final-de-semana/>. Acesso em: 20 de novembro de 2019).

Fazer com que a cidade de Guapimirim fosse o primeiro município no Estado do Rio de Janeiro a elaborar e colocar em prática um Plano Municipal de Salvaguarda da Capoeira¹⁷ era uma das suas principais metas deste fórum. A ideia era elaborar ações de divulgação, publicações de livros sobre a capoeira na cidade, uma plataforma colaborativa na internet onde se possam construir conteúdos teóricos relacionados à capoeira local, além da busca pela construção de um Centro de Referência da Capoeira no município.

¹⁷ 1º Fórum de Políticas Públicas para a Capoeira de Guapimirim promete movimentar final de semana. Entrevista concedida pelo Mestre Paulão Kikongo a Assessoria de Comunicação da Prefeitura Municipal de Guapimirim. Disponível em: <https://guapimirim.rj.gov.br/2017/09/14/1o-forum-de-politicas-publicas-para-a-capoeira-de-guapimirim-promete-movimentar-final-de-semana/>. Acesso em: 20/11/2019.

Lançamos no ano seguinte, em 2018, a Revista Íbamò¹⁸, publicação especializada em Patrimônio Cultural de Matriz Africana, com objetivo de ser um espaço de acesso livre, imediato e gratuito dedicado ao conhecimento produzido por pesquisadores acadêmicos, mestres e mestras formadas na tradição da capoeira. É uma revista eletrônica e impressa de conteúdos relacionados aos nossos patrimônios culturais, buscando incentivar àqueles e àquelas que pretendem empreender na área da pesquisa. Nesta empreitada, a revista conta com importantes parcerias, onde se destacam pesquisadores, mestres e mestras de capoeira, contramestres e alunos.

Neste mesmo ano, também lançamos a Universidade da Capoeira (UNICAPOEIRA), em parceria com vários pesquisadores e pesquisadoras do campo de estudos sobre a capoeira. Uma iniciativa de um grupo distinto de mestres, mestras e estudiosos desse complexo cultural afrodiaspórico que remonta a formação cultural do Brasil.

Ainda nesta proposição em divulgar as ações e coletivos de preservação e proteção da capoeira em todo o país criamos, em 2019, aplicativo para celular denominado Salvaguarda da Capoeira¹⁹, onde todo o material produzido em cada estado brasileiro pelos Conselhos Gestores, Conselhos de Mestres e Mestras e Grupos de Trabalhos da Salvaguarda da Capoeira, em parceria com os entes públicos e privados, pudessem ser disponibilizados e utilizados para consulta pública.

Em 2020 criamos o Guia da Capoeira²⁰ que tem por finalidade o cadastro e a divulgação cadastrar e divulgar do trabalho de profissionais, empresas, pesquisadores, grupos, associações e demais instituições ligadas à capoeira no Brasil e no mundo, encontrando ali uma infinidade de materiais, produtos e serviços relacionados à capoeira.

Criamos, em 2020, a Agência de Notícias da Capoeira (ANC), um canal de comunicação comunitária a serviço do patrimônio cultural de matriz africana que tem como missão dar maior visibilidade aos trabalhos realizados pelos capoeiristas e demais detentores e detentoras dos diversos patrimônios culturais de matriz africana, reconhecidos ou não pelo Estado.

¹⁸ A Revista Íbamò, tem como instituição responsável a Associação de Capoeira Kilombarte e a Universidade da Capoeira. Para conhecer o material produzido pela revista acesse <https://revistaibamo.com.br>.

¹⁹ Para baixar o aplicativo da Salvaguarda da Capoeira acesse https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.app.gpu2100544.gpu7cc4d2a9500c57664f8e596464d3b470&hl=pt_BR.

²⁰ Para ter acesso e instalar o Guia da Capoeira, basta clicar neste link: https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.app.gpu2335334.gpu85d9f4981b41431f20b7c8003aea3de&hl=pt_br.

Por fim, a nossa trajetória é de luta em defesa da capoeira como patrimônio cultural brasileiro demarcada pela participação nas conferências municipais, estaduais e nacionais de Esporte, Cultura e de Promoção da Igualdade Étnico Racial, em defesa de programas e ações efetivas de proteção e desenvolvimento de nossa arte e cultura por parte do poder público. Aliás, isto retrata muito o pensamento do Mestre Squisito, quando afirma que “nós somos a capoeira no momento em que a defendemos ou a definimos” (Jornal Muzenza, 1997, p. 2, entrevista).

Por tudo isso, consideramos este estudo da Salvaguarda da Capoeira no estado do Rio de Janeiro como um processo de construção coletiva iniciada a partir de maio de 2013, com o Encontro de Mestre de Capoeira do Rio de Janeiro, promovido pela Superintendência do IPHAN do Rio de Janeiro. Neste evento de mobilização e articulação dos mestres e mestras de capoeiras foi proposta a criação de um Grupo de Trabalho para subsidiar o Conselho de Mestres na construção do Plano da Salvaguarda.

Portanto, este processo se constitui em mais um episódio da luta histórica de mestres e mestras pela afirmação e valorização da capoeira como fenômeno da cultura brasileira, uma arte genuinamente negro africana. Entender esse processo na perspectiva dos mestres que participaram deste diálogo coletivo é algo que intencionamos em nosso estudo, já que acreditamos que o Plano de Salvaguarda deve sempre atender as demandas dos detentores e detentoras deste bem cultural de natureza imaterial registrado.

Nesta direção, o objetivo geral deste estudo é analisar o processo da Salvaguarda da Capoeira no estado do Rio de Janeiro. Especificamente, visamos: a) apresentar o contexto histórico e sociopolítico da luta pela afirmação e valorização da capoeira no Brasil; b) descrever o processo de construção da salvaguarda da capoeira no estado do Rio de Janeiro; e c) identificar a percepção de alguns mestres que fizeram parte do Conselho de Mestres e do Grupo de Trabalho da Salvaguarda da Capoeira no estado do Rio de Janeiro.

Os caminhos metodológicos da pesquisa

A metodologia utilizada para investigar e responder às questões destacadas acima caracteriza a pesquisa realizada como um estudo descritivo sobre o processo de salvaguarda da capoeira no estado do Rio de Janeiro, cuja ideia central é analisar este processo sob a luz da literatura especializada e do olhar de mestres e mestras de capoeira. Para tanto, foram utilizadas pesquisas de cunho documental e bibliográfico. Soma-se a estas pesquisas um

levantamento e coletas de dados mediante formulário eletrônico pela plataforma Google Formulários, melhor explicitada no terceiro capítulo desta dissertação, na forma de entrevista, aplicado aos mestres da capoeira do Rio de Janeiro que participaram desse processo de salvaguarda, tanto no Conselho de Mestres quanto no Grupo de Trabalho, para captar a percepção dos mesmos sobre todo processo.

Por tratar-se de um fenômeno dinâmico e complexo inerente ao comportamento humano, optamos por uma abordagem qualitativa específica em estudos no campo das ciências sociais. Este se caracteriza por lidar “com seres humanos, que, por razões culturais, de classe, de faixa etária, ou por qualquer outro motivo”, por apresentar conexão e substrato comum entre investigador e investigado, no sentido explicita por Minayo (1994, p.13) corroborando com Lévi-Strauss, que “numa ciência, onde o observador é da mesma natureza que o objeto, o observador, ele mesmo, é uma parte de sua investigação” (LEVI-STRAUSS apud MINAYO, 1994, p. 14). Portanto, pelo fato do objeto das ciências sociais ser essencialmente qualitativo, histórico e dinâmico, nossa pesquisa pode ser melhor definida como uma pesquisa tipo qualitativa quanto a sua forma de abordagem, onde o campo é o recorte que diz respeito à abrangência, acerca do trabalho empírico, correspondente ao objeto da investigação (MINAYO, 2006).

Com a pesquisa documental buscamos investigar a salvaguarda da capoeira a partir de fontes primárias como os documentos oficiais produzidos principalmente no âmbito do IPHAN, dentre os quais destacamos os Dossiês que fundamentam o Registro da Roda de Capoeira e Ofício dos Mestres de Capoeira, legislações específicas, portarias, relatórios dos encontros e etc. Com a pesquisa bibliográfica buscamos identificar e analisar fontes secundárias, como livros, artigos de periódicos e materiais disponibilizados na Internet sobre o tema, a começar pelo conjunto de publicações e trabalhos acadêmicos sobre a capoeira e patrimônio cultural, outras fontes convergentes com a temática da preservação das culturas de matriz africana. Muitos dos trabalhos pesquisados abordam o tema a partir de perspectivas teóricas de campos científicos diferentes, como a antropologia, sociologia, ciência política, educação, história, geografia, filosofia e direito.

Na abordagem qualitativa especialmente adota na análise das respostas dos entrevistados, utilizamos elementos inerentes à análise do discurso (AD) que prima pelo sentido do discurso, perspectiva utilizada para análise dos processos sociais. Neste tipo de abordagem, os lugares ocupados pelos sujeitos, no nosso caso os mestres e mestras de

capoeira, devem ser compreendidos como de ação e interação, considerando os vários sentidos e significados dados por esses sujeitos em seus discursos, compreender aqui “... eu diria, é saber que o sentido pode ser outro” (ORLANDI, 1988, p. 12). Portanto, a análise do discurso é uma forma de abordagem que visa decodificar linguagens, gestos, silenciamentos, etc., além da elaboração de uma crítica objetiva do material em análise. Nela, o discurso é uma representação, uma tentativa de construir versões do mundo social e natural, jamais um tradutor da verdade. Assim sendo, é a partir da articulação entre os discursos proferidos pelos atores sociais e as teorias preexistentes que está o objetivo discursivo do trabalho científico (IÑIGUEZ, 2004).

Com base nesta metodologia, foram realizados os seguintes procedimentos nesta pesquisa: visita aos arquivos do IPHAN, utilização da base de dados da instituição, a partir da consulta ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e do portal IPHAN; pesquisa bibliográfica de livros, artigos de periódicos e materiais documentais disponíveis sobre o tema; leitura e análise dos processos de Registro do ofício de mestre e da roda de capoeira, inventários, processo de salvaguarda; entrevistas em formulário eletrônico pela plataforma Google Formulários, com roteiro de entrevista de pesquisa, organizado com perguntas específicas sobre o tema.

A capoeira, por tratar-se de um fenômeno cultural complexo com uma dinâmica e historicidade particular, nossa pesquisa visa realizar uma abordagem crítica, entretanto, evitando identificar ações específicas dos personagens envolvidos com a gestão da Salvaguarda da Capoeira no estado do Rio de Janeiro.

A dificuldade de agenda e o tempo exíguo acabaram apontando a necessidade de utilizarmos plataforma online para a realização de nossas entrevistas com os mestres de capoeira que participaram do Conselho de Mestres e do Grupo da Salvaguarda da Capoeira no estado do Rio de Janeiro e decidimos, para isto, utilizar o Google Formulários²¹.

Por sua importância, ouvir estes detentores, que tiveram atuação direta com o objeto do discurso, como bem assinalado por Orlandi (2006), perquirimos através de nossa entrevista empírica respostas para os questionamentos que fazemos em nossa pesquisa, analisando algumas reflexões sobre o que estes mestres vivenciaram na construção dos mecanismos para a implantação das ações da Salvaguarda da Capoeira no estado do Rio de Janeiro.

²¹ Disponibilizado gratuitamente, o Google Formulários nos permite produzir pesquisas, solicitar avaliações em escala numérica, realização inscrições de eventos, convites ou pedir avaliação sobre determinado tema abordado.

Estruturalmente, a dissertação está organizada em três capítulos somados às partes introdutórias e das considerações finais. O Capítulo I foi pensado como um convite ao jogo da capoeira com a proposta de darmos uma volta ao processo de luta pelo reconhecimento da capoeira como patrimônio cultural, buscando ressaltar os aspectos históricos e sociopolíticos, a partir de interpretações com base em autores da literatura especializada, além de acontecimentos que levaram a capoeira de fenômeno cultural criminalizado e perseguido, à condição de símbolo e patrimônio da cultura nacional e da humanidade, sob o título **“Iê Volta do Mundo Camará”²² - A Capoeira como Patrimônio Cultural do Brasil e da Humanidade.**

Em seguida, o Capítulo II é apresentado como uma saudação e continuidade do jogo com o título **“Iê Vamos S’imbora Camará”²³ - A Salvaguarda da Capoeira no Estado do Rio de Janeiro**, cuja ideia é descrever o processo de construção da Salvaguarda da Capoeira no estado do Rio de Janeiro mediante os acontecimentos que envolveram a atuação do Grupo de Trabalho da Salvaguarda da Capoeira, instituído para dar suporte às ações propostas pelos detentores em seus diálogos com o Estado, sobretudo, o IPHAN e outros órgãos governamentais e entidades da sociedade civil. Neste capítulo, serão apresentados os encontros regionais que antecederam a eleição do Conselho de Mestres e a posse dos conselheiros, além das *Oito Chamadas de Angola* evocadas neste trabalho como oito prioridades apontadas como necessárias para a preservação do caráter identitário da capoeira praticada no Rio de Janeiro.

O terceiro capítulo intitulado **Iê Viva Meu Mestre! O Chamado do Berimbau aos Mestres e Mestras da Capoeira do Rio de Janeiro: A Salvaguarda na Roda** tem como foco a importância da centralidade dos mestres e mestras de capoeira no processo de construção coletiva da sua salvaguarda. Tem como objetivo apresentar a percepção daqueles que participaram diretamente desse processo, tanto no Grupo de Trabalho da Salvaguarda quanto no Conselho de Mestres, a partir de levantamento realizado por meio de formulário eletrônico pela plataforma Google Formulários direcionado aos mestres como entrevistas, cujas respostas apresentadas foram objeto de nossa análise.

²² Saudação muito cantada nas rodas de capoeira, onde os capoeiristas que se encontram ao pé do berimbau são chamados a jogar. Esta se encontra presente, também, na música Parabolicamará, de Gilberto Gil, ex-ministro da Cultura no Governo Lula.

²³ Saudação na roda de capoeira que simboliza que o jogo hora travado está caminhando para o seu final.

Nas considerações finais, concluímos este trabalho chamando atenção para o fato de que o Estado do Rio de Janeiro deixou de ser protagonista no país como referência nas ações voltadas para a Salvaguarda da Capoeira, perdendo força diante das experiências de outros estados que iniciaram discussões depois das iniciadas no Rio de Janeiro, como um processo de construção coletiva envolvendo diferentes sujeitos como os detentores e as detentoras da capoeira, órgãos de governo vinculados à política pública de patrimônio cultural como IPHAN (federal) e INEPAC (estadual) e demais instituições da sociedade civil organizada de interesse. O fato é que estados como Bahia, Pará, Roraima e Paraná, criaram condições políticas e institucionais e conseguiram elaborar, aprovar e publicar seus Planos de Salvaguarda da Capoeira, ficando nosso estado para trás.

Acreditamos que existe um acúmulo de discussões sobre a Salvaguarda da Capoeira, desde os Encontros Pró-Capoeira em 2010 e as Conferências Regionais em 2013, mediante debates que envolveram discussões locais, regionais e nacionais relativas a salvaguardar a nossa capoeira. Por isso, apontamos para a retomada desse processo com a criação de uma metodologia estratégica que visa uma “estrutura temática orientada pelas demandas e problemas concretos enfrentados pelos capoeiristas para a continuidade de sua prática” como propõe o IPHAN e o Conselho Gestor da Salvaguarda da Capoeira na Bahia no seu Plano de Salvaguarda (IPHAN-BA, 2018, p. 8).

Nosso entendimento é que há material suficiente para subsidiar as discussões relacionadas à retomada da elaboração do Plano de Salvaguarda da Capoeira no Estado do Rio de Janeiro, mesmo considerando a conjuntura da política nacional desfavorável neste momento. Para tanto, consideramos fundamental a definição de metas e ações na construção coletiva de uma agenda que retome o Conselho de Mestres de Capoeira do Rio de Janeiro, a partir dos oito pontos (chamadas) prioritários e demandados pelos capoeiristas deste estado, com a máxima urgência. Ousamos, ainda, propor uma retomada do processo da Salvaguarda da Capoeira no Rio de Janeiro com maior democratização do debate.

Cabe registrar as limitações que circundaram o processo de elaboração desta dissertação, ocasionadas principalmente por problemas de saúde que impediram realizar o que foi inicialmente planejado. Um desses problemas diz respeito aos vários momentos que tivemos que paralisar as atividades da pesquisa por causa de enfermidades que atingiam diretamente minha condição física, incluindo a necessidade de tratamento no ano de 2019 e que levou um longo tempo para ser superado e nos possibilitar retomar os trabalhos. Outro problema está

relacionado à situação que nos encontramos atualmente causado pelo COVID-19, cujos efeitos tem sido trágicos para a população mundial, em particular para a população brasileira, especialmente os mais pobres, negros e moradores das periferias, nas quais se encontram muitos dos mestres e mestras da capoeira no Brasil e, em particular, no estado do Rio de Janeiro. Diante de tudo que ocorreu durante sua realização e do momento excepcional que nos encontramos, frente à exiguidade do tempo, adequações foram necessárias para a conclusão deste trabalho.

Por fim, ressaltamos que esta dissertação é também uma forma de homenagear os mestres e as mestras de capoeira do estado do Rio de Janeiro, especialmente aqueles e aquelas que participaram do Conselho e do Grupo de Trabalho da Salvaguarda da Capoeira no Rio de Janeiro e que continuam. Por tudo isso, saudamos a todos e todas com o chamar do Mestre Azeite, do Grupo Senzala de Capoeira.

Onde está a liberdade
Onde está a liberdade
Se a algema não se quebrou
O negro quer felicidade
O negro também quer ser doutor
Princesa Isabel, Princesa Isabel.
Liberdade do Negro só está no papel.
(Mestre Azeite - Grupo Senzala, 1997).

CAPÍTULO I

“IÊ VOLTA DO MUNDO CAMARÁ” - A CAPOEIRA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DO BRASIL E DA HUMANIDADE

Cada vez mais a Capoeira vem se tornando um tema de relevância histórica e cultural, capaz de preencher alguns vazios na história do Brasil. Muitos pesquisadores vêm produzindo importantes trabalhos, nos quais demonstram o desenvolvimento da Capoeira visando contribuir ainda mais para o fortalecimento dos estudos sobre esse assunto. Neste primeiro capítulo apresentamos a seguir um panorama da longa volta dada pela capoeira para ser reconhecida como patrimônio cultural do Brasil e da Humanidade, com objetivo de identificar os aspectos históricos, políticos e institucionais que marcaram esse processo, destacando os diferentes sujeitos envolvidos, sobretudo, os mestres e mestras da capoeira através de seus grupos e organizações.

1.1 – A capoeira como fenômeno cultural e histórico de matriz africana

Na obra *Capoeira, Identidade e Gênero - Ensaio sobre a história social da capoeira no Brasil*, os autores Oliveira e Leal (2009) afirmam que “a capoeira, assim como o carnaval, o samba e o futebol faz parte do conjunto dos grandes ícones contemporâneos representativos da identidade cultural brasileira”.

Ainda assim, com o advento da República, o Estado passou a exercer uma política autoritária e repressiva no intuito de impor uma nova ordem social, a qual não foi absorvida imediatamente pela classe menos favorecida da população, formada na sua maioria por negros ex-escravos e brancos pobres. Muitas foram as formas de resistência exercidas por esta parte da sociedade, mas os capoeiristas foram os que mais preocuparam os governantes brasileiros no final do século XIX.

A capoeira foi fortemente combatida pelas milícias implantadas para a defesa dos proprietários de plantéis de escravos e, durante o Império, pelo aparelho oficial de repressão. No período republicano, com o propósito de consolidar o novo regime, a gestão do Marechal Deodoro da Fonseca decretou o extermínio total dos “*vadios e turbulentos capoeiras*”, tornando-se esta a ação prioritária de seu governo.

Daí, após reunião com o seu ministério, Deodoro da Fonseca faz surgir o Código Penal de 1890, o qual dava a capoeiragem um tratamento específico, criminalizando quem fizesse “nas ruas e praças públicas exercícios de agilidade e destreza corporal conhecido pela denominação capoeiragem” (ARTIGO 402 DO CÓDIGO PENAL DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890).

Para Oliveira e Leal (2009, pag. 49),

Além do projeto de embranquecimento da população e, por extensão, da cultura brasileira, foi justamente a ação do capoeira como capanga político que inspirou a inserção da capoeira como crime no Código Penal republicano, sob a epígrafe “Dos vadios e capoeiras”. Portanto, tratava-se de uma criminalização política tanto quanto social.

Para estes autores, com larga experiência em estudos relacionados à nossa arte, “os significados atribuídos à capoeira, através de diferentes discursos, variaram bastante ao longo de sua história. Durante a maior parte do século XIX até as três primeiras décadas do século XX, a capoeira sempre esteve associada ao mundo do crime”. (OLIVEIRA & LEAL, 2009, pág. 48).

Sampaio Ferraz, considerado homem enérgico e de pulso forte, quando nomeado chefe de polícia, se municiou de total e absoluta autoridade para fazer cumprir os desejos republicanos. A partir de então os capoeiras não tiveram mais sossego, sendo autuados em flagrante apenas por serem capoeiristas.

Além do Código Penal de 1890, outras normativas legislativo-jurídicas, com efeitos complementares, para atender as necessidades da época foram surgindo, como, por exemplo, as que criavam as colônias correcionais, como a Colônia Correcional de Dois Rios (CCDR), instalada em 1894 na Ilha Grande, que, “nas três primeiras décadas teve como objetivo principal aprisionar bêbados, mendigos, vadios e capoeiras”. (SANTOS, 2006, pág. 445.).

Dentre tantas formas de criminalização das camadas menos abastadas da sociedade brasileira, em particular negros e negras, no regulamento da Colônia Correcional de Dois Rios (CCDR), instituído pelo Decreto 4.753/1903²⁴, determinava, em seu art. 25, a internação para

²⁴ Decreto 4.753/1903 cria o Regulamento da Colônia Correcional de Dois Rios. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-4753-28-janeiro-1903-502809-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 30 de novembro de 2019.

vadios ou vagabundos, mendigos válidos, capoeiras, ébrios habituais, jogadores, ladrões e para os que praticassem o lenocínio.

Santos (2006, pág. 455), nos apresenta a relação de legislações que tinham como foco o aprisionamento, dentre outros, de capoeiras.

Tabela 2 - Definição da Lista de “Contraventores” a serem levados à CCDR.

DEFINIÇÃO DA LISTA DE “CONTRAVENTORES” A SEREM LEVADOS À CCDR	
Código Penal de 1890	Ociosos, mendigos e provocadores de tumulto.
Decreto 145 de 1893	Vadios, vagabundos e capoeiras reincidentes.
Lei 947 de 1902	Mendigos válidos, vagabundos ou vadios, capoeiras e menores viciosos.
Decreto 4.753 de 1903	Mendigos válidos do sexo masculino, vagabundos ou vadios, capoeiras, ébrios habituais, jogadores, ladrões, praticantes do lenocínio e menores viciosos.
Decreto 6.994, de 1908	Vadios, mendigos válidos, capoeiras e desordeiros.

Fonte: Porões da República: A Colônia Correccional de Dois Rios entre 1908 e 1930. (SANTOS, 2006, pág. 455).

Assim o Estado republicano justificava as intensas repressões aos elementos das camadas mais populares, os quais tinham as maiores dificuldades de se inserirem na sociedade idealizada pelo governo. O novo sistema de trabalho baseado na rotina e controle não agradava a essas pessoas, que buscavam outras formas de sobrevivência.

E o “subir na vida” de maneira menos sacrificada que a capoeiragem proporcionava a esses elementos perturbava as idealizações que o governo republicano aspirava para a cidade do Rio de Janeiro. De acordo com pesquisas realizadas por SOARES (1994) e DIAS (2001) sobre o tema, a desarticulação das “maltas” cariocas foi a principal consequência que o movimento dos “capoeiras” no Rio de Janeiro sofreu em função do processo repressivo na última década do século XIX. Nesses anos a forma mais eficaz que o governo encontrou para acabar com a ameaça da capoeira foi a deportação de seus praticantes para as regiões mais distantes, principalmente a Ilha de Fernando de Noronha.

Entretanto, muitos documentos, principalmente jornais e processos criminais, evidenciam a continuidade e a gradativa mudança nas formas de prática da capoeira, fatores que proporcionaram a sua tolerância social ao longo das primeiras décadas do século XX. Apesar desta tolerância, a capoeiragem ainda era considerada um crime antes de 1930, logo, passível de perseguição por parte da polícia. Essa condição de ilegalidades, explica de certa

forma, a dificuldade em encontrar uma quantidade relevante de documentos a respeito da capoeira, que não sejam os inquéritos policiais.

No entanto, com alguma dedicação, os “retalhos” da história desta prática podem ser “costurados” proporcionando uma análise de melhor qualidade. As produções apresentadas no decorrer da década de 90 serviram para esclarecer algumas das muitas questões em torno do tema. Carlos Eugênio Líbano Soares (2004) procurou levantar a capoeira como tema de importância dentro do estudo do cotidiano negro no Brasil. A resistência escrava, a cultura e a política no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX são questionamentos paralelos que possibilitam as importantes conclusões que o autor apresenta em seu trabalho. Já a pesquisadora Maria Ângela Borges Salvadori (1990) analisa a Capoeira carioca a partir de 1890 e traça uma linha histórica de resistências até 1950. Apresenta as experiências dos capoeiras e malandros, mostrando sua resistência ao rótulo de marginais do universo urbano carioca, e a projetos disciplinares de controle da população pobre da cidade. Já Luiz Sérgio Dias (2001), focaliza a organização da capoeiragem na cidade do Rio de Janeiro, quando submetida à violenta repressão fundamentada num regime autoritário e dito inovador, resultante de um golpe militar, o governo provisório da república. A partir da “morte” da capoeiragem, a análise contribui para melhor compreensão de uma conjuntura em que os atores sociais específicos, não proprietários, não sendo mais escravos, ainda não são predominantemente operários.

1.1.1 - A Capoeira na era Vargas

Getúlio Vargas, ao assumir a presidência da República e querendo dar um cunho mais popular ao seu governo, passa a valorizar os diversos seguimentos da cultura nacional com vistas a reforçar, na sociedade, o sentimento de nacionalismo. No curso dessa narrativa, a capoeira deixa de ser criminalizada e é reconhecida como importante instrumento de valorização de nossa identidade, sendo assim, declarada como o esporte verdadeiramente nacional. Neste bojo, as escolas de samba passam a ser reconhecidas e apoiadas e os trabalhadores, incluídos aí negros e negras, são mais valorizados no âmbito da legislação do trabalho, ampliando os mecanismos de proteção social, mas criando o falso mito da democracia racial²⁵, sendo a questão racial diluída dentre as questões sociais.

²⁵ Segundo o antropólogo Kabengele Munanga “a sociedade brasileira não é uma sociedade com a democracia racial porque nós convivemos com vários tipos de preconceito e discriminação, o que desemboca numa ideologia

No livro *Capoeira: Os Fundamentos da Malícia*, Nestor Capoeira menciona que a capoeira sairia do período denominado por ele de “marginalidade”, tendo em vista a extinção do decreto lei que proibia a prática da capoeira e dos cultos de matriz africana, permitindo a esta ser praticada, ainda que em recinto fechado, com alvará de instalação.

Para ele, no entanto, a prática da capoeira no Rio de Janeiro ainda possuía um caráter marginal, já que “as maltas, usadas indiscriminadamente por políticos de diferentes facções, vão sendo extintas após a República, sobrevivendo apenas o capoeira malandro e marginal que chegaria até quase os nossos dias.” (CAPOEIRA, 1996, p.59).

Já para Julio Cesar de Tavares (2012), antropólogo e professor da UFF, autor de *Dança de Guerra - Arquivo Arma*²⁶, uma das primeiras pesquisas acadêmicas sobre a capoeira no Brasil, “*a finalidade da legalização da capoeira foi a de permitir a constituição de um campo de apoio à política de uniformização social que o Estado Novo implementaria*”.

Segundo este autor,

Essa fase (1937/1945) foi, de fato, o momento de planificação e de constituição dos mecanismos de controle e planejamento social a partir da intervenção do Estado, que passou a subtrair da sociedade civil as responsabilidades quanto à mobilização e ordenação social. (TAVARES, 2012, p. 124).

Ele continua sua reflexão dizendo que

Apesar de toda perseguição sofrida pelos capoeiristas, outrora tratados como marginais, arruaceiros, ao longo dos anos muitos pesquisadores vêm produzindo importantes trabalhos, os quais demonstram a importância da capoeira como instrumento de inclusão social, de afirmação das identidades de nossas raízes negras e ainda apresentando benefícios para as pessoas com deficiência e pessoas da melhor idade, o que vem contribuindo cada dia mais para o fortalecimento de estudos sobre esse assunto. (TAVARES, 2012, p. 124).

Utilizando seu corpo como arma, negros que não se submeteram ao domínio inventaram uma luta que a partir do período pós-abolição, manteve a mesma filosofia, agora, porém, em

chamada racismo. O racismo brasileiro tem suas peculiaridades e um dos problemas é a negação de sua existência”. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2019/08/brasil-nao-e-uma-sociedade-com-democracia-racial/>. Acesso em 25 de outubro de 2019.

²⁶ Em 1984 Julio Cesar de Tavares defendeu a dissertação de Mestrado *Dança da Guerra - arquivo arma*, no departamento de Sociologia da Universidade de Brasília - UNB.

defesa de uma cidadania a ser construída. Com o esforço de homens e mulheres, a luta da capoeiragem ganhou o mundo, com, acredita-se, mais de oito milhões de capoeiristas espalhados por mais de 160 países. Reconhecida como patrimônio cultural do Brasil e da humanidade e a maior divulgadora da língua portuguesa, esta é a nossa Capoeira, “*luta de bailarinos, dança de gladiadores, duelo de camaradas*”²⁷, mas, como diria Mestre Pastinha, “na hora da dor, o berimbau deixa de ser um instrumento para ser uma foice de mão”²⁸.

1.1.2 - A Capoeira Como Bem Constituinte do Patrimônio Cultural Brasileiro

A chamada Constituição Cidadã, promulgada em 1988, teve, dentre os seus grandes interlocutores, o Movimento Negro brasileiro, que se mobilizou para que esta Constituição garantisse aos negros e negras deste país a cidadania plena e instrumentos legais de combate ao racismo. Cintra (2011), em sua participação no Ciclo de Palestra Conheça Mais - Cultura Afro-Brasileira: Nosso Patrimônio²⁹, ao palestrar sobre o Estatuto da Igualdade Racial afirmou que

[...] a intervenção do movimento e dos parlamentares negros no processo constituinte garantiu que o texto da Constituição de 1988, para além de afirmar o caráter pluriétnico da sociedade brasileira, repudiasse e criminalizasse o racismo, **criasse instrumentos de proteção à cultura negra**, indicasse a necessidade de que o ensino da História do Brasil levasse em conta a decisiva contribuição da população negra para a formação do povo brasileiro [...] (CINTRA, 2012, págs. 38-39 - grifos meus).

A atuação da comunidade negra no processo constituinte nos possibilitou conquistar direitos que nos tem sido muito caros ainda nos dias de hoje, como a criminalização do racismo, o reconhecimento de toda a diversidade cultural brasileira, que neste momento está sob ameaça em razão da ascensão de um governo antidemocrático³⁰. Outra grande vitória na

²⁷ De autoria de Dias Gomes, foi publicado no LP Capoeira: Documentos Folclóricos Brasileiros, que teve a participação dos Mestres Traíra, Cobrinha Verde e Gato Preto. Editora Xauã, 1963.

²⁸ Trecho do depoimento de Mestre Pastinha no LP Capoeira Angola - Mestre Pastinha e sua Academia, lançado em 1969 pela Polygram Discos Ltda.

²⁹ Promovido pela Fundação Cultural Palmares, o Ciclo de Palestra Conheça Mais - Cultura Afro-Brasileira: Nosso Patrimônio lançou, em 2012, diversas cartilhas frutos das palestras proferidas por diversos estudiosos sobre os temas elencados neste ciclo, dentre as quais a que tratava do Estatuto da Igualdade Racial proferida por Benedito Cintra e A Capoeira e as Políticas de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, de autoria de Luiz Renato Vieira.

³⁰ Podemos citar como exemplos a indicação para presidir a Fundação Cultural Palmares do jornalista Sérgio Camargo, que nega a existência do racismo no Brasil e defende a abolição do feriado do Dia Nacional da Consciência Negra, amplamente divulgado na mídia e a extinção, por parte do governo federal, das cadeiras da comunidade negra no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), conforme o Decreto nº 9.891/2019.

Carta Magna foi ter os direitos das comunidades quilombolas garantidos. Para estas conquistas foram necessárias parcerias com diversos atores sociais envolvidos nos debates constituintes, entre movimentos sociais, partidos políticos progressistas, artistas, intelectuais, e outras personagens que atuaram para que o Brasil tivesse uma sociedade mais justa e igualitária.

Haja vista o que aponta o Plano Setorial para as Culturas Afro-Brasileiras, instituído em 2014 pelo Colegiado Setorial das Culturas Afro-Brasileiras do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC³¹) e Fundação Cultural Palmares, no capítulo que descreve “um olhar sobre as Políticas Públicas para a Cultura Negra no Brasil”, corrobora essa assertiva quando afirma que

A população negra participou em conjunto com movimentos populares de rua, partidários e estudantis com a ocupação de escadarias de monumentos importantes, praças e auditórios discutindo as necessidades de avanços de políticas públicas visando a inclusão social para sua qualidade de vida, denunciou a falsa abolição, os resquícios de trabalho escravizado e o preconceito contra as expressões e tradições culturais negras, lutou para garantir a criminalização do racismo e pelo reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombos. (OLIVEIRA E JUNIOR, Plano Setorial, p. 12).

Importante ressaltar que a construção deste plano setorial se deu após amplo debate em todo o país, inclusive ouvindo propostas da capoeira nos encontros realizados em Alagoas, no Seminário Rota da Capoeira³² (vide imagem de divulgação abaixo), que teve como objetivo discutir a promoção e preservação da roda e dos mestres tradicionais de capoeira do estado de Alagoas e ainda a regulamentação do profissional da capoeira, com debates sobre os caminhos a serem percorridos para a conquista de direitos e proteção dos fundamentos essenciais da capoeira.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9891.htm. Acesso em 20 de dezembro de 2019.

³¹ Na ocasião da elaboração do Plano Setorial para as Culturas Afro-Brasileiras, o Conselho Nacional de Política Cultural fazia parte da estrutura do Ministério da Cultura. Mas com a extinção do MinC pelo atual governo, o CNPC passou a fazer parte da Secretaria Nacional de Cultura, está hoje vinculada ao Ministério do Turismo.

³² O Seminário Rota de Capoeira fez parte da programação que a Fundação Cultural Palmares (FCP) preparou para as comemorações do dia 20 de novembro - Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, na Serra da Barriga. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?p=35116>. Acesso em: 23 de outubro de 2019.

Figura 1 - O Seminário Rota da Capoeira aconteceu nos dias 18 e 19 de novembro de 2014, sendo o debate principal ocorrido no dia 19.



Fonte: <http://www.palmares.gov.br/?p=35116>. Novembro, 2014.

E também na cidade de São Gonçalo, no encontro promovido pela Liga Gonçalense de Capoeira, em parceria com a Fundação Cultural Palmares e Secretaria Municipal de Cultura e Turismo com a participação, além da capoeira, de religiões de matriz africana, hip hop e samba. Foram discutidas as metas: 01, que define que 100% das Unidades da Federação e 60% dos Municípios deverão ter atualizados seus sistemas de informações culturais; 03, que pretende ter toda a Cartografia da Diversidade das Expressões Culturais em todo o território brasileiro, mapeada, sendo que as duas metas acima exigem a construção de uma proposta de ação e/ou projeto que garanta o mapeamento das expressões culturais de matriz africana em todos os Estados e Municípios; e meta 04, que cria a política nacional de proteção e valorização dos conhecimentos e expressões das culturas populares e tradicionais, todas essas do Plano Nacional de Cultura e que dialogam com as culturas de matriz africana.

Nossa luta por um mundo mais justo passa, sem dúvida, pela desconstrução do racismo e, por isso, a cada dia temos que afirmar nossa negritude e o protagonismo negro, em diversos espaços sociais. Assim foi feito pelo Movimento Negro durante a Constituinte, o que ensejou a apresentação, por parte do Centro de Estudos Afro-Brasileiros (CEAB), das Resoluções da Convenção Nacional “O Negro e a Constituinte”, conforme explicitado na Dissertação de Mestrado **“A Voz e a Palavra do Movimento Negro na Assembleia Nacional Constituinte (1987/1988): Um Estudo das Demandas por Direitos”**, de Natália Neris da Silva Santos.

No que diz respeito à cultura, dentre as demais propostas sistematizadas pela autora, podemos citar:

- 1- Proibição da veiculação de mensagens, em todos e quaisquer veículos de comunicação de massa, que ofendam a integridade moral, espiritual e cultural da pessoa do cidadão Negro.
2. Em substituição ao § 5º do Artigo 153 da Constituição Federal, que passe a constar que: Fica assegurada a liberdade de culto religioso e garantida a prática de todas e quaisquer manifestações culturais, independentemente de sua origem racial, desde que não sejam ofensivas à moral e aos bons costumes.
3. Que seja declarado Feriado Nacional, o dia 20 de novembro, data da morte de Zumbi, o último líder do Quilombo dos Palmares, como o Dia Nacional da Consciência Negra.
4. Que seja efetivado o reconhecimento expresso do caráter multirracial da Cultura Brasileira. (SANTOS, 2015, Págs. 133-134).

Sobre este mesmo tema, (CAMPOS, 2018), cuja pesquisa versa sobre o Patrimônio Cultural na Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988), faz um relato do acontecido na 17ª reunião da Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes, quando foi *“anexado pelo Centro de Estudos Afro-Brasileiros (CEAB), como proposta para a cultura no novo texto constitucional”*, segundo constante na ata, os seguintes itens:

“a liberdade de expressão criadora dos valores da pessoa e a participação nos bens de cultura, indispensáveis à identidade nacional na diversidade da manifestação particular e universal de todos os cidadãos”; “a preservação e o desenvolvimento da língua e dos estilos de vida formadores da realidade nacional”; “o concurso de todos os grupos historicamente construtivos da formação do País, na sua participação igualitária e pluralística, para a expressão da cultura brasileira”; “o acesso aos bens da cultura na integridade de suas manifestações”; “a sua livre produção, circulação e exposição a toda a coletividade”; “a preservação de todas as modalidades de expressão dos bens de cultura socialmente relevantes, bem como da memória nacional”; “preservação da ambiência dos bens da cultura, visando a garantir: o acautelamento de sua forma significativa, incluindo, entre outras medidas, o tombamento e a obrigação de restaurar”; “o inventário sistemático desses bens referenciais da identidade nacional”; e a seguinte definição: são bens de cultura os de “natureza material ou imaterial, individuais ou coletivos, portadores de referência à memória nacional, incluindo-se os documentos, obras, locais, modos de fazer e valor histórico e artístico, as paisagens naturais significativas e os acervos arqueológicos” (CAMPOS, 2018, pág.. 149).

Depreende-se, daí, a notória participação do movimento social negro durante o processo constituinte, garantindo, a partir de suas intervenções em audiências públicas e demais mecanismos de participação popular previstos no Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte, a inclusão no texto constitucional, dos patrimônios culturais de matriz africana, claro, sem desmerecer a atuação dos demais atores sociais que intervieram diuturnamente na defesa dos interesses de suas comunidades, como por exemplo, o segmento indígena, que teve na figura de Ailton Krenak, representando a União das Nações Indígenas (UNI), uma de suas grandes referências nos debates ali travados.

A ordem constitucional dada aos poderes públicos para o reconhecimento de nossos patrimônios está explícita, tendo em vista a afirmação de que "O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais" ³³ e quando determina "a proteção, por parte do Estado, das manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras e dos demais grupos que participaram do processo civilizatório nacional".

Tem-se, portanto, assegurados constitucionalmente os direitos culturais das diversas comunidades que ajudaram a construir a sociedade brasileira. Mas parece importante lembrar o que nos escreve Oliveira e Leal:

Desde 1936, quando da elaboração do anteprojeto do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, (denominação antiga do IPHAN), de autoria de Mario de Andrade, que a capoeira já poderia ter sido registrada como patrimônio da cultura imaterial brasileira. Segundo os critérios do SPHAN, para que uma obra fosse considerada Arte Patrimonial, teria que pertencer a uma das categorias listadas pelo referido órgão, entre as quais se encontra a categoria intitulada: Arte Popular (OLIVEIRA e LEAL, 2009, p. 45).

E porque não o fez? Para os autores acima citados "essa prática cultural ainda não era tomada como um elemento de identificação da cultura brasileira, o que definia o conceito de patrimônio nacional" (OLIVEIRA e LEAL, 2009, p. 46). Para eles seria um contrassenso considerá-la patrimônio cultural se a sua prática ainda era crime previsto no Código Penal.

³³ Disposições previstas no Artigo 215 da Constituição Federal. Disponível em: http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_16.04.2015/art_215_.asp. Acesso em 25 de outubro de 2019.

Importante destacar que o *tombamento*³⁴ passou a ser do conhecimento da sociedade brasileira a partir da proposta do anteprojeto de Mário de Andrade (1936), que tinha como objetivo normatizar a proteção ao patrimônio histórico e artístico brasileiro, não existindo, ali, a figura do registro do patrimônio cultural imaterial.

Depois de décadas de perseguição à capoeira, sendo “*um triste exemplo do não respeito à cultura brasileira, principalmente a dos mais pobres e dos negros*” (LIVRETO CAPOEIRA VIVA, 2006, p. 01), com a promulgação da Constituição Brasileira, seu artigo 216, conforme poderemos ver a seguir, nos apontam quais são os patrimônios culturais que deverão ser protegidos por parte do Estado em cooperação com as comunidades, *ipsis litteris*:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos. (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2018, p. 212).

³⁴ Segundo o IPHAN, o tombamento é o instrumento de reconhecimento e proteção do patrimônio cultural mais conhecido, e pode ser feito pela administração federal, estadual e municipal. Em âmbito federal, o tombamento foi instituído pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, o primeiro instrumento legal de proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro e o primeiro das Américas, e cujos preceitos fundamentais se mantêm atuais e em uso até os nossos dias. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>. Acesso em: 19 de novembro de 2020.

Como forma de regulamentar o referido artigo, é aprovado e promulgado o Decreto 3.551/2000, instituindo o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criando, ainda, o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI).

Esse instrumento legal viabiliza a constituição, juntamente e em complementação ao tombamento, do repertório de bens culturais que integram o universo do patrimônio cultural brasileiro a ser reconhecido, preservado e valorizado pelo poder público. Ou seja, resguardadas suas especificidades, o Registro equivale ao tombamento: tombam-se edificações, sítios e objetos; registram-se saberes e fazeres, celebrações, formas de expressão e lugares (IPHAN, 2010, p. 22).

Apesar de serem parte dos estudos realizados para minha pesquisa, não vou aqui aprofundar nas questões pertinentes ao Decreto 3551/2000 e ainda à Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da UNESCO, ratificada pelo governo do Brasil em 2006.

Mas intui-se como importante destacar que, Gilberto Gil, ao assumir o Ministério da Cultura, fez com que “as políticas do MinC partissem de uma visão da cultura em três dimensões, que sobrepostas constituíram seu eixo norteador” (FERREIRA, 2010, p. 08) . São elas: Simbólica, Cidadã e Econômica.

Esta nova forma de ver a cultura por parte do Estado brasileiro sugere um

[...] amadurecimento institucional do Ministério da Cultura e desenvolvimento orgânico das políticas públicas de cultura, incorporando outros princípios e conceitos, como a diversidade, as identidades, a valorização das culturas populares, indígenas e tradicionais, a cultura digital, o patrimônio imaterial e a interface com outras áreas, como educação, saúde, meio ambiente, arquitetura e urbanismo, e economia. Configura-se um fenômeno que proporciona a expansão dos sujeitos, temas, segmentos e alcance dessas políticas para além da simples lógica de financiamento (VARELLA, 2014, p. 176).

Depois de “perseguida pela Polícia do Estado Republicano, considerada ato criminoso e associada a uma infinidade de preconceitos e atos discriminatórios” (LIVRETO CAPOEIRA VIVA, 2006, p. 01), a Capoeira é reconhecida pelo estado brasileiro, sendo o Ofício dos Mestres de Capoeira registrado no Livro de Registro de Saberes, criado para receber os registros de bens imateriais que agregam conhecimentos e modos de fazer

enraizados no cotidiano da sociedade brasileira e, no nosso caso específico, os conhecimentos tradicionais transmitidos pelos seus Mestres e Mestras relacionados à cultura, memória e identidade e a Roda de Capoeira, registrada no Livro das Formas de Expressão, livro este criado para registrar as manifestações artísticas em geral.

Mas deve-se lembrar que

[...] no contexto de seu reconhecimento, pouco espaço foi reservado na mídia para a exposição ou debate acerca da história da capoeira. Sequer foi possível conhecer, salvo de modo panorâmico, o percurso de luta que seus praticantes vivenciaram para atingir o tão aclamado reconhecimento da arte-luta como patrimônio cultural brasileiro. A história da capoeira foi marcada por perseguições policiais, prisões, racismo e outras formas de controle social que os agentes dessa prática cultural experimentaram em sua relação com o Estado brasileiro. (OLIVEIRA e LEAL, 2009, p. 44).

Deve-se destacar que muito antes deste reconhecimento por parte do Estado, capoeiristas por diversas partes do Brasil e ainda no exterior já realizavam atividades sócio-esportivas-culturais com vista à preservação da capoeira como símbolo de identidade nacional. E é sobre parte de algumas destas atividades que irei tratar a seguir, apresentando, também, ações por parte de instituições, como o legislativo, com vistas ao reconhecimento da nossa Capoeira como patrimônio cultural do país.

1.2 - Antecedentes do Registro da Capoeira como Patrimônio Cultural

Luta de resistência, a capoeira (muito antes de o Estado brasileiro pensar em reconhecê-la como patrimônio cultural), teve, como protagonistas em várias frentes de batalhas, seus mestres e mestras, com a preocupação de protegê-la, de mantê-la viva, com diversas ações nas comunidades, através não só das aulas que ministravam, mas também a partir de encontros onde a coletividade da capoeira, ainda que com algumas diferenças de pensamento, dialogavam para pensar estratégias de preservação de nossa arte.

Poder-se-ia elencar, aqui, alguns exemplos, como as Oficinas Afro-Brasileiras Kikongo, nos anos 80 e 90, realizadas em parceria com o SESC na Rua Padre Anchieta, rua esta, inclusive, onde viveu Cipriano José de Moraes, o Preto Cipriano (1861-1903), considerado o Rei da Capoeira em Niterói. Este, além de capoeira Guaianum, era seresteiro, chorão,

sambista, tocava violino e promovia em sua residência, madrugadas boêmias regadas a música de raiz, bebida e boa comida.

Os debates promovidos pelo Centro de Estudos Brasil África (CEBA), também nos anos 90, que traziam discussões acerca da capoeira, com a seguinte pergunta: Capoeira é cultura ou esporte? Quando na ocasião convidava mestres das diversas vertentes da capoeira para um diálogo, que, sempre acalorado, trazia reflexões acerca desta dicotomia que naquele momento imperava na capoeira.

O 1º Encontro Nacional de Entidades Negras, ocorrido de 14 a 17 de novembro de 1991, no Ginásio do Pacaembu, em São Paulo, teve como texto básico "*Avaliação, Concepção, Desafios e Perspectivas do Movimento Negro*", com a presença de representantes da Capoeira. Naquele evento participaram, entre outros, o Mestre Ananias, de São Paulo; Mestre Paulão Kikongo, Mestre Formiga dentre outros capoeiristas representando o estado do Rio de Janeiro; Mestre Cabral, representando o estado do Espírito Santo, além de diversos outros capoeiristas de outros estados brasileiros. Neste encontro, foi discutido, entre outros assuntos, qual deveria ser o papel do Mestre de Capoeira na defesa das Culturas Negras. Infelizmente, naquela ocasião a preocupação maior, para além do que havia sido discutido, foi qual a cor deveriam ser as graduações que nós utilizamos.

Em comemoração ao tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares, a fundação Cultural Palmares e o Centro Cultural José Bonifácio, em parceria com o Instituto Palmares de Direitos Humanos (IPDH), Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (CEAP), Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN), Conselho Municipal dos Direitos do Negro (COMDEDINE), Secretaria de Estado de Cultura e Esporte e Rio Arte promoveram, de 13 a 15 de julho de 1995 o Eh! Volta no Mundo - Encontro de Capoeiragem, que contou com palestras, oficinas, roda de capoeira, vídeos e exposição apresentando a história da capoeira no Rio de Janeiro e seus mestres.

Mestra Cigana (Fatima Colombiano), presidente da Federação de Capoeira do Estado do Rio de Janeiro (FCERJ) e da Federação Nacional de Capoeira (FNC) lançou a ideia de criação do Centro de Memória da Capoeira do Rio de Janeiro. Segundo ela, o projeto era mais audacioso do que pudéssemos acreditar, já que a proposta era a de contemplar não só o Rio de Janeiro, mas os demais estados da nação. Na ocasião, em entrevista ao Jornal do Capoeira³⁵

³⁵ Para conhecer a entrevista ao Jornal do Capoeira acesse:
<http://www.capoeira.jex.com.br/noticias/centro+de+memoria+da+capoeira+do+rio>

Mestre Paulão Kikongo referiu-se positivamente em relação a esta iniciativa, acrescentando, todavia, que era necessário um diálogo maior com os principais agentes envolvidos neste processo: os e as capoeiristas. Nos treze anos da Federação de Capoeira do Rio de Janeiro foi lançado, ainda, o CD Mestres da Velha Guarda da Capoeira e convidados, homenageando os Mestres de Capoeira considerados patrimônios históricos em nosso estado. Apresentamos, a seguir, um das músicas gravadas neste CD:

Galo Cantou
Iê, Galo cantou
Debaixo de uma figueira
Tinha uma grama rasteira
Lembro eu era pequenino
Logo em seguida ouvi um berimbau tocar
Não pude me controlar
Eu corri logo lá pra ver
E lá estava um homem de meia altura
Que me falou com ternura
Menino pode chegar
Se você quer aprender
Eu posso lhe ensinar
Na roda de capoeira me chamam de Paraná
Daí então devido a minha historinha
Paraná me apelidou com o nome de Mintirinha
Mintirinha meu aluno e Mintirinha berimbau
Eu aprendi a capoeira foi lá no fundo de quintal
Camaradinha,
Ê mandingueiro
Ê é mandingueiro, camará
Olha lá galo cantou
Ê galo cantou, camará
E sentido nele
Ê sentido nele, camará
Iê é hora é hora
Ê é hora é hora, camará
Iê viva meu Mestre
Ê viva meu Mestre camará
(MESTRE MINTIRINHA. CD Mestres da Velha Guarda e
Convidados. Gestão Nova Era. 1996-2000).

Em junho de 2000 a Associação Brasileira de Capoeira (ABRACAP), em parceria com a Federação de Capoeira Desportiva do Estado do Rio de Janeiro (FCDRJ) e apoio do governo do estado realizou o Simpósio Nacional de Capoeira. Os debates neste evento

versaram sobre o processo de institucionalização da Capoeira, sobre a Lei 9696/98³⁶ que regulamentava a profissão do educador físico e as consequências negativas desta lei sobre a capoeiragem.

Segundo o material de divulgação do evento

[...] a Capoeira é um dos mais fascinantes componentes da cultura afro-brasileira. Multifacetada, não pode nem deve, jamais, ter uma de suas partes confundida com o seu todo. Pela importância da sua parte rítmica e cantada, por exemplo, precipitadamente poder-se-ia até afirmar que todo mestre de capoeira deveria, além de um diploma da Escola Nacional de Música, ter de estar registrado na Ordem dos Músicos [...] Em suma, Capoeira é um fenômeno totalmente atípico e deve, pois, ser tratada com igual tipicidade. Nada de leis e regulamentos castradores, elaborados por motivos corporativistas, mas divulgados como “saneadores e progressistas”. Considerando a gravidade do problema, a ABRACAP resolveu marcar posição através de uma grande reunião nacional. (ABRACAP, 2000. Folheto de Divulgação do Simpósio Nacional de Capoeira).

Em 2003 foi realizado em São Paulo o Congresso Nacional de Capoeira, com o tema “Capoeira é Brasil”. Este congresso teve dois desafios principais: “*consolidar um retrato da capoeira no Brasil e, a partir dele, elaborar propostas que aperfeiçoem sua prática*” (Roda Viva. Informativo do Congresso Nacional de Capoeira, 2003, p. 01). Além destes, um dos objetivos do encontro foi “propor ao governo federal a adoção de uma política nacional para a capoeira” (Roda Viva. Informativo do Congresso Nacional de Capoeira, 2003, p. 01).

O então Ministro do Esporte, Agnelo Queiroz, afirmou que

O governo brasileiro tem orgulho de apoiar o Congresso Nacional de Capoeira, que propiciará a união de capoeiristas de todo o país para discutir suas necessidades e definir formas de lutas para alcançar melhorias em sua atuação cotidiana. A capoeira é saudável como esporte, cultura, luta, história, educação corporal e inclusão social. Faz parte da identidade nacional. Parabéns por esta iniciativa (QUEIROZ, 2003, p. 2 - Roda Viva - Informativo do Congresso Nacional de Capoeira).

Como participante da Comissão Organizadora Nacional deste congresso, Mestre Paulão Kikongo se posiciona, informando que a realização deste iria integrar as lideranças e

³⁶ A Lei 9696/98 dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física, conhecidos como Sistema CONFEF/CREF's.

entidades legalmente constituídas na busca da valorização profissional e do reconhecimento da multiplicidade da capoeira.

Neste encontro mestres e mestras de diversos estados brasileiros tiveram o momento de expressar seus anseios em relação à tão importante iniciativa. Mestre Gilvan, de Brasília, idealizador da Capoterapia foi um deles:

O congresso vai incentivar a capoeira a buscar novos e diferentes caminhos para o fortalecimento de nossas ideias e ações. Devemos ter fé na força e na garra de cada um porque, quando queremos muito algo, realizamos. A capoeira é o sangue, a semente, flor e fruto da cultura do nosso povo. (MESTRE GILVAN, 2003, p. 6 - Roda Viva - Informativo do Congresso Nacional de Capoeira).

Mestre Ganga Zumba, de São Paulo se expressou dizendo que

[...] a capoeira se fez presente em todas as fazes de nossa história, mas foi muitas vezes ignorada. A realização do congresso permitirá o amplo debate entre mestres, professores e estudiosos, para que a capoeira ganhe parâmetros que respeitem toda sua diversidade e riqueza. Desta forma estaremos resgatando a altivez da capoeira, demonstrando que amadurecemos com ela. Percebe-se, portanto, que diversas ações vem sendo realizada ao longo dos anos (MESTRE GANGA ZUMBA, 2003, p. 6 - Roda Viva - Informativo do Congresso Nacional de Capoeira).

A delegação do Rio de Janeiro lançou durante o evento Carta Manifesto intitulada **“Estado do Rio de Janeiro em Defesa da Capoeira como Patrimônio Cultural do Povo Brasileiro”**. Nesta carta, dentre outras questões, os mestres e demais capoeiristas presentes representando o estado do Rio de Janeiro reafirmam que *“defender e assumir a capoeira como Patrimônio Cultural Brasileiro é, também, preservar outras diversas manifestações culturais de nosso povo”* (Delegação de Capoeiristas do estado do Rio de Janeiro, 2003, p. 01).

Em abril de 2004 a Associação Grupo de Capoeira Ilê de Angola realizou, na cidade de Niterói, o Encontro Nacional de Capoeira Angola, com o tema: *“Puxão de Orelha: reflexões e conclusões - Quem não pode não intima, deixa quem pode intimidar”*! Neste encontro contou-se com diversas abordagens, passando pela importância do mestre de capoeira enquanto elemento de transmissão dos conhecimentos; a Capoeira Angola nas diferentes camadas socioeconômicas; a capoeira e sua religiosidade como foco de resistência; musicalidade e a

relação existente entre os diversos grupos de Capoeira Angola.

Nos dias 7, 8 e 9 do mês de maio de 2004 foi realizado, em Campinas, São Paulo, pelo Grupo de Estudos Sobre Capoeira (GEGA)³⁷, o I Seminário Nacional de Estudos sobre a Capoeira (I SENECA). Segundo os realizadores deste seminário, a necessidade de realização deste se fez presente a partir da realização do Congresso Nacional de Capoeira ocorrido em agosto de 2003. Segundo o GEGA, foi percebido por eles

[...] a falta de aprofundamento nas discussões travadas nesta ocasião. [...] as discussões relativas à regulamentação profissional do capoeirista não abarcou as possibilidades de escolha por ter sido apresentada uma única concepção, caracterizando-se assim como arbitrária e anti-democrática” (IPHAN. Processo SEI 01450.002863/2006-80, 2006, p. 48).

Com o tema **“Capoeira: diálogos entre saberes diferentes”**, o SENECA, discutiu diversos assuntos, sejam pesquisas acadêmicas sobre a capoeira bem como a prática corporal desta arte. O seminário foi dividido nos seguintes Grupos de Trabalho Temáticos - GTTs:

- Capoeira e Educação, com a troca de experiências dos diversos projetos em execução ou em vistas de serem colocados em funcionamentos sobre a prática da capoeira nas escolas;
- Capoeira - História, Corpo, Cultura e Memória, com discussões a cerca do reconhecimento da Capoeira como Patrimônio Cultural Imaterial;
- Capoeira e Gestão - Políticas Públicas e Contemporaneidade, buscando discutir diretrizes para uma política pública para a Capoeira;
- Capoeira e Esporte - com discussões versando sobre a regulamentação da profissão de capoeirista frente aos debates sobre a esportivização da capoeira.

Além das propostas de discussões acima, aconteceram oficinas, projeções de vídeos, mesas redondas e a elaboração da Carta de Campinas “Manifesto pela Capoeira neste início de século XXI”, com observações de destaque, como esta:

“A capoeira tem que estar presente na escola como atividade curricular complementar abarcando uma perspectiva de pesquisa, produção do conhecimento e valorização do saber popular, por ser um elemento

³⁷ O Grupo de Estudos Sobre a Capoeira (GEGA), pertence ao Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte e foi fundado em 2001 durante a realização do Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CONBRACE), na cidade de Caxambu, estado de Minas Gerais.

importante da identidade brasileira fazendo parte da história de formação do povo brasileiro e assim se constituir um patrimônio da cultura nacional. Seu processo de ensino/aprendizagem deve ser fundamentado com base na inclusão social e liberdade de expressão. Para isto, é necessário que a inserção da capoeira se dê para além dos momentos festivos ou de eventos esporádicos. Neste sentido se propõe a efetiva inclusão da capoeira na escola através de atividades curriculares complementares, ministrada por um docente de capoeira (capoeirista) sendo seu trabalho supervisionado pelo serviço público de ensino” (AGÊNCIA SOCIAL DE NOTÍCIAS, 2014, Disponível em: <https://agenciasn.com.br/arquivos/1424>. Acesso em: 30 de novembro de 2019).

Participaram do Seminário, representantes de 64 grupos de capoeira, vindos de 32 municípios de diversos estados brasileiros, e, ainda, participantes de Nova Iorque (EUA), Bristol (Inglaterra) e Sidney (Austrália). A Carta de Campinas apontava, ainda, que

Deve-se exigir do Estado à formulação de Políticas Públicas que atendam aos interesses da comunidade da capoeira, contemplando as três esferas de poder, a saber: municipal, estadual e federal, informações sobre a relação da capoeira e seus orçamentos. Deve-se buscar mecanismos de fortalecimento da cidadania, no sentido de incrementar Políticas Públicas para a Capoeira, através de oficinas, cursos, palestras e publicações, bem como criar mecanismos de fiscalização e da execução dessas políticas sobre o tema através da organização de comissões, ONG`s, grupos cooperativos e outros órgãos”. (AGÊNCIA SOCIAL DE NOTÍCIAS, 2014, Disponível em: <https://agenciasn.com.br/arquivos/1424>. Acesso em: 30 de novembro de 2019).

O SESC Rio de Janeiro promoveu em novembro de 2004 o “**Seminário de Cultura Negra - Capoeira**”, com vasta programação, incluindo debates, oficinas culturais e mostras de filmes sob a ótica de atores negros. Vários foram os temas debatidos, dentre os quais **O Negro e a Cultura**, com a participação do Professor Doutor Luiz Sérgio Dias, autor do livro “Quem Tem Medo da Capoeira”, que recebeu o Prêmio Carioca de Monografia em 1996 e Mestre Hulk (Sidney Gonçalves Freitas), da Associação de Capoeira Terra Firme; na segunda mesa redonda, cujo tema foi **A Capoeira e a questão racial, social e cultural** participaram os Mestres Arerê (Eraldo Teixeira da Silva) e Grilo (Luiz Antonio de Abreu), que lançou em 2003 histórico CD de Capoeira em homenagem aos bambas do Rio Antigo, dentre estes Manduca da Praia, Ciryaco e Sinhozinho, do qual apresentamos a seguir uma das músicas ali gravadas:

RIO ANTIGO

Há muito tempo no meu Rio antigo
Lá nos Arcos da Lapa, um lugar muito temido
Era Manduca da Praia, Madame Satã quem mandava por lá

Era Manduca da Praia, Madame Satã quem mandava por lá seu moço
 E muitos cabras se diziam destemidos
 Se benziam muitas vezes antes de passar por lá
 Rabo de arraia, meia lua e ponteira
 Tinha três cabras caídos numa simples brincadeira
 Era Manduca da Praia, Madame Satã quem mandava por lá
 Era Manduca da Praia, Madame Satã quem mandava por lá seu moço
 Na madrugada não se ouvi nem gemido
 Sob o fio da navalha tinha um cabra caído
 Lenço de seda amarrado no pescoço
 Cuidado seu moço pra navalha não cortar
 Era Manduca da Praia, Madame Satã quem mandava por lá
 Era Manduca da Praia, Madame Satã quem mandava por lá seu moço
 Era malando Manduca, Manduca da Praia mandava por lá seu moço
 Era Manduca da Praia, Madame Satã que mandava por lá
 Chapéu de banda, calça de boca de sino
 Com o brinco na orelha
 Assim andava o capoeira aqui do Rio
 Era Manduca da Praia, Madame Satã que mandava por lá
 Era Manduca da Praia, Madame Satã que mandava por lá
 Era malando Manduca, Manduca da Praia mandava por lá seu moço
 Era Manduca da Praia, Madame Satã que mandava por lá
 (Autor: GAFANHOTO; Intérprete: MESTRE GRILLO. CD
 Homenagem aos Bambas do Rio Antigo - Mestre Grilo e Alunos -
 2003).

No debate cujo tema foi **Capoeira - É Luta, Esporte ou Dança?** Participaram os
 Mestres André Lacé (André Luiz Lacé Lopes), autor de diversos livros de Capoeira, dentre os
 quais “Capoeiragem no Rio de Janeiro - Primeiro Ensaio: Sinhozinho e Rudolf Hermann”;
 Bogado (Evaldo Bogado de Almeida), na época presidente da Federação de Capoeira
 Desportiva do estado do Rio de Janeiro e Mestre Mendonça (Damionor Ribeiro de
 Mendonça), autor da cartilha “São Bento na Capoeira e Cantigas de Capoeira I” e “Os
 Direitos do Capoeirista”. Fizeram parte da programação oficinas de berimbau, ministrada por
 Mestre Paulão Kikongo (Paulo Henrique Menezes da Silva); de capoeira, ministrada por
 Mestre Nacional (Adalberto de Souza Alvarenga); de dança afro, ministrada por Mestre
 Edvaldo Baiano (Edvaldo dos Santos Reis) e de musicalização ministrada por Jamaica
 (Renato Ribeiro dos Santos).

Em 2004, dando continuidade às ações apontadas no Congresso realizado em São
 Paulo, aconteceu no Rio de Janeiro o 2º Congresso Nacional de Capoeira - Capoeira é Brasil.
 Diversas propostas foram debatidas neste evento, dentre elas a Capoeira e as questões raciais,

culturais e desportivas, com vistas a aprimorar ou consolidar as diversas vertentes da capoeira (esportiva, cultural, educacional), acreditando-se que todas as faces da capoeira, se bem orientadas, poderão reverter-se em importante instrumento de inclusão social. Dentre as propostas aprovadas no 2º Congresso podem ser citadas:

- 1- Possibilitar a construção de políticas públicas para o ingresso dos Mestres de Capoeira nas universidades, habilitando-os para o exercício do seu mister conforme asseguram as resoluções do Conselho Nacional de Educação;
- 2- Criar o Dia Nacional da Capoeira;
- 3- Criar Centros de Excelência da Capoeira em todos os estados brasileiros;
- 4- Realizar periodicamente concursos de trabalhos diversos sobre a capoeira (acadêmicos, artísticos, etc.) com publicação e socialização dos principais trabalhos, compondo assim materiais didáticos a serem utilizados pelos diversos educadores;
- 5- Buscar junto às universidades o título de notório saber para os Mestres de Capoeira formados na tradição;
- 6- Incluir no texto da Lei 10.639/2003 da obrigatoriedade do ensino e da prática da capoeira na educação básica das escolas das redes públicas e privadas.

Algumas destas propostas constam hoje consolidadas em Lei ou tramitando como Projeto de Lei no Congresso Nacional, onde podemos citar a Meta 17 do Plano Nacional de Cultura³⁸, que prevê 20 mil trabalhadores da cultura com saberes reconhecidos e certificados pelo Ministério da Educação (MEC) e o PL 7.536, de 2010³⁹ que institui no calendário oficial o Dia Nacional da Capoeira.

Em 2005 Mestre Paulão Kikongo foi eleito delegado titular para participar da I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CONAPIR), realizada de 30 de junho a dois de julho, no Distrito Federal cuja temática foi o “Estado e Sociedade Promovendo a Igualdade Racial”. Esta conferência, que “também é fruto do processo de luta de diversos segmentos do movimento social negro”

³⁸ O Plano Nacional de Cultura foi instituído pela Lei nº 12.343/2010 e faz parte do Sistema Nacional de Cultura (SNC), é o norteador da política cultural nacional. Ele estabelece objetivos, diretrizes, ações e metas para dez anos (2010 a 2020), e foi construído com base em discussões ocorridas nas conferências municipais, estaduais e nacionais de cultura e consolidadas no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC). (BRASIL, 2013, p. 8. As Metas do Plano Nacional de Cultura. 3ª edição).

³⁹ O PL 7.536/2010 encontra-se em tramitação no Congresso Nacional e pode ser acessado através deste link: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=481891>.

[...] constituiu um marco das relações étnico-raciais para a nação brasileira. Sediada no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, a I Conapir reuniu cidadãos (aos) pertencentes a diversos grupos étnico-raciais de todo o território nacional – o Brasil de todas as raças e cores – para participar, discutir e deliberar sobre os rumos das políticas públicas de promoção da igualdade racial (BRASIL, SEPPIR, 2005, p. 8).

Foram doze eixos temáticos que orientaram os debates nos estados e municípios durante todo o processo preparatório da I Conapir e apontaram as diretrizes para o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR), conforme relacionados a seguir:

- Trabalho e desenvolvimento econômico da população negra
- Direitos humanos e segurança pública
- Juventude negra
- Educação
- Comunidades remanescentes de quilombos - Programa Brasil Quilombola
- Mulheres negras
- Saúde
- População indígena
- Fortalecimento das organizações antirracismo
- Diversidade cultural
- Religiões de matriz africana - comunidades de terreiro
- Política internacional

Nesta ocasião propusemos como delegado e membro da Comissão Organizadora do Congresso Nacional de Capoeira - Capoeira é Brasil, **“O Manifesto em Defesa da Capoeira”**, distribuído aos e as participantes da conferência e apresentada como proposta oficial da capoeira. O manifesto apontava que o

Estado Brasileiro tem uma dívida a quitar com a capoeira e os capoeiristas. De perseguidor implacável da “dança da malandragem” no período colonial e imperial, o Estado passou a se servir dela, a partir da transição da Monarquia para a República. A força combativa dos capoeiristas foi instrumentalizada pelos grupos hegemônicos na Guerra do Paraguai e no enfrentamento de rebeliões e conflitos militares. Essa relação utilitarista do estado com a capoeira permanece. Em todas as partes do país, capoeiristas ensinam a sua arte e contribuem com projetos de inclusão social e de ação afirmativa. Porém, não tem o reconhecimento que merecem. Enquanto em outras nações há estímulo e fomento aos esportes de criação nacional, no

Brasil enfrentamos o descaso e a indiferença. Os projetos que tem a capoeira como pólo catalisador e irradiador não tem a devida prioridade. Essa situação precisa ser revertida. Para isso apresentamos aos participantes da I Conferência nacional da Igualdade Racial, as propostas abaixo que, no nosso entender, devem ser incorporadas pela Seppir e por todos os ativistas que se dedicam à construção da igualdade racial, da inclusão social e da democracia” (MANIFESTO EM DEFESA DA CAPOEIRA, 2005).

Os capoeiristas presentes à conferência se articularam e conseguiram aprovar as seguintes proposições nos diversos temas debatidos na I CONAPIR:

- Diversidade Étnico-Racial nos Conteúdos Curriculares:

- Garantir a inclusão da capoeira nas instituições de ensino, como atividade de cultura afro-brasileira, disciplina prática e teórica, buscando o resgate histórico dessa cultura, com ênfase no combate ao preconceito e na disseminação do respeito intercultural mútuo.
- Promover o resgate e a valorização, na escola, do patrimônio dos grupos culturais afro-descendentes - congado, carnaval, capoeira, folia de reis, dança afro, hip hop, dentre outros - no intuito de divulgar a cultura negra do país.

- Ensino Superior:

- Contemplar no currículo do curso superior de Educação Física manifestações culturais do povo negro, como música, dança e capoeira.

- Patrimônio Material e Imaterial

- Efetivar políticas de preservação da história e cultura das comunidades quilombolas, indígenas, dos povos ciganos, ribeirinhos caboclos, judeus e palestinos (as), incluindo na grade curricular matéria de artes – música, desenho, dança, teatro, artesanato e capoeira.
- Promover o tombamento⁴⁰ da capoeira, do maracatu, do maculelê, do jongo, do samba, da congada, da folia de reis, entre outras manifestações da cultura negra, como patrimônio cultural brasileiro.

- Diversidade Cultural e Educação

- Garantir que os conteúdos artísticos populares como hip-hop, capoeira, teatro de rua, escolas de samba, entre outros, integrem os cursos e atividades de formação de

⁴⁰ O instrumento correto para o reconhecimento dos patrimônios culturais imateriais é o Registro, instituído pelo Decreto 3.551/2000 e não o tombamento, que se refere ao patrimônio cultural material e foi instituído pelo Decreto-Lei 25/1937.

professores, agentes culturais e servidores, em particular que prestam atendimento ao público, visando combater a discriminação e valorizar a diversidade étnica e cultural e contribuir para a promoção da equidade.

- Festas, Festivais e Calendário Nacional

- Instituir um calendário nacional de eventos e celebrações, voltado para a história de resistência do povo negro e indígena, tais como as comemorações do culto afro-religioso, Dia Nacional das Religiões de Matriz Africana e Ameríndia e do Dia Nacional da Capoeira, mediante o lançamento de uma campanha nacional mobilizadora da aprovação de um projeto de lei sobre o tema.

- Cultura, Esporte e Lazer

- Criar coordenação de promoção de igualdade racial nos órgãos de gestão do esporte e lazer, com o desenvolvimento de ações esportivas que aprimorem e valorizem o atleta e as atividades esportivas protagonizadas por afro-brasileiros e incorporem atividades relacionadas culturalmente à população afro-brasileira, tais como hip hop, capoeira, reggae, afro-reggae, escolas de samba, congadas.
- Demarcar o espaço da capoeira nos locais reservados para práticas desportivas – quadras, ginásio póli-esportivo - e nos espaços culturais de todo país, para também contemplar aqueles (as) que entendem a capoeira como dança e luta.
- Solicitar aos deputados e senadores, com atuação direta da assessoria parlamentar da Seppir, apoio ao Projeto de Lei 7370/2002, que retira a capoeira do crivo do Sistema CONFEF/CREF - Conselho Nacional de Fiscalização da Educação Física/Conselho Regional de Educação Física.
- Estimular a aprovação e execução do Projeto de Lei 7370/2002.
- Valorizar a capoeira como arte e cultura, vinculada à cosmogonia de matriz africana e como recurso metodológico e pedagógico para conscientização sobre a importância da cultura afro-brasileira, como propugna a Lei 10.639/03.

- Educação

- Resgatar a história, preservando e respeitando a origem e o conhecimento tradicional das comunidades remanescentes de quilombos. Coibir a incorporação da cultura do poder dominante e disseminar a cultura popular quilombola nas escolas, por meio de oficinas tais como: educação musical, danças, capoeira, brincadeiras populares, entre outras.

- Incluir, no âmbito escolar, manifestações artístico-populares, a exemplo do hip hop, capoeira, samba-de-roda, maculelê, reggae, cultura indígena, manifestação tradicional quilombola e outras, como instrumento de educação para inclusão e valorização de jovens, a partir da realidade de cada município.

Percebe-se, a partir dos fatos acima relatados, que a luta pela preservação da capoeira sempre se deu a partir de seus praticantes, mesmo nos momentos mais conturbados da sociedade brasileira. Portanto, a estes e estas devemos o que a nossa capoeira é hoje e o Estado e a sociedade brasileira tem a obrigação constitucional de manter, de preservar este legado deixado pela nossa ancestralidade, que, através de seus corpos tem escrito a história de lutas de negros e negras deste imenso país.

Nosso “Brasil é um país de características multiculturais e vive, nas últimas décadas, importantes processos de revalorização da contribuição dos segmentos étnicos participantes do processo civilizatório nacional” (VIEIRA, 2012, p.10). Mas, segundo Vieira (2012a, p. 11) “desde o início da República, a postura do estado brasileiro em relação à capoeira tem oscilado entre a repressão e o desprezo”. Para este autor, “foi a partir dos anos 2000 que tiveram início medidas com o propósito de reconhecer a importância do patrimônio cultural representado pela capoeira e o conjunto de suas tradições” (VIEIRA, 2012b, p. 133).

A partir da gestão do Ministro Gilberto Gil, afirma ele, que “a capoeira foi eleita como uma das prioridades das políticas voltadas para as culturas populares”. A luta brasileira, após séculos de repressão, diz: “torna-se símbolo da resistência das camadas populares e da diversidade cultural brasileira”. (VIEIRA, 2012c, p. 143). Assim, o “Ministério da Cultura do governo do presidente Lula passa a reconhecer essa prática como um ícone da representatividade do Brasil perante os demais povos.” (GIL, 2004).⁴¹

Outra ação com vistas a apoiar o reconhecimento da capoeira enquanto patrimônio cultural partiu da Deputada Federal pelo estado da Bahia, Alice Portugal (PCdoB), que solicitou por meio da Indicação nº 2924 de 19 de maio de 2004, ao Ministro da Cultura, que fosse realizado, por intermédio do IPHAN, o Registro da Capoeira.

A partir desta indicação foi encaminhada ao IPHAN, através do Ofício nº 190/CG/SE/MinC, no dia 1º de setembro de 2004, da Chefe de Gabinete do MinC, a referida

⁴¹ Discurso do Ministro da Cultura Gilberto Gil. Disponível em: http://www.cultura.gov.br/discursos/-/asset_publisher/DmSRak0YtQfY/content/ministro-da-cultura-gilberto-gil-na-homenagem-a-sergio-vieira-de-mello-36642/10883. Acesso em 26 de abril de 2019.

solicitação. Embora pertinente o pedido, Márcia Sant’Anna, Diretora do Departamento do Patrimônio Imaterial - DPI encaminhou o Memorando nº 223/04 - GAB/DPI, de 14 de junho de 2004, informando ao Presidente do IPHAN que, para a abertura de processo do Registro da Capoeira, era necessário que a sua instauração fosse solicitada por parte legítima, conforme o estabelecido no art. 2º do Decreto nº 3.551/2000, sendo que membros do Poder Legislativo, de acordo com, àquele dispositivo legal, não tem legitimidade para tal solicitação⁴². Devido a relevância do pedido, é, então, sugerido pela diretora do DPI que o Ministro da Cultura ou o presidente do IPHAN, façam requerimento formal de abertura do processo de reconhecimento da capoeira coo patrimônio cultural, indicando, inclusive, a necessidade de inventário, tendo em vista a diversidade da prática da capoeira em diversas localidades do território brasileiro.

Apesar de todos os esforços para o reconhecimento da capoeira, entendemos que o principal marco nesta direção foi o evento ocorrido na sede da ONU, em Genebra, no dia 19 de agosto de 2004, em homenagem ao embaixador Sérgio Vieira de Mello (morto em Bagdá, Iraque, junto com outras 22 pessoas) quando o Ministro da Cultura Gilberto Gil “levou consigo uma comitiva de 15 capoeiristas do Brasil e do mundo e propôs a realização de uma roda de capoeira, como forma de celebrar a paz mundial e estabelecer o diálogo entre diferentes povos”. (IPHAN, 2017, p. 09).

Naquele momento foi anunciada pelo ministro a criação de um Programa Brasileiro e Mundial da Capoeira, quando afirmou ser a capoeira uma das “grandes contribuições do Brasil ao imaginário do mundo”. (GIL, 2004)⁴³. Ele propôs, ali, a criação de um calendário anual, nacional e internacional da capoeira; criação de um Centro de Referência da Capoeira⁴⁴ na cidade de Salvador; implementação nas escolas de todo o país, através do Ministério da Educação, de programa considerando a capoeira como prática cultural e artística e não somente como esporte; criação de previdência social para artistas, com atenção especial aos capoeiristas; prestação de apoio diplomático aos capoeiristas que vivem e atuam no exterior; o reconhecimento do notório saber dos mestres de capoeira e o lançamento de editais para

⁴² Conforme Parecer nº 31/2008-PF/IPHAN/AF da Procuradoria-Geral Federal (PGF), através do PROFER, Órgão Executor da PGF no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

⁴³ Id, Ibid.

⁴⁴ Em carta endereçada ao Ministro Gilberto Gil, datada de 30 de agosto de 2004, Milton Cesar Ribeiro (Miltinho Astronauta), idealizador do Jornal do Capoeira Online questiona o porque deste Centro de Referência ser no Pelourinho e pergunta: Como ficarão os Centros de Referências em outros Estados, que desempenham papel de elevada importância - sobre o passado, presente e futuro - para a Capoeira?

fomentar projetos desenvolvidos tendo a capoeira como instrumento de cidadania e inclusão social.

Em uma crítica contundente ao Ministro Gilberto Gil, André Luiz Lacé Lopes diz que

[...] o discurso parece mais apropriado a um Agente Turístico preocupado em vender a Bahia. Ignora a História da Capoeira dos demais estados, ignora Juca Reis, Manduca da Praia, Ciryaco, Sinhozinho, Plácido de Abreu, Zuma, Hermann; a tradicional capoeira de Duque de Caxias, da Penha, da Lapa; a capoeira pernambucana de um Nascimento Grande. O discurso fala em Programa Mundial da Capoeira sem, antes, definir um Plano Nacional de Capoeira. Criar uma “Meca” seria um retrocesso, seria amesquinhar a capoeiragem. Não foi o discurso de um Ministro de Estado, foi o discurso de um Ministro do Estado da Bahia (LOPES, 2004). (Grifos do autor)

Em outra frente e continuando com seus esforços para o reconhecimento da capoeira, expressão cultural de matriz africana como “Patrimônio Cultural do Brasil”, a Deputada Federal Alice Portugal (PCdoB/BA) envia ao Ministro da Cultura, no dia 26 de janeiro de 2006, correspondência reiterando seu pedido anterior, como segue:

[...] considero que existem todas as condições para que a capoeira seja inscrita no "Livro de Registro" do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN e reitero a Vossa Excelência o apelo para que a **indicação** de minha autoria, aprovada pela Câmara dos Deputados, seja levada em conta pelo Ministério da Cultura, permitindo assim que a Capoeira passe a ser considerada um bem cultural imaterial devidamente registrado junto às instituições de proteção e preservação do patrimônio histórico e artístico de nosso país [...] (Grifo da autora). (CARTA DA DEPUTADA ALICE PORTUGAL, 2006).

Após a segunda carta encaminhada pelo gabinete da parlamentar, o Ministério da Cultura, através de sua Chefia de Gabinete, encaminhou à presidência do IPHAN, no dia 13 de fevereiro de 2006 o Ofício nº 29 CG/SE/MinC reiterando o teor do Ofício nº 190CG/SE/MinC, que solicitava o Registro da Capoeira, conforme carta da Deputada Alice Portugal.

Apesar de todos os esforços depreendidos pela Deputada Alice Portugal, coube à Secretaria Executiva do Ministério da Cultura realizar, em 10 de junho de 2005, a 1ª Reunião de Reconhecimento da Capoeira como Patrimônio Imaterial⁴⁵, que teve como pauta os itens a

⁴⁵ Conforme documentos anexados ao Processo nº 01450.002863/2006-80, páginas 26-27, por solicitação de Ana Claudia Lima e Alves, Gerente de Registro/DPI.

seguir: abertura com Juca Ferreira, Secretário Executivo do Ministério da Cultura e apresentação dos participantes; apresentação dos instrumentos de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial (Registro e Inventário de Referências Culturais); apresentação de uma das experiências de bem registrado (Samba de Roda ou Círio de Nazaré); falas dos convidados sobre o universo da capoeira no Brasil e quais as suas principais referências; debates sobre os territórios e quais deveriam ser objetos do inventário; quais as possibilidades de registro e salvaguarda do bem e ainda encaminhamentos e definição de responsabilidades.

Participaram desta reunião⁴⁶, além de Juca Ferreira, as seguintes pessoas: Ana Cláudia Lima e Alves, Claudia Marcia Ferreira, Márcia Sant'Anna, Marcus Vinicius Carvalho Garcia, Marina Caldas Verne e Teresa Cotrim de Paiva Chaves (representando o IPHAN); Ana Lucia Ferreira de Castro e Franco César Bernardes (Secretaria Executiva do MinC), Carlos Eugênio Libano Soares (UFBA); Júlio Cesar de Tavares (UFF); Luiz Renato Vieira (Senado) e Muniz Sodré (UFRJ).

Cumprindo o previsto no Decreto 3551/2000, o presidente do IPHAN encaminha, no dia 17 de fevereiro de 2006, o Memorando GAB/PRES 0002/06 solicitando ao Departamento do Patrimônio Cultural Imaterial (DPI), abertura do processo de registro da capoeira, apontando como justificativa a

[...] valorização e reconhecimento de uma manifestação cultural expressiva da contribuição africana para a cultura do país, que segundo pesquisadores, desenvolveu-se no Brasil e constitui-se em referência marcante da cultura afro-brasileira, em função de sua origem e dos aspectos que a constituem, como forma de sociabilidade, saber e expressão [...] ⁴⁷. (IPHAN, 2006).

A partir daí é aberto o processo de Registro da Capoeira, tendo como referências iniciais para este registro as cidades do Rio de Janeiro e Salvador. Tal decisão foi tomada a partir de reunião realizada em Brasília pelo MinC no dia 10 de junho de 2005. No entanto, com a realização do III Encontro “Capoeira como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil”, no Museu da cidade de Recife no “Forte das Cinco Pontas”, nos dias 15 e 16 de março de 2007, entendeu-se ser necessária à inclusão da cidade nas pesquisas de instrução do processo de registro.

⁴⁶ Ibidem.

⁴⁷ Em memorando de solicitação da presidência do IPHAN solicitando a abertura do processo de registro da capoeira ao DPI.

Para que se pudesse realizar a pesquisa também no estado de Pernambuco, a Fundação Universitária José Bonifácio solicitou através da Proposta GCT nº 008/2007, a extensão do projeto **“Inventário e Dossiê de Registro da Capoeira no Brasil”**. Segundo o documento supracitado, a partir dos levantamentos realizados no **III Encontro “Capoeira como Patrimônio Imaterial do Brasil”**,

[...] detectou-se não só um sítio histórico importante para a capoeira, nos estado de Pernambuco, mas também a importância de se incluir os capoeiristas daquela região no processo de construção política do inventário. Assim, mas do que utilizá-lo como uma referência, acha importante levar à sociedade pernambucana, as discussões sobre os rumos da capoeira, que o Inventário tem levantado e documentado (IPHAN, 2006, Processo SEI nº 01450.002863/2006-80, p. 132).

Além de Recife (PE), os Encontros “Capoeira como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil” ocorreram nas cidades de Niterói e Duque de Caxias (RJ) e Salvador (BA). E é destes encontros que trataremos a seguir.

1.2.1 - Os Encontros “Capoeira como Patrimônio Imaterial do Brasil”

Nossa finalidade ao falar dos Encontros **“Capoeira com Patrimônio Imaterial do Brasil”** é o de apresentar um breve relato destes eventos. Para início de conversa me causou estranheza e perplexidade os encontros ocorridos no estado do Rio de Janeiro não terem contemplado a capital, já que é notório que as grandes referências da capoeira em nosso estado estão localizadas na cidade do Rio de Janeiro. Julgo a pensar ter tido um direcionamento proposital dos encontros para as cidades de Niterói e Duque de Caxias, tendo em vista o envolvimento de pessoas neste processo terem trabalhos desenvolvidos nestes lugares ou relação com grupos e pessoas destas regiões.

1.2.1.1 – I Encontro “Capoeira como Patrimônio Imaterial do Brasil”

Mas, partindo das análises feitas por mim no processo acima citado e dos arquivos recebidos pelo Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI) via correio eletrônico, o **I Encontro “Capoeira como Patrimônio Imaterial do Brasil”**, que, segundo o cartaz de divulgação, tinha como perspectivas a implementação de políticas públicas para a Salvaguarda da Capoeira, ocorreu em 06 de setembro de 2006 no prédio da Reitoria da Universidade Federal Fluminense (UFF). O referido evento, sob a direção de Wallace de Deus

Barbosa, Coordenador Geral do Projeto para Salvaguarda da Capoeira como Patrimônio Imaterial do Brasil, teve como programação os seguintes temas: “O que é ser Mestre?”; A ECAIG⁴⁸ como Ponto de Cultura - uma avaliação preliminar; Festas e Celebrações na Capoeira Angola; Mestre João Grande em Nova Iorque; A Capoeira como Patrimônio Imaterial do Brasil; A Roda Livre de Caxias, etnografia de uma roda de rua; A roda de rua, sua dinâmica e poética; A cultura material da Capoeira; A experiência com a Capoeira e as crianças no complexo da Maré; Musicologia e etnografia da Capoeira Angola no RJ; a transmissão da Capoeira e seu aprendizado e o evento “Roda Mundo” e a difusão da Capoeira no exterior. Este primeiro encontro teve a participação na mesa de alguns mestres de capoeira, onde podemos citar Mestre Curió (Jaime Martins dos Santos - BA), a quem coube discorrer sobre o que seria um Mestre de Capoeira, Mestre Peixinho (Marcelo Azevedo Guimarães), do Grupo de Capoeira Senzala, que abordou a difusão da Capoeira no exterior; Mestre José Carlos (José Carlos Gonçalves), que trouxe alguns questionamentos sobre a não participação da mulher nas rodas de capoeira tocando berimbau e questionando do porque em alguns lugares isso não ser permitido. Participaram, ainda, Amélia Conrado, da Escola de Capoeira Angola Irmãos Gêmeos do Mestre Curió e Contramestra Cristina - Grupo de Capoeira Angola Ypiranga de Pastinha.

Apesar de considerar este evento de suma importância, não ter nesta mesa mestres e mestras de capoeira como Mintirinha (Luis Américo da Silva), Touro (Antonio de Oliveira Bemvindo); Sueli Cota (Sueli da Silva Alvarenga); Nacional (Adalberto de Souza Alvarenga); Mestre Chita (Itamar da Conceição Magalhães) e Machado (José Machados dos Santos), dentre outros e outras personalidades do mundo da capoeira carioca e fluminense é perder a oportunidade de coletar importantes informações da capoeira pelo menos da década de 50 até o período da realização dos encontros. Isso, que fique claro, sem desconsiderar a presença de todos e todas que ali participaram, mas ouvir de mestras e mestres de capoeira que viveram e vivem a capoeira carioca e a capoeira fluminense (Niterói e São Gonçalo), seria importante para substanciar ainda mais a história da capoeira no estado do Rio de Janeiro, tendo em vista estes e muitos outros personagens aqui não citados viveram momentos ímpares sobre a

⁴⁸ ECAIG é a Escola de Capoeira Angola Irmãos Gêmeos de Mestre Curió. Surgiu nos anos 60, na antiga cidade de Alagoinhas (BA). Em Salvador sua sede ocupou distintos lugares como: a Baixa do Dique em São Caetano, o Forte de Santo Antônio Além do Carmo, clube do guarda civil na Baixa dos Sapateiros e a Associação dos Artesãos do Pelourinho. Em 1982, a escola foi juridicamente registrada e possui sede no Pelourinho com filial no Forte Santo Antônio. Disponível em: <https://salvadorcapoeira.com.br/portfolio/ecaig-escola-de-capoeira-angola-irmaos-gemeos-de-mestre-curio/>. Acesso em: 22 de novembro de 2019.

história da capoeira em nosso estado. Como nos disse Lopes (1999, pag. 279), em carta endereçada ao Mestre Corvo⁴⁹ “Chapéu de Palha”, em 26 de agosto de 1985, “é no subúrbio que reside à parte mais forte, mais pura, mais brasileira, da nossa cultura popular”.

Quem melhor para falar da capoeira do Mestre Paraná⁵⁰ (Osvaldo Lisboa dos Santos) senão o Mestre Mintirinha, um de seus discípulos e que até hoje dá aulas na Zona Norte do Rio de Janeiro? Quem poderia melhor falar sobre a presença da mulher na roda de capoeira, senão Mestra Sueli Cota, dentre tantas outras mulheres capoeiristas importantes, que tem vivido diuturnamente na prática/ensino da capoeira e que viveu momentos áureos da capoeira desportiva, tendo em vista ter sido por diversas vezes campeã estadual e nacional de capoeira. Sem contar, é claro, ela fazer parte de um grande Grupo de Capoeira do Rio de Janeiro, o Cruzeiro do Sul, fundado pelo Mestre Khorvão (Paulo Afonso Costa de Souza) no dia 11 de junho de 1975.

Segundo o Dossiê publicado em 2007,

O desafio do *Inventário para Registro e Salvaguarda da Capoeira como Patrimônio Cultural do Brasil*, realizado entre 2006 e 2007, era construir um diálogo entre o tempo histórico passado e o tempo presente. Como patrimônio vivo, a capoeira se mantinha no cenário atual através dos mestres que representavam o saber. Ao mesmo tempo, acumulava produção documental que atravessava os últimos três séculos. Havia a necessidade de reconstituir brevemente a história da capoeira e realizar um registro instantâneo de seu momento presente (IPHAN, 2007, p. 8).

E justamente sobre este “registro instantâneo” destes momentos que vamos tratar a seguir, analisando o que foi efetivamente discutido na UFF. Coube ao professor Julio Cesar de Tavares, antropólogo e pesquisador da capoeira, a abertura dos trabalhos da mesa. Com o

⁴⁹ Mantive a grafia original apresentada na carta enviada por André Luiz Lacé Lopes ao Mestre Khorvão. Em conversas com Mestre Levi, o mesmo me confidenciou que o Mestre gostava de ser chamado de Khorvão, e que era assim que ele assinava convites e cartas de Capoeira.

⁵⁰ Nascido Osvaldo Lisboa dos Santos, Mestre Paraná foi um dos maiores tocadores de berimbau de todos os tempos. Nasceu em 1923, na cidade de Salvador no estado da Bahia. Angoleiro nato foi aluno do Mestre Antônio Corró, ex-escravo na Bahia. Viajou por todo o Brasil mostrando a arte da Capoeira e o som inigualável do seu gunga, chegando a gravar um compacto duplo pela CBS intitulado de Capoeira Mestre Paraná. Conhecido como um dos grandes difusores de nossa arte, Mestre Paraná, a convite de Mercedez Batista, foi até Portugal mostrar a capoeira do Brasil e também participou do filme “O Pagador de Promessas”, dirigido por Anselmo Duarte. O filme ganhou o troféu Palma de Ouro em Cannes. Mestre Paraná foi o primeiro a tocar berimbau na orquestra sinfônica do teatro municipal do Rio de Janeiro. Na década de 1950, Mestre Paraná fundou o grupo de capoeira São Bento Pequeno, do qual constitui toda a formação do Grupo Muzenza de Capoeira. Mestre Paraná faleceu no dia 7 de março de 1972 aos 49 anos de idade no IAPASE (Rio de Janeiro) vítima de um súbito colapso cardíaco. Disponível em: <https://muzenzajaragua.com.br/mestres-da-velha-guarda/mestre-parana-o-patrono-do-grupo-muzenza-de-capoeira/>. Acesso em 25 de novembro de 2019.

tema “*A Capoeira Patrimônio Imaterial do Brasil*”, ele deu início a sua fala. Segundo ele “a capoeira se globalizou e é uma arte sem dúvida nenhuma internacional, sendo, ainda, um tema muito complexo”. Destacou em sua fala que

É fundamental lembrar que a capoeira não é folclore, como também não é folclore o jongo, o tambor de crioula, o maracatu e qualquer outra expressão de origem negra. O folclore inclusive deve sair de nosso vocabulário. Nossas culturas são grande legado da civilização africana para o mundo ocidental. Formam uma verdadeira e imensa rede. Um tecido que entrelaça a experiência de muitos se comunicando invisivelmente. Há malícia no jogo da capoeira, no tambor de crioula, no samba e maculelê. Nestes existem algumas estruturas que se mantem. E a capoeira é o elo de uma grande rede, de um grande tecido. (TAVARES. informação verbal, 2006).

Para ele a capoeira, que sofreu séculos de perseguição, é, a partir dos anos 50, que aparece como expressão cultural relevante, momento este “marcado pelo famoso abraço ao Mestre Bimba dado pelo presidente Getúlio Vargas, que, em mais um jogo político procurava legitimar a existência da capoeira”.

Segundo este pesquisador, “essas atitudes governamentais sempre resistiram no sentido da repressão. Inicialmente da República, com os grandes praticantes de capoeira indo para a prisão ou mesmo sendo eliminados”. Getúlio Vargas, diz ele, “aceita a prática da capoeira somente na academia, entre quatro paredes, demonstrando uma preocupação, um controle, através da opressão ou do favorecimento”.

Ele afirma em sua fala que “o Brasil tem uma dívida muito séria e profunda com os descendentes de africanos. Identificando, como antes de qualquer coisa, uma obrigação por parte do estado este reconhecimento” da capoeira como patrimônio cultural imaterial. “Parte da dívida que estes governos têm para com essa civilização de descendentes de africanos no Brasil, bem como com suas práticas culturais, para a sobrevivência da cultura e dos próprios praticantes são um fato”, diz ele. A capoeira sempre foi um patrimônio e os representantes da capoeira nunca deixaram de ser praticantes. “A novidade neste processo é o governo”, que trás esta proposta do reconhecimento da capoeira como patrimônio cultural.

Em sua exposição ele apresenta um fato interessante sobre a materialidade da capoeira, através do corpo, que, para ele é o “seu maior patrimônio, fisicamente falando. É sua caixa de segredo, onde ele leva para o tumulto tudo aquilo que ele acumulou toda a experiência,

observação e vivência e este corpo também precisa ser preservado. Ele precisa se aposentar e ser resguardado por este Estado”. (TAVARES. Informação verbal, 2006).

Com abordagens que considero importantes ser discutido entre nossos pares, Julio Cesar de Tavares trouxe para este **I Encontro “Capoeira como Patrimônio Imaterial do Brasil”**, momentos de muitas reflexões para o início da construção de uma proposta de políticas públicas para a nossa capoeira.

No caso da patrimonialização da capoeira, ele nos diz que

A condição de patrimônio imaterial às vezes pode se tornar uma proposta ambígua. Vamos apoiar o que ela tem de simbólico, naquilo que ela traz de reverência à memória da resistência da luta do negro contra a escravidão. Mas existe uma coisa concreta. Simbólica. E essa referência esta guardada no corpo. Eu gostaria de ver esse projeto de Capoeira Patrimônio Cultural Imaterial assegurar a aposentadoria para o praticante da capoeira com 40, 50 anos de roda. Assegurar qualidade de vida, qualidade de pesquisa, espaço para a reprodução sistêmica. Trabalhar a tecnologia corporal que a capoeira desenvolveu. Gostaria de ver a política de Patrimônio Cultural Imaterial voltada para o suporte deste material, desse suporte que eu gostaria de conversar com os proponentes deste projeto. Todas as simbologias e mitologias necessitam de suporte físico para que elas sobrevivam. Esse é o aspecto que me parece fundamental desde que não se abandone a fisicalidade do imaterial. Porque é ele que assegura a reprodução, a realização deste projeto. A capoeira, ela é hoje global, em todos os lugares do planeta você vai ter a capoeira. Capoeira com “C” maiúsculo. A maior parte dos praticantes no exterior está localizada nos Estados Unidos. Lá 12% dos quase 300 milhões de habitantes são negros e estes são os maiores praticantes da capoeira nos EUA. A capoeira, assim como a Amazônia é para eles um patrimônio da humanidade e ela será tombada lá. Podendo ser apropriada por eles a nossa capoeira. Um museu global da capoeira nos EUA. Pesquisas enormes no campo acadêmico são muito sérias por lá. Fica aqui antes demais nada um alerta. Vamos nos preocupar com o patrimônio da capoeira mais ser cuidadoso. Devemos ter um olhar crítico e contrapor, agregar a esta proposta de patrimônio complementos que tornem efetiva essa proposta de salvaguarda da capoeira (TAVARES. Informação verbal, 2006). Grifo Nosso.

Como informei anteriormente, diversos foram os temas discutidos para subsidiar as ações previstas para elaboração do inventário da capoeira. Uma das coisas que notei é que na mesa de abertura, a presença masculina é majoritária e, apesar de a Mestre Jararaca, de Salvador, ser a única mestra a estar presente no evento, a mesma não foi convidada a estar na mesa.

Mas como diz a música “*Salomé, Salomé, capoeira é pra homem, menino e mulher*”, daremos “voz”, agora, a Amélia Conrado, da Escola de Capoeira Angola Irmãos Gêmeos do Mestre Curió, que discorreu em sua fala sobre “Festas e Celebrações na Capoeira Angola”. Ela, mandingueira sim sinhô, já chega aplicando uma benção, fazendo o seguinte questionamento: “Já entro numa questão muito séria. Dentro de um espaço, de uma faculdade, de uma escola de educação o porquê esse conhecimento não é tratado, estudado e não tem a atenção que merece”? Ela se referia de o porquê naquele momento a capoeira estar num espaço universitário e no caso em questão nas dependências da Reitoria da Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói. Ela não conseguia entender como a universidade se distanciava dos conhecimentos tradicionais que são proporcionados pelos mestres e mestras de capoeira.

Quanto ao tema de sua fala, ela disse que na verdade isso é um grande desafio. Falar de festas e celebrações da Capoeira Angola, esta Capoeira Angola que se localiza dentro do estado da Bahia, vem das dinâmicas produzidas no dia-a-dia. Estas festas e celebrações, segundo ela, são muito sérias e precisam ter um olhar das que as vivenciam, com mais atenção. Elas “vem de núcleos de resistências culturais afro-brasileiras importantíssimos: os Terreiros de Candomblé que mantêm anualmente seus calendários; os Afoxés e os Grupos de Capoeira. Há uma dinâmica no dia-a-dia se manifestando, afirmando essa presença, uma linguagem, financiada ou não pelos poderes públicos”, completa.

Para ela entre os capoeiristas

[...] todo dia se está tocando berimbau, cantando, jogando. Essa questão dentro do espaço da capoeira como se dá? Qual a importância? A minha tarefa é fazer essa leitura. O que é que essa celebração, essa festa, esses rituais ensinam? Porque eles devem acontecer. Qual sua função enquanto manifestação? Eu diria que é o primeiro espaço mais nobre de excelência da própria manifestação da Capoeira Angola: é a roda, o seu ritual de roda. O que a gente encontra nessa celebração? Toda uma produção, toda a aplicação de um conhecimento daquilo que se aprende no dia-a-dia. Estrangeiros, pessoas de Salvador, jovens, crianças, indiferentemente de idade, sexo, religião, origem, nesse espaço é o momento onde estão reunidos para o mesmo objetivo (CONRADO. Informação verbal, 2006).

Afirmando a todo o momento a importância da preservação da Capoeira Angola como importante instrumento de transformação social, ela acredita que “a roda é o espaço de maior preservação”.

Eu diria que a preservação da roda da Capoeira Angola é algo sublime, porque ali se aplica o conhecimento, se mantém uma tradição. Se mostra para o público uma ética, uma postura de Mestre. Uma hierarquia que deve ser entendida. No campo da pesquisa quando se fala hierarquia se acha logo que é uma, por exemplo, estratificação social. Essa hierarquia social ampla ela não se dá; porque ali a hierarquia é no sentido de quem tem mais conhecimento, mais tempo de capoeira e aprendizado ou mesmo a própria idade. Mas a gente não pode dizer que em todos os espaços a hierarquia não é confundida com abuso de poder. A hierarquia não pode ser confundida com abuso de poder. Pelo fato de eu ser representante eu tenha que manter pessoas submissas. Então a gente diria que essa dimensão da roda é de fundamental importância (CONRADO. Informação verbal, 2006).

Em sua explanação percebemos o quanto é importante para a manutenção dos preceitos da Capoeira Angola as práticas que, na Roda de Capoeira, são compartilhadas mandigueiramente entre àqueles e àquelas que vivenciam a Capoeira Angola como uma prática ancestral. Arrisco-me a dizer, inclusive, que essas práticas são importantes instrumentos de politização de nossas comunidades, já que, penso eu, o ensino aprendizado desenvolvido na Capoeira Angola se dá para além das rodas.

Como nos diz Muniz Sodré,

[...] a roda é uma coisa universal. Mas é uma coisa muito africana. [...] As danças africanas são em geral danças em rodas. As danças dos cultos afros são na roda e se chama de Xirê. Dançar em roda. A capoeira também é na roda. Ali você não tem início e nem começo. A roda não tem começo nem início. Ela já está dada ali. Como se fosse a matriz de onde as coisas vêm. A roda é fundamental entre a gente e a roda comunal ali. A roda em qualquer lugar que você esteja você está no comum, você está dentro dela. Então fazer a roda. Iniciar a roda é, digamos a matriz de toda solidariedade possível. (SODRÉ, 2016, Disponível em: <http://tvbrasil.ebc.com.br/estudiomovel/episodio/muniz-sodre-relembra-a-historia-da-capoeira-no-brasil>. Acesso em: 29 de novembro de 2019).

Amélia Conrado, sempre incisiva em suas colocações, conclui sua participação na mesa dizendo que

[...] outras manifestações no nível da Capoeira Angola que se dá no nosso cotidiano, que são nossos eventos, eventos comemorativos onde se reúnem mestres, pesquisadores, familiares e alunos de diferentes escolas de Capoeira. E ali se encontram, recebem. O Mestre consagra, atribui uma graduação, um nome para aquele capoeirista. É você ser reconhecido com uma identidade no contexto da capoeira, no contexto daquela cultura. Então muitas vezes nessa busca dos espaços de Capoeira Angola, a esse incentivo,

a esse apoio para manutenção desses rituais, nós encontramos as portas fechadas. Então a compreensão da dimensão disso aí enquanto um favorecimento, enquanto uma linguagem que colabora com o turismo, com a educação, colabora com a inclusão social, colabora para a visibilidade daquele lugar. As portas ainda estão fechadas. A dificuldade para que aqueles rituais aconteçam semanalmente, anualmente é muito difícil. Então a gente faz, diz assim: bom, no nível de a gente argumentar a importância dessas festas, dessas celebrações é dizer que elas precisam ser apoiadas. Elas para acontecer exigem uma produção muito grande de objetos, participação, resistência, produções dos mestres. No nível do reconhecimento, calendário, apoio das condições objetivas (CONRADO. Informação verbal, 2006).

David Bassous (Bujão) capoeirista e criador do método Din-Down-Down⁵¹ para pessoas com deficiência, também participou da mesa de discussões como consultor/pesquisador, para falar sobre “a Roda Livre de Caxias, etnografia de uma roda de rua”, mas informou que a sua fala na verdade seria sobre indagações que ele gostaria de compartilhar com os presentes, já que tinha algumas perguntas sem respostas, pois ele acredita que a

Capoeira deveria ser vista de uma maneira mais global e que a gente poderia quebrar esse paradigma, essa dualidade e visualizar a capoeira e os capoeiristas como um conjunto de práticas de conhecimentos, empíricos e acadêmicos. Não seria mais vantajoso para todos entender que a capoeira é construída na diversidade e por ser uma arte que foi baseada no espírito de liberdade poderíamos dar uma brecha para cada um se expressar da forma que quiser e acreditar na capoeira na forma que quiser? Não seria melhor criar a capoeira como um objeto multifacetado? Ao invés de ser uma, um conhecimento fragmentado em dois? (BASSOUS. Informação Verbal, 2006).

A Contramestra Cristina, do Grupo de Capoeira Angola Ypiranga de Pastinha, fundado em 1998, fez parte da mesa em substituição ao Mestre Manoel que estaria viajando. A sua fala perpassa sobre a experiência do Mestre Manoel e dela própria com aulas de capoeira para as crianças da Favela da Maré, no município do Rio de Janeiro. Com mais de oito anos (na época), atuando naquele complexo de favelas através da capoeira “tem sido uma forma estratégica”, segundo ela, “chamando a comunidade a repensar sua realidade, buscando o

⁵¹ O Método Din-Down-Down consiste em promover ações de valorização da diversidade cultural e étnica com foco no atendimento a pessoas com deficiência. Em longo prazo, neste sentido - e mais especificamente para além de integrar a educação formal com saberes e fazeres da tradição oral e das linguagens da capoeira -, pretende contribuir modestamente com a ampliação das condições políticas, sociais e culturais que garantam de forma institucional o acesso a fontes de conhecimento da cultura afro-brasileira, aportando questões transversais no âmbito das relações das identidades e cidadania, tanto no plano da interracialidade como no plano da inclusão. Disponível em: <http://gingascopeira.com/index.php/din-down-down/>. Acesso em 30/11/2019.

pertencimento de sua cultura, fazendo as pessoas perceber que existe uma identidade”. As aulas de capoeira na comunidade contam com a parceria de escolas públicas e da Lona Cultural da Maré.

Os projetos realizados por eles tem tido dificuldades de aprovação quando buscam participar de editais promovidos pelos poderes públicos.

Ela acredita que

[...] pensar em salvaguarda a capoeira é pensar na continuidade dela. É pensar através do viés da educação, pensar nas crianças, nos adolescentes. A capoeira está dentro de muitas escolas. Pensar na permanência disso. Não é só ensinar os golpes. Estamos criando uma consciência política em nossos alunos buscando ver o resultado disso mais adiante, mas isso depende de políticas públicas que garanta a continuidade deste trabalho (CONTRAMESTRA CRISTINA. Informação verbal, 2006).

Concluindo, a Contramestra Cristina diz que “pensar em salvaguardar o físico da capoeira é como se fosse devolver para ela o que ela já faz. Salvaguardar o físico dessas pessoas que a praticam. E conseguir recursos para manter este trabalho”.

Coube ao Mestre Peixinho (Marcelo Azevedo Guimarães) falar sobre a sua experiência no exterior, com a realização do evento “Roda Mundo”, e a difusão da capoeira na Europa. Sua primeira viagem, ele relata, foi para Ilha de Reunião, levado pelo partido comunista. Segundo ele, o povo daquela região estava muito sem identidade cultural e tentaram levar diversas culturas africanas para fortalecer a identidade da comunidade local. Isso foi em 1986.

Ele nos relata que

[...] já tinha um aluno que dava aula em Paris. Tinha algumas pessoas trabalhando muito isoladamente com a capoeira na Europa e EUA. As maiores dos capoeiristas que estavam lá fora caíram lá fora por acaso com a capoeira. Sem intercâmbio é difícil trabalhar com a capoeira no exterior. Em 1987 eu tinha um aluno que estava começando um trabalho em Paris. Em 1987 fizemos um projeto chamado Brasil em Preto e Branco. Puxada de Rede, Samba de Roda... Mostrar coisas mais autênticas. A Capoeira como espetáculo e palestras. Apresentamos ao Ministério da Cultura, mas não tivemos apoio. Fomos por nossa própria conta (MESTRE PEIXINHO, Informação verbal, 2006).

Ele não deu mais detalhes sobre este evento acima, mas brindou o público com novas informações, dentre elas a relacionada ao I Encontro Europeu de Capoeira, com a participação de países como Holanda e Alemanha. Segundo ele, participaram deste encontro cerca de 30

capoeiristas. Um dos compromissos firmados nesse evento foi o de pesquisar sobre os capoeiristas atuantes naquele continente com vistas a participarem do Encontro seguinte. Uma coisa que chamou a atenção do Mestre Peixinho foi à diferença da faixa etária dos praticantes de capoeira na Europa em relação aos do Brasil. Lá se iniciavam na capoeira a partir dos 20 anos de idade, enquanto aqui, naquela época, já tinham pessoas de várias faixas etárias, com um particular: no Brasil havia muito mais crianças. Para Mestre Peixinho, a capoeira é a “maior responsável da divulgação da língua portuguesa” no mundo, mas diz que já viu “o estrangeiro cantando só na língua deles”.

Ele continua a falar de sua experiência na Europa e diz que por acaso foi em uma feira comprar “um negócio lá” junto com um aluno. Este aluno ao revirar os itens oferecidos em uma banca, levanta a mão e diz: “aqui tem um disco de capoeira”. Ao olhar o disco Mestre Peixinho diz que encontraram um disco gravado pelo Museu do Homem numa roda de capoeira do Mestre Valdemar, em 1930, quando, diz ele, “o Brasil nem se preocupava em fazer registro dessa cultura na época”. Ele conclui sua participação na mesa dizendo ver “**a Capoeira como uma. Seja ela Angola ou Regional**”⁵².

E, como nos diz Falcão (2014), em artigo sobre a internacionalização da capoeira publicado na Revista Textos do Brasil, número 14 - Capoeira,

Nesse complexo movimento de internacionalização, a Capoeira vem conquistando espaço nos mais diversos rincões do planeta. Além da internet, os filmes também têm contribuído para esse processo, sendo o primeiro deles, o brasileiro “O Pagador de Promessas”, que ganhou prêmios internacionais. Entretanto, foram as produções norte-americanas, *Only the Strong Survive* (no Brasil recebeu o título agressivo de “Esporte Sangrento”) e *Roof Tops*, que conseguiram emplacar maior a difusão da arte-luta. [...] O fato é que a Capoeira ganhou o mundo e se transformou num dos veículos mais significativos de inserção da cultura brasileira no exterior, uma exuberante propaganda do Brasil [...]. (FALCÃO, 2014, p. 126-127) Grifos do Autor.

Mas como “capoeira é luta nossa, da era colonial”, voltemos a não menos internacional Roda de Caxias, um dos temas abordados no **I Encontro “Capoeira como Patrimônio Imaterial do Brasil”**, realizado em Niterói, Rio de Janeiro.

Mestre Russo (Jonas Rabelo), cujo tema foi “A Roda de Rua, sua dinâmica e poética”, ao fazer uso da palavra fez questão de afirmar que “utiliza muito a expressão capoeiragem”

⁵² Grifos Nosso.

para se definir sobre a prática da capoeira vivenciada por ele. “Se você não é angola ou regional você não é nada”. Para ele ao pensarmos assim “acabamos obedecendo a um sistema político, pois somos doutrinados para obedecer, obedecer, obedecer”.

Segundo sua fala as pessoas o acham revolucionário, criador de caso e que “se estivéssemos agora num regime militar autoritário alguém ia ligar agora para a polícia federal e naturalmente iam me esperar lá fora. Eu brinco que é ordem e progresso na bandeira. Ordem pra gente cumprir e progresso não se têm. Essa é a verdade”, afirmou. Para ele, seu “trabalho é um trabalho de desmistificar um câncer que é o preconceito, a discriminação. Fazemos isso na nossa cultura quando defendemos apenas uma vertente da capoeira. Como se ele existisse há 76 anos a partir de vertentes”.

Ele fez questão de reiterar que

Quando discutimos capoeira a partir de vertentes suprimimos uma história de sacrifício, de escravidão e a gente acaba apoiando uma política que derrubou a monarquia e transformou o Brasil numa república. E que o interesse era de apagar toda essa mancha histórica. Quando a gente fala eu sou Angoleiro eu sou Regional antes de se tornar um capoeirista de alma, a gente suprime tudo isso. Ai eu pergunto: Essa dívida que o governo quer pagar é a partir destes 76 anos ou quer pagar toda a dívida que tem com a capoeiragem? E como vai pagar? Quantas parcelas? Qual o valor dessas parcelas? (MESTRE RUSSO. Informação verbal, 2006).

Em sua fala Mestre Russo diz ter a capoeira hoje “como algo que não se define”. O capoeirista, diz ele, primeiro precisa “ser um capoeirista de alma, para ter a liberdade de caminhar”. Sobre a escravidão ele acredita que ela continua, mas com novas táticas e novas formas de atuar. “Quem vive com trezentos reais em uma família de três pessoas”? Pergunta ele. “Nem sozinho se vive. O capoeirista tem que estar sempre atento as suas atitudes”.
Porque

[...] o capoeirista sempre foi injustiçado socialmente e alguns contribuíram para que fossem discriminados. A Capoeira não tem uma definição. A Capoeira é o que o momento determina. Na área de saúde, como uma terapia; na educação, como uma didática; no momento do perigo, é para o capoeirista uma defesa; pra uma criança, uma forma de brincar. Ela é dotada de elementos com uma infinidade de valores. Cedeu elementos para literatura e ainda cede. Pro cinema, pro teatro, pras academias, pro estudo formal. Quantos doutores utilizaram a capoeira como elemento de

investigação, como objeto de estudo? Ajudou muita gente boa, muitos intelectuais, ela tem muita força. Vamos procurar também não ser tendenciosos. A gente vê muito o pessoal falar de vertentes. Num momento como esse não cabe à defesa de suas vertentes pra gente não ser tendencioso. O apoio tem que ser pra capoeiragem. Espero que esse apoio de pessoas bem intencionadas de resultados. Se as pessoas refletirem com coerência. Os temas é que são polêmicos e precisamos pensar e pensar (MESTRE RUSSO. Informação verbal, 2006).

Mestre Curió, quando fez uso da palavra, discordou da visão única em relação à Capoeira apresentada pelas falas dos que o precederam, notadamente em relação à fala do Mestre Peixinho, o que veremos a seguir, mas não sem antes apresentarmos uma ponderação.

Apesar de não concordarmos da forma como fora pensada a ordem das falas na mesa promovida para debater as propostas do **I Encontro “Capoeira como Patrimônio Imaterial do Brasil”**, tendo em vista nesta não ter sido respeitada a antiguidade na capoeira, já que o Mestre Curió deveria ter sido consultado se queria ou não fazer o uso da palavra primeiro, penso que, no final das contas, a intervenção do Mestre Curió acabou contemplando, com êxito, os anseios que as comunidades da capoeira tem tido já há algum bom tempo.

Como nos diz Amadou Hampaté Bâ (2010), em *A Tradição Viva*, Volume I, da Coleção História Geral da África, publicado pela UNESCO pela primeira vez em 1981, “onde não existe a escrita, o homem está ligado à palavra que profere. Está comprometido por ela. Ele é a palavra, e a palavra encerra um testemunho daquilo que ele é. A própria coesão da sociedade repousa no valor e no respeito pela palavra”.

E as palavras proferidas pelo Mestre Curió neste encontro mostram o seu compromisso não só com a Capoeira Angola, mas com toda a ancestralidade que ele carrega como um legado de negros e negras africanos e africanas deste país.

O tema ao qual Mestre Curió foi incumbido de falar tem sido motivo, no seio da capoeira, de longos debates. O que é ser Mestre? Esta é a pergunta que os que estavam ali presentes buscavam a resposta.

Aí vem o Mestre, com a sabedoria que lhe é peculiar, segura o microfone e diz: “Bom gente, boa tarde. A benção de quem é de benção. Deus em primeiro lugar. Segundo os Orixás. Mas na realidade, *se eu falar alguma coisa de errado, mereço perdão porque é pela minha inocência, pois inocente não sabe o que diz nem o que fala*⁵³”.

⁵³ Grifo nosso.

Ele prossegue. “Botaram aqui pra mim o que é ser mestre”. Faz uma longa pausa, como que para chamar a atenção dos ouvintes e nos começa a brindar com todo seu conhecimento, uma das grandes características que observamos nele desde quando, em 1994, com apoio do SESC, o trouxemos ao Rio de Janeiro para participar da I Jornada Esportiva no SESC Niterói.

Devido à importância e polêmica que sempre acontece no mundo da capoeira em relação a este tema, decidimos por bem colocar toda a fala do Mestre Curió, pois, “o testemunho, seja escrito ou oral, no fim não é mais que testemunho humano, e vale o que vale o homem” (BÂ, 2010, p.168). Assim como a capoeira, nas falas de Mestre Curió, tem sido uma “escola da vida” a fala também tem um imenso valor moral, portanto, diz ele,

Eu fico preocupado quando a pessoa diz assim o que é ser Mestre. Quando o cara forma um aluno ele já sabe quem ele formou. Hoje na realidade tem mais Mestre que aluno. Nos meus debates eu disse que não vai ter mais lugar pra aluno, só pra Mestre. Quando eu comecei na Capoeira quem daria o título de Mestre era o público. O público que dizia quem era quem. E o Mestre só consagrava. Mestre Pastinha não formou ninguém como Mestre. Quero ver que alguém me prove que Mestre Pastinha formou alguém como Mestre. Ele nunca formou. Quem formou os alunos de Mestre Pastinha como Mestre foi o público. O público quem diz quem é quem. Hoje não, o cara se intitula: eu sou Mestre. E quando você vai ver a mestragem dele esta aqui dentro (**fez um sinal diminutivo com os dedos**). Porque eles querem ensinar, não querem aprender. E como é que você ensina o que não sabe? Então eu não posso dizer a ninguém o que é ser Mestre. Eu digo sim para os meus alunos. Porque eu estou com 57 anos de Capoeira, até agora... Vou fazer uma pergunta pro público e pra mesa. [...] quantos Mestres eu formei? Eu nunca formei Mestre nenhum. Para mim quem forma meus alunos é o público. Quem forma meus alunos é o publico, eu só consagrei três Mestres até agora. **Porque eu não quero uma fábrica de Mestres. Eu quero uma fábrica de conhecimento.** Minha preocupação não é inovar, não é mudar, não é criar. Quem sou eu para criar o que encontrei pronto. Quem sou eu. Não quero aqui machucar ninguém, mas é o meu pensamento, é pela estrada que eu passei. Aí o cara disse pra mim que eu ia morrer pobre. Eu quero morrer pobre, mas quero ser um Mestre com Deus, comigo e com meu povo que está ao meu lado. Então eu não preciso de uma fábrica de Mestres, preciso de uma fábrica de conhecimento. Porque estou com 57 de capoeira e ainda não sei nada. Estou aprendendo. Meu pai morreu tá com três meses, com 106 anos. Mestre de Capoeira e todo dia ele dizendo: *“to aprendendo, não sei nada meu filho”*. Ai existe o elemento que diz assim: eu já sei as duas. Eu já faço faz as duas. Se ele faz as duas é mais inteligente do que eu. Eu quero um quilo de cada uma que ele faz. (MESTRE CURIÓ. Informação verbal, 2006). Grifos Nosso.

Para Hampaté Bâ, (2010, p. 168-169), não é apenas nas sociedades orais que a “memória é mais desenvolvida, mas também a ligação entre o homem e a palavra é mais

forte. Lá onde não existe a escrita, o homem está ligado à palavra que profere. Está comprometido por ela. Ele é a palavra, e a palavra encerra um testemunho daquilo que ele é”. Dentro desta perspectiva do uso da palavra, que substantia o que o indivíduo é em sua essência, que apresentamos abaixo a continuação da fala do Mestre Curió.

Primeiro que quero agradecer a toda à direção. Eu queria colocar algumas coisinhas, e pela minha inocência, pela minha vivência né, eu não nasci em berço de ouro, não tive adolescência e nem infância, não tive carinho de pai, não tive carinho de mãe. Fui capitão de areia sim; comi pão no lixo muitas vezes pra não da pra vagabundo; tomei porrada da polícia; dormi debaixo do viaduto; e tudo que eu sei hoje graças a deus agradeço a capoeira. Aí eu não digo: eu não sou capoeirista não, eu sou um museu. Com muito respeito, com muito orgulho, sem desmerecer a, b, c e z. E a minha preocupação senhores para os poderes públicos na realidade é o que eles querem fazer com a família capoeirista, sofrida, enrolada, sem falar às pessoas que faz esse movimento do sistema. Eu não quero que meu irmão se inflame aqui em cima das palavras que ele acabou de dizer por último, que capoeira era uma só. Isso eu fico muito revoltado, se a capoeira é uma só, quantos anos tem a Capoeira Regional? Eu não quero aqui inflamar, mas eu quero só para a gente ter uma identidade filosófica sincera. A capoeira regional eu queria que eles me dissessem quantos anos tem. Eu vou perguntar também quantos anos tem a capoeira angola. Para ver, quando ele diz que capoeira é uma só, para ver qual a que seria? Por hierarquia. Pela história de um povo negro, sofrido, escravo e ralado. Entendeu? Porque para mim, pelos meus conhecimentos, pela minha inocência, a capoeira angola no Brasil tem 457 anos. Quantos têm a capoeira regional? Então se fosse por hierarquia era a capoeira angola e onde fica o trabalho, a história do mestre bimba, do saudoso mestre bimba. Onde fica essa história. E se disser que é a capoeira angola (acho que ele queria dizer regional). Onde é que fica a história de um povo negro, sofrido, acorrentado, apresilhado, chicoteado pelos navios negreiros. Quantos foram os navios negreiros que chegou à Bahia? Onde fica essa historia gente. Então antes de abrir a boca para falar qualquer coisa, a gente tem que resumir não excluir, nem uma nem outra. Cada um respeitar o seu segmento. Porque se não fosse à capoeira dos negros que veio aqui pra Bahia não existia essa coisa tão gostosa, tão maravilhosa que está aqui agora. Há trinta, quarenta anos atrás ninguém queria aceitar. Capoeirista era coisa de vagabundo. Coisa de malandro, vagabundo, malandreco. (MESTRE CURIÓ. Informação verbal, 2006).

Concebida “como um dom de Deus” (BÂ, 2010), a fala do Mestre Curió vai tomando “corpo e forma”, o que podemos perceber em suas palavras, já que esta “pode criar a paz, assim como pode destruí-la” (BÂ, 2010). Mas ele, dotado de uma inteligência impressionante, sabedor que “uma única palavra imprudente pode desencadear uma guerra, do mesmo modo que um graveto em chamas pode provocar um incêndio” (BÂ, 2010), prossegue:

E hoje está aqui nas universidades, está aqui nos altos gabaritos. Esperar que não é mais uma vez para vir a discriminação, e vim, como é que se diz, o preconceito e o chicote na pele que hoje não existe mais, será que não vem de novo a ditadura, por isso aqui. (mostrou a caneta) a escravização de novo, domesticada que acabou na pele e agora vem na caneta, que chega mais rápido, agora sem sentir dor. Porque o negro analfabeto não sabe ler e nem escrever. E o sistema, nem todos, alguns, quer só ver o negro no anonimato e o próprio negro, o sistema, alguns que não estão preocupados com a nossa história quer jogar um contra o outro para a gente brigar, se digladiar e a gente não poder defender a nossa história como meu irmão acabou de falar. Quando a gente defende a nossa causa a gente é problemático, a gente é criador de caso. Porque o sistema quer que a gente fique sempre digladiando um com o outro, brigando um com o outro. E aquele que teve o direito de cursar a universidade. Não estou falando isso com todo mundo. Eu quero só que alguém faça a colocação porque eu também tenho aluno universitário. Mas a Capoeira não nasceu na universidade. A Capoeira nasceu nos guetos, nos guetos e nos quilombos. Então a universidade abraçar sim essa causa, mas nos respeitasse. Não nos quisesse usar mais uma vez, fazendo a gente de cobaia. [...] Se a gente passar pro lado de cá tem bala. E se não passar tem nada. Então quando teve este projeto eu mencionei: têm que ter esses dois segmentos quer queira ou quer não. Tem que ter o respeito sim. A Capoeira Angola e a Capoeira Regional. Porque a Capoeira Angola é a Capoeira mãe. Eu gostei assim de ver: vamos botar Capoeira Angola, Capoeira Angola. As próprias pessoas que praticam a Capoeira Regional. Porque eles sabem que tem uma identidade filosófica. Agora porque quando faz um projeto que bota lá em cima em Brasília o cara risca a Capoeira Angola? Não é Capoeira. E se for Capoeira, se a gente botar pé? Então a Capoeira Angola é Capoeira tradicional; aí fica o trabalho do saudoso Mestre Bimba, que eu muito respeito, de fora. Será que vocês não estão faltando com respeito ao próprio Mestre Bimba. E faltando com respeito à própria história do povo negro, que naquela época não existia branco na Capoeira. Eu não quero ser Deus, não tenho discriminação. Porque naquela época tudo de cultura era do negro; o branco nunca foi ralar mandioca, nunca foi cortar cana, nunca foi fazer açúcar. Desculpe senhores sem querer desmerecer. O branco nunca foi dançar jongo. Entendeu? Então eu não quero avançar muito. Então a minha preocupação é o que eu vou fazer com essa unificação como o rapaz colocou. (MESTRE CURIÓ. Informação verbal 2006).

A tradição oral é de suma importância para a manutenção da transmissão de conhecimentos de geração a geração. No Brasil, como “na África, cada ancião que morre é uma biblioteca que se queima” (BÂ, 2010). Como nos diz Hampaté Bâ, “a tradição oral é a grande escala da vida” (BÂ, 2010), sendo “ao mesmo tempo religião, conhecimento, ciência natural, iniciação a arte, história, divertimento e recreação” (BÂ, 2010). O quanto perdemos com “testemunhos e ensinamentos, todo o patrimônio cultural e espiritual de um povo” (BÂ, 2010, p. 176), com a morte de Mestres como Pastinha e Bimba, que na década de 30 reinventaram “a capoeira, reordenando seu lugar na ordem social, tirando-a da esfera do crime

para o campo da educação física, antiga reivindicação de parte da primeira geração republicana” (OLIVEIRA e LEAL, 2010, p. 18). Estes mestres que, infelizmente, morreram na miséria, são lembrados com muita ênfase na fala do Mestre Curió, como apresentada a seguir:

O Mestre Pastinha morreu a mingua. Deu muita glória a Bahia e ao mundo. O Mestre Bimba também a mesma coisa. Foi o primeiro a tirar a capoeira do Código Penal, foi o primeiro a botar a capoeira na academia, nas quatro paredes, foi o primeiro a apertar a mão do presidente. Porque deixaram ele morrer a mingua lá dentro de Goiânia? Porque deixaram? Não deveria deixar ele também morrer a mingua. Como o Mestre Pastinha também morreu a mingua. Então eu quero saber se a sociedade hoje está preocupada com a gente. Se tem uma aposentadoria para o velho mestre. Se tem uma assistência médica. Se quando ele não puder mais ensinar. Hoje eu estou aqui e se amanhã eu não puder mais ensinar eu vou pro leito do hospital morrer a mingua. Ou então outro capoeirista vai precisar fazer roda e pedir esmola para me dá. Como aconteceu com outros mestres e eu fiz muitas rodas. Será que essa sociedade está preocupada com isso? De ter uma aposentadoria para o velho Mestre de Capoeira? Como eu fui pra ONU levei um documento pra Gilberto Gil, levei um documento pra Kofi Annan, levei um documento pro Presidente da República fazer campanha junto ao secretário dele. E esse documento tá lá na presidência. Tirar o CREF's/CONFEEF das nossas garras e uma aposentadoria pros velhos Mestres de Capoeira. Eu não quero ser lesado mais uma vez. É como o Biriba falou. Eu deixei esse documento pedindo ajuda pra capoeira. Pedi mesmo ajuda pros angoleiros, pois a maioria dos angoleiros é pobre (MESTRE CURIÓ. Informação verbal, 2006).

Mestre Curió, como “um homem de conhecimento”, tal qual Hampaté Bâ, que, em *Amkoullel, O Menino Fula: Pastoreando Histórias e Apascentando Memórias na Oralidade Africana* (2003), focaliza toda a diversidade e riqueza vividas através de suas experiências infanto-juvenis, lançando um olhar de dentro para fora sobre a África, questiona, a seguir, o sistema, não entendendo o porque da Capoeira Angola, através de seus Mestres, não está sendo ensinada dentro das universidades.

O Angoleiro não está na universidade, no primeiro e segundo grau ensinando. Porque o reitor de uma universidade uma vez me disse. Eu perguntei por que não tinha angoleiro aqui ensinando? “O angoleiro é analfabeto, não sabe escrever uma cartilha pro seu aluno”. Ele me disse isso. Isso é uma falta de respeito. Eu disse a ele, tudo bem. Ai eu levantei assim e, olha, se o Mestre Curió viesse dar aula aqui quem queria tomar aula com Mestre Curió? Todo mundo levantou a mão. Ai eu fui com toda ousadia. **Porque eu sou ousado.** Fui lá no meio da plateia e apanhei uma

criancinha. Criancinha que eu falo é porque ele é novo. Estava cursando universidade mais era novo. Chamei e trouxe aqui e botei o menino aqui sentado. Aí disse: Doutor eu gostaria de fazer uma pergunta ao senhor perante a todos. O senhor disse que não tem um angoleiro na universidade porque ele é analfabeto e não sabe escrever “o” com o copo. Tudo bem, mas o angoleiro serve pra servir de cobaia não serve? Quando vocês querem alguma coisa procuram angoleiro. Agora essa criança que está aqui tomando aula com o Mestre Curió. Será que eu não poderia tirar ele para fazer a cartilha dos outros colegas? Será que não é uma troca de conhecimento? Eu estou dando a ele o que ele não sabe e ele está me dando o que eu não sei. Pela universidade, será que o cara com seis meses pode entrar numa sala de capoeira pra dar aula de capoeira? O que ele aprendeu em seis meses? É isso que a universidade tá fazendo. É isso. Então o CREF’s/CONFEEF. Eu tenho 130 meninos de rua, menino infrator, tenho menino com até três mortes nas costas. Delito. Eu to ensinando essa criança e já tem dois que tá ensinando. Não cursou universidade, mas cursou universidade da vida como eu estou cursando, eu cursei, entendeu? Aí ele tá ensinando, ganhando o seu próprio. Porque eu tirei ele da marginalidade. Ai chega o CREF’s/CONFEEF e diz. Você é professor de educação física? Não. Você passou por uma universidade? Não. Então você não pode ensinar. Ai eu quero que vocês me digam para onde ele vai voltar de novo, preparado e qualificado? Pra onde é que ele vai voltar? Ué, ficou todo mundo calado? Ele vai voltar pra onde? Ele vai voltar pro crime preparado pra matar. E a universidade está fazendo a coisa certa? É isso que o sistema quer? É que o negro sempre fique na marginalidade? Então isso que a gente tem que ver senhores organizadores desse projeto. Eu estou dizendo isso com muita mágoa. Porque quando o doutor ali botou Angola e Regional, quando chegou lá foi riscado, riscado. É capoeira e pronto. E só pode ser uma entidade só. Quer queira ou quer não é duas entidades. E pode olhar pelas histórias. Que Bimba, a Regional veio muito depois da Capoeira Angola. Então vocês estão esquecendo a história de um povo e botando a história de um sistema que quer sempre oprimir e humilhar o negro. Muito obrigado. (MESTRE CURIÓ. Informação verbal 2006). Grifos nosso.

Após a fala do Mestre Curió, Rui Pereira, coordenador do Projeto Capoeira Viva, falou sucintamente sobre o que é o projeto, uma parceria do Ministério da Cultura, Museu da República e Associação de Apoio ao Museu da República.

O coordenador geral e mediador deste **I Encontro “Capoeira como Patrimônio Imaterial do Brasil”**, Wallace de Deus Barbosa, informou sobre o abaixo-assinado⁵⁴ que

⁵⁴ Em entrevista a Cid (2010), Wallace de Deus Barbosa conta que “logo no primeiro encontro a gente tentou circular um abaixo assinado, aí que começou todo um imbróglio (risos). Ao tentar fazer correr a circular, logo nas primeiras cadeiras do teatro da UFF, o abaixo assinado para na mão da Jararaca. Ela falou: “isso aqui está errado”. Como está errado? “Está escrito “reconhecemos a capoeira como patrimônio cultural do Brasil.”, não é do Brasil, a capoeira é afro-brasileira”. Você não tem ideia do que ela lançou. Ela foi à mesa que estava composta, foi no Curió, e ele tem o dom da palavra. A plateia aplaudia, sem saber ao certo com o que estava fechando, porque a discussão não chegava a este nível naquele contexto. Falou-se em mais coisas, como no papel da mulher na capoeira, do mestre, do mestre que não era reconhecido. Ele (Curió) estava inflamando a galera, só que ali estavam todos os outros senões”. (CID, 2012, p. 83-84 apud CID, 2010).

estava “rolando”, de reconhecimento dessa iniciativa do inventário, que pretende mapear o que tem de Capoeira no Brasil, com *“perspectivas para a implementação de políticas públicas de salvaguarda da Capoeira”*, Ele, disse, ainda, que após a oficina de Capoeira Angola ministrada pelo Mestre Curió, todos estavam convidados a participar da Roda de Capoeira que encerraria o evento. Participaram deste encontro, além dos Mestres que fizeram parte da mesa, os Mestres Formiga e Marco Aurélio e a Mestra Jararaca.

1.2.1.2 - II Encontro “Capoeira como Patrimônio Imaterial do Brasil”

Continuando os relatos, trataremos agora do **II Encontro “Capoeira como Patrimônio Imaterial do Brasil”**, ocorrido nos dias 11 e 12 de dezembro de 2006, nas dependências do Teatro Gregório de Matos (antigo Cine Glauber Rocha), na Praça Castro Alves, Salvador, Bahia. Constava na programação do dia 11 de dezembro apresentação da Orquestra de Berimbau do Ponto de Cultura “Vadeia, Menino, Vadeia”, do Mestre Sabiá; exibição do filme “Dança de Guerra”, com a presença do diretor Jair Moura. O evento foi dividido em duas mesas com o tema **“Patrimônio, tradição e cultura no Brasil”**. A coordenação do primeiro dia ficou a cargo de Amélia Conrado, pesquisadora do projeto **“Capoeira como Patrimônio Imaterial do Brasil”**. Esta mesa se desdobrou em diversos outros subtemas, que citamos a seguir: O Inventário da Capoeira e as Políticas de Salvaguarda do IPHAN, com a participação de Wallace de Deus Barbosa, coordenador do Projeto **“Capoeira como Patrimônio Imaterial do Brasil”**; para falar sobre Ancestralidade e Saberes Africanos no Brasil, foi convidada a Professora da Universidade Federal da Bahia, Maria de Lourdes Siqueira; Coube ao Mestre Nenel, filho do Mestre Bimba, falar sobre a criação da Capoeira Regional no Brasil; A Revitalização da Capoeira Angola ficou sob a responsabilidade do Mestre Moraes, do GCAP - Grupo de Capoeira Angola Pelourinho; A Importância Social da Mulher enquanto Mestra de Capoeira Angola teve como representante a Mestra Jararaca, da Escola de Capoeira Angola Irmãos Gêmeos do Mestre Curió (ECAIG); a vida de Pedro Mineiro⁵⁵ e outros Personagens Históricos da Capoeira na Bahia ficaram sob a incumbência de Adriana Albert Dias, pesquisadora do Projeto **“Capoeira como Patrimônio Imaterial do Brasil”**; Mestre Itapoan, do Grupo Ginga e discípulo de Mestre Bimba fez abordagens sobre

⁵⁵ Pedro Mineiro, “o secreta da polícia”, segundo Abib (2013), era conhecido e reconhecido como um perigoso desordeiro e provocador de situações que visavam ao favorecimento de alguns políticos importantes da época (virada do século XIX para o XX). Nascido em Ouro Preto, Minas Gerais, por volta de 1887, é provável que tenha aprendido a arte da capoeira no século XIX.

Mundialização da Capoeira Regional; Enquanto isso, olhar sobre a Patrimonialização da Capoeira em Salvador ficou sob a responsabilidade de Ricardo Barreto Biriba, também pesquisador do Projeto **“Capoeira como Patrimônio Imaterial do Brasil”**. Depois de um longo dia de debates encerrou-se o evento com uma roda de Capoeira Angola em homenagem ao Mestre João Pequeno.

No segundo dia do encontro, a abertura se deu através de uma Roda de Capoeira das crianças do Ponto de Cultura “Ginga e Malícia”, coordenado pelo Mestre Marinheiro seguido de uma Roda de Capoeira Regional em homenagem ao Mestre Decânio, esta realizada pela Fundação Mestre Bimba.

Segundo a programação disponibilizada no Processo SEI Nº 01450.002863/2006-80, página 149, a segunda mesa foi coordenada por Carlos Eugênio Líbano Soares, autor dos livros *A Negregada Instituição - os capoeira no Rio de Janeiro* e *A Capoeira Escrava e outras Tradições Rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)*. A primeira fala da mesa partiu de Márcia Sant’Anna, diretora do Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI), do IPHAN e versou sobre o Patrimônio Imaterial do Brasil e as Políticas de Salvaguarda; no segundo momento a mulher entra na roda, com a então Contramestra Janja, hoje Mestre de Capoeira Angola, falando sobre os desafios e perspectivas para a mulher na Roda de Capoeira; para falar da Mundialização da Capoeira Angola, coube ao Mestre Cobrinha, da Fundação Internacional de Capoeira Angola (FICA) esta empreitada; Maurício Barros de Castro, Assistente da Coordenação do Projeto para Salvaguarda da Capoeira como Patrimônio Imaterial do Brasil, apresentou alguns apontamentos sobre o registro da Capoeira no Rio de Janeiro; Mestre Carlão, do Kabula Brazilian Intercultural Exchanges trouxe para os ouvintes a etnografia de uma “roda de rua” em Londres, uma homenagem a Jean Charles, brasileiro assassinado pela Scotland Yard dentro de um metrô naquela cidade; Mestre Xaréu (Hélio Campos), mestre de capoeira, professor universitário e autor dentre outros do livro *“Capoeira Regional - a Escola de Mestre Bimba”* e *“Capoeira na Universidade - uma trajetória de resistência”* fez um levantamento sobre a Capoeira nas Universidades Brasileiras; já Arani Santana, diretora do Ilê Ayê, brindou os presentes com o tema *“A Reafricanização de Salvador”*; A Capoeira e os Quilombos: recontando a história do Brasil ficou a cargo do Presidente da Fundação Cultural Palmares, Zulu Araújo, e, como ninguém é de ferro, o encontro terminou ao som de música africana com o músico Don-Don e performance com o Mestre Lua Rasta.

A seguir veremos algumas das falas proferidas neste encontro que, pelo teor, consideramos como registro importante sobre este segundo momento, pois, como nos disse Frede Abreu (2005): “não é possível compreender a capoeira e sua história sem se aprofundar na riqueza de suas linguagens e na multiplicidade de seus sentidos”.

Wallace de Deus Barbosa, coordenador geral do programa, informa aos presentes, logo no início do encontro, que a UNESCO⁵⁶ tem estabelecido uma rubrica muito importante e oportuna, que é o reconhecimento do Patrimônio Imaterial da Humanidade, mas ele acredita que

[...] antes de nós chegarmos a estabelecer algo como patrimônio cultural da humanidade há que se reconhecer determinadas expressões como patrimônio cultural do Brasil e é esse movimento que a gente pretende desencadear com o processo do inventário. Na verdade a gente está tentando chamar a atenção, focar uma dinâmica que até a bem pouco tempo não era objeto de salvaguarda (BARBOSA. Informação verbal. 2006).

Márcia Sant’Anna, então Diretora do Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI), ao usar da palavra indagou aos presentes: O que é uma referência cultural? Coube a ela mesma a resposta. As referências culturais, diz ela, “são exatamente esses domínios da vida social, essas práticas sociais, esses saberes, essas habilidades que tem um valor diferenciado para nós. Para nós enquanto grupo, para nós enquanto indivíduos, para nós enquanto pessoas dentro de uma sociedade”.

Assim como a “capoeira é tudo que a boca come⁵⁷”, para Sant’Anna (2006), a “cultura abrange tudo, mas existem algumas expressões que são especialmente valorizadas por todos, por aqueles grupos que praticam essas expressões e por aqueles que vivenciam esses conhecimentos e saberes dessas expressões culturais”. Para ela as expressões culturais “têm o valor especial porque elas estão ligadas à nossa história, à nossa memória enquanto grupo. A

⁵⁶ A **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial da UNESCO** (2003) entende como patrimônio cultural imaterial as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (UNESCO: 2003, p. 4).

⁵⁷ Segundo publicação no **CD-ROM - “Capoeira como Patrimônio Imaterial do Brasil”**, “Capoeira é tudo que a boca come” é uma frase de Mestre Pastinha que pode ser interpretada como uma definição da arte. Significa dizer que a capoeira é altamente antropofágica, como a própria cultura brasileira, e se alimenta das informações e influências do cotidiano que a cerca (IPHAN, 2007).

nossa própria identidade enquanto grupo. Então são exatamente a essas expressões culturais que nós estamos nos dirigindo com esse inventário” (SANT’ANNA, Informação verbal, 2006), diz ela.

"Estar sempre à escuta" (BÂ, 2003, p.31), é de suma importância para que a história da capoeira, que, como sabemos se mantém por causa das lutas travadas pelos nossos antepassados contra as diversas formas de preconceitos e discriminações, faz-se necessário num processo como este, onde se busca preservar “o caráter identitário” da capoeira.

Neste sentido, Ricardo Barreto Biriba, membro também do grupo de pesquisadores envolvidos com o projeto para o reconhecimento da **“Capoeira como Patrimônio Imaterial do Brasil”**, diz ter sido incomensurável as caminhadas que ele tem feito, tendo em vista a percepção de todas as formas de manifestações que a capoeira o proporcionou, mostrando, inclusive, toda a diversidade existente na capoeira praticada na cidade de Salvador. Segundo ele foram “inventariados vários mestres de capoeira. Foram entrevistados capoeiristas de rua, capoeiristas de Angola, capoeiristas de Regional e capoeiristas que estão dentro da universidade trabalhando”. Para ele, com as pesquisas e entrevistas que tem sido realizadas, será possível ampliar um leque de informações consistentes “sobre o verdadeiro retrato da capoeira” que existe em Salvador.

“Capoeira pra estrangeiro, meu irmão, é mato
Capoeira brasileira, meu cumpradre, é de
matar”.

(SUASSUNA, Mestre. DIRCEU. Capoeira pra
estrangeiro, meu irmão, é mato Capoeira
brasileira, meu cumpradre, é de matar. LP
Capoeira Cordão de Ouro. Musicolor. 1975).

Ao Mestre Cobra Mansa coube discorrer sobre a mundialização da Capoeira Angola. Representando a Fundação Internacional de Capoeira Angola (FICA), ele nos contempla começando a dizer que a “capoeira tem se expandido pelo mundo”. Mas ele em sua fala demonstra uma preocupação, tendo em vista ter dito que nós capoeiristas não estamos expandindo a capoeira no mundo para colonizar ninguém, muito menos os catequizar. O que os capoeiristas querem, na verdade, diz ele, é simplesmente divulgar o seu saber, o que ele conhece.

Ele entende que, ao falar de globalização, se está falando também no sentido dominador. “O que acontece com a globalização é exatamente isso: uma cultura de repente se impondo em cima de outras pequenas culturas”.

Representante da Capoeira Angola, ele diz que

[...] as pessoas que trabalham sério com a Capoeira Angola elas tem uma preservação muito grande com a relação à bateria, com relação ao canto, com relação ao ritmo e com todo o respeito às vezes, muitas vezes em outros países os grupos não tem essa preocupação ate porque as pessoas sentem um pouco de dificuldade de ficar ensinando músicas de capoeira para pessoas que não falam a língua portuguesa (COBRA MANSA, Informação verbal, 2006).

Para ele uma das ações previstas neste processo de reconhecimento da “Capoeira como Patrimônio Imaterial do Brasil”, com vistas a apoiar os mestres de capoeira, deveria ser a criação de

[...] um balcão em todas as capitais e até mesmo no interior para que tenha pessoas em condições de ajudar a todos os grupos que ainda não tem registro de capoeira para que eles possa se registrar. Se desburocratize toda essa situação pra que o mestre possa ter condições de chegar no local e dizer “eu só tenho isso e como é que vocês podem me ajudar para que eu registre minha academia? Esse seria o primeiro passo. Segundo, que se crie cursos, oficinas de capacitação para que o mestre, se ele não pode, ele tenha um aluno ou dois alunos de confiança pra que ele possa ir a um local onde ele possa aprender a fazer projeto. Porque não adianta a gente fazer edital se a academia tem cinquenta pessoas e nenhum deles nem sabe o que é projeto, nem sabe o que é um objetivo. Não adianta. Então a gente tem que criar primeiro condição e capacitação para essas pessoas. Que se abra um curso. Se escolha aí cinco, seis pessoas que tenha condições de dar um curso voltado exclusivamente para a capoeira. Que chegue lá e fala, olha vai abrir vagas para cem (100) pessoas nesse primeiro semestre, mais cem (100) no próximo semestre e cada pessoa carrega dois alunos (COBRA MANSA, Informação verbal, 2006).

Tendo como tema a mundialização da Capoeira Angola, podemos perceber que, ainda assim, a maior preocupação por parte do Mestre Cobra Mansa é como o mestre de capoeira poderá se manter, poderá continuar com o seu trabalho se não tiver uma estrutura mínima necessária, se não tiver a capacidade para elaborar um projeto, se não tiver condições de ter seu grupo de capoeira regularizado.

Mestre Decânio (2006), então, faz uma pequena intervenção após a fala do Mestre Cobra Mansa, dizendo que “o importante é nós regulamentarmos a profissão de mestre. Só dar uma base pro que vai fazer. Só a partir daí é que o mestre pode ter cidadania⁵⁸”.

Outro que estava presente e mostrou uma grande preocupação com a capoeira foi Pedro Abib, um “misto de cineasta, escritor, professor e capoeirista”, como nos diz Mestre Itapoan na “orelha” do livro “Mestres e Capoeiras Famosos da Bahia⁵⁹” (2013).

Para ele a “transformação da capoeira em mera mercadoria de consumo” (Abib, 2006), o preocupa muito. Segundo ele, mesmo dentro de toda a diversidade que a capoeira tem, este fenômeno da mercantilização da capoeira vem acontecendo demais. As pessoas, afirma ele, “colocam uma embalagem muito bem colocadinha mais justamente para poder entrar nessa lógica de consumo que a gente vê por aí”.

Ele entende que quando isso acontece, “a capoeira perde muito de sua essência, perde muito daquilo que é a sua tradição, sua ancestralidade”. Ele conclui sua fala dizendo achar que as discussões que serão feitas para a construção do inventário nacional para a Salvaguarda da Capoeira “precisam tocar nestas questões, deixar muito claro isso”, pra que não seja de certa forma, “através de uma iniciativa como essa, incentivada essa forma de se vender a capoeira por aí” (ABIB, 2006).

Foi Mestre Bimba foi
Foi Mestre Bimba
Que num sonho me falou
Que na capoeira tem mandinga
A capoeira é arte
É cultura sim senhor
(CD “BIMBA - Mestres dos Mestres”. Selo Niterói Discos, 2000).⁶⁰

⁵⁸ As discussões sobre a regulamentação da profissão de Mestre de Capoeira têm sido debatidas em diversas instâncias pelo menos desde 2003, quando da realização do Congresso Nacional de Capoeira - Capoeira é Brasil, realizado no estado de São Paulo. No Parecer Técnico 0523/2013 da Antropóloga Maria Paula Fernandes Adinolfi, representante do IPHAN na Audiência Pública convocada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, em Salvador, ocorrida no dia 06/12/2013, para debater o Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2009 (PL nº 7.150, de 2002, na origem) de autoria do Deputado Arnaldo Faria de Sá, que dispõe sobre o reconhecimento da atividade de capoeira, ela informa que “para um capoeirista, a capoeira não se resume a uma profissão, ela constitui sua identidade, sua forma de estar no mundo e ver o mundo”. Em 2019 este debate se intensificou no seio da capoeira, continuando em 2020 através das redes sociais.

⁵⁹ O livro Mestres e Capoeiras Famosos da Bahia teve sua elaboração coordenada por Pedro Abib e publicado pela Editora da Universidade Federal da Bahia (EDUFBA) e prefaciado por Frederico José de Abreu (Frede Abreu).

⁶⁰ O CD “Bimba - Mestres dos Mestres” foi lançado em 2000 pelo selo Niterói Discos em parceria com a ABADÁ-Capoeira em homenagem ao centenário de nascimento do Mestre Bimba.

Continuando os debates da mesa, a próxima fala foi do Mestre Nenel, filho de Mestre Bimba. Ele, que estava incumbido de falar sobre a criação da Capoeira Regional no Brasil, logo de imediato quis esclarecer aos presentes sobre um fato importante. A data correta de nascimento de Manoel dos Reis Machado, o Mestre Bimba, já que em diversos documentários e livros informavam que ele havia nascido em 1900. Para acabar com as dúvidas, ele afirmou que a data correta é 23 de novembro de 1899.

Dito isso ele passou a contar um pouco da trajetória de seu pai até a criação da Capoeira Regional. Mestre Bimba, informa, começou a praticar capoeira aos 12 anos de idade, treinado até 1918, quando então passou a dar aulas. Foi entre 1918 até 1928, informa Mestre Nenel, que Mestre Bimba “declarou que estava à capoeira dele pronta, a Regional dele pronta. Segundo ele nesse período devido talvez até mesmo pela opressão, devido perseguição tanto policial quanto da sociedade a capoeira como outras manifestações, tipo como o batuque estava em desuso” (MESTRE NENEL, Informação verbal, 2006).

Mestre Nenel relata que seu pai dizia que naquela época

[...] a capoeira estava resumida a nove movimentos e mais a ginga. Então claramente a tendência seria terminar, sumir como outras manifestações, como o batuque desapareceu também. Então tudo o que ele fez foi recuperar alguns movimentos que tinham se perdido na época. Desenvolveu outros, sistematizou o ensino e a essa metodologia criada por ele, ele se deu o nome de Capoeira Regional que, segundo ele em 1928 já estava pronta (MESTRE NENEL. Informação verbal, 2006).

Presente também no Teatro Gregório de Matos, Mestre Xaréu fez uma pequena intervenção para tratar da inserção da capoeira nas universidades brasileiras, o que para ele, já é uma realidade. Ele diz que esta relação da capoeira com a universidade possivelmente tenha acontecido pela influência de Mestre Bimba, tendo em vista este ter uma aproximação com a Escola de Medicina, “da qual o Professor Ângelo Decânio foi um dos pioneiros e está aqui presente” (MESTRE XARÉU. Informação verbal, 2006). Na década de trinta, diz ele, essa relação com a Escola de Medicina era muito estreita. Em sua fala fez questão de frisar que essa aproximação da capoeira com a universidade teve contribuições também de “Sisnando e de outros companheiros da medicina”.

Ele afirma que “a capoeira ela entra na universidade por conta do seu valor cultural, por conta do seu valor educacional, por conta da sua valorização como manifestação cultural

brasileira afro-descendente e pelos seus valores que ela trás na sua prática” (MESTRE XARÉU. Informação verbal, 2006).

Em outro momento deste encontro, Amélia Conrado fez leitura do texto sobre “Ancestralidade e Saberes do Brasil”, encaminhado pela Professora Maria de Lourdes Siqueira, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que transcrevemos a seguir:

E a capoeira e seus mestres e seus contramestres tem esse inquestionável saberes que constituem o patrimônio imaterial do Brasil. Tudo passado em cada aula, em cada jogo, em cada roda, que passa pelo círculo relacionado pelas perguntas históricas, por uma geografia, uma filosofia, conceito de capoeira, de ancestralidade, reelaborando princípios, métodos, conteúdos e isso é transmitido no cotidiano entre a diversidade de suas riquezas construídas no dia-a-dia pelos capoeiristas tradicionais, que, por sua vez aprendem, criam, inventam a partir de uma convivência com os seus antepassados africanos e seus descendentes. É da própria história brasileira que a capoeira se constitui e com isso ela sobrevive, razão pela qual foi reconhecida, elencada entre os indicadores de patrimônio imaterial. (LOURDES. Informação verbal, 2006).

Ratificando o que havia dito em sua participação no primeiro encontro ocorrido em Niterói, Mestre Curió nos relata que

[...] quando eu pedi aposentadoria pros os velhos Mestres de Capoeira foi realmente pensando nos nossos antepassados que morreram a míngua. Quando eu discuti com a menina do INPS que ela disse pra poder... que eu tava correndo atrás da aposentadoria dos velhos mestres de capoeira, mas tinha que tá um ano de contribuição para poder a gente ter direito. Então eu disse a ela: então você me deve quarenta e quatro anos, cinquenta e quatro anos. Que se é um ano, eu tenho 55 anos de capoeira então você tá me devendo aí 54 anos. Que será que não é uma contribuição? Todos nós não tá contribuindo, não tamo levando a capoeira pro mundo, não tamo ensinando, não tamo tirando os adolescentes da rua? Não temos esse trabalho? Será que não é uma contribuição? Uma coisa é a gente ta criticando o outro, uma coisa é a gente se organizar. Porque se a gente não tem esse pontapé inicial à gente não vai abrir os olhos da gente, dos poderes públicos e dos poderes governamentais. Porque aqui na Bahia a gente é sempre esquecido (MESTRE CURIÓ. Informação verbal, 2006).

Uma parte importante que foi tratada neste segundo Encontro e que tem sido pauta de diversos debates é a presença da mulher na capoeira, não apenas no jogo, mas no comando das rodas e na formulação de propostas relacionadas às suas práticas⁶¹.

Menezes (2014, p. 96), diz que na capoeira, como não poderia deixar de ser, a participação feminina tem sido cada vez mais frequente, ajudando a fortalecer a modalidade. Ela toca, canta, joga, ministra aulas e participa de debates com muitos dos renomados mestres da arte.

Será que sempre foi assim? Vejamos a seguir a participação da então Contramestra Janja, do Instituto de Estudos de Capoeira Angola N'Zinga, que traçou um panorama sobre “os desafios e perspectivas para a mulher na Roda de Capoeira” no Encontro.

A capoeira, embora historicamente ela tenha produzido né, métodos, vamos dizer assim, marginal, capaz de contrariar os códigos, as normas, o estabelecimento da ordem, (Adriana tem ensinado pra gente isso muito bem, diga-se de passagem) no que diz respeito às mulheres a capoeira nunca insistiu em fazer as revisões necessárias dos seus códigos, das suas normas no sentido de construir ou de reconstruir juntamente com as mulheres, aquilo que de certa forma está na sua base de existência que é a construção da liberdade. Hoje a presença da mulher no interior da capoeira talvez seja o mais importante fenômeno da contemporaneidade da capoeira. E o resultado disso são exatamente encontros, conferências, pesquisas, estudos, questionamentos, peças de teatro e até composições de ladainhas, etc. Coisas ditas ações bem pontuais que vem sendo colocada no cenário da capoeira por essas mulheres de forma organizada, mexendo muitas vezes com os brios, sobretudo da geração mais velha, que muitas vezes buscam neutralizar as lutas dessas mulheres, confrontando de maneira superficial o entendimento que fazem da tradição. Quando a gente fala em mulher e capoeira se a gente pensa em algum desafio, eu gostaria de propor que a gente tentasse inverter a lógica e dissesse que na realidade, e pensássemos que na realidade é a capoeira hoje a grande desafiada. É a capoeira que esta sendo desafiada a se democratizar. É a capoeira que está sendo desafiados a vencer as estruturas sexistas ainda presentes no nosso dia-a-dia. Ela também está sendo desafiada a se portar ao lado das lutas pela promoção dos direitos das mulheres, até como possibilidade de enfrentamento ao próprio racismo. Ela está sendo desafiada a promover diversidade, ela está sendo desafiada a ser democrática e de fato inclusiva.

⁶¹ Em 1999, quando realizamos o 1º Encontro Estadual Feminino de Capoeira e Maculelê, comemorativo a Dia Internacional da Mulher, em parceria com o SESC e a Federação de Capoeira Desportiva do Estado do Rio de Janeiro (FCDRJ), além do lançamento do Livro “O Mundo de Pernas Para o Ar – a Capoeira no Brasil”, realizamos duas mesas de debates, uma que versava sobre “Mulher, Capoeira e Cidadania” e a outra sobre “A mandinga na Capoeira - um jogo de contra-poder”, esta com Letícia Vidor de Souza Reis, a autora do livro supracitado. Esta palestra. Segundo ela [...] nessa comunicação, a partir de uma leitura gestual dos movimentos corporais da capoeira, procurarei caracterizar a capoeira com um jogo de contra-poder, onde cada defesa guarda em si um ataque e vice-versa. Além disso, a inversão corporal que a capoeira realiza, pode ser vista como uma inversão social que zomba de certos valores dominantes (REIS, 1999).

Em entrevista para a Revista Textos do Brasil Nº 14 - cuja edição foi publicada especificadamente sobre a nossa capoeira, Mestre Janja (Rosângela Costa Araújo), ao falar de sua trajetória de mais ou menos vinte e cinco anos na capoeira, nos diz que

[...] o que mais a impressiona é a mudança que caracteriza as novas formas de convivências entre os grupos e, principalmente, entre os mestres. A possibilidade de realizarem atividades conjuntas, dialogando com diferentes públicos ou mesmo com os poderes públicos, ainda que não elimine antigas desconfianças, estabelece diferentes modelos de convivência. A crescente presença da mulher é também um importante fenômeno a ser apresentado e discutido (ARAÚJO, 2014, p. 99).

Analisando o que foi apontado por ela no **II Encontro “Capoeira como Patrimônio Imaterial do Brasil”**, com a entrevista acima citada, podemos perceber que, apesar de alguns avanços, a mulher na capoeira ainda sofre determinados preconceitos, não só de ordem de sua participação nas rodas de capoeira enquanto praticante, mas ainda é possível presenciar o machismo imperando em algumas situações vividas no jogo da capoeira, por exemplo, quando o homem se nega a reconhecer, muitas das vezes, a superioridade técnica da mulher na capoeira.

Ao ser perguntada sobre quais os progressos que ela destacaria no que se refere à participação da mulher nas rodas de capoeira, Mestre Janja (2014) começa afirmando que, antes de chegar à rodas de capoeira, a mulher enfrenta caminhos diferenciados para se tornar e se fazer reconhecer capoeirista.

Para ela, e acredito também que para muitas pessoas,

[...] não é novidade para ninguém que a capoeira deixou de ser algo específico de homens, se é que algum dia o foi. Hoje há organizações de capoeira fundadas e lideradas por mulheres, ou mesmo grupos, sobretudo no exterior, em que as mulheres constituem a maioria dos praticantes. Entretanto, ainda lidamos com um grande desequilíbrio de representatividade quando pensamos no reduzido número de mulheres que são promovidas pelo sistema de graduação. Temos visto grupos, com base em certas “tradições” por eles criadas, dizerem que as mulheres não podem tocar o gunga ou “puxar” uma ladainha, mesmo que esse conhecimento lhes seja exigido no dia-a-dia dos treinamentos e demais aprendizados da capoeira (ARAÚJO, 2014, p. 99).

Entendemos que a fala da Mestre Janja em algum momento se difere de Menezes (2014, p. 97), principalmente quando esta diz que a mulher toca o berimbau nas rodas de capoeira. Em 2006 foi apontado pela Mestre Janja (contramestra há época), que a capoeira estava sendo “desafiada a se democratizar” e a “vencer as estruturas sexistas ainda existentes no seu dia-a-dia”.

Quando indagada em 2014 sobre quais os obstáculos que ainda deveriam ser vencidos pelas mulheres na capoeira, ela se posiciona no sentido de acreditar que talvez seja o momento para a inversão do “prisma desta questão”. Quais são os obstáculos que precisam ser vencidos pela capoeira para integrar de maneira respeitosa e qualificada a presença da mulher? Indaga.

Os debates acerca da participação da mulher, em particular na construção dos planos de Salvaguarda da Capoeira, foram apontados por Silva (2018, p. 759) em artigo publicado nos anais do VII Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanas (CONINTER). Segundo este autor, “o papel das mulheres na construção da Salvaguarda da Capoeira, desde o processo de instrução do registro sofreu certa invisibilidade”, haja vista as entrevistas realizadas durante este processo não ter uma mestra de capoeira.

A última fala da mesa neste terceiro Encontro ficou sob a responsabilidade de Irani Santana, diretora do Ilê Aiyê⁶², abordando o tema sobre a reafricanização⁶³ em Salvador.

Arani (2006) começa a sua fala dizendo ver que “a capoeira contribuiu de forma incisiva na reafricanização dessa cidade”.

A seguir apresentamos o discurso por ela proferido. Segundo ela a capoeira trouxe esta contribuição de forma

[...] silenciosa, resistente e a gente continua vendo isso. Quando se fala em cultura negra a primeira referência é a capoeira. Quando aquela escolinha faz aquela manifestação no dia do folclore tá lá o berimbau gemendo, é à roda de capoeira, de forma até mesmo distorcida, mas só o que tem nesta cidade,

⁶² O Ilê Aiyê, primeiro bloco afro da Brasil, nasceu no Curuzu, Liberdade, bairro de maior população negra do país, com aproximadamente 600 mil habitantes. Fundado em 1º de novembro de 1974, com o objetivo de preservar, valorizar e expandir a cultura afro-brasileira. O Ilê, ao longo de sua trajetória, vem homenageando países africanos e revoltas negras brasileiras, que contribuíram fortemente para o processo de identidade étnica e autoestima do negro. O Mais Belo dos Belos apropriou-se popularmente da história africana para trabalhar a construção da história do negro no Brasil. Disponível em: <http://www.ileaiyeoficial.com/bio/>. Acesso em 30 de novembro de 2019.

⁶³ Para maior compreensão do tema, recomendamos a leitura de **O mundo negro: hermenêutica crítica da reafricanização em Salvador** de autoria de Osmundo Santos de Araujo Pinho, publicado pela editora Progressiva e o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, em 2010.

só que o teve todo esse tempo à capoeira como cartão postal de africanidade nesta cidade. Era ela que estava lá. Em quaisquer circunstâncias. De pobre, de rico, com negro, com não negro, de academia ou de rua ela estava lá. Como cartão postal. Como manifestação para exportação. Para a educação. Para cidadania. Para tirar os meninos da rua. Para adestrar os meninos que estavam na faixa de risco. É pra isso que a capoeira tem vivido tanto. E hoje aqui eu gostaria de refletir no momento em que se pensa desse registro da capoeira, ela chega de forma bem tardia. Ela resiste nesse país todo esse tempo. Ela não é uma manifestaçãozinha qualquer. Ela é uma luta de resistência, de liberdade. Ela é sobrevivência. Se no passado ela teve uma função na época do Brasil escravocrata, hoje ela continua basicamente quase que com a mesma função. Eu me refiro a aqueles que vivenciam que vivem a capoeira no dia-a-dia, que não se enriquecem dela, que estão fora do país, não estão nas academias da zona sul, e por aqueles que respiram a capoeira no dia-a-dia. E que resistem com ela. Eles vivem na ginga, na contra ponta da ginga, nas viradas do corpo, nos nós, para sobreviver nessa cidade que exclui e discrimina. Os capoeiras da nossa cidade, do nosso estado, continuam lutando para sobreviver. Lutando pela vida, lutando pela inclusão, lutando pela liberdade. Que essas pessoas não tenham medo de ninguém. Eu acho que o nosso povo precisa adentrar a universidade, precisa ter oportunidade, contudo esta manifestação é de um povo que foi excluído ao longo dos séculos, então não se pode exigir que o capoeirista seja também acadêmico. Nosso povo está precisando de comida, de moradia, de plano de saúde e de adentrar a universidade também. Mas enquanto isso o que fazem meus mestres, meus contramestres e professores que aprenderam esse saber pela oralidade? Fazem o que? Ficam a margem da sociedade? Aqui fica o meu agradecimento. O meu muito obrigada. E talvez também esse meu apelo de que a gente olhe esta manifestação, esta religião, esta luta, este saber, com um olhar mais profundo. É realmente a capoeira algo extremamente atípico e diferente de outras manifestações. Cada uma delas tem a sua especificidade, mas essa a gente pede um carinho bem especial, um olhar especial. Boa noite a todos. (SANTANA. Informação verbal, 2006).

1.2.1.3 - III Encontro “Capoeira como Patrimônio Imaterial do Brasil”

Assim, após relatarmos parte dos debates travados no Encontro de Salvador, seguimos para as discussões ocorridas no terceiro Encontro realizado em Pernambuco.

Segundo o relatório parcial de atividades realizadas para subsidiar o inventário da capoeira, de março a maio de 2007, enviado ao IPHAN pela Fundação Universitária José Bonifácio, o **III Encontro “Capoeira como Patrimônio Imaterial do Brasil”**, foi realizado nos dias 15 e 16 de março de 2007, no Museu da Cidade do Recife (no “Forte das Cinco Pontas”). Segundo o relatório, este encontro estava previsto para acontecer no Rio de Janeiro ou Brasília, mas, após os resultados encontrados pelo “levantamento bibliográfico, do trabalho de campo e de contatos estabelecidos em âmbito nacional”, fez com que se repensasse o local de realização do evento.

Conforme o relatório, no plano de ação que contribuiu para a formulação da proposta de trabalho com vistas às realizações dos Encontros **“Capoeira como Patrimônio Imaterial do Brasil”**, foi apontado o estado de Pernambuco como um importante sítio histórico da capoeira, e que deveria, portanto, ser contemplado na pesquisa. A realização do encontro em Recife teve, segundo o relatório, o objetivo de “estimular a busca de documentação desta pesquisa no estado de Pernambuco e registrar as iniciativas e atores que atuam em Recife e Olinda na difusão e transmissão da capoeira em suas variadas vertentes”.

Apresentada a proposta ao DPI, a mesma foi acatada pela direção e estabeleceu-se assim, por parte da coordenação do projeto, contatos em Pernambuco com vistas a buscar parcerias e apoios, o que acabou ocorrendo. Foi fechado parcerias com a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e a Universidade Estadual de Pernambuco (UEP).

Segundo relatos, o III Encontro permitiu o estabelecimento de um contato mais institucional entre a coordenação do inventário e a Superintendência Regional do IPHAN em Pernambuco. Além, é claro, de maior proximidade com os capoeiristas da cidade de Recife. Ali foi possível perceber, informa o relatório, o anseio dos capoeiristas no que diz respeito à importância histórica da capoeira pernambucana no cenário nacional e ainda o registro da realidade atual dos praticantes locais da capoeira.

Como parte das atividades do III Encontro, houve uma abertura solene com uma orquestra de berimbaus, que, infelizmente não foi possível identificarmos nos documentos disponibilizados pelo IPHAN, sob a responsabilidade de quem foi realizada esta apresentação. Logo após foi dado início às discussões preliminares, com a participação da Coordenação do projeto Salva-guarda da Capoeira como Patrimônio Imaterial do Brasil, representada por Wallace de Deus Barbosa e Maurício Barros de Castro; Rui Pereira, coordenador do Projeto Capoeira Viva⁶⁴; Frederico Faria Neves Almeida, Superintendente Regional do IPHAN-PE e de Tito Figueiroa, representando a Universidade Federal de Pernambuco. Aconteceu ainda no primeiro dia a projeção dos filmes: Mestre Curió - o guardião da tradição e Bemvindo: a história dos Mestres Touro e Dentinho.

No segundo dia teve início a mesa: “Patrimônio, Tradição e Cultura no Brasil: Capoeira, Frevo e Corporalidade na Cultura Contemporânea”. O debate versou sobre diversos assuntos relacionados à capoeira, aos quais podemos citar: A Memória do Corpo na Capoeira,

⁶⁴ O Projeto Capoeira Viva foi lançado no Museu da República, no estado do Rio de Janeiro, no dia 15 de agosto de 2006. Segundo o material de divulgação do projeto, este foi o primeiro programa de valorização e promoção da Capoeira como bem cultural brasileiro.

ministrado por Maurício Barros de Castro, Assistente da Coordenação do Projeto do Inventário; Reflexões contemporâneas sobre a prática da Capoeira no Brasil e no mundo, com o Mestre de Capoeira Luiz Renato Vieira, do Grupo Beribazu e Universidade de Brasília; O Projeto Capoeira Viva: uma avaliação preliminar, com Rui Pereira, coordenador do Projeto Capoeira Viva e representante do Museu da República e, como atividade final, Frede Abreu, do Instituto Jair Moura falou sobre a importância do levantamento de documentação sobre a capoeira em Pernambuco. Neste encontro, diz os organizadores, foi possível identificar os mestres representativos da capoeira de Recife que participaram do encontro, e outros que não puderam estar presentes, mas que ainda assim foram identificados como parte importante da capoeira local. Apontaram como necessário o registro audiovisual de algumas manifestações locais e a entrevista com os mestres.

1.2.1.4 - IV Encontro “Capoeira como Patrimônio Imaterial do Brasil”

O último e **IV Encontro “Capoeira como Patrimônio Imaterial do Brasil”** aconteceu no Teatro Raul Cortez, cidade de Duque de Caxias, estado Rio de Janeiro, em agosto de 2007, tendo como homenageado Demerval Pereira de Lacerda, conhecido no mundo da capoeira como Mestre Leopoldina. Segundo Lopes (1999), Mestre Leopoldina é uma “personalidade marcante, cada vez mais filósofo, capoeira genuíno e com um estilo de cantar chula que tem sido a grande fonte onde esta meninada vai buscar um modelo”.

Em relação ao Mestre Leopoldina, é importante destacar que, em carta endereçada ao Mestre Nacional, do Grupo de Capoeira Quilombo Nagô, em 25 de maio de 1989, André Luiz Lacé Lopes dizia que “urge fazer um documentário - disco e filme - sobre o senhor Demerval Pereira de Lacerda”. O que acabou acontecendo. Em 2005 foi lançado o documentário “Mestre Leopoldina - A Fina Flor da Malandragem”. Uma coprodução do Ministério da Cultura, através da Secretaria do Audiovisual, da Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativa e Culturais (ABEPEC) e a TV Cultura. Dirigido por Rose La Creta, este documentário narra a vida do mestre, de vendedor de bala na Central do Brasil até se tornar um mestre de capoeira reconhecido e reverenciado em todo o mundo. Infelizmente não conseguimos maiores informações sobre o que ocorreu no **IV Encontro “Capoeira como Patrimônio Imaterial do Brasil”**, já que nem no processo disponibilizado no site do IPHAN estas informações estão disponíveis. Apesar da realização destes encontros, será que as

demandas do conjunto da Capoeira, com toda a diversidade e complexidade que a nossa arte apresenta, foram contempladas? Fica a pergunta.

Para o IPHAN,

O objetivo destes encontros foi reunir mestres, alunos e pesquisadores para apresentar o projeto do inventário, discutir as possibilidades de registro e fazer um levantamento de pautas que seriam utilizadas como referências para a elaboração das Recomendações do Plano de Salvaguarda da Capoeira (IPHAN, 2007, p. 09-10).

A documentação produzida nestes encontros (com exceção do IV Encontro) e os abaixo-assinados recolhidos durante a realização dos debates foi anexada ao processo de registro aberto pelo DPI, além de material bibliográfico sobre a capoeira, dando anuência a todo o processo ora iniciado.

No parecer nº 31/08, de 31 de janeiro de 2008, da antropóloga Maria Paula Fernandes Adinolfi, da Superintendência do IPHAN na Bahia, é apontado que a

[...] proposição do registro da capoeira como patrimônio cultural do Brasil, feita por iniciativa do Ministério da Cultura e apoiada pelos capoeiras, representados por velhos e respeitados mestres da Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco e outros locais do país, pode ser bem mais compreendida ao considerá-la como parte integrante de um rol mais amplo de reivindicações de direitos culturais, sociais e políticos pela população afro-brasileira, que foram incorporados à agenda do MinC, resultando na formulação de políticas de valorização e fomento desta prática cultural (IPHAN (BA), 2008, p. 01).

Entendemos que, apesar da importância deste reconhecimento, os detentores e praticantes que participaram deste processo foram (em particular no Rio de Janeiro), em número infinitamente inferior ao que, acreditamos, seria necessário, mas, claro, sem desconsiderar a importância da participação de cada um deles.

Nos documentos que tivemos acesso no sítio eletrônico do IPHAN (www.iphan.gov.br), relacionados às assinaturas que reconheceram o Inventário e Registro para a Salvaguarda da Capoeira como Patrimônio Imaterial do Brasil, dando anuência ao processo. O texto desta anuência diz que:

Eu, abaixo-assinado, reconheço o inventário e registro para a salvaguarda da capoeira como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, como uma iniciativa oportuna de reconhecimento nacional de sua relevância e contribuição para o país, de modo a apontar para políticas públicas que permitam o estabelecimento desta importante expressão da cultura brasileira. (IPHAN. Carta de Anuência 1. Processo SEI 01450.002863/2006-80, 2006, p. 153-159).

Segundo Costa, “uma estratégia para o recolhimento das assinaturas foram os seminários que funcionavam a partir de duas premissas: recolher as assinaturas para a anuência e ouvir a comunidade da capoeira a respeito de suas demandas”. (COSTA, 2016, p. 442).

Quanto a Anuência 2, com 53 páginas, podemos perceber que as assinaturas estavam em uma quantidade infinitamente maior. Acreditamos que este fato se deu porque a comunidade da capoeira pernambucana queria o reconhecimento por parte do Estado brasileiro do processo identitário da capoeira de Pernambuco e não, necessariamente, da capoeira de todo o Brasil. Haja vista o texto em apoio ao Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) proposto no cabeçalho do abaixo-assinado que diz:

Apoiamos que seja feito o INRC - Inventário Nacional de Referências Culturais da Capoeira em Pernambuco, para identificar e reconhecer a Capoeira Pernambucana como Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro no Livro "Formas de Expressão" e posterior Salvaguarda. (IPHAN. Carta de Anuência 2. Processo SEI 01450.002863/2006-80, 2006, p. 161-213).

Analizando este documento, Costa diz que este “possui anseios diferentes do primeiro”. Segundo ele,

Apesar de esse movimento ser desencadeado a partir do III Encontro: Capoeira como Patrimônio Imaterial do Brasil, a comunidade da capoeira pernambucana não ficou satisfeita e, com autonomia, encaminhou seu próprio reconhecimento. (COSTA. 2016, p. 444).

Percebemos, então, que houve diversos conflitos de interesses neste processo de patrimonialização da capoeira. Podemos citar como outro exemplo o que aconteceu na Bahia, quando um renomado mestre questionou o IPHAN dizendo que o reconhecimento da capoeira deveria levar em conta que esta importante referência cultural brasileira também fosse identificada pela sua origem africana, como nos informa Castro e Cid:

[...] durante o registro ocorreu de um renomado mestre baiano discordar do reconhecimento como patrimônio cultural do Brasil, na medida em que desejava que a capoeira fosse registrada como ‘patrimônio cultural afro-brasileiro’, ainda que não existisse um instrumento legal que permitisse tal prerrogativa. O mestre chegou a organizar um evento para discutir o assunto, convocando representantes do IPHAN, a coordenação do processo do registro, capoeiristas, intelectuais e lideranças negras da Bahia. [...] (CASTRO E CID. 2016, p.185).

Segundo o dossiê que subsidiou o reconhecimento da capoeira como patrimônio cultural imaterial do povo brasileiro

O desafio do *Inventário para Registro e Salvaguarda da Capoeira como Patrimônio Cultural do Brasil*, realizado entre 2006 e 2007, era construir um diálogo entre o tempo histórico passado e o tempo presente. Como patrimônio vivo, a capoeira se mantinha no cenário atual através dos mestres que representavam o saber. Ao mesmo tempo, acumulava produção documental que atravessava os últimos três séculos. Havia a necessidade de reconstituir brevemente a história da capoeira e realizar um registro instantâneo de seu momento presente. (IPHAN, 2007. p. 08 - Grifos do Autor).

Depois de todo o processo de instrução para o registro do Ofício dos Mestres de Capoeira e da Roda de Capoeira como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil; da publicação de aviso no Diário Oficial da União⁶⁵; da relatoria do parecer, por parte do historiador Arno Wehling, do Conselho Consultivo do IPHAN, no qual solicita o reconhecimento da capoeira como patrimônio cultural brasileiro, foi aprovado no dia 15 de julho de 2008, no Teatro Castro Alves, na cidade de Salvador, o reconhecimento da capoeira como patrimônio cultural do Brasil.

No parecer apresentado pelo Conselho Consultivo do IPHAN foram apontados três aspectos que, para eles seriam muito relevantes:

[...] a capoeira como prática de sociabilidade, já que forma redes de sociabilidade e constituição da identidade e da autoestima de grupos afro-brasileiros; como prática cultural já que se constituiu num referencial do legado cultural africano e como estratégia identitária”. (IPHAN. Conselho Consultivo. Processo SEI 01450.002863/2006-80, 2006, p. 379).

⁶⁵ O referido aviso foi publicado no Diário Oficial da União no dia 13 de junho de 2008, cumprindo o que determina o art. 37 da Constituição Federal no que diz respeito à publicidade.

Culminando com o processo do Registro da capoeira, no dia 22 de outubro de 2008 o Ofício dos Mestres de Capoeira foi inscrito no Livro de Registro dos Saberes e a Roda de Capoeira, no Livro de Registro das Formas de Expressão. Com amplitude nacional, estes registros tiveram como base as pesquisas desenvolvidas nos estados da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro.

A implantação de políticas públicas para a capoeira, antes e após o seu reconhecimento, não param por aí e em 2009 o MinC cria o Programa Nacional de Salvaguarda e Incentivo à Capoeira - Pró-Capoeira, do qual faremos, a seguir, um breve relato, tendo em vistas este tema já ter sido objeto de estudos realizados, dentre outros, por LIMA (2012) e CID, (2016).

1.3 - O Programa Nacional de Salvaguarda e Incentivo à Capoeira - Pró-Capoeira⁶⁶

Em 2009 o Ministério da Cultura criou através da Portaria 48/2009, o Grupo de Trabalho Pró-Capoeira (GTPC), com a finalidade de formular a implementação do Programa Nacional de Salvaguarda e Incentivo à Capoeira. Segundo o artigo 3º desta Portaria, são competências deste Grupo de Trabalho:

- I - Formular a proposta inicial de escopo geral do programa mencionado no artigo 1º desta portaria;
- II - providenciar o cadastramento nacional dos principais mestres, praticantes, grupos, pesquisadores, instituições de pesquisa e de ensino da capoeira;
- III - planejar, organizar e realizar os encontros regionais para discussão e aperfeiçoamento da proposta do programa;
- IV - planejar, organizar e realizar o encontro nacional para a apresentação e validação do Programa Nacional de Salvaguarda e Incentivo à Capoeira (PRONSIC); e
- V - estabelecer as articulações institucionais e demais providências necessárias à conservação das tarefas acima listadas (MinC. Portaria nº 48 de 22 julho de 2009).

Cabe ressaltar que consideramos o inciso II do referido artigo, um quanto tanto discriminador, tendo em vista excluir uma massa imensa de mestres e mestras, praticantes, associações e grupos que não estão inseridos no seleto grupo dos “principais” signatários previsto neste inciso.

⁶⁶ O resultado sistematizado das discussões que foram debatidas nos Grupos de Trabalho em Recife, Rio de Janeiro e Distrito Federal estão disponíveis no seguinte link: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/1026/iphan-descentraliza-acoes-de-salvaguarda-do-programa-pro-capoeira>. Acesso em 30 de novembro de 2019.

Coordenado pelo IPHAN, uma das primeiras iniciativas do GTPC foi à realização dos Encontros Pró-Capoeira, ocorridos nas cidades de Brasília, Recife e Rio de Janeiro. Para isto o IPHAN lançou o Edital de Concurso nº 01/2010 a fim de selecionar Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) para gerir todo este processo. O vencedor do certame foi o Centro Cultural Internacional (INTERCULT), com sede em Brasília, que teria como obrigação a elaboração e execução de projeto técnico - estruturado na forma de um Programa de Trabalho - com vistas a apoiar a Fase I das atividades de formulação e implantação do Programa Nacional de Salvaguarda e Incentivo à Capoeira (Pró-Capoeira).

Segundo o edital, esta primeira fase compreenderia a realização dos seguintes serviços:

a) Análise e sistematização dos dados existente sobre grupos e praticantes de capoeira nos arquivos do Prêmio Capoeira Viva e do Programa Cultura Viva, bem como os resultantes do mapeamento preliminar realizado pelo IPHAN com vistas a subsidiar a definição dos participantes e a organização dos encontros regionais.

b) Mobilização e contratação de consultores especializados em capoeira para apoio ao Grupo de Trabalho criado pela Portaria nº 48/MinC, de 22 de julho de 2009.

c) Produção de material para divulgação dos encontros regionais e distribuição junto ao campo da capoeira e aos meios de comunicação.

d) Organização, divulgação e realização de 03 (três) encontros regionais.

e) Elaboração e alimentação da página WEB do Pró-Capoeira.

f) Elaboração do sistema informatizado para implantação do Cadastro Nacional da Capoeira (CNC).

Na Conferência Setorial do Patrimônio Imaterial, realizada pelo Ministério da Cultura em 2010, no Distrito Federal, preparatória para a II Conferência Nacional de Cultura, coube ao presidente do IPHAN à época, Luiz Fernando de Almeida, abrir “as discussões sobre políticas públicas para a área de patrimônio”.

Segundo ele,

Com esse novo enfoque na gestão cultural, o bem protegido não fica mais como uma coisa distante do cidadão. Ao contrário. As pessoas passam a entender o patrimônio como um instrumento capaz de gerar desenvolvimento social e, com isso, a comunidade também passa a ser mais um agente de valorização e preservação da cultura de sua região (ALMEIDA, 2010 – Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/2766/presidente-do-iphan-abre->

debate-sobre-patrimonio-nas-conferencias-setoriais-da-cnc. Acesso em 30 de novembro de 2019).

Na qualidade de delegado desta conferência, indaguei ao presidente do IPHAN o porquê de o edital lançado para o Pró-Capoeira só contemplar apenas OSCIP's, não dando oportunidade que instituições ligadas à capoeira pudessem concorrer ao referido pleito. O mesmo disse, ao microfone, sem cerimônias, que “a capoeira era muito desorganizada e ninguém se entendia”. O que prontamente questionei, indagando-o que, se a capoeira era desorganizada como ele dizia, o porquê de ele ter solicitado, então, o seu reconhecimento como patrimônio cultural? Está é uma pergunta que até os dias atuais continua sem resposta.

Como sabemos, ao IPHAN, dentre suas finalidades definidas pelo Decreto 9.238/2017⁶⁷ estão, sem prejuízos de outras compete:

- I - preservar o patrimônio cultural do país, nos termos do art. 216 da Constituição;
- II - coordenar a implementação e a avaliação da Política Nacional de Patrimônio Cultural, de acordo com as diretrizes definidas em ato do Ministro de Estado da Cultura;
- III - promover a identificação, o reconhecimento, o cadastramento, o tombamento e o registro do patrimônio cultural do País;
- IV - promover a salvaguarda e a conservação do patrimônio cultural acautelado pela União;
- V - promover a difusão do patrimônio cultural do País, com vistas à preservação, à salvaguarda e à apropriação social;

Portanto, a resposta do então presidente do IPHAN foi no mínimo deselegante. Mas, como o “capoeira balança, mais não cai, e quando cai, cai bem”, seguimos na nossa luta em defesa da capoeira e as questões que debatemos nesta pré-conferência setorial, como a prática da capoeira nas escolas, foi contemplada nos Anais da II Conferência Nacional de Cultura, quando, ao se dirigir aos participantes do Eixo 5 - Gestão e Institucionalização da Cultura, Alfredo Manevy, então Secretário Executivo do Ministério da Cultura (extinto na atual gestão do governo federal), assim se refere a nosso patrimônio cultural:

A capoeira, por exemplo, que é uma manifestação brasileira, genuinamente brasileira, que nasceu no Brasil a partir das populações africanas que aqui criaram essa manifestação que é uma mistura de dança, de luta, de expressão corporal plena e que hoje ganha o mundo inteiro. Ela se espalhou no mundo

⁶⁷ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9238.htm#art9. Acesso em 30 de novembro de 2019.

inteiro apesar de o estado brasileiro no passado não ter dado nenhum apoio para essa presença internacional da capoeira mundo a fora. A capoeira não está presente na escola brasileira. Os mestres da capoeira, por não terem diploma universitário, não podem dar aula nas escolas brasileiras e isso é um absurdo, isso é uma falta de percepção de que é preciso tratar os conhecimentos tradicionais, os conhecimentos culturais como tão relevantes quanto os conhecimentos bacharelescos que a Universidade produz e que são importantes e fundamentais para o desenvolvimento (MANEVY, 2010, p. 169).

Sem contar que o Presidente do Conselho Nacional de Política Cultural, à época, Genival Oliveira Gonçalves - GOG, rapper, cantor e escritor brasileiro, em sua fala de abertura da II Conferência Nacional de Cultura também contemplou, além do hip hop, do samba, a nossa capoeira, quando se dirigiu aos presentes e assim se pronunciou:

Desde a abolição da escravidão nós, negros e negras tivemos como endereço as ruas e nelas criamos e reforçamos grande parte das nossas manifestações culturais. A capoeira, o samba, o hip hop e tantas outras que contribuem na formação da identidade nacional. É bem verdade também que estas contribuições efetuadas ao longo do tempo não foram reconhecidas, muito menos valorizadas pela maioria dos governos que por aqui passaram, reafirmando a distância entre o palácio e o povo, sem jamais considerar a necessidade da reparação histórica. Quando alguém que representa a cultura periférica é convidado pelo excelentíssimo ministro da Cultura e pelo secretário executivo Alfredo Manevy, para ocupar uma cadeira de notório saber no Conselho Nacional de Política Cultural, o Governo Lula dá, dá um grande passo à frente, admitindo que o povo pode e deve participar da formulação das políticas públicas (GOG, 2010, p. 132).

Naquele momento nós já apontávamos algumas ações que também poderiam ser absorvidas pelo Programa Pró-Capoeira, inclusive a que defendia a profissionalização da Capoeira, que era o posicionamento que defendíamos naquele momento como membro da Coordenação Nacional do Congresso Nacional Unificado de Capoeira (CNUC), já tratado anteriormente aqui.

Em nota com informações relacionadas ao Programa Pró-Capoeira, publicada em seu site oficial em 09 de outubro de 2009, o IPHAN informava que

Os órgãos do Ministério da Cultura envolvidos com as políticas de salvaguarda e incentivo à prática da capoeira têm se surpreendido com o elevado nível de organização da comunidade capoeirística no Brasil e no mundo. A mobilização dos capoeiristas em escala global tem gerado demandas de todos os tipos. Chegam a esses órgãos, diariamente,

solicitações de toda ordem: apoio a eventos nacionais e internacionais, publicações, projetos de pesquisa e de divulgação de material histórico e cultural relacionado à capoeira. Em geral, são iniciativas muito importantes e de grande potencial de impacto junto ao público a que se dirigem. Todas são merecedoras de nosso apoio e incentivo.

Tendo em vista, portanto, o elevado grau de organização da comunidade da capoeira, torna-se necessário estabelecer critérios para que seja possível atender às demandas de forma transparente e justa. Com isso, espera-se contemplar os diversos segmentos que compõem a capoeiragem nacional e internacional. Afinal, uma das principais preocupações dos órgãos envolvidos com o fomento à capoeira é a preservação e valorização da diversidade de manifestações da arte-luta brasileira.

Neste momento, o Ministério da Cultura, por meio de grupo de trabalho interinstitucional, está estruturando as bases do **Programa Nacional de Salvaguarda e Incentivo à Capoeira (Pró-Capoeira), com o propósito de elaborar o cadastro nacional de capoeiristas e entidades desse campo, preparar e lançar editais de apoio à capoeira, além de realizar encontros em todo o Brasil.** A finalidade desses encontros é formular, de modo participativo, uma ampla e abrangente política pública para a capoeira. Sua proposta contribuirá para a definição das linhas de ação e dos critérios de prioridade desta política. Desde já agradecemos por essa colaboração.

Esperamos continuar contando com sua confiança para o desenvolvimento da capoeira no Brasil e no mundo (IPHAN, 2009. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/2614/nota-informacoes-sobre-o-programa-pro-capoeira>. Acesso em: 30 de novembro de 2019). Grifos nossos.

Ao analisar o Documento Técnico com avaliação preliminar do acervo documental do Pró-Capoeira⁶⁸, “primeiro produto da consultoria estabelecida pelo contrato SA-2421/2012, como parte do projeto 914BRZ4012 - Difusão do Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, produzido no âmbito da Avaliação e Monitoramento da Salvaguarda de Bens Registrados” (LIMA, 2012, p. 05) e que teve como premissa diagnosticar “os diferentes aspectos” da Salvaguarda do Ofício dos Mestres e da Roda de Capoeira e “os impactos e resultados” ocorridos no âmbito deste Programa, pudemos perceber que várias ações foram idealizadas pelo GTPC, como o Cadastro Nacional da Capoeira (CNC), os Encontros Pró-Capoeira e o Prêmio Viva Meu Mestre, este, com vistas a valorizar o trabalho dos mestres e mestras de capoeira. Dentre os assuntos discutidos pelo Grupo de Trabalho está à regulamentação da capoeira e a aposentadoria e a vulnerabilidade social dos velhos mestres formados na tradição.

⁶⁸ Este documento encontra-se Processo SEI Nº 01401.000197/2016-01 disponível em: https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_exibir.php?wt7h6hFBI_9S3DJjGLl0dpQiiSEQL4RciCP821UP_Zu3te9Mz8pMgdSFPXZPRHsDc8jMQ17erGYJfOcrc-boqzC4b9ZpeyYqhNe_0tSmLuFrbre9MLNHxin0DDkSDfS1. Acesso em 30 de novembro de 2019.

O Cadastro Nacional de Capoeira (CNC) foi realizado através de formulários online disponibilizados para as instituições de pesquisa em capoeira; pesquisadores e pesquisadoras de capoeira; entidades que agregam grupos de capoeira (Confederações, Federações, Ligas); os grupos de capoeira e para os mestres e mestras de capoeira.

Este cadastro possuía caráter preliminar e tinha como objetivo fundamental "mapear o universo da capoeira, identificando mestres, professores, instrutores, grupos, pesquisadores, instituições de pesquisas e entidades que agregam grupos de capoeira" (LIMA, 2012, p. 13). Estes levantamentos cadastrais seriam utilizados como base para a criação de um banco de dados consolidando a imensidão da capoeira no Brasil.

A divulgação dos formulários para o cadastro foi disponibilizada nas plataformas oficiais do Ministério da Cultura, do IPHAN e da Fundação Cultural Palmares, além do site que havia sido criado para divulgação das ações realizadas pelo Programa Pró-Capoeira⁶⁹. Segundo as informações no Processo SEI Nº 01401.000197/2016-01, foram cadastrados “aproximadamente dois mil mestres e 200 entidades vinculadas à prática da capoeira”.

Apesar deste cadastro preliminar, os dados levantados não foram utilizados como parâmetros para as ações previstas no Pró-Capoeira, como por exemplo, a identificação dos “diferentes grupos, nas várias regiões do país” para que estes, depois de identificados, pudessem participar “efetivamente na elaboração do plano de salvaguarda”.

Segundo Cid (2016, p. 135) foram relatados à época diversos problemas com a OSCIP contratada, como o não pagamento de consultores e a demora na entrega do resultado, até hoje não disponível ao público, do *Cadastro Nacional da Capoeira*⁷⁰. Este cadastro, que iria subsidiar a realização dos Encontros Pró-Capoeira não foi sistematizado a tempo, prejudicando os objetivos definidos para a primeira fase do Pró-Capoeira. A Ata da 3ª reunião do GTPC aponta “o curto espaço de tempo” para a realização dos levantamentos das informações enviadas via o Cadastro Nacional.

Lima (2012, p. 13), nos informa que “os objetivos definidos a curto, médio e longo prazo não foram alcançados”. Segundo ela, a “curto prazo, os dados do cadastro que deveriam subsidiar a organização dos encontros regionais não foram reunidos em tempo hábil”.

Para o IPHAN (2018, p. 141), ao finalmente lançar a plataforma online do Cadastro Nacional da Capoeira em 2017 (<http://www.capoeira.gov.br>), desenvolvida pela

⁶⁹ O referido site criado para divulgação das ações do Programa pró-Capoeira se encontra, infelizmente, desativado. O mesmo poderia ser acessado através do link <https://www.encontrosprocapoeira.org.br>.

⁷⁰ Grifo do autor.

Superintendência do IPHAN no estado da Bahia, o intuito foi atender “uma demanda apresentada pelos capoeiristas que participaram dos seminários realizados na instrução do registro da roda de capoeira e ofício de mestres”, estes ocorridos em 2006 e 2007.

Portanto, entendemos que esta iniciativa, apesar do mérito, veio um tanto que tardia, já que o cadastro preliminar via formulário⁷¹, não permitia o acesso das informações online do que ali estavam sendo cadastradas. Com esta nova plataforma⁷² é possível a realização de pesquisas com vistas a localização de endereços de grupos, pesquisadores, mestres e mestras e ainda uma infinidade de outras informações relacionadas à capoeira e as ações de salvaguarda que tem sido realizadas em diversos estados brasileiros.

Neste cadastro ainda é possível mapear, mesmo que precariamente (já que ainda há poucos cadastros realizados), a capoeira no Brasil e no mundo. Para o IPHAN (2018, p.141), esta plataforma é um meio “de divulgar e promover capoeiristas”, já que “viabiliza o cadastro de mestres de capoeira, capoeiristas, grupos e entidades de capoeira, além de pesquisadores e bibliografia relacionada à temática”.

Os 12 meses previstos na Portaria 48/2009 para conclusão da primeira fase do Pró-Capoeira não se concretizou, no que tange a realização do Cadastro Nacional da Capoeira - CNC, etapa está que foi deixada de lado para a realização dos Encontros Regionais ocorridos em Recife, Rio de Janeiro e Distrito Federal. Em Recife se reuniram os capoeiristas da Região Nordeste; no Rio de Janeiro os capoeiristas das Regiões Sul e Sudeste e no Distrito Federal os capoeiristas das Regiões Norte e Centro-Oeste. Estes encontros promoveram, segundo o IPHAN (2018, p. 140), a participação e a escuta de aproximadamente 900 detentores.

Conforme previsto no Termo de Referência para a Salvaguarda de Bens Imateriais, anexo à Portaria 299 de 17 de julho de 2015,

[...] o objetivo da salvaguarda de bens Registrados é construir meios para a política participativa dos atores sociais diretamente envolvidos na produção e reprodução do bem cultural em questão (detentores) e as instituições parceiras. Trata-se de política orientada para aumentar a participação democrática dos detentores dos bens culturais na formulação, no planejamento, na execução e no acompanhamento de políticas de preservação do patrimônio cultural e com isso promover o alcance da sustentabilidade cultural dos Patrimônios Culturais do Brasil. (IPHAN, Boletim Administrativo Eletrônico (BAE). 2015, p. 20).

⁷¹ O GPTC utilizou os formulários do Google para a realização dos cadastros.

⁷² Disponível em <https://www.capoeira.gov.br>.

Sendo de competência de o IPHAN “assegurar ao bem registrado sua ampla **divulgação e promoção**⁷³”, e conforme previsto nas diretrizes do Plano Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) “ampliar a participação dos grupos que produzem, transmitem e atualizam manifestações culturais de natureza imaterial nos projetos de preservação e valorização desse patrimônio”, a realização dos Encontros Pró-Capoeira serviu não só de laboratórios para a coleta de demandas para a possível implementação de um Plano Nacional de Salvaguarda da Capoeira (que acabou se tornando ineficaz, daí a descentralização promovida a partir de 2012⁷⁴), como também para realizar um diagnóstico das demandas da comunidade da capoeira em todo o país.

Para realização das atividades propostas, os participantes foram divididos em eixos temáticos pensados a partir das demandas apresentadas no encontro “Capoeira Paz no Mundo”, ocorrido em 2004 na sede da ONU e nos Encontros “Capoeira como Patrimônio Imaterial do Brasil”, realizados em 2006 e 2007.

Foram discutidos os seguintes eixos temáticos nos Grupos de Trabalho:

- Capoeira e Educação;
- Capoeira e Desenvolvimento Sustentável;
- Capoeira e Esporte; Capoeira e Política de Fomento;
- Capoeira, Identidade e Diversidade;
- Capoeira, Internacionalização e Profissionalização.

1.3.1- O Encontro Pró-Capoeira em Recife

O Encontro do Recife aconteceu de 08 a 10 de setembro de 2010 e contou com a participação de cerca de 300 capoeiristas da região Nordeste. No primeiro dia foi organizada uma mesa institucional com representantes dos Ministérios da Cultura, Educação, Previdência Social, Trabalho, Esportes e Relações Exteriores que apresentaram, aos presentes, considerações importantes sobre cada área a fim de contribuir com o Programa Pró-Capoeira.

⁷³ Conforme previsto no Inciso II, do artigo 6º, do Decreto 3.551/2000, que Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem Patrimônio Cultural brasileiro e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Grifos nossos.

⁷⁴ Segundo o IPHAN (2018, p. 140), a partir do reconhecimento oficial das práticas e saberes relacionados à Capoeira em 2008, foram elaboradas estratégias para promover, inicialmente em nível federal e, posteriormente de forma descentralizada, sua salvaguarda.

Nestes três dias de encontro diversos temas foram debatidos e neles identificadas demandas e questões relacionadas a todos os segmentos da capoeira presentes. Nestes encontros o Ministério das Relações Exteriores (MRE), através de seu departamento cultural apresentou o apoio do Ministério à participação da capoeira e a promoção da cultura brasileira no mundo, informando aos presentes que a capoeira é um dos carros chefes da promoção de nossa cultura no exterior, sendo esta associada imediatamente à divulgação, também, da língua portuguesa, o que, diga-se de passagem, para nós que vivemos no mundo da capoeira não é novidade.

A seguir apresentaram alguns exemplos de apoio do MRE aos capoeiristas no exterior⁷⁵: 10º Festival de Verão de Cultura Afro-brasileira em Varsóvia; I Encontro de Capoeiristas do Paraguai; III Festival Internacional de Capoeira de Iasi; Projetos “Fala Brasil, Fala Timor!” e “Capoeira para Crianças Carentes”, Díli; Finalização de brochura sobre capoeira pela Embaixada em Dar es Salam; I Batizado de Capoeira na Guatemala; Capofest 2010, Jacarta; Projeto “Capoeira para a Paz”, Kingston; Encontro Centroamericano de Capoeira Angola, Manágua e Projeto Escola de Capoeira, São Tomé.

O MRE apresentou, ainda, informações sobre a edição da Revista Textos do Brasil dedicado à capoeira e publicada em português, inglês, espanhol e japonês e, segundo eles naquele momento com a tradução para o francês em andamento. Mas a principal reivindicação dos capoeiristas junto ao Ministério das Relações Exteriores, que era a possibilidade de se ter um passaporte especial de embaixador cultural continuou sem respostas.

Vários outros ministérios deram suas contribuições ao debate, conforme já retratado por Lima (2012, p. 125-128), mas destas contribuições a que mais frustrou as expectativas dos capoeiristas presentes e causou descontentamento foi a da Previdência Social, que indicou a impossibilidade “de aposentadoria para os velhos mestres”, já que não poderia ser criado um benefício como este sem a indicação de sua fonte de custeio.

Neste encontro Luiz Renato Vieira, Consultor Legislativo do Senado Federal na área da cultura, membro do GTPC e mestre de capoeira, falou sobre os aspectos históricos e legais sobre o reconhecimento e valorização do profissional da capoeira. Em sua abordagem ele proferiu sobre as tentativas de “marcialização” da capoeira e sua relação com as tradições

⁷⁵ O acesso a essas informações foi possível a partir da disponibilidade, por parte do DPI/IPHAN, do memorial relacionado aos Encontros Pró-Capoeira para este pesquisador.

culturais; da transmissão oral ao ensino sistematizado da capoeira, apontando os ritos e saberes tradicional e os limites impostos pelo ensino formal.

Um fator importante apontado por ele e que concordamos se trata da “importância dos mecanismos de participação e controle social; mobilização dos grupos e dos agentes culturais em geral e a formulação de demandas qualificadas aos órgãos do Estado e a questão da transparência e atuação do poder público”.

Ele afirma que há novas demandas no campo da capoeira, principalmente a partir do interesse do Estado brasileiro em propor políticas públicas para a nossa arte. Segundo Vieira (2010), tais demandas expressam um déficit de cidadania existente em vários setores da sociedade brasileira. E, no caso da capoeira, é importante considerar uma condição histórica específica: um passado de perseguição e exclusão social. Para ele uma das mais importantes demandas tem sido a referente à regulamentação da profissão. Este é um tema que já foi contemplado em diversos debates pelo Brasil a fora e que a partir de 2019 retoma com força no seio de alguns segmentos da nossa capoeira. Mas deixou aqui uma pergunta formulada para a nossa comunidade em 2010, no Encontro Pró-Capoeira em Recife: A regulamentação da profissão atende às questões urgentes para a capoeira?

Apesar de o GTPC ter chegado à conclusão de que o Encontro Pró-Capoeira em Recife foi bom, “apesar de confuso”, tendo em visto o “campo ser um pouco conflituoso, difícil de dialogar e complexo”, a comunidade da capoeira não concordou muito com isto, tendo em vista os diversos questionamentos feitos pelos nossos pares via e-mails⁷⁶ direcionados ao IPHAN, bem como o próprio Manifesto da Bahia⁷⁷, elaborado a partir de encontro realizado no dia 22 de setembro de 2010 no Forte da Capoeira.

Neste manifesto os capoeiristas da Bahia mostram todo o seu descontentamento, conforme podemos ver a seguir:

Não temos acordo com a FORMA DE DEFINIÇÃO DOS PARTICIPANTES do Encontro Regional Nordeste, realizado em Recife nos dias 8, 9 e 10 de setembro, pois em NENHUM MOMENTO foram explicitados claramente os critérios de seleção dos consultores responsáveis pela articulação em cada região, nem muito menos os critérios de seleção

⁷⁶ Em e-mail enviado ao Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI), no dia 07 de outubro de 2010, Hélio Uchoa - Mestre Grande (heliouchoa@bol.com.br) se queixou dizendo achar um descaso os membros da mesa ficarem conversando, tirando fotografias, e se ausentarem. “Bater papo e se ausentar da mesa como se nós não tivéssemos obrigações e que deixamos de cumprir por acreditar na causa que foi uma falta de respeito à causa”.

⁷⁷ O Manifesto da Bahia já foi tratado por CID (2016, p. 138-139), em sua tese de doutorado intitulada “A Memória como projeto: tensões e limites da patrimonialização da capoeira”.

adotados para a definição dos representantes de cada estado para participarem dos Grupos de Trabalho do referido encontro. (MANIFESTO DA BAHIA. 22 de Setembro 2010). Grifos do Autor.

Contramestre Duda (hoje mestre de capoeira) expõe que,

[...] de forma sintética os encaminhamentos propostos nos GT's que mais inquietaram a comunidade de capoeira em geral e que foram motivo de mobilização na Bahia propõem: a) a articulação da formação em capoeira as instituições de ensino formal, rompendo com a tradição de formação na capoeira pela mediação do Mestre, cabe o exemplo do tópico recortado GT Capoeira, Esporte e Lazer: *“Os velhos mestres já tem direito adquirido e devem participar dos encontros para capacitar os capoeiristas. Porém, os capoeiristas novos devem ser qualificados pelas instituições do Governo Federal, devendo entrar no curso de capacitação para depois alcançar o emprego de professor”*; b) como visto anteriormente, o mesmo GT propõem a formalização e padronização da capoeira como esporte olímpico. (CONTRAMESTRE DUDA. Blog Capoeira e Militância, 2010. Disponível em: <https://militanciaecapoeira.blogspot.com/search?q=manifesto+da+bahia>). Acesso em 30 de novembro de 2019. (Grifos do Autor).

Na roda virtual da capoeira no Gmail, Mestre Grande volta a se posicionar em relação ao encontro de Recife e ainda se diz a favor do manifesto da Bahia, como demonstrado a seguir:

Olá camarada sou de PE E FUI PARTICIPANTE DO EVENTO DO PRO CAPOEIRA SOU MESTRE "GRANDE" E ESTOU DE ACORDO EM GENERO E NUMEROS COM O QUE ESTA ABAIXO ESCRITO FICANDO CLARO OS RESPONSÁVEIS DO PRO CAPOEIRA NÃO ESTAVAM MUITO PREOCUPADO COM NOSSA CAUSA POIS PERGUNTANDO AOS PRESENTES VC TERA VIDEOS EM QUE NO MOMENTO EM QUE OS MESTRES FALAVAM COLOCAVAM SUAS OPINIÕES OS RESPONSÁVEIS ESTAVAM CONVERSANDO ENTRE SI ATÉ MOSTRANDO FOTOGRAFIA ATRÁVES DA MÁQUINA FOTOGRAFICA DEIXANDO CLARO QUE SE TRATAVA DE UMA JUSTIFICATIVA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS PARA JUSTIFICAR OS CUSTOS DO PROJETO COMO FICOU CLARO QUANDO DISSERAM QUE FOI FEITO TUDO NAS CARREIRAS QUE NÃO FOI PREVIAMENTE PROGRAMADO FUI PARA BAHIA NO PRIMEIRO EVENTO COMO CONVIDADO QUANDO CAPOEIRA PATRIMÔNIO E NESTE EM MEU ESTADO FIQUEI DE FORA JUNTO A TANTOS OUTROS QUE ESTAVAM NA LISTA DA ÚLTIMA, PORÉM FIZ INSCRIÇÃO E ENTREI COMO PARTICIPANTE QUE CONTESTEI A FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO. MUITA PAZ E UM AXÉ. (MESTRE GRANDE, 2010). Grifos do Autor. (Mantida a grafia original).

Já Pedro Abib (2010), se utilizando deste mesmo espaço virtual, informa que “a capoeira foi elevada à condição de Patrimônio da Cultura Brasileira pelo IPHAN, mas esse processo tem gerado vários problemas”.

Ele aponta em seu texto que um destes desdobramentos é a convocação, feita pelo IPHAN, para se “discutir as Políticas de Salvaguarda da Capoeira, ou seja, as ações a nível governamental que deverão garantir a preservação da capoeira enquanto patrimônio nacional, denominadas Pró-Capoeira” (ABIB, 2010). Ele aproveita e compartilha na “roda virtual da capoeira”, o Manifesto da Bahia, já citado aqui por nós.

Segundo publicação do Contramestre Duda no Blog Capoeira e Militância⁷⁸,

[...] as comunidades de capoeira Angola, Regional e de rua se concentraram na Praça Piedade para mostrar indignação e protesto. Indignação pelos encaminhamentos definidos em Recife, dentre os quais os mais chocantes dizem respeito a: “padronização e formalização da capoeira como esporte olímpico” e a associação da formação dos capoeiristas às instituições de ensino superior. Por outro lado, o protesto se refere à **FORMA** como o programa pró-capoeira vem realizando a consulta popular. Como foi apresentando no texto anterior, à seleção dos convidados, os textos tendenciosos, a ausência de uma plenária final, dentre outros. (CONTRAMESTRE DUDA. Blog Capoeira e Militância, 2010). Grifos do autor.

O texto apresenta, ainda, a estratégia utilizada pela comunidade da capoeira baiana sobre o seu descontentamento em relação ao ocorrido no Pró-Capoeira em Recife. Como podemos ver a seguir

A mobilização em Salvador contou com alguns canais da imprensa, além de comunidades sensíveis a causa, dentre associações de capoeira e militâncias do movimento negro. A parada foi divulgada em todo Brasil e tinha como programação estratégica o dia de início do segundo encontro do Pró-Capoeira no Rio de Janeiro.

Esta ação na praça bem como o Manifesto da Bahia tiveram repercussão na mídia local, como podemos ver na reportagem abaixo.

⁷⁸ Disponível em: <http://militanciaecapoeira.blogspot.com/2010/10/ato-publico-de-27-de-outubro-de-2010.html>. Acesso em 30 de novembro de 2019.

TRADIÇÃO

Capeeiristas protestam contra programa do Iphan

DANILE REBOUÇAS

Capeeiristas da Bahia foram ontem às ruas do Centro da cidade em manifesto. Eles caminharam da Praça da Piedade à Praça Municipal, ao som do berimbau, e se posicionaram contra o processo de discussão proposto pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) para o Programa Nacional de Salvaguarda e Incentivo à Capoeira (Programa Pró-Capoeira).

O programa definirá políticas públicas para esta manifestação cultural no Brasil, nomeada, desde 2008, patrimônio cultural. No momento, o Pró-Capoeira realiza encontros de mestres e capoeiristas nas diferentes regiões do País, a fim de sistematizar as demandas e planejar as ações de salvaguarda e incentivo à prática desta arte.

No manifesto da Bahia, os capoeiristas questionam os critérios de seleção dos consultores, responsáveis pela articulação em cada região, e a forma de discussão nos encontros, já que alegam que as propostas dos grupos de trabalho (GTs) não passaram pela aprovação da plenária final.

O contramestre Eduardo Carvalho resalta que eles também rejeitam algumas das propostas apresentadas pelos GTs, tais como a inclusão da capoeira como esporte olímpico, regulamentação como profissão e a submissão da formação ao ensino universitário. "Isso vai romper com a matriz de ensino popular, fere o princípio da tradição da capoeira. A comunidade precisa ter consciência do que está acontecendo, por isso estamos nas ruas", frisa. A reportagem não conseguiu estabelecer contato com o Iphan, no final da tarde de ontem, para saber o posicionamento do órgão sobre as discussões e o programa.



Manifestantes gingam diante de Zumbi, na Praça da Sé

DEBATE ESTÁ NO RIO

O encontro de discussão do Pró-Capoeira para as regiões Sudeste e Sul foi iniciado ontem e segue até amanhã no Rio de Janeiro. No mês passado, foi realizado no Recife, para a Região Nordeste

FINAL SERÁ NA BAHIA

A Bahia vai abrigar a plenária final do Pró-Capoeira no ano de 2011. O próximo encontro regional será em Brasília de 3 a 5 de novembro, para as regiões Norte e Centro-Oeste

Letícia Costa, representando o GTPC, encaminha via e-mail resposta a este Manifesto, como veremos, em parte, a seguir:

Para estabelecer as bases para uma política participativa neste campo, o Ministério da Cultura criou o Programa Pró-Capoeira e instituiu o Grupo de Trabalho Pró-Capoeira (GTPC) para implementá-lo [...] ⁷⁹. (IPHAN/DPI/GTPC, 2010).

93

Em resposta a José Carlos Barreto Santanna, então reitor da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), por causa de um comunicado encaminhado por ele relacionado ao Manifesto da Bahia, o Grupo de Trabalho Pró-Capoeira (GTPC) assim se posicionou:

Magnífico Reitor,

Com Relação à Correspondência de 22 de setembro de 2010 “Manifesto da Bahia” o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan - esclarece o contexto da política implementada pelo Ministério da Cultura através do Programa Pró Capoeira. [...]

Para estabelecer as bases para uma política participativa neste campo, o Ministério da Cultura criou o Programa Pró-Capoeira e instituiu o Grupo de Trabalho Pró-Capoeira (GTPC) para implementá-lo. A primeira providência, por parte do GTPC, foi observar as demandas dos capoeiras apontadas nas recomendações de salvaguarda levantadas durante o processo de instrução do registro como patrimônio; e buscar alguns encaminhamentos através da interlocução com ministérios e outras instituições pertinentes. Seguiram-se várias outras providências como a avaliação crítica das experiências de políticas na área com vistas ao aperfeiçoamento. E foi observada a necessidade de conhecer mais e promover a mobilização e organização da demanda dessa base social tão diversa e complexa como é a da capoeira. [...] Ressaltamos, por fim, que este trabalho está começando e que esperamos poder contar com a participação construtiva de todos os segmentos deste universo. E desde já com a Universidade Estadual de Feira de Santana. Entendemos a enorme expectativa dos capoeiras e temos procurado implementar a interlocução ampla, através dos encontros, de fóruns virtuais, ouvidoria no sentido de fomentar a mobilização, o debate e o encaminhamento de proposições potenciais para a política de salvaguarda da capoeira. É importante observar que uma política pública dessas dimensões simbólicas, populacionais e territoriais só pode ser implementada com cautela, espírito crítico sim, mas com a perspectiva concreta de entendimento entre os segmentos envolvidos e o Estado. O universo em questão é vasto e o objetivo do Ministério da Cultura é a implementação de política participativa voltada para a valorização dos mestres de ofício e da diversidade de expressões deste universo cultural (IPHAN/DPI/ GTPC, 2010).

Como nos diz Vieira (2012a, p. 63),

É necessário superar o olhar meramente preservacionista e entender a capoeira como expressão da diversidade cultural brasileira. Além disso, a capoeira é dotada de impressionante capacidade de se renovar e de mobilizar as comunidades. É necessário perceber que a capoeira não é apenas um aspecto da cultura popular a ser preservado, é também o meio de vida de milhares de instrutores, professores e mestres. Sua importância como fator de geração de emprego e renda não pode ser desconsiderada. A capoeira é uma cultura a ser preservada, e, para muitos, é profissão e meio de vida. Esse

é o binômio que deve ser considerado pelas políticas públicas para que a capoeira seja valorizada e seus profissionais, dignificados por seu ofício.

Pelos fatos narrados acima podemos perceber que a relação dos detentores com o Estado, já neste primeiro Encontro Pró-Capoeira foi conflituoso. Além dos embates travados com a comunidade da capoeira, o IPHAN teve problemas com o Centro Cultural Internacional (INTERCULT), suspendendo o termo de parceria em função de denúncias de superfaturamento de passagens aéreas. O referido problema foi apresentado por Documento Técnico produzido por Fernanda Amorim, conforme citado a seguir:

Após a realização do primeiro Encontro Pró-Capoeira em Recife, solicitou-se a prestação de contas parciais da OSCIP Intercult. Durante a realização dessa prestação de contas, a Coordenação-Geral de Logística, Convênios e Contratos (CGLOG), a Auditoria Interna (AUDIN) e a Procuradoria Jurídica (PROFER) do IPHAN emitiram parecer solicitando a suspensão temporária do Termo de Parceria firmado entre o IPHAN e a OSCIP Intercult, diante da identificação de indícios de malversação de recurso público por essa OSCIP. (LIMA. Produto 01: Documento técnico com avaliação preliminar do acervo documental do Pró Capoeira. DPI, Brasília, Setembro de 2012).

Por causa deste problema houve a necessidade de contratação de uma nova empresa para a realização dos encontros que ainda faltavam e para isso foi contratada a empresa OPEN, através da “Adesão à Ata de Registro de Preço”.

Como nos informa Lima (2012),

Essa iniciativa consiste na possibilidade de a proposta mais vantajosa numa licitação ser aproveitada por outros órgãos e entidades, aderindo a essa ata o Iphan conseguiu custear os encontros que faltaram sem o desgaste de realizar um processo licitatório. Com a suspensão do ajuste, o andamento de algumas ações iniciadas foi prejudicado e exigiu que o GTPC providenciasse contratações emergenciais para dar continuidade aos encontros regionais. Nesse sentido, esse acontecimento prejudicou muito o desenvolvimento das atividades de implementação do programa e pode ser apontado como um dos principais elementos que comprometeram os resultados previstos para a primeira fase do Pró Capoeira. Além disso, as decorrências jurídicas e a apuração das irregularidades geraram um longo processo judicial e desgaste de todas as partes envolvidas. (LIMA. Produto 01: Documento técnico com avaliação preliminar do acervo documental do Pró Capoeira. DPI, Brasília, Setembro de 2012).

Após contratação desta nova empresa, deu-se prosseguimento aos outros dois encontros planejados, dos quais falaremos a seguir.

1.3.2 - O Encontro Pró-Capoeira no Rio de Janeiro

O encontro do Rio de Janeiro, ocorrido de 27 a 29 de outubro de 2010, teve a participação de um número expressivo de capoeiristas das regiões sul e sudeste, dentre os quais diversos mestres, mestras e professores e professoras de capoeira.

No ofício⁸⁰ enviado as autoridades, assinada pelo presidente do IPHAN, é informado que a cada dia do evento “será organizada uma abertura institucional na qual os representantes titulares do MinC e demais ministérios envolvidos - Previdência, Educação, Esportes e Relações Exteriores - apresentarão suas considerações ao campo” e que seria importante a presença deles evidenciando o compromisso “com o fortalecimento da capoeira no Brasil”.

Durante o Encontro, o IPHAN distribuiu, aos participantes, comunicado relacionado à consulta realizada junto ao Ministério da Previdência Social e ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, onde foi identificada a impossibilidade de um benefício especial para os mestres de capoeira que se encontravam em vulnerabilidade socioeconômica. Esta demanda surgiu a partir da realização dos Encontros “Capoeira como Patrimônio Imaterial do Brasil”, principalmente nas falas do Mestre Curió (BA), como apontadas anteriormente neste capítulo.

Conforme informado pelo IPHAN, esta iniciativa

[...] é **inconstitucional**, visto que não é possível a criação de benefício previdenciário sem contribuição prévia, a não ser em casos de reparação de danos e outros previstos na Constituição Federal. A política previdenciária brasileira é fundamentada nos critérios de qualidade do segurado e carência, só podendo existir benefício se houver a contribuição por parte do assegurado. Atualmente a previdência social também opera com déficit orçamentário. Ou seja, não consegue arrecadar o suficiente para pagar aos aposentados, o que impossibilita o apoio do Ministério da Previdência a esse tipo de iniciativa. (IPHAN/DPI/GTPC, 2010). Grifo do autor.

Em Nota Técnica sobre os Ofícios Tradicionais, Previdência Social e Patrimônio Cultural, o Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI) assinala que

⁸⁰ O IPHAN enviou o Ofício nº 661/2010 - PRESI/IPHAN à Secretária Estadual de Cultura, Adriana Scorzelli Rattes, a convidando para participar da mesa de abertura do Encontro Pró-Capoeira no Rio de Janeiro. O mesmo procedimento foi feito para a Secretária Municipal de Cultura, para o Governador do Estado e para o Prefeito do Rio de Janeiro.

Nesse contexto em que o ser humano é o próprio suporte do patrimônio a questão previdenciária ganha destaque nos planos de salvaguarda, sobretudo, os dos Ofícios tradicionais registrados como patrimônio cultural do Brasil: Ofício das Panelleiras de Goiabeiras (ES); Ofício das Baianas de Acarajé (Brasil); Ofício de Mestres de Capoeira (Brasil), entre outros que estão em curso. (DPI/IPHAN, 2010).

No texto fica evidenciado que pela primeira vez um patrimônio cultural reconhecido pelo Estado brasileiro aponta com absoluta prioridade o direito à Previdência Social Especial pelos velhos mestres formados na tradição e que vivem em situação de vulnerabilidade social, senão vejamos:

Esta demanda surgiu de maneira explícita ao longo da instrução do processo de registro do ofício dos mestres de capoeira e se coloca de maneira premente na definição do seu plano de salvaguarda. Aqui temos a situação de mestres da maior relevância cultural, já idosos, se encontrarem em condições de pobreza e risco social, por nunca ou pouco terem contribuído para o sistema previdenciário. (DPI/IPHAN, 2010).

Outra questão apontada na nota técnica e que é uma realidade ainda hoje em nosso segmento é de que

Também observa-se a situação de mestres capoeiristas, jovens e adultos, que não contribuem, mas poderiam contribuir para o sistema, no sentido de garantir seus benefícios ‘presentes e futuros’. Essas situações também podem ser facilmente encontradas nos contextos dos demais ofícios e outros bens registrados. Uma orientação do Ministério da Previdência e do INSS, para o encaminhamento dessas questões é fundamental neste momento para o bom desenvolvimento da política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. (DPI/IPHAN, 2010).

Se naquele momento já eram apontadas as dificuldades relacionadas ao direito previdenciário aos mestres de capoeira formados na tradição, neste momento em que o governo neofascista eleito em 2018 consegue aprovar uma Reforma da Previdência penalizando ainda mais as pessoas com maior vulnerabilidade social, entendemos que será ainda mais difícil o alcance destes benefícios pelos nossos mestres e mestras.

Entendemos por bem pontuar esta questão tendo em vista que o representante do Ministério da Previdência Social, presente ao encontro do Rio de Janeiro, reiterou o que

estava escrito no documento circular distribuído aos capoeiristas quanto “a inconstitucionalidade de se criar aposentadoria para uma categoria específica”.

Nos debates ocorridos no Rio de Janeiro, as áreas temáticas dos diversos Grupos de Trabalho diferem das discussões havidas em Recife, como podemos destacar a seguir:

No GT Capoeira e Políticas de Desenvolvimento Sustentável, foram discutidas as seguintes áreas temáticas: acesso às matérias primas de fabricação dos instrumentos da capoeira e sua sustentabilidade; assessoria jurídica nos assuntos relacionados à capoeira; capoeira e saúde; capoeira inclusão digital; capacitação e espetacularização da capoeira e tradições culturais.

No GT Capoeira e Políticas de Fomento tiveram discussões sobre as seguintes áreas: pontos de cultura; valorização dos mestres; ações específicas para a capoeira nos editais; facilitação as políticas públicas de fomento; diálogo da capoeira junto ao Estado e espaços próprios destinados à prática da capoeira.

No GT Capoeira e Educação houve discussões nas seguintes áreas temáticas: a capacitação e formação continuada dos capoeiristas; a profissionalização da capoeira; políticas públicas e a implementação de Lei 10.639/2003 e a capoeira como um vetor educacional.

No GT Capoeira, Profissão, Organização Social e Internacionalização o tema debatido versos sobre a profissionalização e a organização social do capoeirista, tendo em vistas as grandes dificuldades encontradas por estes, principalmente para os mestres mais idosos, devido ao desamparo do Estado relacionado à vulnerabilidade social dos mestres formados na tradição.

O GT Capoeira, Esporte e Lazer os debates principais se voltaram à institucionalização da capoeira, conforme as áreas temáticas a seguir: a capoeira e a educação formal, que tratou da inserção dos mestres de capoeira nas ações de esporte e lazer nas escolas, academias e projetos sociais; a representação das entidades federativas da capoeira (confederação, federação e ligas) nos encontros Pró-Capoeira e a esportivização da capoeira.

Os debates no GT Identidade e Diversidade as áreas temática contempladas foram: a transmissão do saber na capoeira pelos mestres e demais capoeiristas que atuam no ensino aprendizagem da capoeira; a relação entre os capoeiristas e o meio acadêmico; a presença das mulheres na capoeira; a valorização dos aspectos tradicionais da capoeira com vista a

preservação de sua identidade; a diversidade de vertentes/linhagens na prática da capoeira e a representação e mobilização social na capoeira.

1.3.3 - O Encontro Pró-Capoeira no Distrito Federal

Inicialmente previsto para ocorrer nos mês de setembro, o 3º Encontro Regional do Programa Nacional de Salvaguarda e Incentivo à Capoeira - Pró-Capoeira, foi realizado durante os dias 03, 04 e 05 de novembro de 2010, em Brasília (DF) reunindo aproximadamente 200 capoeiristas das regiões norte e centro-oeste, dentre eles mestres, mestras, professores e professoras, alunos, alunas e pesquisadores.

Figura 3 - Mesa de Abertura do Encontro Pró-Capoeira em Brasília.



Fonte: (OPEN/GTPC/DPI/IPHAN, 2010).

Em comunicado encaminhado aos participantes previamente inscritos para a data inicial, o Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI) informou o seguinte:

O Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional na qualidade de instituição coordenadora do grupo de trabalho interinstitucional criado pelo Ministério da Cultura para promover a formulação e implantação do Programa Nacional de Salvaguarda e Incentivo à Capoeira - Pró-Capoeira, vem a público informar que por problemas administrativos, logísticos e operacionais o Encontro Pró-Capoeira relativo às regiões Norte e Centro-

Oeste será adiado para os dias 3,4 e 5 de novembro, em Brasília, em local a ser oportunamente divulgado.

Pedimos desculpas às pessoas mobilizadas para o evento e informamos que os convites enviados estão reiterados para a nova data, assim como as inscrições feitas permanecem válidas e serão consideradas no processo de seleção dos participantes e observadores deste encontro. [...] (DPI/IPHAN, 2010).

Os participantes, durante os três dias do encontro debateram e contribuíram para as diversas áreas temáticas previstas nos grupos de trabalho, aprovando diversos encaminhamentos, dos quais, a seguir, destacamos alguns:

No GT Capoeira e Desenvolvimento Sustentável a grande preocupação apresentada pelos participantes foi à dificuldade de acesso as matérias primas para a produção dos instrumentos e outros elementos que compõe a construção dos instrumentos da capoeira, tais como madeira, couro, cipós, cabaças e sementes; no GT Capoeira e Educação foi apontada também uma preocupação com a formação dos capoeiristas enquanto educador além da falta de reconhecimento por parte da comunidade escolar dos saberes dos velhos mestres; o GT Capoeira e Política de Fomento apontou a falta de participação dos capoeiristas nas três esferas de governo, principalmente na implementação de programas e ações que atendam a demanda da capoeira; O GT Capoeira, Esporte e Lazer apontou a necessidade de formação e qualificação ampla e continuada para todos os segmentos da capoeira, principalmente relacionadas à outras áreas do conhecimento que dialogam com a capoeira, agregando, ainda, a prática da capoeira esportiva, tais como a nutrição, a educação física e a pedagogia; As contribuições do GT Capoeira, Identidade e Diversidade apresentou como soluções possíveis, dentre outras que seja assegurado que as políticas públicas para a salvaguarda da capoeira se efetivem e incluam invariavelmente a participação dos mestres e mestras e das comunidades tradicionais de capoeira em suas ações e desdobramentos, garantindo, assim, autonomia e o protagonismo dos capoeiristas; o GT Capoeira, Profissionalização e Internacionalização trás contribuições no campo da atuação profissional do capoeira, dentre elas a sugestão de formação de uma universidade com o curso “Cultura, Capoeira e Lazer”, com reserva de vagas para mestres, contramestres e professores e ainda a possibilidade de organização de um curso superior de capoeira (licenciatura plena) nas universidades públicas.

De acordo com o relatório de atividades do Grupo de Trabalho Pró-Capoeira (GTPC),

Estes encontros concentraram mestres e praticantes de capoeira, pesquisadores e técnicos dos Ministérios da Cultura, Previdência Social, Trabalho, Esporte e Relações Exteriores. E durante os três dias de cada encontro, foram debatidos temas e identificadas questões e demandas dos segmentos presentes. (GTPC/DPI/IPHAN, 2010).

Apesar de ter promovido uma ampla mobilização da comunidade da capoeira, permitindo debates sobre a sua salvaguarda, as demandas mapeadas durante o encontro e tidas como importantes pelos detentores, não saíram efetivamente do papel. Ainda assim os resultados obtidos nas reuniões dos GT's, acreditamos, apontaram para a necessidade de descentralizar as ações de salvaguardas da capoeira em todo o país.

1.3.4 - A Descentralização das Ações de Salvaguarda da Capoeira

Segundo o IPHAN, “a grande participação e o amplo debate promovidos pelos encontros apontaram a enorme diversidade de realidades e contextos da capoeira no Brasil, demonstrando a impossibilidade de propor um Plano de Salvaguarda Nacional para a Capoeira” (IPHAN. 2017: p. 11).

Foi a partir desta constatação que o DPI orientou as superintendências estaduais a conduzirem ações voltadas para a mobilização dos capoeiristas, como encontros, seminários, conferências e reuniões, descentralizando, assim, as ações de Salvaguarda da Capoeira em todo o Brasil.

Para Célia Corsino, então diretora do DPI, estas “são atividades que possibilitam o mapeamento e identificação do universo da capoeira em cada Estado da Federação”.

Esta descentralização deu autonomia para que cada estado possa discutir e sistematizar as suas próprias demandas e é isto que vem ocorrendo em todo o país, apesar de cada vez mais haver escassez dos recursos para a manutenção dos patrimônios culturais reconhecidos pelo IPHAN, devido ao sucateamento que vem ocorrendo, desde 2016, com as políticas para as culturas por parte do Governo Federal. Inicialmente com a tentativa de se extinguir o Ministério da Cultura e logo depois com a tentativa de “desmonte, esvaziamento e quebra de autonomia do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), órgão com mais de oitenta anos de existência e anterior ao próprio MinC” (FERREIRA, 2016, p. 97). Como se não bastasse, houve, inclusive, a indicação de pessoas para postos estratégicos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que nada entendem de patrimônio

cultural, tendo em vista a não atuação destes “indicados” nas áreas fins desta Autarquia Federal.

1.3.5 - A Fundação Cultural Palmares e os Encontros Pró-Capoeira

Em maio de 2012 o Grupo de Trabalho Pró-Capoeira (GTPC) foi transferido para a Fundação Cultural Palmares (FCP), tendo em vista a continuidade de este programa ser fundamental para a preservação deste patrimônio cultural. A FCP realizou cinco Ciclos de Debates Pró-Capoeira: Regulamentação, Salvaguarda e Incentivo à Atividade da Capoeira⁸¹.

Para Alexandro Reis, diretor do Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro da Fundação Cultural Palmares à época, o programa Pró-Capoeira “cumpre o compromisso do Estado estabelecido no Plano Nacional de Cultura e atende àqueles que sempre reivindicaram a valorização e a melhoria da qualidade de vida dos mestres tradicionais em todo o país”.

Segundo Reis (2012) “a proposta destes ciclos de debate é contribuir para a salvaguarda e promoção da atividade no Brasil e no Mundo”. De acordo ele “a preservação desse patrimônio demanda o seu reconhecimento enquanto profissão”. Ele destaca em sua fala que “a sua regulamentação se configura como um importante passo para a valorização dos mestres e praticantes que reivindicam tratamento profissional”.

Na época dos debates promovidos pela FCP, tramitava no Senado Federal o Projeto de Lei da Câmara nº 31 de 2009⁸², que tinha como objetivo reconhecer a atividade da capoeira como profissão nas suas manifestações como dança, competição ou luta. Reis (2012), afirma ser a capoeira um vetor importante da cultura e poderá se tornar também da economia do Brasil.

Este PL propunha, ainda, atrelar a atividade da capoeira dentro das estabelecidas pela legislação desportiva, propondo que o capoeirista seja elevado à categoria de atleta profissional e obrigando-o a se filiar à Confederação Brasileira de Capoeira (CBC).

⁸¹ Segundo divulgação da Fundação Palmares, os ciclos de debates foram realizados em Brasília, Rio Grande do Sul, São Paulo, Alagoas e Goiás. No site da FCP há uma controvérsia em relação ao evento na cidade de São Paulo, tendo em vista que em uma matéria a FCP divulga a realização do debate (poderá ser visto neste link: <http://www.palmares.gov.br/?p=25210>) e em outra uma nota de esclarecimento diz que não há nenhum evento programado para a Câmara de Vereadores para os debates do Pró-Capoeira (poderá ser conferido aqui: <http://www.palmares.gov.br/?p=40056>). Acesso em 02 de dezembro de 2019.

⁸² Este Projeto de Lei da Câmara foi definitivamente arquivado pelo Senado Federal no dia 27 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/90343>. Acesso em 02 de dezembro de 2019.

Exatamente para tratar deste assunto da profissionalização da capoeira que a Fundação Cultural Palmares propôs a realização deste Ciclo de Debates Pró-Capoeira nas principais capitais brasileiras. Segundo a Palmares, “o fortalecimento da atividade exige esforços dos Poderes Executivo e Legislativo, em diálogo com a sociedade civil, especialmente com os maiores interessados: os capoeiristas”.

Este ciclo de debates foi resultado de parceria estabelecida entre a Fundação Cultural Palmares (FCP) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), órgãos vinculados ao então Ministério da Cultura (MinC), com a Câmara dos Deputados. Contou, ainda, com o apoio dos Ministérios da Educação (MEC), do Esporte (ME), do Trabalho e Emprego (MTE) e da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR).

Acredita-se que, ao contrário do entendimento da Fundação Cultural Palmares, estes debates buscavam na verdade atender as reivindicações já apontadas pelo Congresso Nacional Unificado de Capoeira (CNUC), durante o Encontro de Mestres de Capoeira ocorrido em comemoração aos 21 anos da FCP, em Brasília, do qual participamos como um dos articuladores, quando aprovamos, no dia 20 de agosto de 2009, a “Carta de Brasília”, que propôs, entre outros itens, apoiar o PLC 031/2009 em tramitação no Senado, apresentando, inclusive, um substitutivo melhorando a sua redação de acordo com a necessidade dos capoeiristas.

Em relação a este PL aconteceram diversos desdobramentos, sendo um deles este Ciclo de Debates realizados pela Fundação Cultural Palmares e ainda duas Audiências Públicas realizadas pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, atendendo aos Requerimentos nº 52/2013-CE, de autoria dos Senhores Senadores Lídice da Mata (PSB/BA) e Paulo Paim (PT/RS); e nº 21/2014-CE, de autoria do Senador Inácio Arruda (PCdoB/CE), com vista a instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2009, que "Dispõe sobre o reconhecimento da atividade de capoeira e dá outras providências".

A primeira Audiência Pública ocorreu no Centro Cultural da Câmara Municipal de Salvador no dia 06 de dezembro de 2013, com vistas a discutir o PLC 31/2009, no intuito de reconhecer a prática da capoeira como profissão, em suas manifestações como dança, competição ou luta.

Nesta ocasião Alexandro Reis, representando a Fundação Cultural Palmares apresentou o que ele chamou de “diretrizes para a regulamentação da atividade da capoeira”, as quais informamos a seguir:

- Salvaguarda da roda de capoeira e do mestre tradicional de ofício;
- Participação e protagonismo dos capoeiristas no processo de construção e aprovação de propostas e iniciativas envolvendo todas as dimensões da capoeira;
- Afirmção da matriz cultural afro-brasileira como elemento originário e primordial para a criação e desenvolvimento da capoeira;
- Reconhecimento de todas as dimensões da capoeira, compreendendo-a essencialmente como atividade integradora, interativa, plural e de desenvolvimento pessoal e social;
- Reconhecimento da capoeira como meio estratégico de promoção e influência do Brasil no mundo.

Segundo ele, estas diretrizes tinham como objetivos estratégicos

[...] a proteção social e trabalhista para os capoeiristas; a garantia de financiamento permanente para a atividade da capoeira em todas as suas dimensões; o reconhecimento de Pastinha e Bimba como patronos nacionais da capoeira; efetivação da capoeira nas instituições de ensino públicas e privadas; colabora para organização e fortalecimento institucional da capoeira; proteger a autonomia, independência e liberdade da prática da capoeira; criação do plano nacional de salvaguarda e garantir a concessão de benefício especial aos mestres tradicionais de ofício. (REIS. Informação verbal, 2013).

Entendemos que a Fundação Cultural Palmares, ao propor que Mestres Pastinha e Bimba fossem reconhecidos como patronos da capoeira nacional, incorria no mesmo erro da proposta apresentada pelo Ministro Gilberto Gil, quando disse querer transformar a Bahia na “Meca da Capoeira”, desconsiderando, assim, a capoeira e seus mestres e mestras com atuação nos demais estados brasileiros. Sabemos da importância destes dois mestres para a história da nossa capoeira e o que eles efetivamente representaram e representam, mas entendemos que um fato como este deve partir por parte dos capoeiristas e não do Estado. Nesta audiência pública na Bahia foi apresentado pelo senhor Jairo Júnior, representante do Terceiro Congresso Nacional de Capoeira, proposta de substitutivo ao PLC 31/2009.

Na audiência pública realizada no dia 07 de maio de 2014, pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, a senadora Lídice da Mata (PSB/BA), presidindo eventualmente esta Comissão, disse, na abertura que

[...] a capoeira tem sido objeto de intensas discussões quando se trata de sua regulamentação como segmento esportivo. Uma das razões que levou o

então Ministro da Cultura Gilberto Gil a acelerar o processo de registro como patrimônio imaterial foi exatamente a enorme polêmica causada, à época, por conta da tentativa da exigência, de parte do Conselho Federal de Educação Física, de que os mestres de capoeira se filiassem ao referido órgão e que, para tanto, deveriam possuir o título de professor de educação física.

Essa exigência, em particular, causou enorme indignação entre os praticantes dessa manifestação cultural, pois levaria à exclusão de milhares de mestres tradicionais que, apesar de não possuírem título universitário, têm sido os grandes responsáveis pela existência, manutenção e difusão da capoeira até os dias de hoje. (LÍDICE DA MATA. Informação verbal. Senado Federal, 2014).

Alexandro Reis, que participou da reunião de Salvador, estava presente no encontro de Brasília e ao fazer uso da palavra considerou que a reunião realizada na Bahia foi bastante positiva, pois houve a oportunidade de se conhecer os contrários as proposições ali apresentadas e avançar naquilo que, segundo ele, seria fundamental neste processo. Em sua fala no Senado Federal, ele afirmou que o

Estado brasileiro tem uma dívida com os capoeiristas, com a cultura afro-brasileira. E neste momento em que há um processo intenso de avanço de políticas, de ações afirmativas no Brasil, na área quilombola, na educação, é fundamental que o Estado também possa efetivamente entrar nesse processo em favor da capoeira, que foi o elo importante de garantia de luta política e também de educação, de transmissão de conhecimento, de preservação de cultura, que o Estado também possa efetivamente entrar nesse processo. (REIS. Informação verbal. Senado Federal, 2014).

Naquela ocasião os debates realizados pela Fundação Cultural Palmares ou em que ela tenha participado, apontavam na direção de total apoio à profissionalização da capoeira, influenciando, inclusive, no que fora aprovado no Estatuto da Igualdade Racial, que, em seu art. 22 diz que “a capoeira é reconhecida como desporto de criação nacional, nos termos do art. 217 da Constituição Federal”.

Senão, vejamos o que diz Alexandro Reis em Brasília:

Então a capoeira, no nosso entendimento, ela tem um reconhecimento pleno da sociedade, porque ela está nas escolas, está nas linguagens, está na discussão política do País, está nos vários espaços de debate Brasil afora que nós tivemos oportunidade de realizar, mas há, ainda, uma ação insuficiente do ponto de vista de Estado. E nós estamos falando no sentido de que não há só necessidade de políticas públicas por parte de um órgão de Governo Federal; é preciso haver uma ação sistematizada que envolva Governo Federal, os Ministérios afins com o tema, mas também que os Estados e

Municípios operem e realizem política pública nesse sentido. (REIS. Informação verbal. Senado Federal, 2014).

Ele continua em sua explanação apontando que a proposta ora apresentada no PLC 031/2009, é muito sucinta, atendendo o que se discutia naquela atual conjuntura. A intenção foi, segundo ele, para que a proposta pudesse ser rapidamente aprovada na Câmara e no Senado. Mas que esta proposta estava fortemente vinculada à atividade esportiva. Ele diz compreender que a “atividade esportiva tem várias dimensões, embora no debate nacional que estamos fazendo com os capoeiristas, o foco dos capoeiristas, como contradição, é considerar que, quando se fala em esporte, se fala tão somente no esporte de alto rendimento”.

Em sua participação ele continua a apontar algumas questões relacionadas às práticas desportivas, como a Lei Pelé, o Sistema ONU e o que o Brasil discute em relação ao esporte são em suas três dimensões fundamentais: esporte de participação, esporte de educação e esporte de alto rendimento. Afirmando ele que nas duas primeiras dimensões a capoeira está intimamente vinculada. Neste momento ele aproveita para falar sobre recursos para a capoeira, conforme vimos a seguir:

Aí, vem o debate do financiamento. Por exemplo, a Lei Agnelo/Piva, que trata da distribuição de recursos de jogos e prognósticos para o desenvolvimento do esporte, até 2013, tinha uma diretriz, que era a distribuição tão somente através do COB, que tinha sua hierarquia de distribuição desses recursos. Houve mudança em 2004 e existe um decreto em vigência, de 2012, que trata desse tema, já garantindo uma distribuição mais igualitária, mais democrática do ponto de vista do Ministério do Esporte e de o sistema poder atender. Então, a capoeira tem essas duas dimensões que precisam também ser financiadas para a educação e a participação, que são essenciais do fazer, do existir da capoeira. (REIS. Informação verbal. Senado Federal, 2014).

Como pudemos ver, ao assumir o Programa Pró-Capoeira, a Fundação Cultural Palmares direcionou suas ações para a profissionalização da Capoeira, mas tendo, como pano de fundo, a articulação para que se tornasse obrigatória, após esta regulamentação, a filiação de mestres e mestras e demais atores sociais que atuam no ensino-aprendizagem da capoeira, em confederações, federações e ligas de capoeira. Este direcionamento passou a perder força após a Rede Nacional de Ação pela Capoeira articular, via seus representantes no Conselho Nacional de Política Cultural, um diálogo com os diversos segmentos da capoeira nacional, culminando com a realização do Seminário Preparatório para o Encontro Internacional de

Capoeira, ocorrido no dia 19 de novembro de 2015, em União dos Palmares, município onde fica localizada na Serra da Barriga, no estado de Alagoas.

Nesta ocasião foi criado o Grupo de Trabalho do Plano de Ação da Capoeira e aprovada as seguintes resoluções:

1. Ampliar o Grupo de Trabalho (GT) com a participação ativa de capoeiristas de todo o Brasil, com 02 representantes (mestras e mestres) de cada estado da Federação;
2. Incluir um representante, preferencialmente mestras e mestres de capoeira, de cada um dos seguintes Colegiados Setoriais: Culturas Afro-Brasileiras, Culturas Populares, Culturas Tradicionais e Patrimônio Imaterial;
3. Os capoeiristas presentes neste Seminário irão compor o GT de forma interina e ficarão responsáveis pelas articulações em seus respectivos estados para escolha dos demais membros, a partir dos Conselhos de Salvaguarda, devendo encaminhar os nomes até o dia 10 de janeiro de 2016. Nos estados em que ainda não existem Conselhos de Salvaguarda, o espaço de articulação será a instância coletiva de debate em torno da questão, podendo ser um Conselho de Mestres, Coletivo, Grupo de Trabalho, Fórum, etc.;
4. Que o GT se reúna em ocasião oportuna, indicada para os dias 22 a 24 de janeiro de 2016, para debater e aprofundar a construção do Encontro Internacional de Capoeira (local a definir);
5. Que o Governo Federal cumpra o determinado na 23ª Reunião Plenária do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), ocorrida nos dias 27 e 28 de maio de 2014, que aprovou a criação do Colegiado Setorial da Capoeira;
6. Que o Governo Federal, através do Ministério da Cultura (MinC) e do Ministério da Educação (MEC), cumpra a Meta 17 do Plano Nacional de Cultura (PNC), bem como o aprovado na Proposta 3.39⁸³ da 3ª Conferência Nacional de Cultura, certificando as mestras e os mestres de capoeira através do Programa Certific;

⁸³ Intensificar e fomentar o reconhecimento de mestres e mestras das culturas populares e tradicionais (mestres de capoeira, hip hop, quilombolas, indígenas, sábios, afoxés, jongo e griôs), por meio de certificação da Rede Certific do Ministério da Educação (de acordo com a Meta 17 do Plano Nacional de Cultura) ou órgãos afins, com ações atinentes ao IPHAN e ao IBRAM, garantindo recursos financeiros para a manutenção de suas expressões artísticas e culturais, através dos editais de premiação da SCDC; intensificando e aprimorando as ações de proteção do patrimônio material e imaterial, versando sobre estudos, pesquisas e formação, apoiando estrategicamente esses processos com a aprovação da Lei de Mestres (Projeto de Lei nº 1.176/2011) e a transformação do Decreto nº 6.040/2007, que institui a Política Nacional do Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais em lei. Disponível em: <http://cnpc.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/Propostas-aprovadas-na-III-CNC.pdf>. Acesso em 02 de dezembro de 2019.

7. Inclusão de mestras e mestres de capoeira no Conselho Curador da Fundação Cultural Palmares;
8. Inclusão de mestras e mestres de capoeira em todos os GT's e/ou Comitês Gestores da Salvaguarda da Capoeira em todas as Superintendências do IPHAN;
9. Participação de mestras e mestres de capoeira de todas as regiões do Brasil na construção/elaboração do Encontro Internacional de Capoeira, a ser realizado em 2016;
10. Que o MinC, suas secretarias e vinculadas lancem editais específicos para a capoeira;
11. Que o MinC, suas secretarias e vinculadas criem cursos de capacitação na elaboração de projetos culturais, gestão cultural, dentre outros, para as/os capoeiristas em todo o Brasil;
12. Que o MinC, suas secretarias e vinculadas criem cursos de línguas para as/os capoeiristas residentes no Brasil e no exterior;
13. Criação do Memorial da Capoeira em cada estado, nos moldes das casas de patrimônio com a administração de cada espaço feita por capoeiristas;
14. Liberação de verbas para a capoeira através do Fundo Nacional de Cultura (FNC) e criação de mecanismos legais para que estados e municípios, que integrem o Sistema Nacional de Cultura (SNC), façam o mesmo com os Fundos Estaduais e Municipais de Cultura;
15. Garantia da participação das mestras e mestres de capoeira nos processos decisórios relacionados às políticas públicas para a capoeira;
16. Inserção da/o capoeirista de formação popular para dar aula nas escolas, com remuneração justa e apoio do MinC, secretarias e vinculadas ao Projeto de Lei do Senado nº 017/2014.

Parte das demandas apontadas nas resoluções acima se tornou realidade, como a criação da cadeira da capoeira no CNPC, mas, infelizmente, a manobra política identificada pela maioria da sociedade como golpe de Estado, que culminou com o impeachment da presidenta legitimamente eleita Dilma Rousseff, inviabilizou as discussões iniciadas pela Rede Nacional de Ação pela Capoeira com a Fundação Cultural Palmares, desarticulando, assim, a

implantação de todas as propostas aprovadas pelo conjunto de grande parte da comunidade da capoeira nacional.

Quanto aos cinco Ciclos de Debates realizados pela Fundação Cultural Palmares não nos foi possível localizar os resultados, já que estão não estão disponibilizados publicamente.

1.5 - A Roda de Capoeira e seu Registro na Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade pela UNESCO

Reconhecida como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, em 2008, pelo IPHAN; considerada pelo Estatuto da Igualdade Racial, em 2010, como esporte genuinamente brasileiro e tendo a atividade de capoeirista reconhecida em todas as modalidades em que a capoeira se manifesta, seja como esporte, luta, dança ou música, sendo livre o seu exercício em todo o território nacional, foi em 2014 que a Roda de Capoeira foi reconhecida pela UNESCO como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial da Humanidade.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) foi criada logo após o final da Segunda Guerra Mundial e tem entre seus objetivos contribuir para a paz e a segurança no mundo, utilizando para isso instrumentos importantes como educação, ciência, cultura e comunicação.

Na área cultural a UNESCO atua a partir de diversos instrumentos normativos elaborados e promovidos por ela e desenvolve, ainda, diversas atividades para “a salvaguarda do patrimônio cultural, a proteção e o estímulo à diversidade cultural, bem como o fomento ao pluralismo e ao diálogo entre as culturas e civilizações”.

No Brasil a representação da UNESCO se estabeleceu a partir de 1964, tendo iniciado suas atividades, a partir de seu escritório em Brasília, em 1972. Segundo a ONU, a UNESCO tem como prioridades a defesa de uma educação de qualidade para todos e a promoção do desenvolvimento humano e social.

Em nosso país ela tem atuado em cooperação com instituições nacionais e autoridades na preservação do patrimônio cultural, seja através dos museus ou no apoio à preservação do Patrimônio Mundial e, ainda, na preservação e salvaguarda de nosso rico patrimônio cultural imaterial.

A Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, aprovada pela Conferência Geral da UNESCO em sua 32ª Sessão, ocorrida em 29 de setembro de 2003, e

promulgada pelo Brasil através do Decreto nº 5.753, de 12 de abril de 2006⁸⁴, é o instrumento normativo utilizado na preservação dos patrimônios culturais ao redor do mundo.

De acordo com o artigo 2º desta Convenção, o Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade é composto pelas “práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural”.

Neste mister, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura já reconheceu diversos patrimônios culturais de natureza imaterial do Brasil⁸⁵. Mas para que haja a indicação para este reconhecimento, faz-se necessário o cumprimento das exigências previstas na Resolução PRES/IPHAN nº 001, de 05 de junho de 2009⁸⁶, que “dispõe sobre os critérios de elegibilidade e seleção, bem como os procedimentos a serem observados na proposição e preparação de dossiês de candidaturas de bens culturais imateriais para inscrição na Lista dos Bens em Necessidade de Salvaguarda Urgente e na Lista Representativa do Patrimônio Cultural”.

De acordo com o artigo 12 desta Resolução, são elegíveis para proposição de candidaturas à Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, bens culturais que preencham os seguintes requisitos:

- I – o bem cultural está registrado como Patrimônio Cultural do Brasil, de acordo com o Decreto nº 3.551/2000.
- II – a inscrição do bem contribuirá para assegurar a visibilidade, a tomada de consciência sobre a importância do patrimônio cultural imaterial e a ampliação do diálogo entre as culturas, refletindo a diversidade cultural do mundo e testemunhando a criatividade humana.
- III – o plano de salvaguarda do bem cultural está formulado, em implementação ou concluído.
- IV – a proposta de candidatura conta com a participação mais ampla possível da comunidade, grupo ou indivíduos detentores do bem cultural e com sua anuência prévia, livre e informada.

⁸⁴ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5753.htm. Acesso em: 02 de dezembro de 2019.

⁸⁵ Além da Roda de Capoeira, já fazem parte da Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade no Brasil o Samba de Roda no Recôncavo Baiano; Arte Kusiwa - Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajãpi; Frevo: Expressão Artística do Carnaval de Recife; Círio de Nossa Senhora de Nazaré e Complexo Cultural do Bumba meu boi do Maranhão.

⁸⁶ Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Resolucao_n001-2009-CandidaturasUnesco.pdf. Acesso em: 02 de dezembro de 2019.

Faz-se necessário, ainda, observar os critérios apontados no artigo 13º conforme podem ser comprovados a seguir:

- I – o bem cultural é importante para o estabelecimento ou para o fortalecimento do diálogo entre os vários contextos culturais existentes no mundo;
- II – o bem cultural é representativo dos processos culturais constitutivos da sociedade brasileira e das várias situações sociais, ambientais e geopolíticas existentes no país;
- III – a candidatura do bem cultural contribui para reforçar a imagem culturalmente diversificada do Brasil no exterior;
- IV – o bem cultural transcende sua base social originária e possui, atualmente, significado para amplas parcelas da população brasileira.

Levando em consideração todos estes instrumentos jurídicos acima citados e ainda o previsto no artigo 14º, § 2º da Resolução 001 do IPHAN, que trata dos procedimentos para a priorização e envio de propostas de candidaturas, do qual destaco o inciso III que diz ser necessária a “declaração formal de representante da comunidade, grupo ou indivíduos detentores do bem cultural ou de seus membros - respeitados suas formas ou mecanismos de organização social e política – expressando o interesse e a anuência com a candidatura”.

A partir destes pressupostos, dá-se início, em 2012, ao processo, a partir dos encontros regionais realizados pelo IPHAN, para recolher as assinaturas de apoio ao reconhecimento da roda de capoeira para a Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade.

Nesta mesma época é lançada pelo IPHAN uma campanha nacional online de apoio à Candidatura da Roda de Capoeira à Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, campanha esta que recolheu 1590 assinaturas.⁸⁷.

Nesta petição, o IPHAN informa que a intenção de ter o reconhecimento por parte da UNESCO

“Não é só mais um título bonito para colocar na parede nem é mais um simples reconhecimento para compor discursos de exaltação. Vai além. É um pacto entre o Brasil (governo e sociedade) e o mundo para aumentar as bases de expansão das nossas raízes. Um passaporte a mais para abrir fronteiras e dar o tom brasileiro, detentor absoluto das raízes dessa prática,

⁸⁷ A assinatura online de apoio ao reconhecimento da Roda de Capoeira como Patrimônio Cultural pela UNESCO está disponível em: <https://peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=IPHAN>. Acesso em: 02 de dezembro de 2019.

no cenário internacional. O título é um ato de fortalecimento que não interfere na autoria da capoeira nem na autoridade dos Mestres. A capoeira continua fiel à sabedoria dos que a criaram sem perder direitos nem sofrer intervenção em seu conceito ou prática. O que se abre é a possibilidade de criação de mais estrutura e força política. Obriga governos e instituições a um zelo mais profundo no incentivo e manutenção das políticas públicas com investimentos continuados e programas definidos a partir do diálogo”. (IPHAN, 2012).

Além das assinaturas do abaixo assinado online, foram recolhidas presencialmente, segundo o IPHAN, cerca de 250 assinaturas de anuência durante os Encontros Pró-Capoeira realizados em 2010 e na reunião da Salvaguarda da Capoeira realizada em março de 2012 na Superintendência Estadual de Minas Gerais.

Com o recolhimento das assinaturas e a elaboração do dossiê, foi enviada à UNESCO, no dia 30 de março de 2012, a solicitação de candidatura da roda de capoeira para a Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade.

Figura 15 - Capa do Dossiê enviado à UNESCO para o reconhecimento da Roda de Capoeira como Patrimônio Cultural da Humanidade.



Fonte: IPHAN/MinC/MRE, 2012.

Foi então que, durante a 9ª Sessão do Comitê Intergovernamental para a Salvaguarda, do qual, a convite do IPHAN e da Fundação Cultural Palmares estivemos presente, juntamente com os Mestres Duda Pirata e Sabiá (RJ), Cobra Mansa e Janja (BA) e Pitter (SP), que, em novembro de 2014, em Paris, a roda de capoeira, um dos nossos maiores símbolos, foi reconhecida como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade.

Este foi um momento de suma importância, tendo em vista representar o reconhecimento das lutas históricas da comunidade negra no Brasil, antes, durante e após a escravidão, haja vista que ainda hoje mestres e mestras de capoeira têm lutado para manter as raízes identitárias da capoeira enquanto uma expressão cultural de nossa ancestralidade.

A “roda de capoeira tem a função de difundir os símbolos e valores relacionados à diáspora africana no território brasileiro [...] estabelecendo um [...] diálogo entre os diferentes povos e nações (IPHAN, 2013, p. 06)”. Um diálogo cujas linguagens são manifestadas nos movimentos do corpo, nas falas cantadas e no som produzido por instrumentos confeccionados diretamente a partir do reconhecimento do território e dos recursos disponíveis, potencializando a convergência em torno da busca por uma identidade comum.

Desde as primeiras “levas” organizadas pelo tráfico humano de homens e mulheres jovens e, portanto, em fase de aprendizagem intensa dos ensinamentos que permitem às novas gerações ampliarem o conhecimento sobre o mundo e as relações humanas, o escravizado precisou recorrer às suas memórias e à criação de novas linguagens para se comunicar inicialmente entre si, mas também para se proteger e sobreviver.

Justo porque a grande travessia oceânica foi marcada por todo tipo de violências, a necessidade de comunicação entre indivíduos e entre indivíduos e grupos que muitas vezes rivalizavam no âmbito doméstico, no continente africano, exigiu o exercício contínuo de recriação de meios de expressão de sentimentos, dos enlances míticos e do convívio familiar forçosamente deixado para trás.

No contexto das ações de estruturação do empreendimento colonial nas Américas, a resistência, nas múltiplas formas observadas: o aquilombamento, o banzo, o boicote, a emboscada, a magia, o envenenamento, o oportunismo, foram adquirindo racionalidade e se transformando em práticas recorrentemente disseminadas no cativeiro. Lançava-se mão de tudo o que era possível para a sobrevivência.

Com esse propósito, também o corpo é tomado como instrumento de luta e resistência. Nos confrontos com os capitães do mato, mestiços destituídos da identidade de

oprimido que assumiram o papel de algozes de negros e negras escravizados, consolidava-se o resgate da concepção do corpo como território do sagrado, recorrendo-se à invocação dos ancestrais, Orixás, Voduns e Inkices. Ao tempo em que a ritualização e espiritualização do combate encorajavam os fugidos da escravização, contribuía para restituir-lhes, a um modo próprio da afrodíaspóra, a existencialidade africana arrancada a golpes de espada e nuvens de pólvora.

Como podemos perceber neste capítulo, a luta por reconhecimento sempre esteve presente nas ações dos mestres e mestras de capoeira, que, de alguma forma ou de outra sempre pressionou o Estado brasileiro por respeito e reparação, apesar de o Estado ter sido (ainda é), um dos maiores opressores às culturas de matriz africana e indígena. Não à toa, para que a roda de capoeira recebesse o título de patrimônio cultural de natureza imaterial foi necessária a anuência dos detentores e detentoras, e por escrito.

Daí pode-se perceber a força que nós mestres e mestras temos e o quanto podemos influenciar na construção de políticas públicas relacionadas à capoeira em todo o nosso país. Não por isso o próximo capítulo trata exatamente da elaboração/construção do Plano de Salvaguarda da Capoeira do estado do Rio de Janeiro, onde o papel da sociedade civil, em particular detentores e detentoras é crucial para o sucesso desta empreitada. Convido-te a vir fazer conosco o nosso último jogo nesta “volta ao mundo”, pois na capoeira é assim... “a volta que o mundo deu a volta que o mundo dá...”. Vamos S’imbora começar este jogo?

CAPÍTULO II

“IÊ VAMOS S’IMBORA CAMARÁ”: A SALVAGUARDA DA CAPOEIRA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

2.1 - O Encontro de Mestres de Capoeira

Como abordado no primeiro capítulo, a descentralização das ações de Salvaguarda da Capoeira por parte do IPHAN se deu a partir de 2012. Célia Corsino, Diretora do DPI à época, informou que as ações de salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial seriam executadas de forma descentralizadas, conforme previsto no Plano Anual de Trabalho aprovado naquele ano. O propósito foi de poder atuar mais próximos dos e das capoeiristas, respeitando-se, assim, “à diversidade de contextos e particularidades locais” (IPHAN, 2015, pág. 2). Com relação à salvaguarda da Capoeira, foi recomendado “a implementação de ações voltadas para mobilização dos capoeiristas - como encontros, reuniões, seminários e outros eventos - e, principalmente, para mapeamento e identificação do universo da capoeira em cada Estado da Federação” (DPI/IPHAN, 2012. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/1026/iphan-descentraliza-acoes-de-salvaguarda-do-programa-pro-capoeira>. Acesso em 20 de dezembro de 2019).

A partir da descentralização, as superintendências estaduais do IPHAN foram orientadas pelo DPI para que, nas ações de mobilização da comunidade da Capoeira, fossem levados em consideração os temas discutidos nos Encontros Pró-Capoeira realizados em 2010 nas cidades de Recife-PE, Rio de Janeiro-RJ e Brasília-DF.

No estado do Rio de Janeiro o processo da Salvaguarda da Capoeira iniciou-se efetivamente a partir do Encontro dos Mestres de Capoeira do Rio de Janeiro, realizados na sede da Superintendência do IPHAN no estado do Rio de Janeiro nos dias 14 e 21 de maio de 2013, conforme é possível verificar abaixo no material de divulgação à época.

Figura 16 - Convite para o Encontro de Mestres de Capoeira do Rio de Janeiro.



Fonte: IPHAN/RJ. Maio de 2013.

Estes encontros tiveram como objetivo abrir espaço para discussões sobre a **Capoeira, Patrimônio Imaterial do Brasil** de modo a definir as ações que contribuiriam para o seu desenvolvimento e salvaguarda. Para isso, reuniram-se os detentores deste saber, juntamente com o IPHAN, com vistas a buscar o melhor caminho a seguir, procurando encontrar os pontos de convergência entre as diversas vertentes da capoeira do Rio de Janeiro, concentrando os esforços nas demandas coletivas e comuns a toda comunidade e como consequência, alcançar o verdadeiro reconhecimento da capoeira carioca e fluminense.

Segundo Monica Costa (2013), responsável, naquele momento, pela Diretoria do Patrimônio Imaterial,

O IPHAN do Rio estava com uma dívida com a capoeira. Reunir alguns mestres em dois encontros neste vasto mundo que é a capoeira do RJ foi uma vitória (90 mestres no primeiro dia e 130 no segundo). Conseguimos juntar

as demandas por eles apresentadas e fazer uma síntese. Estamos começando a trabalhar com a capoeira agora e será um longo trabalho com este bem registrado. (COSTA, 2013. Encontro de Mestres de Capoeira do Rio de Janeiro. Auditório do IPHAN RJ. Canal do IPHAN RJ. Disponível em: <https://youtu.be/L32gqeCEt8w>. Acesso em: 20 set.. 2019).

Cabe destacar que, caso não houvesse tanta demora em se iniciar as ações da salvaguarda da capoeira por parte do IPHAN, talvez nos fosse possível conseguir o registro oral de importantes Mestres de Capoeira do estado do Rio de Janeiro que faleceram. Dentre estes podemos citar: Dentinho, Peixinho e Nacional, todos falecidos em 2011.

Durante o encontro foi franqueada a palavra aos diversos atores sociais presentes, dentre os quais mestres e mestras de capoeira, representantes das universidades públicas e privadas envolvidas no processo da salvaguarda (UFF e Estácio de Sá), INEPAC, Fundação Cultural Palmares, a representante da Superintendência do IPHAN no estado de Minas Gerais, dentre outros atores sociais.

Para Tavares,

o RJ tem uma importância fundamental até mesmo na reabilitação da capoeira no período da saída da clandestinidade com Getúlio Vargas. Até pelo volume de Mestres de Capoeira que saíram do Rio de Janeiro para o exterior. Em mais de 150 países do mundo, grande parte destes capoeiristas saíram do Rio de Janeiro e levaram a capoeira para ser disseminada no mundo. Portanto, espero que este encontro possa motivar todos esses grandes mestres aqui presentes, com uma representação fantástica da capoeira do Rio de Janeiro e com certeza iremos sair daqui com um produto sólido para dar continuidade à tão merecida conquista da capoeira como bem imaterial (TAVARES, 2013. Encontro de Mestres de Capoeira do Rio de Janeiro. Auditório do IPHAN (RJ). Canal do IPHAN (RJ). Disponível em: <https://youtu.be/L32gqeCEt8w>. Acesso em: 20 set.. 2019).

Na visão de Luciane Barbosa de Souza, do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural - INEPAC⁸⁸, nós

temos que pensar de forma conjunta (governos federal, estadual e municipal) a proteção e a memória e identidade do povo afro-brasileiro fluminense. E, com mais esta vertente de preservação que é a capoeira, a gente pretende, unidos, construir planejamento, programas e ações para a salvaguarda, seus

⁸⁸ Criado em 1975, o INEPAC é o herdeiro direto da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara (DPHA), criada por decreto em 1963 (primeiro órgão de preservação do patrimônio cultural, em nível estadual). O Instituto dedica-se à preservação do patrimônio cultural do Estado do Rio de Janeiro, elaborando estudos, fiscalizando e vistoriando obras e bens tombados, emitindo pareceres técnicos, pesquisando, catalogando, inventariando e efetuando tombamentos. (INEPAC. Disponível em <http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/home/instituicao>. Acesso em 20 set. 2019).

mestres, ofícios saberes e a permanência dos grupos no território fluminense. (SOUZA, 2013. Encontro de Mestres de Capoeira do Rio de Janeiro. Auditório do IPHAN (RJ). Canal do IPHAN (RJ). Disponível em: <https://youtu.be/L32gqeCEt8w>. Acesso em: 20 set.. 2019).

Com uma fala contundente, Mestre Camisa (José Tadeu Carneiro Cardoso), da Associação Brasileira de Apoio e Desenvolvimento da Arte Capoeira (ABADÁ-CAPOEIRA), se colocou da seguinte maneira:

Eu queria dizer o seguinte: tombamento - material. O IPHAN não deixa uma igreja cair e, no caso da capoeira, esse tombamento (roda de capoeira e mestre de capoeira) se falar em aposentadoria é impossível, eu sou um dos que contribui para o INSS e ainda não consegui me aposentar. Ainda mais na capoeira. Aposentar todos os mestres de cultura popular seria falir o INSS. Mas eu acho que a cultura viva, um patrimônio cair, o mestre morrer de miséria. Se não pode aposentar de um plano de saúde, uma cesta básica. E o mestre continuará vivendo. É cultura viva. Porque todo mundo quer diploma e certificado, mas ele sendo antigo não tem comida na casa dele. Os mestres que contribuíram de verdade (tem muito mestre falso e oportunista) as pessoas realmente que foram formados e reconhecidos no mundo da capoeira para terem um apoio para eles continuarem vivos. Não apoiam as igrejas para não cair? Os patrimônios? Porque deixar morrer? Muitos que morreram se tivessem um plano digno não teriam morrido. O Leopoldina é um deles. Tombar para o material é fácil, já o imaterial é difícil. Outra coisa. O Centro de Referencia é importante ter esse centro, documentos e tudo, mas sem um lugar seguro para os mestres verdadeiros, para que este centro? Só papel para eles irem lá estudar? Pra ter escolas para capoeiristas, buscar a história, aprender a ensinar e tem gente que só aprendeu a jogar. As escolas não ensinam a ensinar. É muito difícil. As próprias escolas tradicionais se sentem importantes, mas tem que ter o mestre. Outra coisa também: construir espaços públicos para se jogar capoeira. A gente joga no viaduto, na feira, na rua, no asfalto, em qualquer lugar. Mas todos os esportes e atividades (capoeira é muito mais que esporte): patins, skate, tudo de fora tem espaço específico e gastam uma grana. Agora nós jogamos em qualquer lugar, mas queremos ter um lugar redondo homenageando um grande mestre, ter um banheiro. Para preservar a capoeira na rua. Isso é papel do IPHAN. Não gasta muito. Homenagear os grandes mestres. Verdadeiros mestres de capoeira que já se foram. Um lugar específico. Pergunta pra gente que vamos dizer como faz esse negócio. E não custa muito não. E também uma comissão de verdadeiros mestres porque todo mundo é mestre hoje. Precisa do profissional da capoeira para viver e sobreviver e dar continuidade a capoeira. Precisa os fundamentos dos mestres. Todo mundo quer ser mestre e não resolve a situação da capoeira. Cheio de mestre passando fome, envergonhando e se prostituindo ao mesmo tempo. Eu tenho 50 anos de capoeira e 40 como profissional. Dediquei minha vida a isso e qualquer mestre do meu lado é mestre também. O IPHAN leva os verdadeiros lá que represente a capoeira e representa todos nós. É difícil a capoeira ser respeitada e valorizada. Qualquer um quer ser mestre. Poxa, quer ganhar dinheiro ganha sem ser mestre. Seja um bom profissional.

Mestre é consequência. Eu tenho vários assuntos. Anotei aqui. Não vou pegar o bonde andando, me desculpe. Mas eu acho que não adianta falar muito. A capoeira precisa de poucas coisas e da para resolver. Sem se fantasiar, sem falar difícil. Não precisa. A linguagem da capoeira é simples. O que a capoeira precisa é local. Qualquer um pode pegar e fazer. Agora fazer encontros muitos falando um monte de besteira. Muita gente vem mais para aparecer do que contribuir. Dizer quem é quem. O que fez e o que não fez. A capoeira precisa dos verdadeiros mestres. Senão vamos continuar perdendo os verdadeiros e ficando os falsos. (MESTRE CAMISA, 2013. Encontro de Mestres de Capoeira do Rio de Janeiro. Auditório do IPHAN RJ. Canal Capoeira de Toda Maneira. Disponível em: <https://youtu.be/L32gqeCEt8w>. Acesso em: 20 set.. 2019).

Apesar de ter sido um momento ímpar para a salvaguarda da capoeira no Rio de Janeiro, mas como “*nem tudo que reluz é ouro e nem tudo que balança cai*”⁸⁹, ocorreram vários questionamentos de como se deu o processo de convocação para a participação neste evento, já que esta foi feita via perfil dos capoeiristas em uma rede social.

Devido à importância destes encontros, entendíamos que deveria haver um comunicado oficial direcionado a todos os interessados, inclusive com divulgação de edital na imprensa, cartas e e-mails direcionados aos signatários.

Na qualidade de Conselheiro Nacional de Política Cultural, no Setorial do Patrimônio Cultural Imaterial representando a capoeira, também questionamos, encaminhando um e-mail solicitando esclarecimentos à Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro sobre a forma como foram feitos estes encaminhamentos, mas ainda assim fizemos questão de participar deste momento histórico para a capoeira do Rio de Janeiro.

Aconteceram, ainda, outros questionamentos sobre a lisura do processo hora construídos, como, por exemplo, o Manifesto dos Movimentos Populares de Capoeira do RJ⁹⁰ em que questionavam a legitimidade das ações propostas pelo IPHAN em relação à salvaguarda da capoeira do Rio de Janeiro.

Neste documento, este Movimento afirma que

[...] tendo como base a forma como este processo vem sendo organizado e conduzido pelo IPHAN, entendemos que a falta de transparência, assim como o acesso privilegiado a informações em favor de um grupo determinado de mestres/líderes, em detrimento de outros, vai contra direitos básicos da cidadania e do estado de direito. Desta forma, gostaríamos de

⁸⁹ Música cantada nas rodas de capoeira. Autoria desconhecida.

⁹⁰ Este movimento tinha como signatários 15 grupos e associações de capoeira com atuação no Rio de Janeiro. A relação destes grupos estará nos anexos a esta dissertação.

alertá-los para o risco de deslegitimação de toda e qualquer ação e desdobramentos que venham a acontecer a partir das correntes reuniões relativas ao processo de Salvaguarda da Capoeira no Estado do RJ. Mais uma vez, gostaríamos de lembrar ao IPHAN que o direito a transparência está garantido, por lei e para todos, e que os sistemas implantados pelos órgãos governamentais, podem e devem ser acessados por todo cidadão, o que implica que qualquer recusa destes Institutos neste tópico estará, novamente, se opondo ao interesse público. (MANIFESTO DOS MOVIMENTOS POPÚLARES DE CAPOEIRA DO RJ, 2013, p. 2).

Cabe ressaltar que, apesar deste manifesto, representantes deste movimento participaram destes encontros e tiveram a oportunidade de se colocar durante os debates. Estes participaram, ainda, da construção do Inventário para Registro e Salvaguarda da Capoeira como Patrimônio Cultural do Brasil⁹¹, na qualidade de pesquisadores e não observamos, naquele momento, quaisquer questionamentos quanto à legitimidade daquele processo onde se realizou diversos encontros Capoeira como Patrimônio Imaterial do Brasil, o que, no caso do Rio de Janeiro, ocorreram nas cidades de Niterói e Duque de Caxias onde parte dos signatários deste manifesto realizam seus trabalhos. Nestes encontros do Rio de Janeiro, as 96 assinaturas na lista de presença foram utilizadas como comprovação de anuência para o reconhecimento da capoeira como patrimônio cultural. Inclusive no próprio manifesto é apontado este momento, quando afirmam que

[...] tem provocado também o descontentamento entre aqueles que participaram e foram colaboradores e parceiros atuantes durante todo o processo administrativo, histórico e científico que existe por trás desse registro, que culminou com a elaboração do Inventário para Registro e Salvaguarda da Capoeira como Patrimônio Cultural do Brasil, em 2008. (MANIFESTO DOS MOVIMENTOS POPULARES DE CAPOEIRA DO RJ, 2013, p. 2).

Estes questionamentos foram assimilados pelos participantes deste processo estadual, sendo discutido, inclusive, no Grupo de Trabalho da Salvaguarda da Capoeira em uma de suas reuniões. Apesar deste imbróglio as discussões relacionadas à Salvaguarda da Capoeira tiveram prosseguimento.

⁹¹ A Fundação Universitária José Bonifácio, de apoio a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) contratou, no Rio de Janeiro, os pesquisadores Carlos Alexandre Teixeira (Mestre Carlão), Cristiana Nastari Villela, David Nascimento Bassous (Mestre Bujão - na época ainda não era Mestre), Hugo Lemos de Bellucco e Johnny Alvarez Menezes e os estagiários Barbara Tinoco, Bernardo Guimarães e Filipe Gonçalves, que realizaram pesquisa documental e de campo. O Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento (LACED), do Departamento de Antropologia do Museu Nacional (MN), foi o responsável pelo "Inventário e Dossiê do Registro da Capoeira no Brasil."

Como o estado de Minas Gerais estava mais avançado na construção da Salvaguarda da Capoeira, a Superintendência do IPHAN (MG) enviou a técnica Vanilza Jacundino Rodrigues para participar dos encontros no Rio de Janeiro, onde esta apresentou as ações que estavam sendo desenvolvidas em seu estado e a experiência da criação do Conselho de Mestres. Para ela no Rio de Janeiro

já existe uma mobilização por parte dos capoeiristas. Só falta mesmo é se organizar e chamar o pessoal e falar: aqui também é um espaço de conversa. Em Minas demos apoio para a formação do Conselho de Mestres de Capoeira e a partir da formação desse conselho a gente conseguiu a mobilização e adesões muito importantes. O momento agora é de ampliar a mobilização e fazer o mapeamento do estado inteiro, com vistas à participação e a presença de capoeiristas de todo estado nas ações de salvaguarda e no planejamento do próprio plano de salvaguarda da capoeira mineira. (RODRIGUES, 2013. **Encontro de Mestres de Capoeira do Rio de Janeiro**. Auditório do IPHAN RJ. Canal do IPHAN RJ. Disponível em: <https://youtu.be/L32gqeCet8w>. Acesso em: 20 set.. 2019).

Figura 17 - Vanilza Jacundino Rodrigues (representante da superintendência do IPHAN (MG) palestrando no Encontro de Mestres de Capoeira do Rio de Janeiro, tendo ao lado Mônica da Costa da Assessora de Patrimônio Imaterial IPHAN/RJ.



Fonte: IPHAN (RJ). Maio, 2013.

Após dois dias de intensos debates, como podemos verificar na foto acima, as principais ações aprovadas no encontro foram: a criação do Conselho de Mestres da Capoeira; a descoberta dos parâmetros identitários da capoeira do Rio de Janeiro; a divulgação, identificação e o desenvolvimento de pedagogias da capoeira⁹²; a troca de saberes sobre o ensino e transmissão da capoeira; a capacitação em elaboração de projetos culturais; a criação de fóruns temáticos; de um centro de referência para a capoeira e a criação de espaço padronizado nas praças para a sua prática, sob a responsabilidade de um mestre.

Importante destacar que, além das propostas aprovadas, as falas dos Mestres presentes apontaram para uma grande preocupação sobre representatividade, ética e o compromisso com a diversidade da capoeira do estado do Rio de Janeiro. Em virtude disto, vale destacar o que fora escrito pelo Mestre Paulão Muzenza em um slide que seria utilizado nos encontros, quando ele afirma que a sua intenção

não era causar nenhuma espécie de celeuma ou desagregação, ou muito menos, realizar comparações da capoeira praticada em outros estados, como também, confrontar estilos de capoeira. Simplesmente, por dever de justiça, darei uma pequena visão, baseada no bom senso da história da capoeiragem do rio de janeiro, em respeito a seus incontestáveis vultos, que normalmente são ignorados em iniciativas como essa do IPHAN (RJ). (MESTRE PAULÃO MUZENZA, 2013, p. 01).

A partir daí ele apresenta uma lista de literatura clássica sobre a capoeira do Rio de Janeiro, destacando dentre elas os seguintes autores: Plácido de Abreu que, em 1886 escreveu o romance *Os Capoeiras*. Moura (2009, p. 63), relata que “que na crônica da capoeiragem carioca, um vulto importante foi Plácido de Abreu Moraes, de nacionalidade portuguesa. Nasceu a 12 de março de 1857, e foi assassinado em fevereiro de 1894 [...]”; O.D.C, que, segundo Mestre Paulão Muzenza seria Garcez Palha, Primeiro Tenente da Marinha de Guerra do Brasil, que escreveu, em 1907, o *Guia do Capoeira ou Ginástica Brasileira*, ocultando, na época, o seu verdadeiro nome; Annibal Burlamaqui (Zuma), autor do livro *Gymnastica Nacional (Capoeiragem) - Methodizada e Regrada*, lançado em 1928. Segunda Lacé (2002, p. 88) este é “um livro antológico, sobretudo pelo seu pioneirismo [...] Foi lido e estudado no Rio e em todo o Brasil, estabelecendo um marco histórico e influenciando um sem número de

⁹² Em sua dissertação de mestrado intitulada **A Arte de Ensinar a Capoeira, na roda e na Vida: Pedagogia da Capoeiragem de Norival Moreira de Oliveira - Mestre Nô**, CORRÊA (2018, pag. 04), informa que a Pedagogia da Capoeiragem é forjada na experiência dos mestres, sujeitos pedagógicos, educadores da cultura, guardiões de saberes e fazeres tradicionais.

outros capoeiras e pesquisadores.”; Coelho Neto, que escreveu a crônica Nosso Jogo, publicada em 1928 no livro O Bazar. Nesta crônica Coelho Neto destaca que

a capoeiragem devia ser ensinada em todos os collegios, quarteis e navios, não só porque é excelente gymnastica, na qual se desenvolve, harmoniosamente, todo o corpo e ainda se apuram os sentidos, como também porque constitue um meio de defesa individual superior a todos quantos são preconizados pelo estrangeiro e que nós, por tal motivo, apenas, não nos envergonhamos de praticar. (NETO, 1928, p. 133-134). Mantido a grafia original.

Outro autor apontado pelo Mestre Paulão Muzenza foi Inezil Penna Marinho, que, em 1944, lançou Subsídios para o Estudo da Metodologia do Treinamento da Capoeiragem. Este livro, que foi dedicado “as capoeiras do Brasil, entre os quais Agenor Sampaio (o velho Sinhozinho) e Annibal Burlamaqui (Zuma), que tanto têm trabalhado para que a capoeiragem não desapareça”. (MARINHO, 1944, p. 7).

Em seu livro Capoeiragem no Rio de Janeiro - Primeiro Ensaio - Sinhozinho e Rudolf Hermann, Lopes (2002) afirma que

“o livro de Inezil Penna Marinho é extraordinário, não foi por acaso que, simplesmente, venceu o concurso de monografias promovido, no início da década dos 40, pelo então Ministério da Educação e Saúde. Uma obra que deve ser lida e relida por todo e qualquer estudioso da capoeira”. (LOPES, 2002, p. 102).

Como podemos perceber diversos autores contribuíram, em períodos distintos, para a história da capoeira no Rio de Janeiro e no Brasil. Em seu livro “A Importância do Ato de Ler” (1989), Paulo Freire nos apresenta sua experiência com a biblioteca popular e sua relação com a alfabetização de adultos promovida na República Democrática de São Tomé e Príncipe. Neste trabalho é esclarecido por Freire que a leitura da palavra precede a leitura do mundo.

Diante deste contexto entendemos que nós, enquanto capoeiristas, que atuamos a todo o momento em “uma volta ao mundo”, devemos entender ser importante girar neste mundo de leitura sobre a historiografia da nossa capoeiragem, tendo em vista existirem diversos textos de autores como os aqui citados, que poderão contribuir e muito para fortalecer os laços que nos une a prática desta arte. Assim como as histórias das personalidades a seguir apontadas

como importantes para a preservação da historiografia da capoeira no estado do Rio de Janeiro.

Dentre os capoeiristas destacados por Mestre Paulão Muzenza podemos citar Francisco da Silva Cyríaco (Macaco Velho), que lutou em 1909 contra Sada Miyaco, lutador e professor de jiu-jitsu contratado em 1904 pela Marinha de Guerra do Brasil. A presença de Sada Miyaco no país despertou um grupo de estudantes de medicina, que tiveram a ideia de realizar um desafio entre a capoeiragem e o jiu-jitsu. Este confronto aconteceu no Concerto Avenida, localizado na região do Cais do Porto, na cidade do Rio de Janeiro. Segundo Jair Moura (2009, p. 127), “o embate de Cyríaco da Silva e Sada Miyako contribuiu decisivamente para a credibilidade, a difusão, o renascimento da capoeiragem, que atravessava uma fase de declínio, de ostracismo, desde os tempos da ofensiva desencadeada pelo Dr. João Batista de Sampaio Ferraz [...]”.

Esta luta também foi destaque em diversos veículos de comunicação da época, como O Paiz, a Gazeta de Notícias, Careta e Revista da Semana, da qual destacamos um trecho a seguir:

Cyriaco, como todos sabem, venceu em poucos minutos, no tablado do Concerto Avenida, o até então invencível Miyako, professor japonês da luta jiu-jitsu. Cyriaco, natural de bom gênio, mas destro e conhecedor da capoeiragem como poucos, quis repetir a dose, no que não consentiu o japonês vencido. Isto vem provar mais uma vez as vantagens da capoeiragem como exercício, que há longo do tempo - preconizamos pelas columnas do Jornal do Brasil, vantagens que subiriam se fosse methodizado o exercício, expurgados os golpes perigosos e mortaes de modo a constituir um jogo desportivo para a mocidade que, com elle ganha força, destreza e agilidade em doses superiores às dos desports usados, como a luta romana, da luta japoneza, do box, do jogo do páu e outros encontros. A prova é que o Cyriaco em pouco tempo, com um golpe de pantana mandou o japonês vê o chima, como se diz em gyria e esse lutador emerito, esse Miyako é professor há doze annos de luta japoneza e até hoje não foi batido nos lugares por onde tem andado, cabendo o Rio a nota da sua primeira derrota, dada por um jogo completamente estranho para elle, que vencera até então todos os jogos estranhos. Cyriaco, convidado pelos estudantes de medicina, foi visitá-los em frente ao lendario edificio da escola, mostrou lhes alguns passos e golpes e angariou razoaveis quotas com que pretende seguir para Campos, a terra em que nasceu. (Revista da Semana, 1909, p. 8-9). Mantida a grafia original.

Mestre Sinhozinho (Agenor Moreira Sampaio), também foi lembrado pelo Mestre Paulão Muzenza. De acordo com informações de Rudolf Hermann⁹³,

⁹³ Rudolf Hermann foi um dos mais destacados alunos do Mestre Sinhozinho.

Agenor Moreira Sampaio, mais conhecido como Sinhozinho de Ipanema, era paulista, nascido em Santos, em 1891, e tendo falecido em 1962. Dotado de extraordinário vigor físico, destacou-se em várias modalidades esportivas. Embora tenha terminado seus dias em Ipanema, morou muitos anos em São Cristóvão e em Copacabana. Aprendeu sua capoeira observando os bambas de sua época, convivendo com os boêmios, com os valentes e os malandros do Rio de então. (HERMANNY, 2002. Disponível em: <http://rohermannny.tripod.com/>. Acesso em 20 de dezembro de 2019).

Continuando a retratar a vida do seu Mestre, Rudolf Hermannny nos contempla, ainda, com as seguintes informações:

Agenor Moreira Sampaio foi um conhecido instrutor de atividades atléticas e lutas que manteve seu centro de instrução em Ipanema durante cerca de duas décadas. No Clube do Sinhozinho se praticava levantamento de pesos, ginástica em aparelhos, box, capoeira, etc. Existiam, então, muito poucas academias no Rio de Janeiro e a rapaziada de Ipanema tinha aí oportunidade de cuidar do físico e aprender diversas modalidades desportivas. À noite, os atletas se reuniam nos bares próximos para o papo e as cervejas, daí muitos terem se especializado mais nos chopes do que nas atividades físicas. Mas aqueles que se dedicavam aos treinamentos recebiam atenções especiais do mestre e muitos se tornaram atletas destacados, tendo alguns se orientado para o magistério. Entre os que se exercitaram sob a orientação de Sinhozinho podemos destacar: Paulo Azeredo, Paulo Amaral, Sílvio M. Padilha, André Jansen, Bruno e Rudolf Hermannny, Luiz Pereira de Aguiar (Cirandinha), Eloy Dutra, Carlos Alberto Petezzone Salgado, Joaquim Gomes (Kim), Telmo Maia, Tom Jobim, Carlos Madeira, Darke de Mattos, Comandante Max, Paulo Lefevre, Paulo Paiva, Bube Assinger, Wanderley Fernandes (Paraquedas), José Alves (Pernambuco), Roberto Gomes, Bob Onça, Carlos Pimentel, Lucas e Haroldo Cunha, Manoel Simões Lopes, Flávio Maranhão, Carlos Alberto Copacabana, e numerosos outros. Foram gerações sucessivas, daí a dificuldade de citar todos. (HERMANNY, 2002. Disponível em: <http://rohermannny.tripod.com/>. Acesso em 20 de dezembro de 2019).

Rudolf Hermannny, inclusive, é um dos nomes lembrados pelo Mestre Paulão Muzenza. No Livro que leva seu nome, da coleção Gente, publicado pelo Departamento de Pesquisa da Universidade Estácio de Sá, Hermannny é retratado como “alto, magro, compleição delicada, um pouco tímido [...] é um dos grandes nomes da capoeira no Brasil, em especial aquela praticada no Rio de Janeiro, mas principalmente em Ipanema⁹⁴ [...]”. (LISBOA, 2003, p. 9).

Os Mestres Arthur Emídio de Oliveira, Mario Buscapé, Paraná e Leopoldina foram outros importantes nomes citados. Nascido em Itabuna, onde passou grande parte de sua juventude, Mestre Artur Emídio de Oliveira “veio para o Rio de Janeiro em 1953. Trazendo

⁹⁴ A capoeira praticada em Ipanema é a chamada Capoeira Utilitária do Mestre Sinhozinho. Segundo Rudolf Hermannny em entrevista a Lisboa (2003, p. 40), “a academia de Sinhozinho era peculiar, porque ele fazia adaptação de aparelhos. Era muito diferente do que existe hoje. Havia [...] um bastão com pé de sapato para treinamento de rasteiras na capoeira, além de um ringue de boxe”.

consigo, totalmente pronta para ser usada, sua fascinante capoeira, que começou a aprender com sete anos de idade, na sua cidade natal, com “Paisinho” (Teodoro Ramos) seu único mestre”. (Lopes, 2009, p. 88).

Mestre Mário Buscapé nasceu no dia 17 de julho de 1934, na cidade de São Francisco do Conde, no estado da Bahia. Iniciou-se na Capoeira com oito anos de idade, tendo como mestres Dendê e Bidel. Veio para o Rio de Janeiro com dezessete anos de idade. Foi Mestre dos Mestres Zé Grande e Deraldo, que fundaram em 06 de janeiro de 1953 a Associação Grupo de Capoeira Bonfim.

Mestre Leopoldina (Demerval Pereira de Lacerda), também citado pelo Mestre Paulão Muzenza, foi, segundo este mestre, o “último malandro e o mais elegante de todos os tempos a cumprir sua missão aqui na terra. Um grande cantador, um grande carioca e sem dúvida um dos maiores compositores de todos os tempos. Para cada história, uma nova ladainha, e para cada ladainha um novo ensinamento [...] um sábio”. (MESTRE PAULÃO MUZENZA, 2013, p. 14).

Vale salientar que a preocupação apresentada pelo Mestre Paulão Muzenza sobre importância do mestre de capoeira, foi também muito bem observado pelo Mestre Camisa que, em sua fala, apontou que dificilmente o patrimônio material é tratado com descaso, citando como exemplo as igrejas. Da mesma forma apontou que, caso tivesse tido apoio do Estado Brasileiro, o Mestre Leopoldina não teria morrido. Temas como este, considerado por nós muito importantes foram discutidos e deveriam servir como parâmetro para as ações de Salvaguarda da Capoeira em nosso estado.

Após intenso debate travado, foram aprovados oito pontos principais por parte dos mestres e mestras presentes nos dois dias ao Encontro realizado na sede da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro. Neste evento, que contou com a presença de aproximadamente duzentos mestres e mestras de capoeira, foi aprovada pelos presentes a criação do Grupo de Trabalho da Salvaguarda da Capoeira, do qual trataremos a seguir.

2.2 - O Grupo de Trabalho da Salvaguarda da Capoeira

O Grupo de Trabalho Interinstitucional da Salvaguarda da Capoeira do Rio de Janeiro foi criado com o intuito de assessorar todo o processo relativo à Salvaguarda da Capoeira a

ser desencadeado pelos detentores e detentoras. Instituído pela Portaria nº 066/2013⁹⁵, de 16 de dezembro, da Superintendência do IPHAN (RJ), o GT tem entre suas atribuições a elaboração do Plano de Salvaguarda da Capoeira no estado do Rio de Janeiro, após este passar por todo um processo de elaboração junto ao Conselho de Mestres de Capoeira.

A portaria de criação do GT foi baseada nos preceitos legais apontados nos artigos 215 e 216 da Constituição Federal, que garantem, respectivamente, o pleno exercício dos direitos culturais pra todos e todas cidadãos e cidadãs deste país e a obrigatoriedade do Estado em proteger as expressões de matriz africana e a definição dos bens culturais de natureza material e imaterial dos grupos formadores da sociedade brasileira como patrimônio nacional; no Decreto 3.551/2000 que instituiu a Política Nacional do Patrimônio Imaterial e na Carta de Nova Olinda, aprovada no I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas de Patrimônio.

Conforme previsto nesta Carta,

A casa do patrimônio tem por objetivo constituir-se como um espaço de interlocução com a comunidade local, de articulação institucional e de promoção de ações educativas, visando fomentar e favorecer a construção do conhecimento e a participação social para o aperfeiçoamento da gestão, proteção, salvaguarda, valorização e usufruto do patrimônio cultural. (CARTA DE NOVA OLINDA, 2009, p. 4).

A Portaria de criação do GT também se orientou por uma das premissas previstas neste instrumento, tendo em vista o “estímulo à participação da população na gestão da proteção, salvaguarda, valorização e usufruto do patrimônio cultural” (Carta de Nova Olinda, 2009, p. 5), ser de suma importância para o sucesso da preservação deste bem cultural.

Em virtude disto, é importante destacar o que nos diz CHAUI (2008):

Se o Estado não é produtor de cultura nem instrumento para seu consumo, que relação pode ele ter com ela? Pode concebê-la como um direito do cidadão e, portanto, assegurar o direito de acesso às obras culturais produzidas, particularmente o direito de fruí-las, o direito de criar as obras, isto é, produzi-las, e o direito de participar das decisões sobre políticas culturais. (CHAUI, 2008, p. 65).

Para esta autora as “pessoas que não são pintoras nem esculturas nem dançarinas, também são produtoras de cultura, no sentido antropológico da palavra: são, por exemplo,

⁹⁵ A Portaria Nº 066/2013, de 16 de dezembro de 2013 foi publicada no BAE - Boletim Administrativo Eletrônico do IPHAN nº 942 - Edição Extra de 18 de dezembro de 2013.

sujeitos, agentes, autores da sua própria memória”. (CHAUI, 2008, p. 66). Ela continua suas assertivas, entendendo que se faz necessário estes sujeitos terem condições de criar suas próprias formas “de registro e preservação da sua memória”, tendo participação mais efetiva na preservação dos seus patrimônios culturais, inferindo a estes o direito de “preservar sua própria criação como memória social”.

Por conseguinte, entendemos que o “direito à participação nas decisões de política cultural é o direito dos cidadãos de intervir na definição de diretrizes culturais e dos orçamentos públicos, a fim de garantir tanto o acesso quanto à produção de cultura pelos cidadãos” (CHAUI, 2008, p. 66).

Percebe-se, assim, que a criação deste GT atende parte das questões apontadas por Chauí (2008), tendo em vista seu posicionamento contra as forças impostas pelo mercado, pela indústria cultural. Contra estas forças a autora trás a ideia do direito à cultura por parte dos cidadãos e das cidadãs brasileiras.

Indo nesta direção, o artigo 4º da Portaria 66/2013, aponta que

“no exercício de suas atribuições, o Grupo de Trabalho Interinstitucional deve estabelecer mecanismo para permitir a participação e o protagonismo dos detentores e praticantes da capoeira e demais interessados no processo de elaboração e implementação do Plano de Salvaguarda da Capoeira no estado do Rio de Janeiro”. (IPHAN (RJ). Portaria 66/2013, p. 3).

O artigo 216 da Constituição Federal em seu § 1º estabelece expressamente que cabe à administração pública, com o apoio da comunidade, o resguardo do patrimônio cultural de natureza material e imaterial. Esta proteção jurídica do patrimônio cultural a ser preservado e conservado com reponsabilidade compartilhada entre o Estado e a sociedade também esta prevista no artigo 5º, Inciso LXXIII de nossa Carta Magna.

O parágrafo único do artigo 4º da Portaria 66/2013 estabelece que “os critérios de base para a formulação, implementação, monitoramento e revisão do Plano de Salvaguarda da Capoeira no estado do Rio de Janeiro, são as identidades, o direito a auto identificação, a organização social e os valores culturais dos grupos de capoeira” (IPHAN (RJ), Portaria 66/2013, p. 3).

As premissas sobre direitos culturais aqui apontadas nos faz elencar outro importante autor sobre este tema, Francisco Humberto Cunha Filho. Professor do mestrado e doutorado em direito da Universidade de Fortaleza (UNIFOR) e líder do Grupo de Estudos e Pesquisas

em Direitos Culturais (GEPDC) e uma das grandes referências nos estudos relacionados aos direitos culturais, que ele entende serem

[...] aqueles relacionados às artes, à memória coletiva e ao fluxo dos saberes que asseguram a seus titulares o conhecimento e uso do passado, interferência ativa no presente e possibilidade de previsão e decisão referentes ao futuro, visando sempre à dignidade da pessoa humana. (CUNHA FILHO, 2018, p. 28).

Entende-se que o GT formado por mestres e mestra de capoeira, praticantes, pesquisadores da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Universidade Estácio de Sá, representantes da Fundação Cultural Palmares (FCP), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), tendo como objetivo facilitar o desenvolvimento das ações necessárias à consolidação do Plano de Salvaguarda, de modo que atenda de maneira ampla os anseios dos capoeiristas e ainda, mobilizar a comunidade da capoeira para a constituição do Conselho de Mestres de Capoeira do Rio de Janeiro foi constituído com estes parâmetros aqui por nós citados.

Apresentamos a seguir a relação nominal dos participantes da formação do Grupo de Trabalho Interinstitucional da Salvaguarda da Capoeira do Rio de Janeiro composto por representantes indicados pelos órgãos e pelos detentores e detentoras da capoeira de nosso estado e publicados na Portaria 66/2013. Antes da publicação da Portaria, Mestre Arerê (Eraldo Teixeira da Silva) fazia parte do GT, mas como ele decidiu concorrer ao Conselho de Mestres, foi necessário o seu desligamento do Grupo de Trabalho.

Tabela 3 - Formação do Grupo de Trabalho da Salvaguarda da Capoeira instituído pela Portaria IPHAN/RJ 66/2013.

Grupo de Trabalho Interinstitucional da Salvaguarda da Capoeira do Rio de Janeiro	
Superintendência do IPHAN-RJ	Mônica da Costa
Fundação Cultural Palmares - FCP	Neia Daniel de Alcântara
Instituto Estadual do Patrimônio Cultural INEPAC/SEC-RJ	Luciane Barbosa de Souza
Universidade Federal Fluminense - UFF Departamento de Antropologia	Profº Doutor Julio Cesar de Souza Tavares
Universidade Estácio de Sá Departamento de Educação Física	Profº João Marcus Perelli dos Santos

Representante da Capoeira	Cristiane Nascimento
Representante da Capoeira	Jorge Felipe Fonseca Moreira Mestre Columá
Representante da Capoeira	Valter da Rocha Fernandes Mestre Curumim
Representante da Capoeira	Levi Tavares de Souza Mestre Levi
Representante da Capoeira	Antonio César de Vargas Mestre Toni Vargas
Representante da Capoeira	Sheila Franco Martins Mestra Sheila
Representante da Capoeira	Paulo Henrique Menezes da Silva Mestre Paulão Kikongo

Este grupo se reuniu regularmente entre os anos de 2013 a 2017, sendo que o ano de 2016 foi o de menor participação por parte dos integrantes do GT tendo em vista a conjuntura política do Brasil naquele momento, com o processo de impeachment instaurado pelo Congresso Nacional em face da Presidenta Dilma Rousseff, legitimamente eleita pela maioria da população brasileira, processo este que culminou com sua destituição da Presidência da República.

Este processo, além de criar uma ruptura institucional, trouxe grande retrocesso para as políticas culturais do país, tendo em vista a extinção do Ministério da Cultura pelo presidente Michel Temer, que assumira o mandato em função do impeachment.

Artistas, produtores e fazedores de cultura ocuparam os diversos prédios públicos de cultura no país, principalmente os prédios das Superintendências do IPHAN em cada estado, fazendo com que o olhar para esta Autarquia Federal por parte do mandatário da nação ficasse enviesado. Sem contar os imbróglis ocorridos entre o então Ministro da Cultura, Marcelo Calero e o Ministro Geddel Vieira Lima, que, para beneficiar pessoas ligadas as suas relações, tentou obrigar que o IPHAN “fechasse os olhos” para um processo em área protegida na cidade de Salvador beneficiando empresários do ramo imobiliário⁹⁶.

⁹⁶ Marcelo Calero acusou, há época, o então Ministro Geddel Vieira Lima, hoje preso, de tê-lo pressionado a produzir parecer técnico junto ao IPHAN que o beneficiasse. Disponível em:

Marcelo Calero não abriu mão do papel do IPHAN enquanto instituição cuja missão principal é a de preservar o patrimônio cultural brasileiro. Além do desgaste na mídia, o IPHAN, como era de se esperar, sofreu retaliações orçamentárias, atrapalhando, com isto, diversas ações já previstas nos estados para com a Salvaguarda da Capoeira. E sem recursos sabemos que não há condições de se realizar qualquer trabalho.

Voltando ao processo de atuação do GT, inicialmente foi pensada a criação de uma agenda de trabalho com vistas a atender as demandas que por ventura fossem surgindo na construção de todo este processo. Decidiu-se, então, que as reuniões do Grupo de Trabalho seriam de quinze em quinze dias, com pauta estabelecida em cada reunião e também a elaboração de atas de todas as ações discutidas nesses encontros quinzenais.

Prioritariamente foi sugerida, para o semestre seguinte, a produção de cartilhas sobre a história da capoeira no Rio de Janeiro; a gravação de depoimentos com importantes mestres de capoeira do estado, com a realização de pesquisa e produção do roteiro das entrevistas e, ainda, o envio de um comunicado aos mestres e mestras de capoeira esclarecendo o que é e quais as atribuições de um Conselho de Mestres, como este será estabelecido e frisando que a participação neste Conselho é um trabalho voluntário e em conjunto com a comunidade.

Quanto à elaboração das cartilhas, Mestre Toni Vargas sugeriu a utilização da pesquisa produzida pelo Mestre Levi sobre a árvore genealógica das famílias da capoeira, afirmando que para preservar a identidade é preciso conhecer a história. Mestre Sheila fez um aparte apontando ser importante uma introdução contando a história da capoeira para além do Rio de Janeiro.

Mestre Paulão Kikongo fala sobre o Álbum dos Mestres de Capoeira do estado do Rio de Janeiro, proposta aprovada na Lei Estadual de Incentivo à Cultura, conforme publicação no Diário Oficial do Rio de Janeiro de 24 de junho de 2006. Quando presidente da Federação de Capoeira Desportiva do estado do Rio de Janeiro, Mestre Paulão Kikongo propôs a criação de um plano estadual para a capoeira e para isto buscou subsídios junto a diversas personalidades envolvidas com a construção de políticas públicas para a capoeira, dentre elas André Luiz Lacé Lopes, que prontamente atendeu sua solicitação, enviando no dia 28 de outubro de 1998, onze propostas para incorporar ao referido plano, dentre elas a do Álbum dos Mestres do Rio de Janeiro. A partir desta ideia elaborou-se o projeto, sendo o mesmo apresentado à Secretaria

de Estado de Cultura e aprovado. Infelizmente não se conseguiu, naquele momento, captar o recurso necessário junto à iniciativa privada para a produção do Álbum e DVD dos Mestres de Capoeira, que seriam o produto final desta pesquisa. A utilização do roteiro produzido para as entrevistas que seriam realizadas para o Álbum dos Mestres foi proposto em reunião do GT que o aproveitasse.

Outra preocupação inicial do GT foi o Conselho de Mestres de Capoeira. Seria necessário, conforme citado pelo Mestre Toni Vargas e já apontado anteriormente, definir o que seria o Conselho e quais as suas atribuições para que estas informações chegassem aos mestres e mestras de capoeira o quanto antes. Segundo Mônica da Costa do IPHAN (RJ), a eleição do Conselho de Mestres da Salvaguarda da Capoeira, considerado o ato mais importante naquele momento, estava prevista para acontecer nas dependências do Palácio Gustavo Capanema, com a participação de aproximadamente 350 pessoas.

Ficou decidido que o Conselho de Mestres seria composto de 20 Mestres e 04 suplentes, com a eleição estabelecendo os 24 Mestres mais votados, sendo os quatro últimos ficando com as vagas de suplentes, podendo participar das reuniões na qualidade de ouvintes, mas sem direito a voto e sendo admitida apenas uma falta com justificativa e, caso havendo mais faltas, o suplente assumiria a titularidade do Conselho. O mandato de conselheiros será de dois anos, com reuniões a cada três meses. Ficou decidida, ainda, a participação do Grupo de Trabalho nas reuniões do Conselho de Mestres, mas sem direito a voto, tendo apenas a função colaborativa durante estas reuniões.

Para que não houvesse conflito, foi proposta uma agenda de trabalho do Conselho de Mestres e do GT, sem que uma sobreponha a outras. O Grupo de Trabalho encaminhou ainda as seguintes sugestões: elaboração pelo Conselho de Mestres de seu Regimento Interno; atribuições do Conselho junto a sua relação com a comunidade, deliberando ações com vistas à construção do Plano de Salvaguarda da Capoeira do Rio de Janeiro.

Mestre Curumim questionou sobre a necessidade de haver o Conselho de Mestres e o Grupo de Trabalho da Salvaguarda da Capoeira, sendo então explicado por Mônica da Costa que o GT trabalha a nível institucional as demandas apresentadas pelo Conselho de Mestres, daí a importância deste grupo. Segundo o Professor Julio Cesar de Tavares, o GT funciona como uma comissão executiva, a partir das diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Mestres da Salvaguarda da Capoeira no Rio de Janeiro.

Na qualidade de membro do Grupo de Trabalho Mestre Paulão Kikongo questionou o porquê de o GT não ter direito a voto no Conselho de Mestres, sugerindo, ainda, a participação de um integrante do GT no Conselho, sendo apoiado pelo Mestre Columá, mudando, assim, a configuração inicial de membros do Conselho, que em vez de 24, passaria a contar com vinte e cinco pessoas, incluídos aí um membro indicado pelo Grupo de Trabalho.

Foram criadas, ainda, três comissões que iriam subsidiar todo o trabalho do GT: Comunicação: Professor Julio César de Tavares, Professor João Perelli e Mestre Paulão Kikongo e estagiária da Assessoria do Patrimônio Imaterial do IPHAN, responsáveis por informar aos mestres e a comunidade todas as ações do Grupo de Trabalho; Editorial: Mestre Columá, Mestra Sheila, Mestre Levi, Mestre Toni Vargas e Professor João Perelli, responsáveis pela organização da produção teórica sobre a história da capoeira e do roteiro para os depoimentos dos mestres de capoeira do estado do Rio de Janeiro; e a Comissão Organizadora do encontro para a eleição do Conselho de Mestres: Mônica da Costa, Luciane Barbosa de Souza, Neia Daniel, Mestre Arerê, Mestre Curumim, Cristiane Nascimento e Professor Julio César de Tavares, responsáveis por divulgar em todo o estado do Rio de Janeiro as iniciativas sobre o Plano de Salvaguarda, o Encontro e a eleição do Conselho de Mestres.

Conforme previsto no Termo de Referência para a Salvaguarda de Bens Registrados (IPHAN, 2015, p. 8), “após o bem ter sido Registrado, é imprescindível que os diversos atores relacionados sejam buscados para a implementação da salvaguarda”. Este Termo de Referência, publicado após o início das ações de Salvaguarda da Capoeira iniciadas pela Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro, informa que para a proteção dos patrimônios culturais reconhecidos pelo IPHAN tenham maior proteção, faz-se necessário,

concomitantemente a mobilização dos detentores, outros atores deverão ser agregados ao processo. Embora o reconhecimento como Patrimônio Cultural do Brasil seja uma competência do IPHAN, o bem cultural Registrado é um bem de interesse público e, por este motivo, instituições públicas municipais e estaduais deverão estar comprometidas com sua salvaguarda, assim como aqueles órgãos que desenvolvam políticas consoantes ao bem cultural e demais instituições interessadas, como universidades, organizações não governamentais, etc. (IPHAN, 2015, p. 8).

Neste sentido, em uma das reuniões realizadas pelo Grupo de Trabalho, esteve presente Patrícia Ferreira, representante da Comissão de Cultura da Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro, que teve a oportunidade de conhecer a trajetória da relação do IPHAN com a capoeira do Rio de Janeiro e ainda pensar possível parceria entre o IPHAN e a Comissão de Cultura da ALERJ nas ações de Salvaguarda da Capoeira.

Nesta oportunidade foi apresentado pela representante da Comissão de Cultura da ALERJ o encaminhamento de realização da Conferência Estadual de Capoeira, que, segundo ela, foi proposto por um Grupo de Capoeira Angola à Comissão. Ela aproveita este momento para explicar que o papel da Comissão de Cultura é a execução de projetos de políticas públicas, com a realização de audiências públicas, dentre outras atividades.

Deste contato com os angoleiros saiu a proposta de realização da 1ª Conferência da Capoeira do Rio de Janeiro e a criação do Dia da Capoeira no dia de São Benedito, tendo em vista terem a informado que este dia era importante para os capoeiristas. Ao se dirigir aos Mestres do Grupo de Trabalho presentes para saber se os mesmos concordavam com esta data, é informado por estes que não reconhecem São Benedito como representativo para os capoeiristas. Mestre Levi, que estava presente neste momento, faz uso da palavra para informar que o Mestre Benedito é importante para os Grupos de Capoeira Angola e que, provavelmente para homenageá-lo sugeriram a data de São Benedito. Mas, diz o mestre, cabe ressaltar não ser esta data comum para a comunidade capoeirista.

Para os mestres do GT presentes, o importante é que as ações da ALERJ sejam voltadas em prol do coletivo e não de grupos específicos, como bem ressaltou o Mestre Curumim, lembrando que os Encontros de Mestres de Capoeira realizados pelo IPHAN no mês de maio tiveram legitimidade perante os capoeiristas devido a presença dos maiores e mais antigos mestres de capoeira do Rio de Janeiro.

O que nos causa estranheza é a Comissão de Cultura da ALERJ não saber da existência da Lei nº 3.778/2002, que instituiu no calendário Oficial do estado do Rio de Janeiro o Dia da Capoeira, inicialmente comemorado no dia 23 de novembro de cada ano e a partir da alteração proposta pela Lei nº 6732/2014, comemorado no dia três de agosto. A justificativa para alteração da data comemorativa, inclusive, incorreu em um grave erro, já que não existe no Brasil o Dia Nacional da Capoeira, conforme nos explica (SILVA, 2017), no texto a seguir:

Além de São Paulo há, no Rio de Janeiro, a Lei Estadual nº 3.778 de 15/03/02, (de autoria do então deputado Arthur Messias - PT/RJ) que instituiu o Dia da Capoeira, a ser comemorada no dia 23 de novembro de cada ano, data esta em homenagem a Manoel dos Reis Machado (Mestre Bimba). Posteriormente esta lei foi alterada pela Lei Estadual Nº 6732 de 26 de março de 2014, de autoria do deputado Paulo Ramos - PSOL/RJ, que mudou a data do Dia da Capoeira para o dia 03 de agosto de cada ano. A justificativa foi de que a data estava sendo mudada para que se unificasse o calendário oficial do estado do Rio de Janeiro com a data do calendário oficial nacional. Sendo que, caso não saibam, não existe no Brasil o Dia Nacional da Capoeira e nem o Dia Nacional do Capoeirista [...]. (SILVA, 2017. Disponível em: <http://cnpcc.cultura.gov.br/2017/08/03/dia-do-capoeirista-e-comemorado-em-todo-o-brasil/>. Acesso em 22 de dezembro de 2019).

Mestre Paulão Kikongo, membro do GT não esteve presente a esta reunião, caso estivesse poderia prestar esclarecimentos relacionados ao Dia da Capoeira, estadual e nacional, já que comemorou por diversos anos o Dia Estadual da Capoeira, sendo o mais importante deles o comemorado no dia 23 de novembro de 2009, na Praça XV de Novembro, com apresentações de jongo, samba e muita capoeira. Nesta ocasião diversos mestres e mestras de capoeira foram homenageados, dentre os quais podemos citar: Touro, Edvaldo Baiano, Paulão Muzenza, Chita, Hulk, Montana, Darcy Malandrinho, Ruffato, Borboleta, Tio Robson, China, Pipoca, Tio Régis, Duda Pirata, Burguês, PC, Conversa, Mola, Aranha, Vieira, Biquinho, dentre outros. A iniciativa deste evento partiu da Liga de Capoeira do estado do Rio de Janeiro (LICAERJ - presidida pelo Mestre Paulão Kikongo) em parceria com o gabinete do Deputado estadual Gilberto Palmares, autor da lei que neste mesmo ano reconheceu a capoeira como Patrimônio Imaterial do estado do Rio de Janeiro.

Além destas homenagens, foram atrações do evento o Grupo Zé Mussum de Cultura Popular, do município de Magé, coordenado pelo Mestre PC que apresentou o espetáculo Cantos que Encantam; apresentação de maculelê com a Associação de Capoeira Engenho, comandada pelo Mestre Edvaldo Baiano e Tantinho da Mangueira, que, com um show à parte, cantou diversas músicas que lembravam a nossa capoeira, dentre as quais o clássico samba da Estação Primeira da Mangueira, “o negro samba, o negro joga capoeira, ele é o rei da verde e rosa da Mangueira”. Este evento fez parte da Agenda Única Rio Zumbi 2009 e teve o apoio da ALERJ, da Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, do Governo do estado do Rio de Janeiro, da Federação de Capoeira Desportiva do estado do Rio de Janeiro, da Liga Niteroiense de Capoeira e da Super Liga Brasileira de Capoeira.

Quanto ao Dia Nacional da Capoeira, Silva (2017), esclarece mais uma vez esta dúvida, ao escrever sobre o Projeto de Lei da Câmara 17/2014, que institui o Dia Nacional da Capoeira. Segundo este autor, o PLC é “oriundo do Projeto de Lei Nº 7.536, de 2010, de autoria do Deputado Federal Márcio Marinho (PRB/BA) que propõe instituir o Dia Nacional da Capoeira, a ser comemorado, anualmente, no dia 20 de novembro, em todo o território nacional”.

Em seu artigo publicado no site do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) e no Berimblog⁹⁷, blog oficial de Mestre Paulão Kikongo, nos é apresentado por Silva (2017), o parecer do relator da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, o então Senador Aníbal Diniz (PT/AC), que destaca que “a capoeira se desenvolveu enfrentando resistência e preconceito de parte da sociedade brasileira”. Segundo o Senador, “a capoeira, cujas origens remontam às estratégias de resistência dos africanos escravizados em território brasileiro, tornou-se um dos mais importantes símbolos da cultura nacional” (SILVA, 2017, apud DINIZ, 2014).

Silva (2017) prossegue seu relato informando que

apesar da importância histórica da nossa capoeira, o relator do PLC 17/2014 acredita que seria conveniente evitar a sobreposição de datas e propõe, ao invés de se comemorar o Dia Nacional da Capoeira no dia 20 de Novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, que a data a ser celebrada seja o dia 15 de julho, data em que o Estado brasileiro reconheceu a capoeira como Patrimônio Cultural Imaterial do país no ano de 2008, através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN/MINC. O Senador Aníbal Muniz (PT/AC), relator da matéria, acredita que ao associar a efeméride ao recente registro da arte-luta como Patrimônio Imaterial, estará relacionando a comemoração com uma das mais importantes características da capoeira: sua diversidade de estilos e manifestações regionais. (SILVA, 2017. Disponível em: <http://cnpc.cultura.gov.br/2017/08/03/dia-do-capoeirista-e-comemorado-em-todo-o-brasil/>. Acesso em 22 de dezembro de 2019).

Ainda abordando os temas trazidos pela Comissão de Cultura da ALERJ ao GT, diversas perguntas são direcionadas a Patrícia Ferreira, principalmente no que diz respeito à disponibilidade de recursos públicos para as atividades propostas na Conferência Estadual. Segundo ela, a Comissão de Cultura não possui recursos, mas parcerias e vontade de realizar. Ela explica que a conferência não seria apenas um evento e que seu objetivo é que as

⁹⁷ O Berimblog foi considerado pelo Prêmio Top Blog 2009, um dos 100 melhores blogs de cultura do Brasil. Para acessar o artigo do Dia do Capoeirista clique aqui: <https://berimblog.com.br/2017/08/03/dia-do-capoeirista-e-comemorado-em-todo-o-brasil-mas/>.

demandas ali apresentadas fossem encaminhadas ao legislativo com vistas a se tornarem Projetos de Lei.

Julio Tavares (UFF) propõe que esta conferência tenha como tema de discussão capoeira e educação, a profissionalização e a capacitação dos capoeiristas. A conferência, diz ele, tem que especificar a questão da educação, trabalhando-a através de painéis, como pesquisas, profissionalização, elaboração de projetos dentre outros temas pertinentes às questões que ali deverão ser tratadas. Para Mônica da Costa (IPHAN) a conferência deveria se voltar para as contribuições que a ALERJ pudesse oferecer dentro das ações prevista para o Plano de Salvaguarda da Capoeira. Luciane Barbosa (INEPAC) sugere que ao invés de ser chamado de Conferência, este encontro seja chamado de Fórum sobre educação e capoeira e que, a partir desse fórum, as ideias ali aprovadas possam ser levadas para uma conferência maior e posterior, podendo convidar, inclusive, o Conselho Estadual de Educação, propor futuramente a criação de fóruns temáticos, como por exemplo, sobre a previdência social, já que esta é uma demanda histórica dos capoeiristas, além de fóruns que pudessem discutir a saúde, tendo em vista muitos detentores e detentoras passar por problemas de saúde que acabam os levando a óbito. Para o Professor Julio Tavares (UFF), o ideal é que a Comissão de Cultura da ALERJ pudesse pensar em uma data anual para se realizar um fórum sobre a capoeira.

Pensar estratégias para a atuação do Conselho de Mestres de Capoeira faz parte das atribuições do Grupo de Trabalho. Diversas foram às propostas apresentadas para que, ao se iniciar o processo eleitoral de escolha de conselheiros e conselheiras que irão compor este Conselho, algumas questões já deveriam estar definidas, como por exemplo, o encaminhamento de elaboração, por parte dos conselheiros e conselheiras eleitos e eleitas, de seu Estatuto Social, Regimento Interno e Código de Ética, com vistas a delinear a atuação deste colegiado, tendo em vista toda a sua diversidade.

Outro fator importante apontado é que este Conselho deve ser deliberativo da comunidade da capoeira. Não é achar que, ao ser eleito vai propor ações para a Salvaguarda da Capoeira sem antes debater com todos os seus pares que atuam no mundo da capoeira e que estejam dispostos a colaborar nas propostas de construção de um Plano de Salvaguarda que atenda o caráter identitário da capoeira do Rio de Janeiro. No processo eleitoral ficou decidido, ainda, que apenas mestres e mestras teriam direito de votar e ser votado. E, a partir

da eleição dos conselheiros e conselheiras através das conferências regionais e a posse dos eleitos e eleitas, começa-se as deliberações sobre as demandas da capoeira.

Figura 18 - Reunião do Grupo de Trabalho da Salvaguarda da Capoeira na Superintendência do IPHAN/RJ.



Fonte: Acervo do Mestre Paulão Kikongo. 2013.

A construção de todo o processo eleitoral se deu a partir dos debates travados nas reuniões do GT (na foto acima há o registro de um destes debates), que apontou diversas possibilidades para que esta eleição fosse a contento. Fora pensado a data de realização da eleição, inicialmente apontada que acontecesse no dia 23 de novembro, Dia Estadual da Capoeira. Outra preocupação é de como seria feita a divulgação deste processo e como os mestres e mestras seriam contactados, sendo proposta a utilização do cadastro já existente no IPHAN, o cadastro disponibilizado pelo Mestre Paulão Kikongo e através das internet. Como a proposta era para que o processo eleitoral fosse realizado de forma descentralizada, Mônica da Costa (IPHAN), informou que já havia feito contato com os Escritórios Técnicos do IPHAN nas diversas regiões do estado do Rio de Janeiro informando da necessidade destes

serem utilizados para este processo. É pensado na possibilidade de se eleger um conselheiro em cada região onde se encontram os Escritórios Técnicos, o que é contestado pelo Mestre Curumim que acha complicado que seja eleita a metade dos mestres e mestras de capoeira do interior, tendo em vista a maioria dos mestres e mestras de capoeira estar concentrados na capital do estado. É proposto, então, pelo Professor Julio Tavares (UFF), que se faça um mapeamento do quantitativo dos mestres divididos pelo estado e aponta a necessidade de se criar uma agenda de mobilização nas regiões dos Escritórios Técnicos, com a possibilidade de pelo menos uma visita mensal nestes locais pelo Grupo de Trabalho. Luciane Barbosa (INEPAC) informa poder enviar as fichas de cadastro dos mestres para as prefeituras e volta a afirmar da necessidade da elaboração de um texto de divulgação para que este seja enviado junto às fichas de cadastro. Como sugestão ficou decidida que este texto deveria apontar o que é um Plano de Salvaguarda; relatar o que foi o Encontro dos Mestres de Capoeira ocorridos no mês de maio e o surgimento do GT e discorrer como se dará o processo eleitoral.

Durante esta reunião chega às mãos do GT, via e-mail enviado ao IPHAN por Alexandro Reis, da Fundação Cultural Palmares, proposta de realização, na sede da Superintendência do IPHAN no Rio, encontro para debater a regulamentação da profissionalização da capoeira. O GT se coloca no sentido de não apoiar este evento, tendo em vista não ter sido apontado nos Encontros com os mestres de capoeira este tema, profissionalização, como prioritário. Mestre Paulão Kikongo informa conhecer o Alexandro Reis, que ficou responsável por realizar os Encontros Pró-Capoeira sob a tutela da Fundação Cultural Palmares, conforme já abordado no capítulo anterior.

Devido à necessidade de dar maior visibilidade as ações realizadas pelo Grupo de Trabalho, foram aprovadas a criação de um boletim informativo e de um blog onde pudessem ser divulgadas as ações com vistas a Salvaguarda da Capoeira. Mestre Paulão Kikongo, então, se coloca a disposição para a construção do blog, o que é feito, sendo disponibilizado o seguinte endereço para o acesso: <https://salvaguardadacapoeiradorio.blogspot.com>.

Infelizmente com a eleição da atual gestão no governo federal, foi determinada a desativação deste importante instrumento de divulgação do trabalho que fora desenvolvido pelo GT e pelo Conselho de Mestres.

As demais atividades realizadas pelo Grupo de Trabalho Interinstitucional para elaboração do Plano de Salvaguarda da Capoeira serão apresentadas ao tratarmos das conferências regionais a seguir.

2.3 - As Conferências Regionais de Capoeira

Para a eleição do Conselho de Mestres de Capoeira do Rio de Janeiro foi necessária a realização de diversas conferências regionais. Por questões de logística e organização, a Superintendência do IPHAN decidiu utilizar como referência para a realização destas conferências a abrangência de seus Escritórios Técnicos localizados nas regiões da Costa Verde, Médio Paraíba, Região dos Lagos, Região Serrana e Região Norte/Noroeste.

Entendemos que a participação e o controle social são de suma importância para que nossos bens culturais sejam protegidos, portanto envolver as comunidades nos processos de construção e gestão da Salvaguarda da Capoeira é essencial para que se possa preservar este bem cultural.

Neste contexto e com o objetivo de promover a construção do Plano de Salvaguarda da Capoeira do Rio de Janeiro, é necessária a eleição dos conselhos deliberativos da salvaguarda, que no caso do estado do Rio de Janeiro será o Conselho de Mestres. A constituição do Conselho de Mestres é de suma importância para a garantia de elaboração e planejamento das ações e plano de salvaguarda de forma mais horizontalizada, propiciando, assim, um maior diálogo entre as diversas linhagens da capoeira com vistas a atender as demandas a serem apresentadas tendo como ponto de partida as oito propostas aprovadas nos encontros de mestres realizados anteriormente.

Apesar do Termo de Referência para os Bens Registrados (IPHAN, 2015) recomendar a criação dos coletivos deliberativos “formados por detentores do bem cultural, instituições públicas (federais, estaduais e municipais), universidades, entidades da sociedade civil e demais segmentos envolvidos com o bem cultural e que se comprometam a atuar na salvaguarda”. (IPHAN, 2015, p. 16), optou-se, no Rio de Janeiro, pela criação do Conselho de Mestres, com atribuições definidas em seu Estatuto Social, Regimento Interno e Código de Ética e o Grupo de Trabalho, órgão assessor a este Conselho. Este sim, com sua formação composta com grande diversidade de instituições e pessoas.

Importante destacar que, por sua característica, o Conselho de Mestres não atua diretamente na gestão de recurso, não lhe é possível constituir personalidade jurídica (com registro em cartório e CNPJ) e a atuação dos conselheiros e conselheiras é de natureza não remuneratória.

Com vistas a mobilizar toda a comunidade para a constituição do Conselho de Mestres de Capoeira do Rio de Janeiro, foram realizadas seis conferências regionais, culminando com

a posse do Conselho de Mestres, tendo como referência para a nossa pesquisa as Atas das reuniões do Grupo de Trabalho da Capoeira, do qual fazemos parte e do blog da Salvaguarda da Capoeira, criado pelo Mestre Paulão Kikongo para publicação das ações do GT e do Conselho de Mestres.

Destacamos que, quanto à posse do Conselho de Mestres (cuja cerimônia aconteceu no Theatro Municipal do Rio de Janeiro), diversas questões foram tratadas, mas a que causou o maior embaraço, ensejando um grande debate no Grupo de Trabalho, foi quanto à autorização ou não, da entrada de berimbaus naquele teatro.

Luciane Barbosa, representante do INEPAC no GT, se colocou veementemente contra a proibição, tendo em vista o berimbau caracterizar e fazer parte da identidade dos detentores deste bem cultural. Para ela, “uma negativa por parte do patrimônio, seja IPHAN ou INEPAC, ou seja, do Estado, é extremamente preconceituosa aos membros da capoeira, uma vez que determina para além das normas do Theatro Municipal, o que e como um capoeira deve ser, agir”, dentro daquele espaço.

Este é um tema que consideramos importante e que será esmiuçado quando tratarmos da posse do Conselho de Mestres da Salvaguarda da Capoeira do Rio de Janeiro ainda neste capítulo, assim como as conferências regionais descritas a seguir.

2.3.1 - Conferência Regional da Região dos Lagos

A primeira Conferência Regional foi realizada no dia 29 de julho de 2013 (conforme material de divulgação a seguir), em São Pedro da Aldeia, com a participação de 21 mestres de cidades da região, dentre elas Búzios, Rio das Ostras, Saquarema, Araruama, São Pedro da Aldeia, Macaé, Cabo Frio e Conceição de Macabu.

Estiveram presentes o Superintendente do IPHAN, Ivo Barreto, a Assessora de Patrimônio Imaterial, Mônica da Costa, a Assessora de Patrimônio Imaterial do INEPAC, Luciane Barbosa de Souza e dois representantes do Grupo de Trabalho Interinstitucional para elaboração do Plano de Salvaguarda da Capoeira, Mestre Arerê e Cristiane Nascimento.

Uma canção em homenagem ao Mestre Leopoldo cantada pelo Mestre Ziza deu início as atividades da Conferência. Ivo Barreto, superintendente do IPHAN, destacou o trabalho que vem sendo realizado pelo Rio de Janeiro com a Salvaguarda da Capoeira e que, para a efetividade desta ação faz-se necessário ouvir a capoeira, os capoeiristas, e, afirma ele, é assim que o IPHAN vem atuando.

Figura 19 - Convite para a Conferência Regional de São Pedro da Aldeia.



Imagem: IPHAN/RJ, 2013.

Mônica da Costa, Assessora do Patrimônio Imaterial, apresentou uma retrospectiva das ações que o IPHAN e o Ministério da Cultura têm realizado junto à capoeira nos últimos anos. O Registro no Livro dos Saberes e no Livro de Formas de Expressão do Ofício de Mestres e da Roda de Capoeira em 2008; as ações realizadas pelos Encontros Pró-Capoeira em 2010, programa este de abrangência nacional. A partir de 2012 inicia-se, por parte do DPI em Brasília, a descentralização das ações de Salvaguarda da Capoeira, delegando as Superintendências Estaduais autonomia para propor ações diretamente aos detentores localizados em seus estados de referência. No estado do Rio de Janeiro, informou ela, estas

ações deram início neste ano de 2013, com dois Encontros de Mestres de Capoeira realizados no mês de maio. Nestes Encontros, uma das demandas prioritárias para a construção do Plano de Salvaguarda foi à criação de um Conselho de Mestres.

Esta Conferência realizada na Região dos Lagos foi a primeira a tratar da eleição para o Conselho de Mestres, sendo apresentados aos presentes, pelo Grupo de Trabalho, os critérios que seriam utilizados para este pleito, inclusive com o quantitativo ideal de representação. A proposta inicial seria de um mestre titular e de um mestre suplente eleito pelas regiões abrangidas pelos Escritórios Técnicos do IPHAN, totalizando cinco mestres titulares e cinco mestres suplentes. Estes, somados aos quinze mestres titulares e cinco mestres suplentes a serem eleitos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, totalizando 20 mestres titulares e um representante do Grupo de Trabalho.

Após a apresentação destes critérios, Mestre Cavalo, fazendo uso da palavra, sugeriu que o número de mestres eleitos por regiões atendidas pelos Escritórios Técnicos fosse de três mestres titulares e três mestres suplentes e não apenas um, tendo em vista seu receio de que os mestres do interior do Rio de Janeiro ficassem em inferioridade numérica em relação a capital e com isto, correrem o risco de não terem as demandas das regiões não aprovadas numa possível votação em reunião do Conselho. Sendo cinco regiões de abrangências destes escritórios, seriam então, quinze mestres titulares e quinze mestres suplentes. A proposta, por ser legítima e pertinente, foi aprovada pelos membros do Grupo de Trabalho presentes à Conferência.

Os mestres presentes, como podemos ver na foto a seguir, fizeram outro pedido. De que as cidades de Saquarema e Maricá fossem incluídas no processo eleitoral da Região dos Lagos, pois, apesar de estarem no perímetro de abrangência da Região Metropolitana, estes reclamaram que sofrem exclusão por parte dos grupos de capoeira da capital. Desta forma, argumentaram eles, não conseguiríamos chances de sermos eleitos ou até mesmo concorrer na Região Metropolitana.

Diga-se de passagem, que este processo de exclusão não é uma exclusividade da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, na verdade percebe-se que este é um processo de abrangência nacional.

Figura 20 - Mestres e participantes presentes na Conferência Regional de São Pedro da Aldeia - RJ



Foto: IPHAN/RJ, 2013.

O Grupo de Trabalho apresentou como sugestão aos mestres presentes, que estes escolhessem se queriam que a eleição para o Conselho de Mestres acontecesse naquele mesmo dia ou em outra data a ser pensada para uma próxima visita. A grande maioria dos mestres decidiu pela realização neste mesmo dia, já que receavam de que em uma próxima reunião não tivessem quórum suficiente, tendo em vista a representatividade dos mestres neste primeiro encontro.

A partir daí deu-se início a inscrição das candidaturas e seis mestres se candidataram para mestre titular: Dengo, Coelho, Lequinho, Sapão, Tempestade e Willians. Para a suplência se candidataram sete mestres, que são eles: Anu, Brizola, Cavalo, Dino, Kib, Pingo e Ziza.

Aberta a votação, foram eleitos para o Conselho representando a Região dos Lagos os seguintes mestres titulares: Dengo, Tempestade e Sapão e para vaga de suplente os: mestres Pingo, Cavalo e Brizola.

Fora informado aos presentes que as reuniões do Conselho serão trimestrais e que o mandato dos conselheiros será de dois anos e o primeiro ato a ser realizado por este coletivo será a aprovação de seu Estatuto Social.

Na reunião de avaliação desta Conferência, Mônica da Costa (IPHAN), informa que esta foi uma experiência bastante positiva e que na eleição dos representantes da região para o Conselho de Mestres ocorreu tudo bem.

Houve uma preocupação na mudança do quantitativo de Conselheiros aprovados para a o interior do estado, inclusive no que tange a representatividade, tendo em vista a capoeira possuir um código simbólico, a ancestralidade e serem muitos daquela região oriundos dos mestres de capoeira da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Apesar desta preocupação, Mônica da Costa (IPHAN) e Mestre Toni Vargas ponderaram que o que fora ali aprovado não poderá ser mudado.

Importante ressaltar que desde o início das discussões sobre a eleição do Conselho de Mestres que o GT vem trazendo a proposta de criação de cotas para os mestres de capoeira mais antigos, aqueles que tenham pelo menos 50 anos de capoeira. Poderemos ver, durante as demais conferências, que esta demanda estará presente, devido à importância que estes mestres têm para a manutenção da história mais recente da capoeira do Rio de Janeiro.

2.3.2 - Conferência Regional das Regiões Norte e Noroeste

Com a presença de oito mestres de capoeira, professores e capoeiristas dos municípios de Campos dos Goytacazes, Cambuci, Santo Antonio de Pádua, Natividade, Miracema e Varre-Sai realizou-se, no dia 12 de setembro de 2013, a Conferência Regional de Mestres de Capoeira.

Participaram, ainda, o Superintendente do IPHAN, Ivo Barreto, a Assessora do Patrimônio Imaterial, Mônica da Costa, Luciane Barbosa, Diretora do Departamento de Patrimônio Imaterial do INEPAC, o Secretário de Cultura, Carlos Eduardo Tostes, a Secretária de Educação, Ana Maria Veiga Guimarães e o presidente da Associação de Folclore, Paulo Rogério da Silva, todos do município de Miracema. Representando o Grupo de Trabalho da Capoeira participaram os Mestres Levi, Toni Vargas, Curumim e a capoeirista Cristiane Nascimento.

Com apoio do poder público municipal (que, além de ceder o Centro Cultural Melchíades Cardoso, forneceu apoio necessário para a realização da conferência), o objetivo deste encontro foi contribuir para a formação do Conselho de Mestres e com a construção do Plano de Salvaguarda da Capoeira no Rio de Janeiro. Para que isto ocorresse foi proposto realizar a eleição de três mestres titulares e três mestres suplentes para representarem as regiões Norte e Noroeste do estado. Mas com o número reduzido na plenária, foi sugerido pelos mestres presentes que uma segunda reunião fosse realizada na cidade de Campos, tendo em vista ser o local de maior concentração de mestres e grupos de capoeira da região. Posto

em votação, a proposta foi aprovada pela plenária e a seguinte organização foi assim definida: a eleição da região ficou dividida em dois momentos, sendo a primeira na cidade de Miracema, com a eleição de um mestre titular e um mestre suplente para o Conselho e no segundo momento, na cidade de Campos, a eleição de mais dois mestres titulares e dois mestres suplentes, para assim contemplar as três vagas das regiões Norte e Noroeste.

Figura 21 – Convite para a Conferência Regional de Miracema.

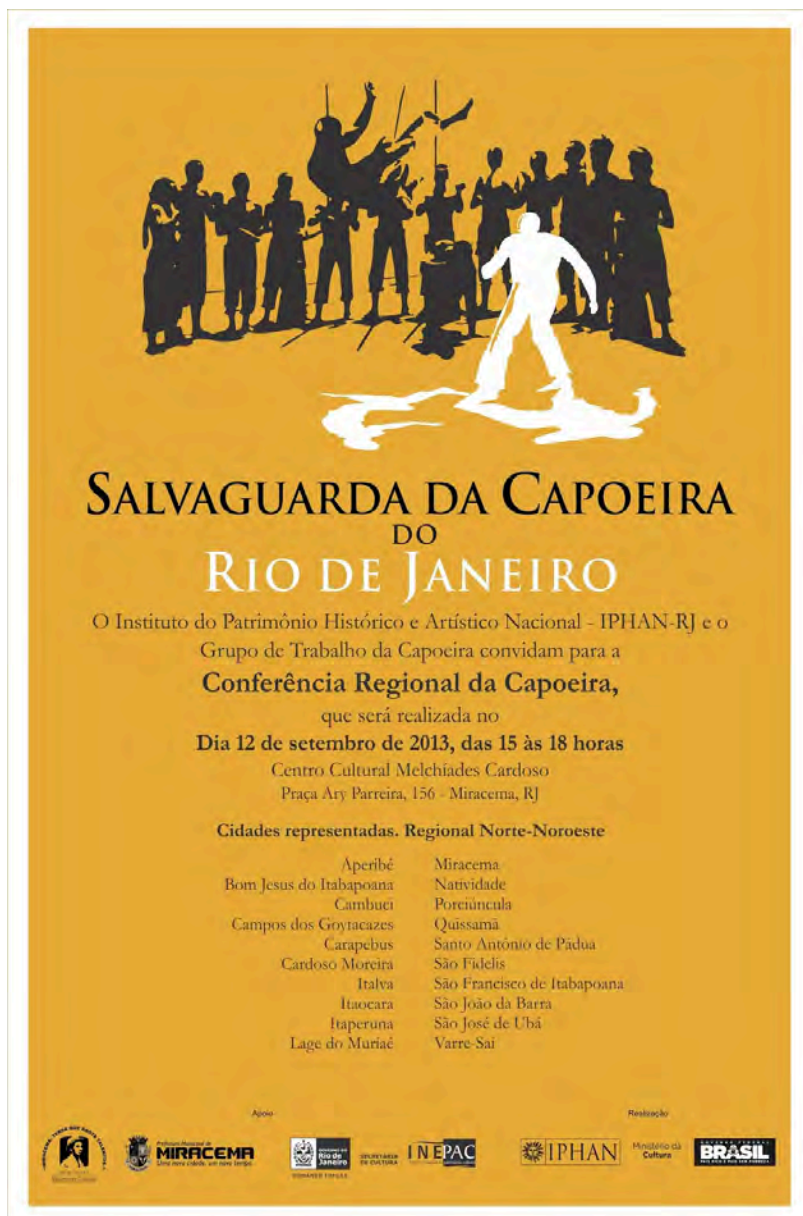


Imagem: IPHAN/RJ, 2013.

Com a presença dos Mestres Chuleba, Pitú, Cabeça, Touro, Juninho, Ivo, Delson e Toyota (presentes na foto abaixo) ficou decidido que os mestres que votaram na eleição de Miracema também poderão fazê-lo na eleição de Campos.

Para a eleição local se candidataram para titular e suplente os mestres Cabeça, Chuleba e Pitú e ficou decidido pela plenária que o mestre com o maior número de votos seria o titular e o segundo mais votado o suplente. Após o resultado da eleição, mestre Pitú retirou a sua candidatura ficando estabelecido que o mestre Chuleba assumisse a suplência de sua vaga, tendo em vista ter sido o terceiro mais votado.

Figura 22 - Mestres, professores, capoeiristas e representantes do IPHAN e do GT presentes em Miracema.



Foto: IPHAN/RJ, 2013.

Em reunião do GT para avaliação desta conferência, houve uma preocupação devido a grande ausência da maioria dos municípios da região. De vinte cidades, apenas seis estavam representadas. O ponto positivo foi, sem dúvidas, a possibilidade dos grupos menores de poderem eleger os seus representantes, caracterizando, assim, o caráter mais democrático de todo este processo. .

Conforme previsto, na reunião ocorrida em Campos dos Goytacazes foram eleitos como mestres titulares os mestres Toyota e Ivo e como mestres suplentes os mestres Touro e Timbó, completando assim a quantidade de mestres de capoeira da região.

2.3.3 - Conferência Regional da Região da Costa Verde

Prosseguindo a dinâmica das conferências anteriores, foi realizado no dia 17 de outubro de 2013, na cidade de Paraty, a Conferência Regional da Costa Verde, com a presença de mestres de capoeira, professores e capoeiristas das cidades de Angra dos Reis, Ilha Grande e Paraty, além de Itaguaí, que fora incluída atendendo ao pedido dos presentes.

Figura 23 - Convite para a Conferência Regional da Costa Verde.

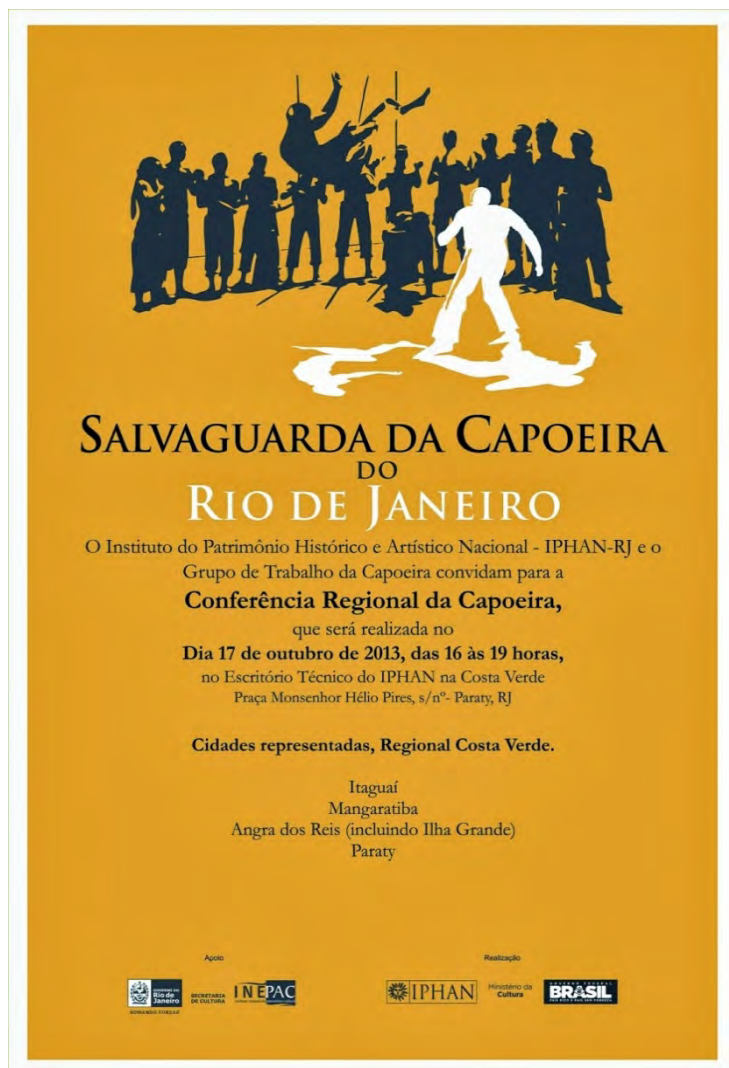


Imagem: IPHAN/RJ. Outubro, 2013.

Confirmando o compromisso assumido pelas instituições parceiras e pelo Grupo de Trabalho na construção das ações de Salvaguarda da Capoeira, estiveram presentes a esta conferência o Superintendente do IPHAN (RJ), Ivo Barreto; a Assessora de Patrimônio Imaterial, Mônica da Costa; o Pesquisador do Departamento de Pesquisa e Documentação do

INEPAC, Evandro Luiz de Carvalho (representando a Diretora do Departamento de Patrimônio Imaterial, Luciane Barbosa); o Secretário de Cultura de Angra dos Reis, Dêlcio José Bernardo; Erika Braz, representando a Secretaria de Cultura de Paraty, os mestres Toni Vargas e Arerê, o Professor Júlio Tavares, da UFF e a capoeirista Cristiane Nascimento representando o Grupo de Trabalho da Capoeira.

Figura 24 – Mestres de Capoeira e representantes das instituições que participaram da Conferência da Costa Verde.



Foto: Edson Lima. Outubro, 2013.

Realizada na sede do Escritório Técnico do IPHAN, localizado no Centro Histórico de Paraty, a conferência teve o apoio da Secretaria Municipal de Cultura e da Prefeitura de Angra dos Reis, que disponibilizou transporte viabilizando a locomoção dos mestres de capoeira da região.

Com as mesmas proposições das conferências anteriores, o objetivo desta foi coletar subsídios para a elaboração do Plano de Salvaguarda da Capoeira e eleição de três mestres titulares e três mestres suplentes representando a região da Costa Verde que irão compor o Conselho de Mestres de Capoeira do Rio de Janeiro.

Coube ao GT prestar alguns esclarecimentos quanto às atribuições do Conselho de Mestres, explicando aos mestres Renato, Abutre, Garnizé, Esquilo, Mamute e Baá, que estavam presentes e se comprometeram a ser conselheiro, que é necessário saber compartilhar as informações do Conselho e trabalhar para os coletivos da capoeira de todas as cidades da região envolvidas na construção da Salvaguarda. Os capoeiristas aproveitaram este momento de fala para dizerem da importância das reuniões periódicas acontecerem com certa frequência com os mestres de capoeira que forem eleitos e os capoeiristas locais. Diante disto foi informado que para estas reuniões o Escritório Técnico do IPHAN será sempre um espaço disponível.

Além dos esclarecimentos acima elencados, foi informado que o objetivo da Salvaguarda da Capoeira é construir políticas públicas em conjunto com os capoeiristas, em particular os detentores ouvindo toda a comunidade. Mestre Toni Vargas aproveitou para informar aos presentes que o Grupo de Trabalho da Capoeira fez contato com dezenove mestres da região, mas que apenas seis se fizeram presentes. É necessário, em nosso entendimento, que sejam pensadas estratégias para a aproximação dos demais detentores que compõe o universo da capoeira na Região da Costa Verde.

Após o debate, foram eleitos para compor o Conselho de Mestres de Capoeira do Rio de Janeiro os seguintes mestres da região: titulares: Renato, Garnizé e Abutre e para conselheiros suplentes: Mamute, Esquilo e Baá.

2.3.4 - Conferência Regional da Região Serrana

A Conferência da Região Serrana foi realizado no dia 29 de outubro de 2013, no Museu do Palácio Rio Negro, administrado pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), na cidade de Petrópolis, conhecida como a Cidade Imperial. Abrangeu as cidades da Região Serrana e da Baixada Fluminense do estado do Rio citadas a seguir: Petrópolis, Areal, Paraíba do Sul, Três Rios, Comendador Levy Gasparian, Sapucaia, São José do Vale do Rio Preto, Teresópolis, Cachoeiras de Macacu, Nova Friburgo, Sumidouro, Carmo, Duas Barras, Cantagalo, Macuco, Cordeiro, Trajano de Moraes, Bom Jardim, São Sebastião do Alto, Santa Maria Madalena, Magé e Guapimirim.

Representando as instituições envolvidas com a Salvaguarda e o Grupo de Trabalho da Capoeira, estiveram presentes Mônica da Costa, Assessora do Patrimônio Imaterial do IPHAN-RJ; Luciane Barbosa, Diretora do Departamento de Patrimônio Imaterial do

INEPAC; Érica Machado, Chefe do Escritório Técnico do IPHAN na Região Serrana; Carina Mendes, Coordenadora Técnica Substituta do IPHAN-RJ e os Mestres Arerê, Levi e Toni Vargas e Cristiane Nascimento, representantes da Capoeira no Grupo de Trabalho.

Figura 25 - Representantes do IPHAN, INEPAC, do Grupo de Trabalho da Capoeira e Mestres e capoeiristas da Região Serrana.



Foto: IPHAN-RJ. Outubro 2013.

Conforme registrado na foto acima, estiverem presentes à conferência dezenove mestres de capoeira da Região Serrana, além de capoeiristas e pesquisadores interessados no tema. Foi debatido com o plenário presente o trabalho que vem sendo desenvolvido no âmbito das Superintendências Estaduais do IPHAN em relação à capoeira a partir de 2012, após determinação do Departamento do Patrimônio Imaterial do IPHAN pela descentralização. Informou-se, ainda, que com a criação do Conselho de Mestres o objetivo do IPHAN é construir políticas públicas que venham atender as demandas dos capoeiristas.

Para a eleição da Região Serrana se candidataram para conselheiros titulares os mestres Caroço, Cidinho, Jadir, Michel e Pequeno e para conselheiros suplentes, os mestres Índio, Malandrinho, Michel e Sorriso, sendo eleitos como conselheiros titulares os seguintes mestres: Caroço, Jadir e Pequeno e como conselheiros suplentes os mestres Índio, Malandrinho e Sorriso, registrados na foto a seguir.

2.3.5 - Conferência Regional da Região do Médio Paraíba

A Conferência Regional de Mestres de Capoeira da Região do Médio Paraíba foi realizada no dia 10 de dezembro, no Escritório Técnico do IPHAN (RJ), localizado no Paço Imperial da Cidade de Vassouras.

São dezessete municípios que integram a região, conforme relação a seguir: Barra do Piraí, Barra Mansa, Engenheiro Paulo de Frontin, Itatiaia, Mendes, Miguel Pereira, Paty do Alferes, Pinheiral, Piraí, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro, Rio das Flores, Valença, Vassouras e Volta Redonda.

Figura 26 - Mestres: Pequeno, Darcy Malandrinho, Sorriso, Caroço, Jadir e Índio, eleitos na Região Serrana.



Foto IPHAN-RJ. Outubro 2013.

Mostrando a importância da integração entre os bens culturais reconhecidos pelo Estado brasileiro, estiveram presentes prestigiando a conferência os seguintes representantes do Jongo: Cacalo, liderança jogueira de Vassouras e Toninho Canecão, liderança jogueira de Valença.

Participaram Ivo Barreto, Superintendente do IPHAN no Rio de Janeiro, Mônica da Costa, Assessora de Patrimônio Imaterial do IPHAN (RJ), Marcelo Vilarino, Consultor

UNESCO junto ao IPHAN (RJ) e os seguintes membros do Grupo de Trabalho da Capoeira: Júlio Tavares, Professor do Departamento de Antropologia da UFF, Luciane Barbosa, diretora do Patrimônio Imaterial do INEPAC, Mestres Toni Vargas e Levi, Mestre Sheila e a capoeirista Cristiane Nascimento. Representando a região participaram mestres de capoeira e diversos capoeiristas.

Seguindo o mesmo ritual das reuniões anteriores, foram apresentadas aos presentes as ações desenvolvidas pelo IPHAN (RJ) desde os Encontros de Mestres de Capoeira realizados em maio. Isto se faz necessário tendo em vista nem todas as pessoas terem podido participar dos referidos Encontros.

O Grupo de Trabalho da Capoeira, cumprindo o seu papel de contribuir com a construção deste processo, apresentou aos presentes o que vem sendo desenvolvido com vistas à consolidação das políticas públicas de Salvaguarda da Capoeira no estado do Rio de Janeiro.

Dentre as falas, destacamos uma que foi publicada no blog da Salvaguarda da Capoeira do Rio de Janeiro, que consideramos importante para o entendimento de nossa comunidade do quanto é necessário à construção de políticas públicas para os bens culturais patrimonializados.

Segundo esta publicação,

durante o debate, ocorreu um depoimento que sintetiza e exemplifica os esforços que o IPHAN tem engendrado no sentido de levar conhecimento dessa política cultural brasileira a toda à sociedade, com destaques aos detentores daqueles bens culturais já patrimonializados. Toninho Canecão, quilombola da Comunidade Quilombo São José da Serra e liderança jongueira, fez um depoimento emocionante sobre o processo de reconhecimento e valorização do Jongo do Sudeste e o papel que o IPHAN vem desempenhando no sentido de dar voz a essas comunidades tradicionalmente invisibilizadas em nossa história e levando a elas conhecimento sobre seus direitos e seus saberes tradicionais. (IPHAN, 2013. Disponível em: <https://salvaguardadacapoeiradorio.blogspot.com/2014/04/conferencia-regional-da-capoeira-regiao.html>. Acesso em: 21 de dezembro de 2019).

O texto afirma que “após a fala do mestre jongueiro, todos os capoeiristas se animaram ainda mais a participar do processo de formação do Conselho de Mestres” (IPHAN, 2013).

Feito o debate e com vistas a eleger os três mestres titulares e três mestres suplentes da Região do Médio Paraíba, última região do interior a realizar a conferência, foi realizada a eleição para a escolha de seus representantes, conforme relacionados a seguir: titulares: Mestres Claudio, Mateus e Lindi, das cidades de Resende, Rio das Flores e Barra Mansa, respectivamente e como suplentes os Mestres Guilé, de Barra Mansa, Cid, de Valença e Chouriço, de Resende.

2.3.6 - Conferência Regional da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Formado o Grupo de Trabalho Interinstitucional da Salvaguarda da Capoeira do Rio de Janeiro, a sua principal atribuição foi de construir as bases para a eleição do Conselho de Mestres de Capoeira do estado do Rio de Janeiro.

Desde o início a preocupação do GT era como se daria o processo eleitoral na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, tendo em vista ser a região com o maior número de mestres e mestras, lideranças reconhecidas no mundo da capoeira.

Inicialmente prevista para ocorrer no Palácio Gustavo Capanema⁹⁸, a Conferência da Região Metropolitana do Rio de Janeiro aconteceu no Centro Cultural Cartola (hoje Museu do Samba), no dia 16 de janeiro de 2014.

Mônica da Costa, Assessora do Patrimônio Imaterial do IPHAN (RJ) fez uso da palavra para agradecer a presença de todas e todos e informar aos/as presentes que seriam formadas duas mesas para abertura do evento, sendo uma mesa institucional, com representantes das diversas instituições envolvidas na construção da Salvaguarda da Capoeira e outra formada pelos membros do Grupo de Trabalho da Capoeira.

Para este início formaram a mesa institucional Nilcemar Nogueira, Coordenadora do Centro Cultural Cartola (considerado o Centro de Referência da Matriz do Samba do Rio de Janeiro), Ivo Barreto, Superintendente do IPHAN, Paulo Vidal, Diretor-geral do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC) e Neia Daniel, representante da Fundação Cultural Palmares nos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Dando as boas vindas aos presentes, Nilcemar Nogueira fala um pouco da trajetória do Centro Cultural Cartola, Pontão de Memória do Samba e que foi a partir dos estudos feito por eles que fora reconhecido as Matrizes do Samba do Rio de Janeiro como Patrimônio Cultural,

⁹⁸ Devido às obras de restauração do Palácio Gustavo Capanema, não foi possível a realização da Conferência da Região Metropolitana naquele espaço.

mas que para isso foi necessário juntar a comunidade do samba, assim como a capoeira estava fazendo naquele momento, com a realização da Conferência Regional da Região Metropolitana. Segundo ela, para que possamos furar os bloqueios existentes por parte do poder público quanto à valorização de nossos patrimônios, precisamos estar imbuídos de objetivos comuns e, com isso, fazem-se necessárias nos despirmos de nossas vaidades pessoais.

A maioria das falas focou na importância da eleição do Conselho de Mestres e na construção da Salvaguarda da Capoeira do estado. Ivo Barreto, Superintendente do IPHAN à época, fez um relato importante das atividades que ele vem acompanhando desde o início, com as diversas reuniões realizadas nas diversas regiões do estado do Rio, quando, segundo ele, houve uma grande peregrinação do GT pelo interior do estado, arregimentando mestres e praticantes de capoeira para uma missão que muitas das vezes, diz ele, não se vê dentro das políticas públicas, sendo um grande aprendizado esta nova maneira de se fazer política, de uma maneira um pouco mais ancorada na realidade.

Para Ivan Barreto, discutir o que vai ser feito com a capoeira ou com qualquer manifestação cultural passa obrigatoriamente discutir com quem é o detentor desta manifestação. Para ele é importante o gestor público entender que o seu papel é de articulador deste processo, portanto, devem-se ter os ouvidos bem atentos para auscultar as demandas ali apresentadas.

Vislumbrado com a quantidade de mestres de capoeira presentes à conferência, relacionando-os com os outros mestres que ele encontrou no interior e que estavam também ali presenciando esse momento de discussão, ele disse acreditar na seriedade deste trabalho que hora se iniciava. Não só pela capoeira em si, diz ele, afirmando ter uma longa relação com essa manifestação cultural. Mas pelo que diz ter visto com o jongo, com as baianas do acarajé e pelo depoimento da Nilcemar Nogueira, quando fala das matrizes do samba carioca. Para ele, este histórico, por si só, fala da possibilidade do que é trabalhar em conjunto.

Ele continua afirmando ser a capoeira uma representante nata da cultura brasileira, e, diz ele, para quem está fora do Brasil, muitas das vezes, junto com o Samba, este é um dos maiores reconhecimentos de brasilidade que a gente tem fora do país. Não é possível se construir uma política pública séria para os patrimônios culturais de natureza imaterial no país sem darmos atenção ao que pensam seus detentores, pondera.

Para o então superintendente do IPHAN no Rio de Janeiro,

A capoeira tem se demonstrado, pelo menos neste último ano e tudo que a gente viu nas discussões no interior, muito mais consciente deste processo do que a gente imaginava. Toda a discussão e debate que houve pra gente chegar aqui hoje e dar continuidade nisso na capital, fala um pouco da potencialidade desse processo e da necessidade, como a Nilcemar diz, da gente conseguir unir forças para discutir de maneira séria e objetiva o que quem pratica pensa e o que quer pro rumo da capoeira. Fazer isso dentro da casa do samba é mais significativo ainda, a matriz africana que está nas manifestações culturais, na descendência do povo brasileiro, especialmente de nós negros e de todos que tem essa relação com o povo brasileiro, independentemente da cor, mas que reconhece na brasilidade uma riqueza muito maior do que cor passa por reconhecer essas manifestações como legítimas e passa por saber que são elas que representam e que sustentam um processo de resistência, e é esse processo de resistência que a gente está defendendo. Não é a capoeira, não é o jongo e não é o samba, mas o que eles representam como processo de resistência do povo brasileiro e da nossa cultura. O convite que a gente fez desde o início do trabalho do GT, de eleger representantes e discutir, é um convite, acreditem é extremamente sincero e desejado não só por quem é detentor, mas por nós que acordamos todos os dias pra batalhar como fazer essa política e enfrentar as dificuldades de fazer política pra manifestação cultural num país que muitas vezes isso não é valorizado e não tem prioridade. Mas felizmente as coisas começam a mudar e cabe à gente sustentar essa bandeira e mostrar porque que elas têm que efetivamente mudar. (BARRETO, 2014. Conferência Regional de Capoeira da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Centro Cultural Cartola. Canal Unitevê UFF. Disponível em: <https://youtu.be/oj2fjTE4Kgs>. Acesso em: 21 dez. 2019).

Após a fala de Ivo Barreto, é formada a mesa composta pelos representantes das instituições, mestres de capoeira e capoeiristas que compõe o Grupo de Trabalho. Mônica da Costa faz um breve relato das ações realizadas pelo IPHAN a partir do Programa Pró-Capoeira, lançamento de editais, como o Viva Meu Mestre e o encaminhamento do reconhecimento da Roda de Capoeira na Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade pela UNESCO, todos já abordados no capítulo anterior além de recapitular o que fora discutido e aprovado nos Encontros de Mestres de Capoeira realizado em 2013 e já descrito neste capítulo.

Aberta a fala para os demais integrantes da mesa, o Professor Julio Cesar de Tavares, da Universidade Federal Fluminense, diz estar contente de estar ali naquele momento tendo em vista o GT, em conjunto com o IPHAN e os detentores e detentoras envolvidas, ter conseguido cumprir a primeira etapa deste processo de construção da Salvaguarda da Capoeira no Rio de Janeiro, tendo em vista essa ser uma demanda aprovada em 2013 no Encontro de Mestres de Capoeira, o que vem corroborar para dizer que a agenda pensada para

a construção de um Plano de Salvaguarda da Capoeira do Rio de Janeiro está sendo cumprida, já que esta Conferência Regional da Região Metropolitana do Rio de Janeiro é a etapa final de eleição do Conselho de Mestres.

Para Tavares (2014),

Esse Conselho de Mestres vai ser uma espécie de Senado Carioca da Capoeira tamanha a responsabilidade que esses representantes terão. O que se fizer aqui de novidades, terá grandes repercussões, não só para o Brasil, mas pra toda a experiência dos capoeiras de todos os matizes no mundo inteiro. Esse Conselho será inevitavelmente heterogêneo. Ele será inevitavelmente composto pelas diferenças. Mas isso não é problema. O mais importante é que essas diferenças possam representar um valor ético de responsabilidade profunda pra Capoeira no Rio de Janeiro e no Brasil. (TAVARES, 2014. Conferência Regional de Capoeira da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Centro Cultural Cartola. Canal Unitevê UFF. Disponível em: <https://youtu.be/oj2fjTE4Kgs>. Acesso em: 21 dez. 2019).

Para Julio Tavares o comprometimento ético com a capoeira do Rio de Janeiro é o que deve servir de base para a atuação dos conselheiros que venham a ser eleitos na capital, assim como para os que já foram eleitos no interior. As diferenças que por ventura existam não podem assustar e servir de subterfúgio para que o trabalho não seja realizado. O comprometimento ético precisa ser garantido neste Conselho, diz ele. O comprometimento da definição de novas possibilidades de desdobramentos da capoeira. É um momento extremamente importante para os capoeiristas, mestres de capoeira e principalmente, para quem pesquisa a capoeira e acompanha a sua história, conclui.

Marcelo Vilarino, consultor da UNESCO junto ao IPHAN, e que já havia trabalhado na superintendência de Minas Gerais atuando junto ao Conselho de Mestres dirigiu-se aos presentes dizendo achar muito difícil para o capoeirista e muitos praticantes da cultura popular acreditar nas políticas públicas. Sobretudo, diz ele, vocês capoeiristas que muitas vezes correram da polícia, tiveram seus berimbaus quebrados, foram presos, perseguidos e apanharam. Para ele não existe um Estado bom, o que existe é um Estado que se rende à força da população.

Por conseguinte, afirma ele, a capoeira alcançou o lugar de patrimônio cultural brasileiro em 2008 graças ao esforço daqueles e daquelas que detêm o conhecimento e que, com muita resistência mantém este conhecimento vivo, se organizando e transmitindo-o para seus alunos e alunas. O mérito deste reconhecimento é totalmente dos mestres e mestras, tendo em vista a lei que instituiu a política de Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil garantir

ao detentor o direito de determinar os rumos que o Estado deve seguir na construção das ações de preservação deste patrimônio, diz Vilarino.

Na Região Metropolitana de Belo Horizonte, quando atuou com os mestres de Minas Gerais, ele diz que os mestres sempre colocavam para o IPHAN que para a capoeira havia grandes desafios a serem superados, primeiro porque cada mestre de capoeira se sentia dono de seu castelo, sendo responsável por um Grupo de Capoeira, sendo naquele grupo o alicerce e o que ali é transmitido vem da cabeça do próprio mestre e do que ele detém de conhecimento.

Mas, para o IPHAN, Marcelo Vilarino diz que o importante é que os mestres de capoeira venham unidos apresentar suas propostas para a capoeira. Deve-se, diz ele, deixar o uniforme de seu grupo de fora e chegar unido para dialogar com o Estado. Esclareceu aos presentes que a capoeira disputa o orçamento (que já é mínimo), com outros bens culturais, como o jongo, as baianas de acarajé, o samba do Rio de Janeiro, portanto, se a capoeira, se os detentores estiverem desorganizados perderão o orçamento para os outros bens culturais. Ele afirma ser necessário que os detentores saiam de seu lugar ego e pensem na capoeira de forma ampla e complexa, para, assim, construir uma política que possa atender toda a diversidade da capoeira do Rio de Janeiro.

Após as informações de como se daria o processo eleitoral, com apenas mestres e mestras podendo votar e serem votados abriu-se um espaço para as inscrições dos pretendentes ao cargo de conselheiro e em outro momento, informou a mesa, seria dado início à votação. Mas antes disso foi franqueada a palavra aos mestres presentes, que puderam, assim, contribuir com o processo hora em curso.

Mestre Camisa, fazendo uso deste direito, se dirigiu à mesa e aos participantes da conferência para fazer alguns questionamentos. Segundo, ele criar um Conselho em um Estado que tem tradição e tem história no mundo da capoeira é um pouco complicado e ele esperava poder chegar a este intento com certa facilidade.

Não querendo questionar o trabalho de ninguém, mas gostaria, para não votar no escuro, de saber a formação de cada um dos candidatos a conselheiro, prossegue ele. Sei que este procedimento não aconteceu no interior, mas seria interessante se pudesse acontecer aqui, tendo em vista a importância desta função, propõe ele, que pede inclusive que as pessoas usem o microfone para se apresentarem.

Quem foi seu mestre, quem te formou e quantos anos você tem de capoeira e de idade? Perguntou o Mestre Camisa. Ele explica que a capoeira chegou até os dias de hoje sem nenhum Conselho, com muito sofrimento, muita dor e também alegria, mas criar um Conselho para representar os mestres de capoeira e não os representar bem iria voltar tudo de água abaixo. Para Mestre Camisa a ética e a hierarquia é fundamental, pois ele relata que a capoeira era criminalizada, mas que havia ética e respeito e que até no meio da vagabundagem tem. Portanto na capoeira é preciso ter ética e hierarquia e assim precisa ser o Conselho, conclui. Os presentes aplaudiram a sua fala, retificando-a, conforme poderemos ver em alguns outros pronunciamentos a seguir.

Indo na mesma linha do que apontara o Mestre Camisa, Mestre Touro (Antonio de Oliveira Bemvindo), se dirige aos presentes dizendo que gostaria de colocar o que pensava sobre este processo eleitoral. Dito isto ele pergunta: Porque os candidatos não são primeiro identificados para que possamos avaliar? Não satisfeito, ele diz ser necessário, antes da candidatura ou eleição de qualquer candidato, que seja garantida neste Conselho de Mestres a presença dos mestres de capoeira mais antigos, sem que estes precisem passar por qualquer eleição, tendo em vista o que eles representam para a capoeira. Para mestre Touro a capoeira é organizada desde a época das maltas cariocas, tendo em vista estas maltas terem seus líderes e respeito uma para com as outras, sem contar que elas não invadiam a área da outra. Então como aparece um monte de garoto novo querendo tomar o meu lugar? Pergunta ele. “Eu ainda não estou aposentado e nem vou me aposentar tão cedo. Eu ainda sou um excelente capoeirista. Ainda jogo e muito. Então espero que vocês não pensem que eu sou um daqueles idosos que está pegando o jornal indo pra praça ler o noticiário” (MESTRE TOURO, 2014. Conferência Regional de Capoeira da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Centro Cultural Cartola. Canal Unitevê UFF. Disponível em: <https://youtu.be/oj2fjTE4Kgs>. Acesso em: 21 dez. 2019).

Continuando a sua explanação este mestre pede para que respeitem a capoeira, porque, segundo ele, o capoeirista é ético e que a capoeira não precisa nem de leis e nem de regulamentos. Por isso, afirma, “que eu digo que a capoeira é cultura e não esporte” (MESTRE TOURO, 2014). Para ele o capoeirista sabe o que pode e o que deve ou não fazer. Finalizando a sua intervenção, Mestre Touro afirma não ser um desportista e sim ator, compositor, cantor, dançarino e historiador.

Diversos mestres de capoeira e os presidentes da Federação de Capoeira Desportiva do estado do Rio de Janeiro (FCDRJ), Roberto Batista Fernandes e da Federação Fluminense de Capoeira (FFC), Mestre Chita (Itamar da Conceição Magalhães) ainda queriam fazer uso da palavra, apesar da preocupação de membros do Grupo de Trabalho com a questão da hora, tendo em vista ainda não ter iniciado a votação para a escolha dos mestres e mestras que iriam compor o Conselho de Mestres da Salvaguarda da Capoeira.

Decidiu-se, então, encaminhar aos presentes se alguém abriria mão de se pronunciar, o que ensejou a anuência de poucos. Diante disto, deu-se continuação as falas, das quais algumas serão relatadas por este pesquisador logo a seguir.

Mestre Paulino Sabiá, do Grupo Capoeira Brasil, ao iniciar sua fala disse que a mesa havia proposto que perguntas fossem feitas com vista a dirimir dúvidas relacionadas à eleição e quais seriam as atribuições do Conselho de Mestres, mas como os mestres que o antecederam estavam prestando seus depoimentos, eles gostaria de fazê-lo também. Ele começa sua explanação dizendo ser a favor do Conselho, apesar de sua dificuldade em poder lidar com as diferenças. Mas que ele respeitava os esforços dos mestres ali presentes reunidos com objetivos comuns em prol da capoeira. Ele sugere que os candidatos tenham consciência de que esta é uma função de muita responsabilidade e que se comprometam apenas àqueles que possam efetivamente cumprir com as suas obrigações. Eu “não estou habilitado e não tenho condições de participar, pois não tenho tempo e seria desonesto de minha parte me candidatar, pois eu não iria frequentar as reuniões, eu não estaria aqui”, afirmou Mestre Paulinho Sabiá.

Para o Mestre Baiano Anzol, responsável por levar a capoeira para as universidades, tendo sido professor de capoeira da Universidade do Estado da Guanabara (UEG), atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Estácio de Sá. Atualmente é professor titular de capoeira da UFRJ. Ele se colocou a favor da organização da capoeira e do Conselho de Mestres, mas disse achar que os candidatos deveriam ter feito suas inscrições previamente, para que os eleitores e eleitoras pudessem saber se os candidatos tinham história e trabalho realizado em prol da capoeira. Sua preocupação naquele momento era o de que todo mundo estava se denominando mestre de capoeira, mas que o Conselho que hoje seria ali formado precisava ter o respaldo da comunidade da capoeira para que as ações ali construídas tenham a legitimidade necessária que a capoeira precisa.

Na fala a seguir, os rituais de interação social (Goffman, 2011, p. 13), estão muito presentes, tendo em vista o “padrão e atos verbais e não verbais com o qual ela (pessoa) expressa sua opinião sobre a situação, e através disso sua avaliação sobre os participantes, especialmente ela própria” (Goffman, 2011, p. 13).

Mestre Paulão Muzenza, diz que, em um Estado democrático de direito, todas as palavras devem ser respeitadas, principalmente as ditas pelos profissionais de capoeira, que sabem realmente, segundo ele, quais são seus anseios e suas necessidades. Portanto ele acredita que no início deste processo não houve o cuidado por parte do IPHAN e do Grupo de Trabalho, de pedirem aos postulantes ao cargo de conselheiro, os seus currículos, pois entende ele que muitos dos que ali estavam eram “mestres de boca”. Sua preocupação era a de que, sendo eleito para o Conselho e não tendo a legitimidade necessária para tal, a partir desta eleição ele seria contemplado com o direito adquirido. Ele alerta para que não incorressem no mesmo erro do que aconteceu com o edital Viva Meu Mestre, em que um indivíduo com apenas um ano de capoeira, mas velho de idade, foi contemplado com o prêmio, como se mestre antigo fosse.

Durante sua fala, Mestre Paulão Muzenza ergue a sua mão e apresenta um documento informando que “nós temos aqui uma relação do Registro Geral dos Mestres do Rio de Janeiro e da Guanabara de 1972 que foi o primeiro cadastro. E tem pessoas aqui: Mestres Mintirinha, Paulinho, Touro, Zé Maria, Paulão Muzenza, dentre outros. E teve o Simpósio de 1969. Então as pessoas tem que ser respeitadas” (Mestre Paulão Muzenza, 2014).

Para este mestre, para formar um Conselho faz-se necessário saber a origem da pessoa que está concorrendo, quem foi o seu mestre. Pois há “um monte de mestre aqui que está andando com o caixão debaixo do braço. É o mestre morto debaixo do braço. O nome disso é moralidade” (Mestre Paulão Muzenza, 2014).

Concluindo a sua participação neste momento, ele se dirige à mesa e aos presentes dizendo:

“Eu exigo que quando eu pedir a palavra, esta seja respeitada, pois eu não sou só mestre de capoeira não. Eu sou professor, sou advogado. Não é por isso não. Todos merecem ser respeitados. Não estão lidando com analfabeto e nem imbecil. Eu exigo o meu respeito em qualquer lugar”. (MESTRE PAULÃO MUZENZA, 2014. Conferência Regional de Capoeira da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Centro Cultural Cartola. Canal Unitevê UFF. Disponível em: <https://youtu.be/oj2fjTE4Kgs>. Acesso em: 21 dez. 2019).

Como podemos perceber, as falas aqui precedidas caminharam para a exigência da legitimidade daquela pessoa que estava pleiteando ser membro do Conselho de Mestres. Segundo a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da UNESCO, “é necessário assegurar a participação mais ampla possível das comunidades, dos grupos e, quando cabível, dos indivíduos que criam, mantêm e transmitem esse patrimônio e associá-los ativamente à gestão do mesmo” (UNESCO, 2003, p. 08).

Neste sentido, a participação nos debates relacionados à criação do Conselho de Mestres da Salvaguarda da Capoeira no Rio de Janeiro não ficou restrito a ouvir apenas os detentores e detentoras. Representantes de entidades ligadas à capoeira, apesar de não terem direito ao voto, puderam se manifestar como foi o caso de Roberto Batista Fernandes, presidente da Federação de Capoeira Desportiva do Estado do Rio de Janeiro, que, ao se pronunciar, disse que, quando vai para uma plenária para discutir, num processo democrático, determinado tema, é necessário que este processo tenha data para começar e para terminar. Neste sentido, diz ele, quando viemos para uma plenária para eleger alguém, precisamos saber pra quanto tempo nós estamos elegendo estas pessoas. Não dá pra gente referendar um Conselho sem saber por quanto tempo esses conselheiros lá vão estar. Portanto, esta é a minha primeira pergunta. Por quanto tempo será o mandato de cada conselheiro? Entendo, afirma o presidente da Federação de Capoeira Desportiva do Estado do Rio de Janeiro, que não houve critérios para as inscrições para esse Conselho e um destes critérios passa pelo tempo do mandato. E um processo democrático, quando começa desse jeito, vão ter problemas lá na frente, diz ele concluindo a sua fala informando aos presentes que não votava por não ser mestre e que estava ali naquele momento como presidente de uma instituição de capoeira, mesmo porque, disse ele, seu mestre, o Mestre Touro, já havia falado.

Mônica da Costa, Assessora do Patrimônio Imaterial do IPHAN e membro do Grupo de Trabalho, contestou a fala de Robertinho (assim chamado no mundo da capoeira), informando ao mesmo que estes esclarecimentos já haviam sido prestados em falas anteriores pelo Grupo de Trabalho da Salvaguarda da Capoeira e que talvez ele não tenha prestado a devida atenção.

A maioria das falas que antecederam à votação do Conselho de Mestres teve a preocupação de saber quem seriam os representantes da capoeira junto a este colegiado. Para Mestre Mintirinha, entretanto, as pessoas ali presentes sabiam quem era quem. Ou não sabem? Perguntou se dirigindo a plenária.

Eu, por exemplo, sou candidato e meu nome não está relacionado na lista. Aqui dentro, por exemplo, tem mestre que, quando a capoeira foi oficializada em 1973, em não assinei a carteira para que ele recebesse título de mestre, pois o mesmo não merecia. Na Confederação Brasileira de Pugilismo - CBP e nas Federações de Pugilismo estaduais havia um Conselho de Mestres e lá uma pessoa que dizia quem seria ou não mestre de capoeira. Vocês tem consciência e saberão escolher a pessoa certa para compor este Conselho. Na verdade eu não estou preocupado com isso, o que eu quero é que vocês comprem o meu Cd de capoeira. Isso sim me interessa (MESTRE MINTIRINHA, 2014. Conferência Regional de Capoeira da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Centro Cultural Cartola. Canal Unitevê UFF. Disponível em: <https://youtu.be/oj2fjTE4Kgs>. Acesso em: 21 dez. 2019).

Ele se coloca pronto para ajudar na construção do Plano de Salvaguarda da Capoeira do Rio de Janeiro, sendo eleito Conselheiro ou não.

Dirigindo-se à plenária ele assim se manifestou:

Veja bem, é tão lindo você olhar pra cá e ver um Levi da vida. Grande Mestre Levi não é verdade? Meu neto de capoeira. Porque meu neto de capoeira? Porque ele foi aluno do Khorvo e o Khorvo foi meu aluno de capoeira. Será que eu tenho algum valor gente? (MESTRE MINTIRINHA, 2014. Conferência Regional de Capoeira da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Centro Cultural Cartola. Canal Unitevê UFF. Disponível em: <https://youtu.be/oj2fjTE4Kgs>. Acesso em: 21 dez. 2019).

Continuando sua explanação ele diz: “Robertinho disse ainda a pouco ser aluno do Mestre Touro. Aluno pra mim é aquele que está ao meu lado e fazendo aula comigo”, afirma Mestre Mintirinha. Ele conclui sua fala dizendo ser importante, na capoeira, ter história com “H” e não estória com “E” pra contar e para mostrar. E se coloca a disposição do IPHAN, caso haja interesse, pra contar a história da capoeira do Rio de Janeiro a partir da década de 1950 ou mesmo saber sobre a história das confederações e das federações. “Para falar, para relatar. Mais verdades. Porque eu só falo aquilo que eu sinto, eu só falo a verdade” (MESTRE MINTIRINHA, 2014), finaliza.

Após as falas, a mesa se encaminha para o início do processo eleitoral. Ivo Barreto, superintendente do IPHAN, fazendo uso da palavra, inicia primeiro a votação junto à plenária para decidir sobre os encaminhamentos que foram propostos pelos mestres, para que não houvesse dúvidas de como se daria a eleição. Pergunta aos presentes se a proposta

apresentada pelo Mestre Camisa, de que os candidatos e candidatas deveriam se apresentar aos presentes informando quem é seu mestre, quem os formou, quanto tempo tem de capoeira e idade, tendo esta proposta sido aprovada pela maioria. Outra proposta apresentada é para que fosse garantido, no processo eleitoral, dentre as quinze vagas para o Conselho, que três fossem destinadas à cidade de São Gonçalo e uma para a cidade de Niterói. Colocada em votação, esta proposta foi rejeitada, sendo aprovada uma eleição plena. Percebemos, assim, que são os próprios detentores e detentoras que influenciaram para que o processo se desse conforme as suas intervenções, direcionando de como seria a formação do Conselho de Mestres, valorizando, assim as suas próprias trajetórias de vida e (r)existência no mundo da capoeira.

Iniciado o processo eleitoral, os candidatos e candidatas que estavam concorrendo para as vagas de titulares e suplentes tiveram seus nomes projetados em um telão e assim que eram chamados, se apresentavam informando a sua formação e a sua linhagem na capoeira. Mestra Ruffato (Rosangela Ruffato) foi uma delas. Disse ter iniciado a capoeira em 1977 na Associação Grupo de Capoeira Martins, tendo sido uma das primeiras mulheres a passar na banca da Federação de Capoeira do Estado do Rio de Janeiro (FCERJ), como mestra de capoeira e que a sua segunda escola foi a Abadá-Capoeira e que ela tinha muito orgulho de sua trajetória.

Mestre Tio Robson (Robson da Costa Dias), ao fazer uso da palavra, se apresentou, dizendo ser formado por Mestre Machado (José Machado dos Santos), da Associação de Capoeira Modelo Cultural Kikongo, mas que abdicava de sua candidatura por entender que Mestre Bóca (Jorge Leite), da Associação de Capoeira Angonal, atendia suas expectativas em relação à representatividade junto ao Conselho e era para ele que solicitava aos presentes o seu voto.

Realizada a eleição e feita à contagem dos votos, se elegerem para compor o Conselho de Mestres os seguintes representantes da Região Metropolitana do Rio de Janeiro: titulares: Arerê, Berg, Bóca, Comprido, Crioulo, Derli, Edvaldo Baiano, Ephrain, Gato, Mintirinha, Nagô, Neco, Paulão Muzenza, Paulinho Salmon e Zezeu. Para conselheiros suplentes foram eleitos os mestres: Armando, Bebeto, Bonfim, Brinco, Dedinho, Gegê, Gil Velho, Negão do Gás, Ramos, Robalo, Rui Henrique, Sabiá, Sardinha e Thiara.

A eleição contou com a participação de aproximadamente 300 mestres e capoeiristas. Foram eleitos 30 conselheiros titulares e 30 suplentes, 15 da região metropolitana e 15 do

interior do estado. Importante destacar que apenas uma mestra de Capoeira foi eleita para compor o Conselho, ainda assim na condição de suplente, o que, na nossa concepção, reforça o caráter machista ainda existente no seio da capoeira, tendo em vista outras mestras de capoeira terem se candidatado para representarem a Região Metropolitana e ainda assim não obtiveram êxito. Talvez se deva pensar, para uma próxima eleição de renovação do Conselho, o estabelecimento de uma política de cotas para as mulheres. Entre as atribuições do Conselho eleito está a divulgação, identificação e desenvolvimento de pedagogias da capoeira e a criação de fóruns temáticos.

Para avaliar a eleição dos conselheiros e conselheira da Região Metropolitana, o Grupo de Trabalho para a Salvaguarda da Capoeira reuniu-se no dia 27 de janeiro de 2014, nas dependências da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro. No tocante a apresentação de uma roda de capoeira infantil organizada pelo Centro Cultural Cartola e que não constava da programação oficial do evento, Mônica da Costa, do IPHAN (RJ), informa aos presentes que, apesar desta estar fora da programação, a ideia da Nilcemar Nogueira, coordenadora do Centro Cultural Cartola, foi apenas de fazer uma recepção aos mestres presentes com o grupo de capoeira que atua no Centro Cultural como forma de apoiar o trabalho realizado juntos às crianças da comunidade.

Fizeram-se necessários alguns esclarecimentos tendo em vista os diversos questionamentos quanto à participação das crianças representando, ali, um grande grupo de capoeira, o que no entender dos presentes era uma ação deliberada de promoção daquele grupo. É esclarecido aos presentes que faz parte do papel do IPHAN incentivar ações como aquela.

Tal fato causou preocupação aos membros do GT, já que estes foram interpelados pelos mestres presentes à conferência. A hegemonia manipulada por grandes grupos foram tema desta avaliação, pois muitos que ali estavam não prestigiaram a apresentação das crianças por acreditarem que estariam beneficiando um determinado grupo em detrimento do coletivo.

Apesar deste contratempo, a conferência foi avaliada como positiva, tendo em vista o grande número de mestres e mestras de capoeira que participaram deste processo, legitimando as ações que foram realizadas da forma mais democrática possível. Porém, foi ponto pacífico de que era necessário realizar uma explicação bem didática para os mestres do Conselho e de que forma estes devem atuar, delineando, ainda, quais são as atribuições do Conselho e do Grupo de Trabalho, para que não haja confusão sobre tais questões entre os próprios mestres.

O debate foi caloroso, inclusive quanto ao fato de se pensar na construção da Salvaguarda da Capoeira do Rio no que tange a definição das ações, se estas seriam voltadas ou não para as chamada capoeira angola e capoeira regional. A política do IPHAN é defender a diversidade nas ações de Salvaguarda da Capoeira, portanto, segundo Marcelo Vilarino, a política proposta pelo IPHAN deve ser feita de forma inclusiva, deixando para o Conselho de Mestres definirem quais seriam as principais prioridades, como, por exemplo, a análise da situação dos mestres mais antigos que se encontravam em situação de vulnerabilidade econômica e social, o registro oral da história destes mestres e a definição do caráter identitário da capoeira do Rio de Janeiro. Para Mestre Toni Vargas, primeiro é necessário definir quem somos e o que queremos e daí a necessidade de realizar a pesquisa da árvore genealógica da capoeira em nosso estado.

Outra questão levantada é que, no interior do estado já tem mestres que foram eleitos para o Conselho se intitulando “fiscais da capoeira”, argumentando que agora fazem parte da Salvaguarda da Capoeira do IPHAN. Portanto é necessário que no ato de posse seja entregue um documento para cada mestre informando quais são suas atribuições, seus direitos e seus deveres para com a construção do Plano de Salvaguarda.

É sugerido, inclusive, que tenhamos como base para a elaboração deste documento o Estatuto do Conselho de Mestres de Capoeira da Região Metropolitana de Belo Horizonte, inclusive para a elaboração do próprio Estatuto do Conselho do estado do Rio de Janeiro. Marcelo Vilarino, do IPHAN (RJ) se compromete, então, em solicitar autorização aos mestres de capoeira de Minas Gerais para a utilização deste documento. Luciane Barbosa aponta, inclusive, que o Conselho não deveria ter um presidente, como ocorre com o Conselho de Belo Horizonte, mas sugere que sejam elaboradas diretorias com linhas temáticas para cada umas das comissões.

Dentre as questões discutidas para a posse do Conselho de Mestres, está a pauta que será apresentada pelo GT; a elaboração de uma cartilha sobre a Salvaguarda da Capoeira e o Patrimônio Imaterial a serem distribuídas aos mestres; sugestão de uma agenda de reuniões e, como um dos itens para discussões foi sugerido a importância da capoeira no currículo escolar e um debate que tem preocupado e muito os órgãos que atuam na preservação do patrimônio cultural: o “ensino” do jongo sendo passado por mestres de capoeira, tendo em vistas esses não serem detentores dos saberes deste outro patrimônio cultural reconhecido pelo estado. Assim como a capoeira se rebelou sobre a imposição do Sistema CONFEF/Cref’s quanto ao

ensino aprendizagem da capoeira ser necessário a formação em educação física, não devemos incorrer neste erro se apropriando de outro bem cultural sem sermos detentores deste bem. Isso, nas palavras de um dos membros do GT se configura em pirataria. Entendemos que só é possível realizar o resgate cultural do jongo a partir das ações de seus detentores transmitindo os seus ensinamentos.

A maior polêmica para a construção da programação da posse dos conselheiros e conselheiras se deu, como já descrito parcialmente no início deste capítulo, sobre a questão da utilização ou não do berimbau nas dependências do Theatro Municipal. Por ser um espaço público e considerado por algumas pessoas o berço da elite carioca, entendemos que a proibição do berimbau se configura como racismo institucional, já que seus efeitos influenciam no funcionamento das instituições, concedendo privilégios apenas para determinados grupos, discernindo-os de acordo com a sua raça. Para ALMEIDA (2018, p.30) “as instituições são a materialização das determinações formais na vida social” e, portanto, estas regulam e estabelecem padrões e normas com vistas a conduzir as ações que devem ser praticadas pelos sujeitos, influenciando em seus modos de pensar, concepções e preferências, interferindo, assim, em seu comportamento. Estas atitudes derivam das relações de poder, das disputas e dos conflitos entre os diferentes grupos com o intuito de ter para si o domínio daquela instituição.

Esta relação de poder, caracterizada nestas instituições, atuam de alguma forma para manter o status quo de determinados grupos, que não querem perder seus poderes políticos, econômicos e sociais e acabam naturalizando condutas e regras que, no nosso entendimento, são discriminatórias. Estes pretendem, com suas atitudes, pautar estes atos discriminatórios a partir da raça, propondo normas sociais e culturais com um único panorama civilizatório da sociedade.

A Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro, naquele momento representada por Ivo Barreto, ao negar que o berimbau fosse protagonista, junto aos mestres e mestras de capoeira que tomariam posse como membros do Conselho de Mestres de Capoeira do estado do Rio de Janeiro, nas dependências do Theatro Municipal, em nosso entendimento cometeu um ato eugenista e preconceituoso, pois a presença do berimbau nesta solenidade está para além de um ato simbólico, tendo em vista que “o jogo, o corpo, a roda, o canto e o berimbau são os componentes da imaterialidade da capoeira” (TAVARES, 2014). Este autor nos aponta que uma cerimônia destas deve ser marcada também por uma intervenção forte da capoeira,

para que não fique o registro da presença dos mestres naquele espaço apenas como coadjuvantes, mas, sobretudo, como protagonistas daquele processo.

O berimbau é um “um símbolo libertário” e por isso o Professor Julio Tavares propõe que não haja “obstrução ao berimbau, arma, arquivo, instrumento musical, emblema mundial da afrobrasilidade, como também diz ser necessário negociar com os mestres para que o berimbau seja conduzido com todo o cuidado e somente por eles”.

Mesmo com todos os questionamentos colocados pelos diversos membros do Grupo de Trabalho, Mônica da Costa, da Assessoria do Patrimônio Imaterial do IPHAN informou que, devido à cessão de uso do Theatro Municipal do Rio de Janeiro ser com o IPHAN, a orientação do IPHAN é que os berimbaus sejam deixados nas chapelarias existentes em todos os andares do teatro.

Mestre Paulão Kikongo, membro do GT, ao contribuir com este debate, informa que já participou de outras atividades culturais no Theatro Municipal, como o a entrega do Prêmio Camélia da Liberdade e não houve restrição ao berimbau ou a quaisquer outros instrumentos que compunham, naquele momento, as culturas de matriz africana. Portanto, diz ele, qualquer posicionamento contra a utilização do berimbau naquela solenidade será, sim, preconceito. Sendo o principal instrumento de identidade da nossa capoeira, a sua não utilização seria, por parte do Estado, a demonstração de que, para ele, a invisibilidade das nossas culturas é o que interessa. Esperamos que esse “tiro” no pé não ocorra, pois está em jogo o belo trabalho que vem sendo realizado até aqui e que poderá ir por água abaixo com uma atitude tão preconceituosa como esta. Mestre Paulão Kikongo conclui afirmando que, caso isso ocorra, não será surpresa se a comunidade da capoeira virar as costas para uma regra (se é que a mesma exista) absurda como esta. Neste sentido, corroboramos com a fala do Mestre Columá, de que “o capoeirista indissociado do berimbau seria a mesma coisa que uma baiana ou ialorixá não pudessem entrar com seus adornos tradicionais” em tal espaço.

Este foi um tema que trouxe certo desgaste ao Grupo de Trabalho, tendo em vista as duas instituições ligadas ao patrimônio cultural (IPHAN e INEPAC) envolvidas nas ações de Salvaguarda da Capoeira ter posições antagônicas quanto à utilização ou não do uso do berimbau na cerimônia de posse dos membros do Conselho de Mestres.

Na verdade, o único som de berimbau ouvido naquele espaço foi quando da abertura, ao ser utilizado um áudio já previamente gravado ao som deste instrumento com a música do hino nacional brasileiro.

Esclarecidas estas questões, mesmo sem ter chegado a um consenso, o foco do Grupo de Trabalho passou a ser as demandas para a posse do Conselho de Mestres, sendo apontadas as seguintes prioridades de apoio à realização do evento: elaboração da Carta Compromisso a ser assinada pelos políticos presentes à cerimônia de posse do Conselho de Mestres de Capoeira do Rio de Janeiro; elaboração de uma cartilha para fins didáticos, esclarecendo sobre a Salvaguarda da Capoeira no Rio de Janeiro e o Grupo de Trabalho Interinstitucional da Capoeira e a distribuição de publicações relacionadas às políticas de preservação do patrimônio cultural.

2.4 - A Posse do Conselho de Mestres

Depois de seis conferências regionais, muitos debates e diversas ações com vistas a instrumentalizar a Salvaguarda da Capoeira no estado do Rio de Janeiro, aconteceu, finalmente, no Theatro Municipal do Rio de Janeiro, a histórica cerimônia de posse dos membros do Conselho de Mestres de Capoeira.

Para este evento foram convidadas prefeituras, todas as secretarias de cultura no estado e diversas autoridades ligadas às políticas públicas de patrimônio cultural em âmbito municipal, estadual e nacional, estando presente a esta atividade os seguintes representantes governamentais que formaram a mesa de abertura do evento: Jurema Machado, presidenta do IPHAN; o Diretor-Geral do INEPAC, Paulo Vidal; Neia Daniel, representante da Fundação Cultural Palmares; Célia Corsino, Diretora do Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI); Ivo Barreto, Superintendente do IPHAN-RJ e Marcelo Velloso, Chefe da Representação Regional do Ministério da Cultura. Figuras centrais neste processo, os conselheiros começaram a chegar no dia anterior para a solenidade, tendo em vista grande parte morar no interior do estado.

Infelizmente, na formação da mesa de abertura, além de não ter um representante do Grupo de Trabalho, que atuou por mais de doze meses para que este momento fosse concretizado, ali também não estavam representados os detentores e detentoras, causando, aos presentes certo constrangimento. Este fato foi ponto de discussão em reunião de avaliação do GT, da qual trataremos mais adiante.

Para recepcionar a chegada dos mestres e de seus convidados, o Grupo de Trabalho Interinstitucional da Salvaguarda da Capoeira se posicionou na entrada do Theatro Municipal, onde a partir dali direcionava os convidados e convidadas para as dependências onde a

cerimônia seria realizada. Vale destacar que, pelas regras do teatro, era proibida a entrada de chinelo, short ou bermuda ou qualquer objeto que viesse a dificultar a visão do palco, uma das desculpas, aliás, para que fosse proibida a entrada do berimbau, que, caso fosse levado por algum dos mestres ou capoeiristas convidados, deveria ficar nas chapelarias disponíveis naquele espaço.

Composta a mesa, deu-se início à cerimônia, onde, com todos de pé, foi entoado o hino nacional ao som do berimbau, gravado anteriormente, tendo em vista, vale ressaltar, a não possibilidade do uso do berimbau naquele espaço público. Espaço público, inclusive, evidenciado na fala do representante regional do Ministério da Cultura, Marcelo Veloso, em entrevista concedida ao IPHAN, quando afirma que

o Theatro municipal foi construído a cento e poucos atrás, como um templo de uma cultura de uma concepção eurocêntrica, tradicionalista, erudita e ele abrigar [...] (essa não é a realidade hoje) a posse de mestres de capoeira, uma prática que era perseguida como crime até algumas décadas atrás é muito simbólico. Demonstrar que hoje a cultura ela tem outras dimensões e que as diversas manifestações, tradições e identidades culturais devem ser preservadas, resgatadas e valorizadas ao extremo. (VELOSO, 2014. Canal do IPHAN/RJ. Cerimônia de Posse do Conselho de Mestre de Capoeira do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://youtu.be/BHTD3LrLxR0>. Acesso em 21 de dezembro de 2019).

Devido à proibição da entrada do berimbau temos dúvidas quanto à afirmação do representante do Ministério da Cultura de que o espaço do Theatro Municipal ainda não tenha uma visão eurocêntrica e tradicionalista de ver a cultura.

Prosseguindo, a fala dos representantes da mesa versou sobre a importância da posse do Conselho de Mestres, como acentuada na fala de Jurema Machado, presidenta do IPHAN, ao afirmar que “as consequências diretas do registro virão através da Salvaguarda e o Conselho é a interlocução fundamental sem a qual não poderemos fazer a Salvaguarda”.

Machado (2014), afirma, ainda, que “o reconhecimento pelo registro da capoeira é apenas o primeiro passo e consolida um conhecimento e uma grande articulação feita pelo IPHAN”, o que, claro, discordamos, pois o reconhecimento de nossos patrimônios culturais se deu a partir de ações e lutas dos representantes dos movimentos sociais negros desde a Constituinte, como já tratados por nós no primeiro capítulo desta pesquisa.

Para Ivo Barreto, superintendente do IPHAN, que acompanhou grande parte de todo este processo participando das conferências regionais, “a posse do conselho é a conclusão de uma primeira etapa de todo este trabalho, que foi mobilizar a comunidade da capoeira para discutir o projeto de Salvaguarda”. Segundo ele “viabilizar que a capoeira tenha seu *modus operandi* preservado e que isso seja discutido prioritariamente com a comunidade que lida e que é a detentora desse saber” são prioridades das ações do IPHAN para com a Salvaguarda da Capoeira.

Para a Fundação Cultural Palmares (na posse representada por Neia Daniel), tem sido uma grande honra acompanhar todo este processo que culminou com a posse dos mestres, que transmitem “o saber desta nossa cultura com muita propriedade”. Apesar deste posicionamento, para o Grupo de Trabalho a participação da Fundação Cultural Palmares neste processo ficou aquém do desejável, sendo, inclusive, questionado por este coletivo a participação da FCP na mesa de abertura do evento.

Enquanto isso, o INEPAC, responsável pela política de patrimônio cultural no estado do Rio de Janeiro foi um grande parceiro nesta empreitada, e na cerimônia de posse representado pelo diretor-geral Paulo Vidal, que, em entrevista ao IPHAN, disse ser o INEPAC uma instituição que trabalha com os patrimônios culturais desde os anos 1970, quando ainda utilizavam a denominação de folclore. Em sua fala ele frisou que a posse do Conselho de Mestres “é uma etapa muito importante porque vai dar continuidade aos diálogos para a Salvaguarda da Capoeira”.

Em entrevista à Revista Eletrônica Perfil, Célia Corsino, diretora do Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI), à época, disse que o IPHAN vem realizando um movimento nacional e que o Rio de Janeiro é um exemplo muito forte e importante que reforça a necessidade de se ter fóruns, conselhos e comitê gestores dos grupos de capoeira, tanto para a preservação do ofício dos mestres quanto para a preservação da roda de capoeira. Ela esclarece que

Pra gente fazer uma conversa forte, factível, que dê apoio que os grupos, que os mestres precisam e que a gente possa a partir de um trabalho conjunto promover a Salvaguarda da Capoeira no Brasil. E agora também numa perspectiva de chamar a capoeira como Patrimônio Imaterial da Humanidade. O Rio de Janeiro é para o Brasil inteiro um exemplo. Essa animação, essa união aqui dos mestres. Cada mestre tem seu pensamento, mas a gente tem que às vezes esperar um pouco para trabalhar em conjunto para conseguir as coisas. O compromisso do IPHAN é apoiar no que a gente

puder na parte da cultura e do patrimônio cultural. Não se faz política do Patrimônio Cultural Imaterial caso não seja de forma integrada com outros ministérios [...]. A capoeira na escola, garantir, por exemplo, que o mestre de capoeira esteja nas escolas. Em não tenho problema com mestre de capoeira, pois quem diz quem é mestre de capoeira é sua roda, é o seu grupo. O mestre não existe sozinho. Ele existe quando um grupo admite que ele é um mestre. (CORSINO, 2014. Canal da Revista Eletrônica Perfil. Cerimônia de Posse do Conselho de Mestre de Capoeira do Rio de Janeiro. Disponível em: https://youtu.be/nJyJ_vLhJ3M. Acesso em 21 de dezembro de 2019).

Mestres do Grupo de Trabalho e do Conselho de Mestres também deram sua contribuição em entrevistas à Revista Eletrônica Perfil e ao setor de audiovisual do IPHAN, como se segue:

Para o Mestre Levi, membro do GT, a posse do Conselho de Mestres é uma conquista, uma solicitação dos mestres de capoeira e ele entende que o governo federal está corrigindo uma falha do passado, uma reparação para com a capoeira, tendo em vista esta ter sido muito perseguida pelo Estado brasileiro. Ele cita alguns exemplos da capoeira que ficaram na história, como sua participação na Guerra do Paraguai e na Revolta da Vacina. Para este mestre, a capoeira é muita coisa em uma só e citou como exemplos que, no palco, o capoeirista é um artista, mas que no ringue este mesmo capoeirista se torna um lutador, portanto a capoeira tanto pode ser arte como luta.

Mestre Arerê, que inicialmente fez parte do Grupo de Trabalho, abdicando desta função para concorrer a uma das vagas do Conselho de Mestres pela Região Metropolitana, pela qual foi eleito, acredita ser um avanço para nós capoeiristas a posse deste Conselho, tendo em vista as lutas travadas ao longo dos anos pela capoeira. Entende ele que a Salvaguarda da Capoeira irá tratar de assuntos importantes, citando como exemplo os editais públicos, que ele pretende cobrar que seja o mais simples possível para a participação dos mestres e a ocupação, por parte dos detentores, dos prédios públicos abandonados, criando, assim, um grande corredor cultural.

Representante da Região da Costa Verde no Conselho, Mestre Abutre, em dois momentos distintos de sua entrevista, informa ser este um momento muito especial para a capoeira, que conseguiu sobreviver três décadas na base do chute, sendo de origem de uma raça, de uma cultura que muito contribuiu para a construção da sociedade brasileira. Ele continua sua entrevista dizendo que

a gente ficava numa praça com um pedaço de madeira e um arame de pneu batendo e as pessoas olhando e hoje a gente está no Theatro Municipal sendo contemplado pela valorização de um patrimônio que até hoje salvaram milhares, milhões de crianças e que se triplique. (MESTRE ABUTRE, 2014. Canal do IPHAN/RJ. Cerimônia de Posse do Conselho de Mestre de Capoeira do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://youtu.be/BHTD3LrLxR0>. Acesso em 21 de dezembro de 2019).

Podemos perceber, nas falas dos mestres, que estes têm sido protagonistas de sua própria história, interferindo na construção deste processo em parceria com os órgãos do Estado. Podemos ver na fala de Mestre Columá e a seguir na fala de Mestre Paulão Kikongo, representantes da capoeira no Grupo de Trabalho, que este foi “um dia de culminância de todo um trabalho realizado por mais de um ano, onde os membros do GT se reuniram periodicamente para traçar esta grande solenidade de posse dos mestres de capoeira, detentores deste saber”, pois, como afirma Mestre Paulão Kikongo, aquele foi “um momento único onde sessenta mestres/mestra de capoeira tomaram posse neste Conselho que irá contribuir muito para a Salvaguarda da Capoeira”.

Mestre Crioulo aponta que nunca foi possível juntar os capoeiristas e que agora isso foi possível através do Conselho de Mestres, Conselho este “votado pelos capoeiristas, pelos mestres de cada região”. Um ponto a ser destacado foi a fala do Mestre Paulão Muzenza, devido à importância do “reconhecimento da capoeira como cultura e educação e o reconhecimento do capoeirista como pessoa, como patrimônio cultural”.

Representante do interior do estado do Rio de Janeiro, Mestre Dengo diz ser a posse um dia de grande importância para a capoeira, com “nossos representantes e um órgão que está olhando pra nossa capoeira e com isso nós vamos reivindicar algumas coisas que possam trazer benefícios para a comunidade da capoeira”.

Única mulher presente no Conselho, ainda assim na condição de suplente, Mestra Thiara teve um posicionamento indo de encontro à luta das mulheres pela igualdade de gênero nos mais diversos setores, o que não seria diferente no seio da capoeira, quando assim ela se colocou:

é um orgulho está representando a mulher na capoeira, uma satisfação. **Só tivemos uma representante. Seria muito mais feliz se tivéssemos mais.** E participar deste momento histórico da capoeira pra mim é um privilegio é uma felicidade [...]. São poucas as palavras para expressar isso. Quero contribuir ao máximo que eu puder para representar a mulher na capoeira.

(MESTRA THIARA, 2014. Canal do IPHAN (RJ). Cerimônia de Posse do Conselho de Mestre de Capoeira do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://youtu.be/BHTD3LrLxR0>. Acesso em 21 de dezembro de 2019). Grifos nosso.

Mestre Mintirinha (Luis Américo da Silva) que teve uma participação singular na eleição dos mestres da Região Metropolitana, disse estar satisfeitíssimo com a posse do Conselho de Mestres, pois “a capoeira agora é reconhecida, principalmente pelo IPHAN”, e, como ele naquele momento estava se encaminhando para sua aposentadoria como capoeirista, se sentia como uma pessoa realizada com aquele evento e com o certificado que recebera como membro do Conselho de Mestres de Capoeira do Rio de Janeiro.

Realizada a posse e feita a entrega do Termo de Posse, a cada mestre titular e suplente eleitos para compor o Conselho, exceto aos Mestres Berg, Nagô, Almeida, Mamute, Ramos, Cid e Gil Velho, que avisaram previamente que não poderiam estar presente à cerimônia, foi selado o compromisso de atuação destes conselheiros na construção do Plano de Salvaguarda da Capoeira do Rio de Janeiro em parceria com o IPHAN e as demais instituições envolvidas representadas no Grupo de Trabalho. Logo após a cerimônia de posse foi servido aos convidados, conselheiros e seus familiares coquetel no Salão Assyrius, localizado no subsolo do Theatro Municipal. Na tabela a seguir apresentamos a relação dos mestres e mestra eleitos como titulares e suplentes para o Conselho de Mestres de Capoeira do Rio de Janeiro.

Conselho de Mestres de Capoeira do Estado do Rio de Janeiro

Mestres eleitos em Conferências Regionais (2013/2014)

Região Metropolitana: Belford Roxo, Duque de Caxias, Itaboraí, Japeri, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio Bonito, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá.

Tabela 3 - Conselheiros Titulares – Região Metropolitana

CONSELHEIROS TITULARES - REGIÃO METROPOLITANA		
NOME	NOME DE MESTRE	MUNICÍPIO
Luiz Fernando Ephrain	Mestre Ephrain	Rio de Janeiro
Eraldo Teixeira da Silva	Mestre Arerê	Rio de Janeiro
Elizeu dos Santos Felipe	Mestre Zezeu	São Gonçalo
Paulo Sérgio da Silva	Mestre Paulão Muzenza	Rio de Janeiro
Paulo Salmon	Mestre Paulinho Salmon ¹	Rio de Janeiro
Fernando Cavalcanti de Albuquerque	Mestre Gato	Rio de Janeiro

Nivaldo de Siqueira Silva	Mestre Neco	Rio de Janeiro
Jorge Leite	Mestre Bocka	São Gonçalo
Antônio Rosemberg Santos Coelho	Mestre Berg	Rio de Janeiro
Edvaldo dos Santos Reis	Mestre Edvaldo Baiano ²	Rio de Janeiro
Sérgio Souza de Oliveira	Mestre Nagô	Nova Iguaçu
Antônio José de Assis	Mestre Comprido	Rio de Janeiro
Derli da Silva Costa	Mestre Derli	Rio de Janeiro
Luiz Américo da Silva	Mestre Mintirinha	Rio de Janeiro
Jorge Roberto Coutinho	Mestre Crioulo	Rio de Janeiro

Fonte: IPHAN/RJ.

Tabela 4 - Conselheiros Suplentes – Região Metropolitana

CONSELHEIROS SUPLENTES - REGIÃO METROPOLITANA		
NOME	NOME DE MESTRE	MUNICÍPIO
Acácio Silva	Mestre Negão do Gás	Rio de Janeiro
Rui Henrique	Mestre Rui Henrique	Rio de Janeiro
Claudio Luiz Costa Fernandes Couto	Mestre Brinco	Rio de Janeiro
Geraldo Costa Filho	Mestre Gegê	Duque de Caxias
Paulo Fernando de Jesus	Mestre Sardinha	Rio de Janeiro
Gil Cavalcanti de Albuquerque Filho	Mestre Gil Velho	Rio de Janeiro
Fabírcia Pina	Mestra Thiara	São Gonçalo
José Roberto Lima	Mestre Bebeto	Rio de Janeiro
Wellington Mendes da Silva	Mestre Robalo	Rio de Janeiro
Márcio Sabino Ribeiro	Mestre Sabiá	São Gonçalo
João Luis de Souza	Mestre Bonfim	Rio de Janeiro
José Luis Ramos	Mestre Ramos	Rio de Janeiro
José Augusto de Souza Carvalho	Mestre Dedinho	Rio de Janeiro
Armando Cesar Ferreira da Silva	Mestre Armando	Rio de Janeiro
Acácio Silva	Mestre Negão do Gás	Rio de Janeiro

Fonte: IPHAN/RJ.

Região Médio Paraíba: Barra do Piraí, Barra Mansa, Engenheiro Paulo de Frontin, Itatiaia, Mendes, Miguel Pereira, Paty do Alferes, Pinheiral, Pirai, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro, Rio das Flores, Vassouras, Valença e Volta Redonda.

Tabela 5 - Conselheiros Titulares - Região Médio Paraíba

CONSELHEIROS TITULARES - REGIÃO MÉDIO PARAÍBA		
NOME	NOME DE MESTRE	MUNICÍPIO
Cláudio Pereira de Araújo	Mestre Cláudio	Resende
Arlete Mateus	Mestre Mateus	Rio das Flores
Lindinalvo Natividade	Mestre Lindi	Barra Mansa

Fonte: IPHAN/RJ

Tabela 6 - Conselheiros Suplentes – Região Médio Paraíba

CONSELHEIROS SUPLENTES - REGIÃO MÉDIO PARAÍBA		
NOME	NOME DE MESTRE	MUNICÍPIO
João Guilherme da Silva Filho	Mestre Guilé	Barra Mansa
Alcides Pereira Filho	Mestre Cid	Valença
Anderson Aprígio de Souza	Mestre Chouriço	Resende

Fonte: IPHAN/RJ.

Região Serrana: Magé, Petrópolis, Areal, Paraíba do Sul, Três Rios, Comendador Levy Gasparian, Sapucaia, São José do Vale do Rio Preto, Teresópolis, Cachoeiras de Macacu, Guapimirim, Nova Friburgo, Sumidouro, Carmo, Duas Barras, Cantagalo, Macuco, Cordeiro, Trajano de Moraes, Bom Jardim, São Sebastião do Alto e Santa Maria Madalena.

Tabela 7 - Conselheiros Titulares – Região Serrana

CONSELHEIROS TITULARES - REGIÃO SERRANA		
NOME	NOME DE MESTRE	MUNICÍPIO
Jadir de Souza	Mestre Jadir	Paraíba do Sul
Edimauro Luiz Ferreira	Mestre Pequeno	Petrópolis
Reginaldo Santana de Andrade	Mestre Carçoço	Nova Friburgo

Fonte: IPHAN/RJ.

Tabela 8 - Conselheiros Suplentes – Região Serrana

CONSELHEIROS SUPLENTES - REGIÃO SERRANA		
NOME	NOME DE MESTRE	MUNICÍPIO
Darci Ferreira da Silva Filho	Mestre Malandrinho	Três Rios
Marcelino Peixoto Costa	Mestre Índio	Petrópolis
Luiz Carlos Pinto da Silva	Mestre Sorriso	Teresópolis

Fonte: IPHAN/RJ.

Região da Costa Verde: Itaguaí, Mangaratiba, Ilha Grande, Angra e Paraty.

Tabela 9 - Conselheiros Titulares – Região da Costa Verde

CONSELHEIROS TITULARES - REGIÃO DA COSTA VERDE		
NOME	NOME DE MESTRE	MUNICÍPIO
Adelino	Mestre Renato	Angra dos Reis
Jairo Fernandes	Mestre Garnizé	Itaguaí
Aldes Ribeiro	Mestre Abutre	Angra dos Reis

Fonte: IPHAN/RJ.

Tabela 10 - Conselheiros Suplentes – Região da Costa Verde

CONSELHEIROS SUPLENTES - REGIÃO DA COSTA VERDE		
NOME	NOME DE MESTRE	MUNICÍPIO
Jose Augusto de França Lima	Mestre Mamute	Angra dos Reis
Edmilson Teixeira	Mestre Esquilo	Angra dos Reis

Sandro Pinheiro	Mestre Baá ³	Angra dos Reis

Fonte: IPHAN/RJ.

Região dos Lagos: Maricá, Saquarema, Araruama, Iguaba, São Pedro da Aldeia, Rio das Ostras, Cabo Frio, Búzios, Arraial do Cabo, Macaé, Conceição de Macabu e Silva Jardim.

Tabela 11 - Conselheiros Titulares – Região dos Lagos

CONSELHEIROS TITULARES - REGIÃO DOS LAGOS		
NOME	NOME DE MESTRE	MUNICÍPIO
Manoel da Cruz Vieira	Mestre Dengo	Macaé
Rogério Mura de Azevedo	Mestre Tempestade	São Pedro da Aldeia
Alan Ricardo da Costa	Mestre Sapão	Cabo Frio

Fonte: IPHAN/RJ

Tabela 12 - Conselheiros Suplentes – Região dos Lagos

CONSELHEIROS SUPLENTES - REGIÃO DOS LAGOS		
NOME	NOME DE MESTRE	MUNICÍPIO
Antônio Carlos Évora Crespo	Mestre Pingo	Cabo Frio
Evander de Almeida Mendonça	Mestre Cavalo	Araruama
Leonel Hygino Felix Lopes	Mestre Brizola	Maricá

Fonte: IPHAN/RJ.

Região Norte / Noroeste: Aperibé, Bom Jesus do Itabapoana, Cambuci, Campos, Carapebus, Cardoso Moreira, Italva, Itaocara, Itaperuna, Lage de Muriaé, Miracema, Natividade, Porciúncula, Quissamã, Santo Antonio de Pádua, São Fidelis, São Francisco de Itabapoana, São João da Barra, São José do Ubá e Varre-Sai.

Tabela 13 - Conselheiros Titulares – Região Norte/Noroeste

CONSELHEIROS TITULARES - REGIÃO NORTE/NOROESTE		
NOME	NOME DE MESTRE	MUNICÍPIO
Clementino Hanszman	Mestre Cabeça	Natividade
José Carlos da Silva	Mestre Toyota	Campos
Hermógenes Vieira Ivo	Mestre Ivo ⁴	Campos

Fonte: IPHAN/RJ.

Tabela 14 - Conselheiros Suplentes – Região Norte/Noroeste

CONSELHEIROS SUPLENTES - REGIÃO NORTE/NOROESTE		
NOME	NOME DE MESTRE	MUNICÍPIO
Julio Cesar Gonçalves Peixoto	Mestre Chuleba	Santo Antônio de Pádua
Cristiano de Oliveira	Mestre Touro (foi empossado titular no lugar de Mestre Ivo)	Campos
Carlos Augusto Cruz	Mestre Timbó	Campos

Peixoto		

Fonte: IPHAN/RJ.

¹ Mestre Paulinho Salmon apresentou uma carta de renúncia e desligou-se do Conselho.

² Mestre Edvaldo Baiano, segundo informações obtidas na Reunião do Conselho de Mestres do dia 02/02/2019, está atualmente morando na Bahia, portanto impossibilitado de participar das Ações do Conselho.

³ Mestre Baá não tomou posse como Mestre Suplente do Conselho.

⁴ Mestre Ivo infelizmente faleceu.

Segundo Fernandez (2016) em seu trabalho de conclusão de curso em Bacharel em Antropologia pelo Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense intitulado “Conselho de Mestres de Capoeira do Rio de Janeiro - Que roda é Essa?”

O coquetel foi mais um momento de encontro entre os conselheiros, amigos e familiares. Mas não só. Pude perceber conversas amistosas também entre mestres do conselho e representantes do GT, como Julio Tavares e Mestre Columá. Nos registros do IPHAN-RJ há uma foto de um momento que infelizmente não presenciei durante o coquetel: um mestre plantando uma bananeira e, logo atrás dele, outros quatro mestres, onde um deles segura uma de suas pernas e Julio segura a outra. Todos aparecem sorrindo com a brincadeira. De modo geral, mestres de capoeira e instituições já se evidenciavam como dois grupos distintos neste espaço, pois cada um tinha sua roda de conversa. Apesar disso, percebi o coquetel como um momento de confraternização e não identifiquei tensões [...]. Era um cenário de fotos, sorrisos, taças, canapés e termos de posse. (FERNANDEZ, 2016, p. 37).

Todas essas atividades tiveram a participação dos os seguintes membros do Grupo de Trabalho e da Assessoria do Patrimônio Imaterial do IPHAN: Julio Cesar de Tavares, Marcelo Vilarino, Luniara Miranda, Mestre Paulão Kikongo, João Perelli, Maria Luiza Dias, Antonina Fernandez, Mestre Curumim, Mônica da Costa, Cristiane Nascimento, Luciane Barbosa, Mestre Columá, Mestra Sheila e Mestre Levi. Mestre Toni Vargas, por compromissos profissionais assumidos anteriormente não pode estar presente, mas enviou um vídeo de boas vindas a todos os participantes, que foi exibido na primeira reunião do Conselho realizada ainda neste mesmo dia.

Após solenidade e coquetel nas dependências do Theatro Municipal, convidados e conselheiros se dirigiram ao Hotel São Francisco, onde puderam almoçar antes de se

dirigiram para o auditório da sede da Superintendência do IPHAN, onde foi realizada a primeira reunião do Conselho de Mestres, conforme relatamos a seguir.

Como todo processo que se inicia, a primeira reunião do Conselho de Mestres para a elaboração do Plano de Salvaguarda da Capoeira do Rio de Janeiro teve alguns conflitos de ideias, com uma parcela de mestres do conselho querendo impor, para os demais, o que achavam ser o caminho a ser traçado nas atividades a serem realizadas por àquele coletivo. Com a participação da maioria dos mestres presentes à cerimônia de posse, dos membros do Grupo de Trabalho da Capoeira e de representantes do DPI, em Brasília, a reunião começou por volta das quatorze horas.

A reunião tem início com as palavras de Célia Corsino (DPI), que relata ser a presença da presidenta do IPHAN, Jurema Machado, na cerimônia de posse, um fator importante para a propagação de todo o trabalho que vem sendo realizado pela Salvaguarda da Capoeira no Rio de Janeiro. Ela aproveita para comentar da publicação do Dossiê da Capoeira informando aos presentes que até o final daquele ano (2014) todos receberiam um exemplar, apesar dela apontar a grande dificuldade financeira para publicação dos dossiês. Dos trinta bens registrados, até aquele momento havia apenas nove publicações.

Os editais, tema levantado por mais de uma vez pelo Mestre Arerê como uma de suas “plataformas políticas” também fora citado pela diretora do DPI, informando que o IPHAN pretende lançar um edital em forma de prêmio, permitindo, assim, a não exigência de prestação de contas. Diante desta fala, Mestre Columá comenta da dificuldade dos mestres que atuam nas culturas populares a concorrerem nestes editais e questiona como se dará o acesso para estes detentores.

Célia Corsino diz que o IPHAN tem total compromisso com as demandas da capoeira e que será dado aos mestres formados na tradição, o mesmo tratamento recebido pelos doutores formados na universidade. Quanto aos editais, ainda não sabe como se dará o acesso, mas se depender do IPHAN será fácil, democrático e transparente. Ela afirma ser este um compromisso assumido pelo Ministério da Cultura, tendo em vista ser este um programa a longo prazo. Segundo ela, a proposta é que cada mestre e seus aprendizes recebam uma bolsa no valor do que é recebido pelos doutorandos na universidade pelo período de quatro anos, com rodízio para que o maior número possível de mestres possa ser atendido.

Esta proposta atende o previsto na meta quatro do Plano Nacional de Cultura, que trata da proteção e valorização dos conhecimentos e expressões das culturas populares e tradicionais. Segundo esta meta, faz-se necessário

providenciar auxílio financeiro para mestres e mestras dos saberes e fazeres das culturas populares e tradicionais. Assim como todos os cidadãos, pessoas reconhecidas como mestres e mestras precisam ter boas condições de vida. Muitos mestres brasileiros, idosos e jovens, encontram-se em condições de pobreza e risco social. Aplicada a essas pessoas, a proteção social é uma das ações importantes de valorização e salvaguarda das expressões e conhecimentos populares e tradicionais. (AS METAS DO PLANO NACIONAL DE CULTURA, 2013, p. 32).

Em Nota Técnica nº 26/2013 - GAB/DPI/IPHAN, apresentada em substituição à Nota Técnica de nº 11/2013/CGIR/DPI, de 21 de maio de 2013, que tiveram como tema os Projetos de Lei dos Deputados Edson Santos e Jandira Feghali referentes à Valorização e Reconhecimento de Mestres da Tradição Oral, o IPHAN assim se posicionou quanto à elaboração de uma proposta substitutiva para tais PL's:

[...] é importante que não se promova a certificação indiscriminada de mestres do saber, utilizando-se de modelos universais e niveladores de seleção, como editais simplificados e aprovação de candidaturas em larga escala; entendemos que o apoio financeiro destinado aos mestres deve ser isento de qualquer caráter assistencialista, estando condicionado à contrapartidas específicas; [...] que os mestres e os modos de transmissão oral sejam valorizados e tenham seus conhecimentos promovidos por meio de ações que não impliquem o reconhecimento necessariamente como patrimônio imaterial uma vez que isso entraria em conflito com a política federal já existente. (NOTA TÉCNICA nº 26/2013 - GAB/DPI/IPHAN, 2013, p. 4).

Ainda quanto a este substitutivo, o IPHAN diz ser necessário pensar alguns pontos específicos que devem ser levados em consideração e propõe, então, três categorias de benefícios às quais apresentamos a seguir: Mestre, Aprendiz de Mestre e Iniciante, abrangendo o ciclo que constitui a dinâmica de transmissão de saberes e formação de novos mestres (NOTA TÉCNICA nº 26/2013 - GAB/DPI/IPHAN, 2013, p. 4).

No caso dos aprendizes de mestres e iniciantes, espera-se que seja considerado o estímulo à vocação, não permitindo, em nenhum caso, que este fato sofra quaisquer tipos de contestação.

É proposto, ainda,

que os benefícios dessa política para cada candidato selecionado sejam: bolsas temporárias; certificação como "mestre de saberes e fazeres das culturas populares" (para os mestres); e para as modalidades de aprendiz (de mestre e iniciante) sugere-se a certificação pelas atividades desenvolvidas, como reconhecimento da formação obtida, sem, entretanto, ainda, a certificação de mestre. (NOTA TÉCNICA nº 26/2013 - GAB/DPI/IPHAN, 2013, p. 4).

Quanto às bolsas o posicionamento do IPHAN é

que elas sejam temporárias (quatro anos para mestre e dois anos para os demais), pois não devem se configurar como aposentadoria ou benefício continuado, uma vez que estes já são objetos de políticas específicas de seguridade social; • que, sendo temporárias, as bolsas ampliam o impacto da política, pois permitem que um número muito maior de mestres possa ter acesso tanto ao reconhecimento - pelo saber que possui e seu papel de transmissor -, como ao benefício financeiro; que ela tem como objetivo permitir que o mestre, além de transmitir seus saberes, possa aproximar-se do universo das políticas públicas, podendo atuar também como mediador entre as comunidades e o Estado e que, monetariamente, sejam *equivalentes* às bolsas pagas pelas agências financiadoras no âmbito acadêmico como CNPq e Capes, correspondendo a cada uma das três modalidades de beneficiários, os níveis de doutorado (mestres), mestrado (aprendizes de mestre) e iniciação científica (iniciantes). (NOTA TÉCNICA nº 26/2013 - GAB/DPI/IPHAN, 2013, págs. 4 e 5).

Sobre a condição de mestre, Célia Corsino entende que uma pessoa não pode simplesmente se autodeclarar mestre, pois quem define quem é ou não mestre é a comunidade ao qual este pertence.

Podemos perceber, portanto, que a intervenção de Célia Corsino para os mestres presente à reunião do Conselho é baseada em normativas legais e no posicionamento da instituição a qual pertence quanto aos Projetos de Lei que tramitam no Congresso Nacional cujo tema é a construção de Políticas Públicas para os Mestres das Culturas Populares e Tradicionais, incluídos aí o mestre de capoeira e seu Ofício.

Mestre Paulão Muzenza, fazendo uso da palavra comenta que a reunião dos conselheiros deve ser com e para os conselheiros, ensejando esclarecimentos por parte de Mônica da Costa (IPHAN), informando que a proposta é aproveitar a presença de todos nesta reunião para que se possa debater e esclarecer dúvidas relacionadas ao trabalho que será realizado em prol da Salvaguarda da Capoeira. Neste momento o Mestre Zezeu parabeniza o Grupo de Trabalho Interinstitucional da Salvaguarda da Capoeira e a Assessoria do Patrimônio Imaterial do IPHAN pelo belíssimo trabalho que vem sendo realizado.

Tratando-se ainda dos editais, Neia Daniel, da Fundação Cultural Palmares diz entender as dificuldades encontradas pelos mestres no preenchimento dos editais, informando que a Fundação Cultural Palmares pode disponibilizar ajuda aos mestres para este preenchimento.

Mestre Arerê, ratificando sua fala anterior já citada por este pesquisador, diz ser necessária a mudança de preenchimento destes editais, por considerar uma difícil tarefa para os mestres este preenchimento. Caso haja simplificação nestes editais, diz ele, os mestres teriam o direito de apresentar projetos para serem desenvolvidos em suas comunidades.

Os editais, segundo Célia Corsino, não dependem apenas do Departamento do Patrimônio Imaterial, pois outros setores estão envolvidos, como o judiciário. Portanto o que se pretende é elaborar uma proposta o mais simples possível para que esta possa ter parecer favorável da Assessoria Jurídica do IPHAN. Ela diz achar importante que as Superintendências do IPHAN contribuam com os detentores no que for necessário, inclusive no preenchimento dos editais. O que dá significado as coisas são as pessoas, tendo em vista estas ser o nosso patrimônio cultural, portanto não se pode deixar esta chama morrer. Para o DPI, o caminho que o Conselho indicar, será o caminho que o IPHAN irá tratar nas ações de Salvaguarda da Capoeira, conclui.

Duas questões que considero importantes foram tratadas ainda nesta reunião: o direito de o Grupo de Trabalho ter um voto no Conselho de Mestres e o período de vigência do mandato dos conselheiros, questão esta, inclusive, muito contestada na conferência da Região Metropolitana.

Apresentado aos presentes os membros do Grupo de Trabalho, coube ao Professor Julio Cesar de Tavares (UFF) encaminhar a proposta de pauta a ser discutida naquela reunião, sugerindo que temas polêmicos, como a minuta do Estatuto Social do Conselho e a homenagem aos mestres eméritos, fossem deixados para uma segunda oportunidade, sugerindo, neste momento, a leitura do Estatuto, mas sem colocá-lo em discussão. Mestre Paulão Kikongo, corroborando com a proposta do Professor Julio Tavares, sugere que os mestres leiam o Estatuto em casa e em um próximo encontro tragam suas propostas de alteração.

Quanto ao Grupo de Trabalho, é esclarecido que este vem atuando voluntariamente a mais de um ano, contribuindo na realização das tarefas relacionadas à Salvaguarda da Capoeira. Devido à importância do GT, tendo em vista este ser a ferramenta de execução do que é proposto pelo Conselho, o mesmo, assim como os conselheiros titulares, tem direito a

um voto. Mas é perguntado a plenária se há alguém contrário que o Grupo de Trabalho tenha um voto no Conselho. Devido à importância do Grupo de Trabalho neste processo, ficou aprovada por unanimidade a permanência do direito ao voto por este GT.

Uma fala de Mônica da Costa sobre a importância de se ter clareza quanto à atuação dos suplentes, dizendo ser esta ligada a região e não ao mestre abriu um debate caloroso entre os presentes, o que fez com alguns dos conselheiros se posicionassem sobre este tema. Mestre Arerê então sugere que a suplência seja organizada por ordem de votação, citando como exemplo que o mestre suplente que tenha sido mais votado assuma a primeira vaga de suplente. Mestre Gato, ainda indeciso quanto ao papel a ser desempenhado pelo suplente, questiona quando este assumiria o lugar do titular. Ele mesmo propõe que o suplente assuma a titularidade quando o titular não confirmar sua presença na reunião.

Os Mestres Chuleba e Armando tinham o mesmo pensamento. Para estes mestres os suplentes precisam estar inteirados do que estava ocorrendo nas reuniões, com vistas a ficarem cientes de todos os processos em andamento. Mestre Armando propõe que todos ali estejam unidos para a capoeira crescer. Para Mônica da Costa, da Assessoria do Patrimônio Imaterial do IPHAN, é importante o titular entender que é sua obrigação transmitir para os capoeiristas de sua região o que tem sido discutido nas reuniões do Conselho. Já para o Mestre Neco, caso haja impedimento para a participação de um mestre titular, o suplente deverá ser informado em tempo hábil para que possa participar da reunião, tendo em vista ser necessário que a proposta prevalecida seja a do entendimento, pois todos são importantes e iguais para decidir os caminhos que a capoeira deverá seguir.

A proposta apresentada pelo Mestre Arerê sobre a suplência foi aprovada: o mestre suplente mais votado será o primeiro a assumir a vaga do titular na ausência deste. Apesar da plenária, que é soberana, ter aprovado esta proposta, criou-se outro problema, já que na Conferência Regional da Costa Verde, não houve votação, já que os candidatos ao Conselho de Mestres, num total de seis, chegaram a um consenso e decidiram entre eles quem seriam os mestres titulares e quem seriam os mestres suplentes. Com esta decisão faz-se necessário pensar outra estratégia para estabelecer uma ordem de suplência.

No debate do direito ao voto, no que concerne a atuação dos conselheiros, houve um embate entre titulares e suplentes, já que parte dos mestres titulares não concordava nem com o direito ao voto e nem o direito a voz. O que foi ponderado pelos membros do GT, já que no exercício da titularidade, o suplente poderá ter direito a voz e voto. Após intenso debate ficou

decidido que os suplentes poderiam participar das reuniões com direito a voz, mas sem direito ao voto. Mas que, quando houvesse a necessidade deste suplente substituir o titular, este teria direito a voz e voto.

O próximo item da pauta discutido foi sobre a vigência do mandato dos mestres no Conselho. Os Mestres Paulão Muzenza, Zezeu, Crioulo, Mintirinha e Arerê defendem que o mandato seja de quatro anos, sendo que, para Mestre Paulão Muzenza, deve haver direito a reeleição por igual período. O professor Julio Tavares pondera dizendo que neste momento o Conselho ainda estava em formação e propõe, então, que inicialmente o mandato seja de dois anos. Para Mestre Mintirinha, as pessoas que compõe o Conselho são capacitadas e, portanto, período inferior a quatro anos seria muito pouco para se desenvolver um bom trabalho. Ele aproveita este momento e indaga ao GT se o IPHAN daria alguma credencial aos mestres de capoeira, o que é informado que não. O documento que comprova a atuação do mestre de capoeira no Conselho é o Termo de Posse recebido no Theatro Municipal. Mestre Gato pergunta se o Conselho tem autonomia para alterar o Estatuto Social, com a possibilidade de estender o mandato do Conselho de dois para quatro anos. Como ficaram para a segunda reunião do Conselho as discussões relacionadas ao Estatuto, entendemos ser este questionamento, naquele momento, desnecessário.

Mônica da Costa defende que a duração do mandato seja de dois anos com a possibilidade de renovação por mais dois anos e tem apoio dos Mestres Levi e Sardinha. Colocada em votação, a proposta de dois anos com possível renovação é aprovada por vinte e quatro votos. Quanto à proposta de vigência de quatro anos, esta fora contemplada com quinze votos, totalizando, entre as duas votações, trinta e nove votos. Mestre Crioulo se absteve deste processo de votação. Caberia, no nosso entendimento, questionar o porquê desta discrepância nos votos se fora decidido que apenas os mestres titulares teriam direito a voto. Presume-se que, ou os mestres titulares votaram nas duas propostas ou os mestres suplentes também usaram desta prerrogativa e votaram.

Os demais itens tratados foram à periodicidade das reuniões e uma minuta de pauta que deverá ser feita ao final de cada reunião, com o intuito de utilizá-la na reunião seguinte. A proposta do Grupo de Trabalho da Capoeira, sobre se ter reuniões regionais mensais e as reuniões do Conselho a cada três meses foi aprovada, bem como a proposta sobre as pautas serem antecipadas. Devido às questões orçamentárias, o IPHAN informa ser necessário esperar a liberação dos recursos para se pensar nas próximas reuniões do Conselho.

O Grupo de Trabalho da Capoeira reuniu-se, então para avaliar a Cerimônia de Posse e a primeira reunião do Conselho de Mestres. Quanto a Cerimônia de Posse, o Professor Julio Tavares apontou alguns problemas, como a ausência de representantes da UFF, da capoeira e do GT na mesa de abertura do evento, tendo em vista estes estarem neste processo desde o primeiro momento das ações de Salvaguarda da Capoeira no estado. Segundo ele, alguns constrangimentos poderiam ter sido evitados, pois alguns mestres nem sabiam o que era o GT. Só ficando claro do que era o GT e o seu papel para com a Salvaguarda da Capoeira, quando este foi apresentado na reunião realizada no IPHAN. Este fato, prossegue, foi uma falta política e, inclusive, ele questiona a participação da Fundação Cultural na mesa, tendo em vista esta ter participado muito pouco de todo o trabalho realizado até aquele momento.

Mônica da Costa diz concordar, mas que o IPHAN não assumiria este ônus sozinho por entender ter sido uma falha de todo o Grupo de Trabalho. Para Mestre Sheila, no entanto, esta não foi uma falha do GT. Ela entende apenas que foi passado despercebido e que o GT parecia ser um intruso na reunião. Faltou, para esta mestra, clareza na construção do trabalho realizado pelo GT e sua efetiva apresentação aos detentores. A associação do Grupo de Trabalho ao IPHAN faz com que este não seja reconhecido como uma ferramenta pluri-institucional, afirma o Professor Julio Tavares. Já para o Mestre Levi, o grande trabalho realizado pelo GT não teve o reconhecimento que merecia e Mônica da Costa acrescenta que o trabalho do GT é um trabalho de bastidores, mas, para Mestre Sheila, é necessário que o GT mostre a importância de seu trabalho e que dialogue de igual pra igual com os mestres.

Quando a organização do evento como um todo, Luciane Barbosa, do INEPAC, diz que, quanto ao conceito de organização, ficamos muito aquém do necessário, o que ela aponta como uma grande falha, pois deveria ter havido o envolvimento de todos os membros do GT na organização do evento. Mestre Toni Vargas acredita que ficar apenas nos bastidores tenha sido um exagero, pois segundo ele o GT não pode ficar na invisibilidade, pois este é de suma importância na construção de todo este processo. No que tange à reunião dos mestres na sede do IPHAN, entende-se que a mesma fora mal conduzida, pois sua abertura e condução deveriam ter sido pensadas melhor.

É preciso que as atribuições do Grupo de Trabalho e do Conselho de Mestres sejam bem definidas para que não ocorra uma “disputa”, pondera Mônica da Costa. A Salvaguarda da Capoeira, diz Mestre Toni, diz respeito a toda população e não só aos capoeiristas. Segundo Cristiane Nascimento, o GT precisa ter uma efetiva presença diante dos mestres, porque senão

não será possível um trabalho conjunto. As reuniões regionais serão organizadas pelo GT ou pelos próprios mestres? Questiona. Mônica da Costa acredita ser necessário que o GT também articule as reuniões, pois nem todos os conselheiros usam o e-mail como ferramenta de comunicação, o que dificulta a comunicação permitindo que estes fiquem alijados de todo o processo que está sendo construído. É apontado pelo GT a necessidade de se ter um ou dois representantes nas reuniões do Conselho, podendo o mesmo ocorrer em relação ao Conselho, ter um ou dois representantes nas reuniões do Grupo de Trabalho.

A seguir trataremos dois oito pontos apontados pelos mestres de capoeira como prioritários para a Salvaguarda da Capoeira do Rio de Janeiro, o que fora feito pelo Conselho e pelo GT e o porquê de algumas destas prioridades não terem sido concluídas.

2.5 - As Oito Chamadas de Angola

Movimento característico da Capoeira Angola, a chamada de Angola, também conhecida como passo a dois, é, segundo o Dicionário da Capoeira (LIMA, 2006, p. 77), “um ritual no jogo de angola, destinado a diferentes funções, entre as quais quebrar a evolução do adversário que estiver em movimento; recuperar a energia e a evolução do jogo e testar os conhecimentos do adversário”. De acordo com este autor, este movimento pode ser caracterizado, ainda, como “o momento de ruptura na roda de capoeira; quando os jogadores dançam abraçados pra frente e pra trás, até que um, subitamente, desarme a chamada, isto é, aplique um golpe qualquer sobre o adversário, reiniciando o jogo” (Lima, 2006, p. 77).

Desta maneira, entendemos que os mestres de capoeira do Rio de Janeiro foram chamados a participar deste jogo de angola, caracterizado aqui nas oito propostas aprovadas pelos detentores nos encontros realizados pelo IPHAN. Daí acredita-se ser a posse do Conselho de Mestres da Salvaguarda da Capoeira do Rio de Janeiro de suma importância para que nós pudéssemos com a legitimidade necessária que o processo requer dar início as tratativas para a construção da Salvaguarda da Capoeira no estado do Rio de Janeiro. A capoeira do Rio de Janeiro tem suas especificidades e com a Salvaguarda pretende-se registrar todos os processos identitários da capoeira em nosso estado.

Com a posse e a primeira reunião do Conselho de Mestres, o jogo se tornou mais astucioso, com o compromisso que passou a ter este coletivo em fazer valer o que fora aprovado nos Encontros de Mestres de Capoeira ocorridos em maio de 2013. Naquele momento, como já informado anteriormente, foram priorizados oito pontos considerados

importantes para a Salvaguarda da Capoeira do Rio de Janeiro, pontos estes que denominamos aqui como as “oito chamadas de Angola”, relacionadas a seguir: Criação de um Conselho de Mestres da Capoeira; Descobrir parâmetros identitários da capoeira do Rio de Janeiro; Divulgar, identificar e desenvolver a(s) pedagogia(s) da capoeira; Troca de saberes sobre o ensino e transmissão da capoeira; Capacitação em elaboração de projetos dentro das Leis: 10.639 de 2003 (Institui o Ensino da Cultura Africana e Afro-brasileira nas escolas) e 12.288 de 2010 (Institui o Estatuto da Igualdade Racial); Criação de Fóruns Temáticos; Criação de um Centro de Referência para a capoeira do Rio de Janeiro e criação de espaço padronizado nas praças para a prática da capoeira, acompanhado de um mestre.

Como é possível perceber, a primeira demanda apresentada como importante, foi sacramentada, tendo em vista a criação do Conselho de Mestres ser uma realidade. Mas as demais propostas, como fazer para concretizá-las? Para que as demais demandas pudessem se tornar realidade, o Grupo de Trabalho e o Conselho de Mestres realizaram algumas reuniões, apontando alguns caminhos a seguir. Em reunião realizada pelo GT em agosto de 2014, Tarisa Faccion, representante da Fundação Cultural Palmares afirmou ser o objetivo maior do GT e do Conselho de Mestres a Salvaguarda da Capoeira.

Apesar de sete dois oito pontos que substanciariam conteúdos teóricos para a construção do Plano de Salvaguarda da Capoeira do Rio de Janeiro ainda estarem em aberto, o Grupo de Trabalho apontou como um dos focos principais de atuação, a gravação dos depoimentos dos mestres de capoeira mais velhos e que se encontravam em condições de vulnerabilidades sociais, pois se tinha preocupação com a “passagem” destes mestres, perdendo assim a oportunidade de registro oral destes detentores que muito contribuíram para a história da capoeira do Rio de Janeiro. Tendo em vista o Acordo de Cooperação Técnica entre o IPHAN e a UFF, pensou-se, então, em selecionar dez mestres do Conselho ou não pertencentes a este coletivo, para que prestassem seus depoimentos.

Reforçando esta ideia, Cristiane Nascimento informa que o Mestre Toni Vargas possuía uma lista de mestres considerados mais velhos na capoeira para compor a filmagem do documentário, e para ter uma melhor sistematização é sugerida a criação de um roteiro para as entrevistas, mas, segundo a Mestra Sheila, mesmo que haja um roteiro é necessário que os mestres tenham mais liberdade para falar o que quiserem na entrevista. Esta mestra entende ser esta liberdade importante, pois os mestres poderão trazer as suas memórias para o documentário. E que, se as entrevistas puderem ser em um espaço consideração de suma

importância para o mestre, melhor ainda. Continuando a contribuir neste processo, Mestre Sheila sugere que aproveitemos o momento histórico e produzamos algumas observações em relação à memória dos mestres, incluindo perguntas como, por exemplo: O senhor é neto de escravos? O senhor pertence a algum quilombo? Buscar incentivar o mestre a falar de sua ancestralidade.

Para o Professor Julio Tavares, os vídeos produzidos devem ter uma finalidade histórica, tendo em vista o IPHAN ser responsável pela preservação da história oral, portanto, ele sugere que seja feito um vídeo de memória, depoimento, história de vida e história da capoeira, abrangendo o maior número possível de mestres gradativamente. Preocupada com a perda dos mestres, Cristiane Nascimento mostra preocupação e sugere como um dos primeiros mestres a ser entrevistado, o Mestre Mendonça (Damionor Ribeiro de Mendonça). O Professor Julio Tavares reafirma que este trabalho é de resgate da memória. Após diversas propostas apresentadas para a escolha dos mestres que seriam entrevistados, aprova-se como critério a idade, o estado de saúde do mestre e sua contribuição para a capoeira.

Para o GT, estes depoimentos se tornarão documento histórico para futuras pesquisas. Fica acertada, ainda, a gravação dos depoimentos dos trinta mestres titulares do Conselho e Mestre Paulão Kikongo sugere que seja solicitado aos mestres um breve relato de sua trajetória de vida na capoeira, pois, com este relato ele acredita ser possível o IPHAN montar um banco de dados da Salvaguarda da Capoeira.

Para as primeiras entrevistas foram indicados os seguintes Mestres: Zé Maria; Mendonça; Mario Buscapé; Roque; Burguês; Berg; Paulinho Meia Lua; Celso do Engenho da Rainha; Genaro e Mintirinha.

Infelizmente, apesar de todo o trabalho para se pensar o roteiro das entrevistas dos mestres de capoeira, estas acabaram não acontecendo. Lamentavelmente, desde que o Estado brasileiro reconheceu a capoeira (Ofício dos Mestres e Roda de Capoeira) como patrimônios culturais, o estado do Rio de Janeiro perdeu uma gama de mestres que morreram das mais diversas formas. Podemos citar, dentre outros, os seguintes mestres: Dentinho, Nacional, Leopoldina, Peixinho, Mendonça, Bogado, Caixote, Paulinho Meia Lua, Jorginho, Bujão (de Nova Iguaçu), Ivo, Paulo Mofacto, Vovô, Amorzinho, Lapinha e Tupã.

Dentro os citados acima, Mestre Mendonça e Mestre Paulinho Meia Lua haviam sido relacionados para serem entrevistados, além do Mestre Ivo, que fazia parte do Conselho de

Mestres e faleceu. Perdeu-se, portanto, a oportunidade de registro da história de vida destes mestres, dentro e fora da capoeira.

Quanto à atuação do Conselho de Mestres, este aprovou no dia 21 de março de 2015, em segunda reunião realizada em conjunto com o Grupo de Trabalho Interinstitucional da Capoeira no Estado do Rio de Janeiro, nas dependências da Superintendência do IPHAN, o seu Estatuto Social, com um total de oito artigos.

Importante fazer um adendo, já que esta segunda reunião deveria ter ocorrido em 2014, mas conforme comunicado do IPHAN no Blog da Salvaguarda⁹⁹, a implicação do ano eleitoral causou imprevistos e atrasos nos cronogramas financeiros, bem como nos processos licitatórios, o que fez com a Assessoria do Patrimônio Imaterial do IPHAN cancelasse a reunião, e que em tempo hábil informaria uma nova data para o ano de 2015 para todos os Conselheiros.

De acordo com o Artigo 2º, são as seguintes finalidades deste Conselho, sem detrimento de outras:

Acompanhar e ‘propor mudanças protetivas para as políticas nacional, estadual e municipal da capoeira, incluindo o Plano de Salvaguarda da Capoeira e a defesa, preservação e conservação do meio artístico-cultural, produtivo, e toda a sua forma de expressão, promovendo o desenvolvimento social e econômico, especialmente do Ofício de Mestres de Capoeira e da Roda de Capoeira; Articular e firmar parcerias com organismos nacionais e internacionais no sentido de promover ações afirmativas para a salvaguarda do Ofício de Mestres de Capoeira e da Roda de Capoeira; Promover a defesa, a disseminação e a conservação do Patrimônio Cultural Imaterial, especialmente da Capoeira do Estado do Rio de Janeiro, com destaque aos saberes dos mestres de capoeira e valorizar os mestres, articulando e fomentando junto ao poder público, à iniciativa privada e entidades afins, ações que busquem melhores condições de trabalho para garantir a preservação dos seus saberes, artes e ofício. (ESTATUTO SOCIAL DO CONSELHO DE MESTRES DE CAPOEIRA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2015, págs. 2 e 3).

Já na terceira reunião realizada no dia 14 de novembro de 2015, com a participação da maioria dos mestres do Conselho e Grupo de Trabalho Interinstitucional da Capoeira no Estado do Rio de Janeiro, após intenso debate, tendo em vista haver três minutas de propostas, é aprovado o Regimento Interno do Conselho de Mestres de Capoeira do Estado do Rio de Janeiro, que terá a função de regular as ações a serem realizadas por este coletivo, tendo em

⁹⁹ Disponível em <https://salvaguardadacapoeiradorio.blogspot.com/search?q=comunicado>. Acesso em 22 de dezembro de 2019.

vista à Salvaguarda da Capoeira do Rio de Janeiro. Dividido em oito capítulos e dezenove artigos, o Regimento Interno cria uma comissão de ética, apresenta as normas de conduta e as atribuições dos Conselheiros para com a capoeira, dentre as quais “representarem a comunidade da capoeira do Rio de Janeiro na construção e promoção da Salvaguarda do Ofício do Mestre de Capoeira e da Roda de Capoeira junto ao IPHAN” (REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DE MESTRES DE CAPOEIRA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - RJ, 2015, p. 1).

Esta reunião tratou, ainda, do Encontro de Capoeira na Serra da Barriga, preparatório para o Encontro Nacional de Capoeira que seria realizado em 2016. Mestre Paulinho Salmon, Conselheiro Titular, foi o indicado para representar o Conselho no referido Encontro, que teve como parte de sua programação a posse do Conselho para a elaboração de um Plano Nacional de Capoeira. Este Conselho teria representantes do IPHAN, da Fundação Cultural Palmares e de mestres e capoeiristas de todos os estados da Federação mais o Distrito Federal.

Coube ao Mestre Paulinho Salmon levar para o Encontro em Alagoas às demandas aprovadas nesta reunião pelos mestres do Conselho. Mestres Paulão Muzenza e Bonfim pediram que questões como o título de Doutor Honoris Causa e a capacitação para os mestres deveriam fazer parte dos encaminhamentos apresentados pelo Rio de Janeiro. Para Mestre Paulão Muzenza, não era cabível as escolas exigirem do mestre de capoeira diploma de nível universitário, tendo em vista ser necessário a capoeira reivindicar o que é seu por direito. Mestre Gato apresentou como proposta, o envio para o Encontro da Serra da Barriga dois oito pontos aprovados no Encontro dos Mestres do Rio de Janeiro, mas foi informado pelos presentes que tal discussão não cabia a nível nacional. No final da reunião o Mestre Bebeto propôs que se comece a pensar também na Salvaguarda dos instrumentos musicais da Capoeira.

Em 2016, o IPHAN comunica, em reunião realizada no dia 16 de março, que o orçamento do Departamento do Patrimônio Imaterial para este ano era de seiscentos mil reais para todo o Brasil. Devido a esta questão, as atividades da Assessoria do Patrimônio Imaterial da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro foram diretamente afetadas. Portanto, informou o IPHAN que as reuniões do GT da Capoeira previstas pra acontecer mensalmente no interior do estado estavam temporariamente suspensas e as reuniões ocorridas quinzenalmente na sede do IPHAN passariam a ser mensais, pois não havia mais recursos disponíveis.

Tendo em vista os oito pontos aprovados pelos mestres, Maria Luiza, da Assessoria do Patrimônio Imaterial e participante do GT, propõe que sejam priorizados os pontos que não envolvem a utilização de recursos financeiros para que as ações da Salvaguarda não fiquem paralisadas.

Infelizmente, no dia primeiro de maio de 2016, Mestre Paulinho Salmon, insatisfeito com os rumos tomados pelo Conselho, apresenta sua carta de renúncia, apontando ser

Decepcionante, este é o sentimento que expressa a minha indignação com a falta de comprometimento de alguns membros do Conselho de Mestres de Capoeira da Região Metropolitana do Rio de Janeiro em relação às últimas reuniões ordinárias. **Entendo** que todos têm problemas, uns mais do que outros, mas, é preciso reavaliar nossas prioridades e fazer uma reflexão quanto ao compromisso assumido perante aos nossos representados. [...] Considerando que é um único dia no mês e já definido antecipadamente, não é concebível que alguns sequer justifiquem suas ausências, **e não é uma ou outra falta**. O conselheiro que não comparece às reuniões, sobrecarrega aos que realmente se dedicam ao compromisso de salvaguardar a capoeira, **e pior que isto**, está atrasando todo trabalho do grupo, pois sem quórum não se pode deliberar nada do que se discute [...] (MESTRE PAULINHO SALMON. Carta de Renúncia de Conselheiro de Capoeira do IPHAN. Mensagem recebida por <mestrepaulaoriobrasil@gmail.com> em 01 de maio de 2016). Grifos do autor.

Pela carta de renúncia do Mestre Paulinho Salmon, que será disponibilizada nos anexos, pode-se perceber a estagnação e a falta de compromissos de alguns conselheiros, que, ao receberem seu Termo de Posse, de aprovaram o Estatuto e Regimento Interno do Conselho, sabiam de seus direitos e seus deveres, mas não o exerceram a contento.

Ao fazer-se uma retrospectiva do ano de 2016, chega-se a conclusão que este foi um ano praticamente morto, tendo em vista a estagnação do Grupo de Trabalho e o não funcionamento do Conselho de Mestre. Mônica da Costa sugere que faça parte do Grupo de Trabalho a Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro para que sejam viabilizados projetos e o fortalecimento da Salvaguarda.

Quanto ao Conselho de Mestres, Mestre Curumim acredita ter trazido uma consolidação do diálogo entre a comunidade da capoeira, tendo em vista o Conselho se transformar em um potencial instrumento para a realização das ações de Salvaguarda da Capoeira e que a mediação ocorrida entre os capoeiristas para se chegar aos oito pontos de concordância foi um passo significativo. Portanto percebe-se que a falta de continuidade das ações previstas acaba desmobilizando a participação e a frequência dos mestres nas reuniões do Conselho.

Como o ano de 2016 foi um ano em que o Conselho não atuou, foi proposta a ampliação de mais um ano do mandato dos conselheiros para compensar esta inatividade, mas aconteceram divergências quanto a este encaminhamento, já que alguns membros do GT não concordavam com esta prorrogação.

Apesar de diversos problemas que surgiram, o ponto positivo foi que o trabalho iniciado pelo estado do Rio de Janeiro com a Salvaguarda da Capoeira passou a ser referência para outros estados, como Santa Catarina, Ceará, São Paulo, Tocantins e Mato Grosso do Sul, que convidaram membros do GT e do IPHAN pra apresentarem suas experiências para os capoeiristas de suas regiões.

Para Luciane Barbosa, do INEPAC, o Conselho de Mestres não apresentou demandas, mesmo conhecendo quais eram suas atribuições em relação à Salvaguarda, não assumindo suas responsabilidades enquanto representantes da capoeira no Conselho. Ela propõe, inclusive, que seja realizado um seminário para se discutir a revisão destes oito pontos.

Julio Tavares, professor da UFF e membro do GT, ao fazer uma revisão do cenário político do ano de 2016, o associa com a improdutividade das gestões. Afirma que o trabalho da Salvaguarda deve ser pragmático e entende que a estagnação do trabalho do GT se deu devido à desarmonia existente entre as comunidades da capoeira no estado do Rio de Janeiro. Para ele, a criação do Conselho foi um ponto bem sucedido e coloca a Universidade Federal Fluminense à disposição dos conselheiros e dos membros do GT para desenvolver ações de educação política de preservação do patrimônio cultural.

Para atender um dos oito pontos, é proposto pelo GT a realização de um curso de capacitação voltado para os mestres do Conselho e para os demais capoeiristas interessados. Seminários de capacitação de concepção de projetos e participação em editais são algumas das propostas apresentadas. É apresentado pelo Professor João Perelli a possibilidade da Universidade Estácio de Sá oferecer o espaço e a contribuição de R\$300,00 (trezentos reais) como pro labore para quem ministrar este curso, além da entrega de certificados aos participantes.

Figura 27 - Material de divulgação do Curso de Capacitação para os capoeiristas.



Fonte: IPHAN/RJ.

Ao ler o Plano de Ação do IPHAN, Maria Luiza esclarece ainda não ser possível a garantia de se conseguir recursos para a realização de todas as ações previstas e, dentro deste contexto, Mestre Paulão Kikongo propõe que seja elaborado um projeto com vistas a buscar apoio de emendas parlamentares para viabilização das ações da Salvaguarda da Capoeira.

Propõe-se a criação de duas comissões divididas em relação aos oito pontos: A Comissão de Educação Patrimonial e a Comissão de Planejamento Estratégico. A primeira ficaria responsável pela realização do curso a ser oferecido ainda em 2017 e por projetos de

curto prazo e a segunda trataria dos projetos de longo prazo, como a criação de um Centro de Referência. Apesar do material de divulgação do curso de capacitação ter sido produzido, da divulgação junto ao Conselho de Mestres, o curso acabou não sendo realizado.

O GT, que já havia perdido a participação da Mestra Sheila, que pedira afastamento, nesta reunião que tratou dos cursos e das demais atividades, recebeu, por parte de Cristiane Nascimento, o seu desligamento e o do Mestre Toni Vargas do Grupo de Trabalho, tendo em vista, no entendimento deles, os vários desgastes em reuniões anteriores e a falta de produtividade nos encontros do GT.

Depois de um longo período sem exercer quaisquer atividades, o Conselho de Mestres de Capoeira se reúne, a convite do IPHAN, no dia dois de fevereiro de dois mil e dezenove para discutir a possibilidade da realização de um encontro em homenagem aos dez anos do reconhecimento do Ofício dos Mestres e da Roda de Capoeira como Patrimônio Cultural. Estabelecido o quórum e iniciada a reunião, é comunicado aos presentes que neste evento pretende-se homenagear os mestres de capoeira do Conselho, do Grupo de Trabalho e outros mestres indicados pelo coletivo da Salvaguarda.

Após serem prestados todos os esclarecimentos, ficou acordado que o evento seria realizado no dia 30 de março de 2019, na Quinta da Boa Vista, em parceria com a Fundação RioZoo. Nesta reunião também ficou decidido que os mestres seriam reconduzidos há mais dois anos para atuarem como membros do Conselho de Mestres, no período compreendido entre os anos de 2019 e 2021. Aproveitando esta reunião, foi feita, por parte dos mestres, diversas cobranças ao IPHAN, principalmente as relacionadas à criação dos Centros de Referência da Capoeira. Mas, segundo o IPHAN, não há disponibilidade financeira por parte da instituição para a implantação desta empreitada, mas que iriam procurar a Secretaria de Estado de Cultura, com auxílio do INEPAC, com vista à participação dos mestres de capoeira no POC - Programa de Ocupação Cultural, uma iniciativa de ocupação dos espaços públicos próprios do estado pelos diversos atores sociais envolvidos com a arte e a cultura de nosso estado, iniciativa esta aprovada pelo Conselho Estadual de Política Cultural do Rio de Janeiro, quando eram Conselheiros representando a capoeira os mestres Paulão Kikongo, Tio Robson, Ricardo e Abutre.

Figura 28 - Material de Divulgação do Encontro Mestre e Roda de Capoeira - Patrimônios Culturais. RIOZOO.



Fonte: IPHAN/RJ.

Como é possível perceber, sempre esteve presente nas reuniões realizadas pelo Conselho e Grupo de Trabalho discussões relacionadas aos oito pontos primordiais para a capoeira do Rio de Janeiro.

Por que não se conseguiu elaborar o Plano de Salvaguarda da Capoeira? Os mestres entendem qual a importância da efetividade do Plano de Salvaguarda para a preservação da capoeira? Qual a percepção, hoje, dos mestres de capoeira que participaram deste processo? ´

No próximo capítulo, para responder estes questionamentos, a nossa análise será feita a partir de outra perspectiva: a visão dos detentores. Para isto entrevistamos alguns mestres de

capoeira que participaram do Conselho de Mestres e do Grupo de Trabalho. Apresentaremos, ainda, algumas sugestões de encaminhamento para que este Plano de Salvaguarda possa efetivamente sair do papel. O berimbau está nos chamando. Vamos jogar?

CAPÍTULO III
IÊ VIVA MEU MESTRE!
O CHAMADO DO BERIMBAU AOS MESTRES E MESTRAS DA CAPOEIRA DO
RIO DE JANEIRO: A SALVAGUARDA NA RODA

Considerando o exposto até o momento sobre o processo de construção da salvaguarda da capoeira no Estado do Rio de Janeiro, passamos neste capítulo a centrar nossa atenção para a importância fundamental dos mestres e mestras de capoeira neste processo, no sentido de que a percepção desses sujeitos da pesquisa possa nos ajudar a responder a questão central deste trabalho, isto é, as razões que levaram a não efetivação do plano de salvaguarda da capoeira no caso do Rio de Janeiro. Para tanto, será apresentado o resultado da pesquisa empírica que consistiu na coleta de informações diretas sobre a capoeira na perspectiva dos principais responsáveis por sua (r)existência como fenômeno singular da cultura brasileira enquanto referência cultural de matriz africana, isto é, os mestres de capoeira.

Cabe neste momento perguntar aos mestres que fizeram parte desse processo, o porquê as trocas de saberes sobre o ensino e a transmissão da capoeira, a criação de fóruns temáticos, dentre outras questões tão importantes para a construção do plano de salvaguarda não chegaram a ser colocadas no papel ou mesmo ser discutidas, após a posse do Conselho de Mestre?

A busca para a resposta desta questão nos dá uma volta sobre o processo de luta pela salvaguarda da capoeira no Estado do Rio de Janeiro, a partir daqueles que vivenciaram esse processo de dentro, isto é, participaram como membros do Conselho de Mestres e do Grupo de Trabalho da Salvaguarda da Capoeira no Rio de Janeiro. Inicialmente a coleta de informações foi pensada a partir da realização de entrevistas diretas e presenciais, porém, infelizmente isso não foi possível, diante da pandemia causada pelo COVID-19, cujos efeitos são trágicos para a população mundial, em particular para a população brasileira, especialmente os mais pobres, negros e moradores das periferias, nas quais se encontram muitos dos mestres e mestras da capoeira no Brasil. Diante da excepcionalidade do momento atual e do tempo exíguo, optamos por realizar as entrevistas por meio eletrônico utilizando o Google Formulários (*online*), o que possibilitou entrevistar seis dos mestres de capoeira que

participaram do Conselho e do Grupo de Trabalho da Salvaguarda da Capoeira no Rio de Janeiro.

Antes, porém, de apresentarmos os resultados dessas entrevistas, julgamos ser necessário apontar aqui a importância dos mestres e mestras na preservação da capoeira como arte e cultura sem os quais não faz sentido pensar em sua salvaguarda como bem cultural do Brasil. São esses os grandes protagonistas da capoeira não apenas como símbolo nacional, mas, sobretudo, como prática social e existencial, sujeitos responsáveis pela (r)existência e afirmação desta arte de matriz africana.

Venham pra roda comigo, cantem iê, pois este jogo na roda com os mestres está só começando.

3.1 Menino quem foi teu Mestre?

*Iê quem foi teu mestre
Menino quem foi teu mestre
Meu Mestre foi Salomão
Discípulo que aprendo
Mestre que dou lição
O Mestre quem me ensinou
No engenho da Conceição
A ele devo dinheiro
Saúde e obrigação
Segredo de São Cosme
Mas quem sabe é São Damião
Camará
Água de beber
Ei Aruandê
Aia camaradinha
(BIMBA, Mestre. Curso de Capoeira Regional. RC
Discos/Fitas. 1989).*

Para entrar neste jogo de perguntas e respostas sobre esta que é uma questão central no mundo da capoeira, cujo canto do Mestre Bimba na epígrafe acima expressa com maestria, recorreremos ao pensamento de Tierno Bokar (1875-1938), sábio de Bandiagara, no Mali, considerado o principal promotor de um pensamento muçulmano ecumênico e cosmopolita, e que teve uma vida "pura como uma prece", nas palavras de Amodou Hampaté Ba (1901-1991), seu discípulo.

Para este sábio,

se queres saber quem tu és, se queres aprender com quem sabe, faz-se necessário que esqueças o que tu és e o que tu sabes. O principal ensinamento deixado por ele para nós é o de afirmar que não há uma só verdade, tendo em vista haver a minha verdade, a sua verdade e a verdade de todo o mundo, sendo esta inatingível.

Quem foi o seu mestre? É a primeira pergunta que se faz no mundo da capoeira, pois neste jogo tudo começa e gira em torno da figura central do mestre ou da mestra, carregada de humildade e sabedoria. Por isso, não foi fruto do acaso que durante os debates sobre a Salvaguarda da Capoeira do Rio de Janeiro, mostrado no capítulo II desta dissertação, havia sempre a inquietação sobre quem seriam os mestres e mestras a fazerem parte do Conselho? como e por quem estes mestres e mestras conselheiros foram formados?

Com o intuito de explicar o que é ser um mestre de capoeira, buscamos em nossa pesquisa o jornal “O Berimbau”, que no ano de 1977 fez a seguinte pergunta aos próprios mestres de capoeira: “o que é preciso para ser mestre?” O resultado com as respostas foi divulgado na edição de número 20, nos meses de junho/julho)¹⁰⁰. Vamos as respostas apresentadas a seguir.

Para o Mestre Martins (José Carlos Martins da Silva), do Grupo de Capoeira Martins, há época da entrevista com 49 anos de idade, para ser mestre “*é fundamental ter um bom tempo na capoeira, no mínimo uns 10 anos, e também bagagem e experiência*”. Ele entende que “tem que saber transmitir e entender o valor da capoeira”. Ele afirma que “esta nova geração só pensa em ganhar dinheiro, está faltando amor ao mestre, ao grupo e a capoeira” (O BERIMBAU, 1997, pág. 4).

Mestre Bogado (Evaldo Bogado de Almeida), da Associação de Capoeira Barravento, na época da entrevista com 53 anos e falecido em agosto de 2018, a quem pudemos homenagear com um artigo em nosso blog¹⁰¹, enumerando os diversos aprendizados que com ele tivemos e as diversas possibilidades de conhecer grandes mestres e pesquisadores da nossa capoeira, como *Paulo Gomes (e a ABRACAP)*, *Eziquiel (BA)* e *Nóbrega Fontes*, que naquela época perguntava: *Por onde Caminha a Capoeira?* (KIKONGO, Berimblog, 2018) entre tantas outras pessoas não menos importantes.

¹⁰⁰ Veículo de comunicação criado no Rio de Janeiro nos anos 90. A edição com as respostas dos mestres de capoeira é a de nº 20, junho/julho de 1997. O que é preciso para ser mestre? **Jornal O Berimbau**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 4,-5, junho/julho 1997.

¹⁰¹ Para conhecer a homenagem que fizemos ao Mestre Bogado acesse: <https://berimblog.com.br/2018/08/01/barravento-vai-jogar-vai-jogar-em-alto-mar/>

Para o Mestre Bogado, para ser mestre de capoeira é preciso “ser maior de idade e ter no mínimo sete anos de capoeira, **ter conhecimento das tradições** dos golpes, **saber transmitir bem o que aprendeu** e ter **muita dedicação** e amor pela capoeira”. Segundo este mestre, “o nível dos mestres está melhorando e estamos saindo do caos que estávamos. Mas infelizmente muitos grupos no intuito de crescer rapidamente, acabam colocando pessoas despreparadas para dar aula, acarretando sérios problemas para a capoeira” (O BERIMBAU, 1997, pág. 5, grifo nosso).

Já Mestre Peixinho (Marcelo Azevedo Guimarães), um dos líderes do Centro Cultural Senzala de Capoeira, nascido em 20 de dezembro de 1947, na cidade de Vitória, no estado do Espírito Santo, falecido no dia 16 de maio de 2011, após uma longa batalha contra um câncer, há época da entrevista com 49 anos, afirmou que quando entrega uma corda vermelha,

não quer dizer que a pessoa já está formada. Para ser um mestre é preciso **ter muito conhecimento**, ter boa didática, **domínio completo dos instrumentos** e **muitos anos de dedicação**. Para se tornar um corda vermelha é preciso ter no mínimo quinze anos de capoeira e estar apto a recebê-la. Mas infelizmente há pessoas que se intituam mestre sem ter bagagem e nenhuma história na capoeira. (O BERIMBAU, 1997, pág. 5, grifo nosso).

Para o Mestre Camisa (José Tadeu Carneiro), da Abadá-Capoeira e há época com 43 anos de idade,

para ser mestre não existe um tempo determinado, é **preciso ter experiência, vivência, conhecimento e muito trabalho**. É preciso que seja assim para tentarmos resgatar o título de mestre que está cada vez mais vulgarizado. Em 27 anos de muito trabalho formei apenas 10 mestrandos, que com o tempo e amadurecimento se trarão mestres, apesar de já terem um alto nível. (O BERIMBAU, 1997, pág. 4, grifo nosso).

Importante destacar nas falas acima dos mestres de capoeira, o fato que para ser mestre de capoeira é preciso ter conhecimento da tradição e saber ensinar, para isso, é necessário saber também aprender e dominar todos os instrumentos. Isso chama atenção para a importância da educação enquanto processo social na capoeira, pois não se ensina o que não se sabe, o que somente é possível após dedicação durante anos. Portanto, um dos pontos importantes nos questionamentos sobre ser um mestre de capoeira pelos mestres acima é a linhagem de aprendizagem, questionamento feito por Mestre Camisa em 2013, na ocasião da eleição dos mestres e mestras da Região Metropolitana para o Conselho de Mestres da

Salvaguarda da Capoeira no Rio de Janeiro. Este é um tema que acreditamos sempre trará um intenso debate no mundo da capoeira. Nestes termos, lembramos aqui o educador Paulo Freire apesar de nunca ter sido capoeirista, entendia do riscado sobre aprendizagem, pois “quem ensina aprende ao ensinar, quem aprende ensina ao aprender” (FREIRE, 1997, p. 25).

Por este ângulo, os mestres e mestras na roda da aprendizagem da capoeira ocupam o lugar liderança educadora. Neste sentido, podemos lembrar Mestre Machado (José Machado dos Santos), baiano de Alagoinhas, morando na cidade de São Gonçalo, estado do Rio de Janeiro, fundou a Associação de Capoeira Modelo Cultural Kikongo nos anos setenta, quando se dirigiu, em 1998, aos mestres, contramestres e instrutores de capoeira da Kikongo em um comunicado, dizendo “ser mestre de capoeira é algo mais que dirigir uma academia, comandar seus discípulos ou chefiar uma roda de capoeira”, pois “precisará também liderá-los”, tendo em vista que esta forma de liderança estar “atribuída às qualidades tanto desse líder quanto dos liderados, pois a liderança é a arte de influenciar a conduta humana”. (MESTRE MACHADO. Informação Verbal, 1998).

Por conta disso, as respostas dadas ao jornal “O Berimbau” pelos mestres entrevistados, narradas acima, apontam para a preocupação central do ensino da capoeira, devido ao perfil dos “novos” mestres da capoeira à época do questionamento. Segundo Santos (MESTRE MACHADO. Informação Verbal, 1998) na capoeira contemporânea, “não encontramos mais aquele mestre de ótimo perfil ou qualidade como foram aqueles do passado”. Daí a necessidade de influenciar-se a prática do trabalho em conjunto, para que seja necessária a continuidade nos critérios de valorização dos grupos, associações, academias, capoeiristas e da própria capoeira.

No intuito de explicitar o que é a capoeira na visão dos grandes mestres, chamamos para esta roda da aprendizagem, o seu grande instrumento, o “berimbau” que comanda o ritual da capoeira ditando o ritmo das rodas de acordo com a força do conhecimento de cada um de seus mestres.

3.2 - O chamar do Berimbau: a força ancestral que comanda o ritual

*Quem comanda o ritual
Quem comanda o ritual
Quem comanda o ritual
É o toque dolente de um bom berimbau
É um saber muito antigo*

Um saber ancestral

É a força o axé

A beleza o astral

É a união de todos

Todo o pessoal

“Às vezes me perguntam de quem é o ritual, o ritual não tem dono, o ritual é de todos que participam, o ritual é mágico, é do axé, é de uma energia que a gente sente, mas não pode descrever.”

(TONI VARGAS, Mestre. **Ritual**. CD Liberdade. Rio de Janeiro, 2007).

As epígrafes acima revelam como a capoeira é também um ritual comandado pelo toque do berimbau. Entendemos que, quando o berimbau nos chama para o jogo, temos que estar com nossos sentidos aguçados. Nas sábias palavras do Mestre Pastinha (Vicente Ferreira Pastinha), o “jogo” pode ser para o bem ou para o mal, e na hora da dor, o berimbau, “se transforma em uma foice de mão” (PASTINHA, 1981). Segundo este filósofo da capoeira,

Não se pode esquecer do berimbau. Berimbau é o primitivo mestre. Ensina pelo som. Dá vibração e ginga ao corpo da gente. O conjunto de percussão com o berimbau não é arranjo moderno, não, é coisa dos princípios. Bom capoeirista, além de jogar, deve saber tocar berimbau e cantar (MESTRE PASTINHA, 1981).

Nas mãos dos mestres de capoeira, o berimbau é instrumento e arma, ao mesmo tempo. Mas o que sabemos sobre este instrumento-arma e qual a sua importância na roda da capoeira? Apresentamos a seguir então, o que nos dizem estudiosos e mestres de capoeiras sobre esse que concentra a força e comanda o ritual do jogo da capoeira.

Considerado o instrumento mais importante nas rodas de capoeira, tendo em vista ele ser o “mestre da roda”, o berimbau é quem dita o ritmo que faz o nosso corpo balançar, dirigindo todo o ritual. Este ritual se compõe pelos ritos e práticas que configuram o jogo da capoeira em todas as suas dimensões, mas como nos fala Mestre Toni Vargas acima, o ritual não tem dono. Porém, é com o chamado do berimbau que o jogo se inicia e reinicia em toques e ritmos embalando os ritos em tom de magia.

Considerado o principal instrumento da capoeira, o berimbau, segundo Waldeloir Rego, “não existiu somente em função da capoeira, era usado pelos afro-brasileiros em suas festas e, sobretudo no samba de roda” (1968, pag. 71). Para este autor,

o berimbau que hoje é divulgado e tocado em todo o território brasileiro é um arco feito de madeira específica, pois qualquer madeira não serve, ligado pelas duas pontas por um fio de aço, de vez que arame além de partir rapidamente, não dá o som desejado [...]. Esse é o berimbau que atualmente se conhece no Brasil e em outros cantos do mundo (REGO, 1968, pag. 72).

Machado (1997, pág. 6) aponta que alguns pesquisadores acreditam ser possível que um *arco sonoro como o berimbau tenha dado origem à harpa arqueada, e, conseqüentemente a todas as outras harpas*. Acredita-se, diz ela, que Mário de Andrade, musicólogo escritor e jornalista, tenha sido o primeiro a perceber que a harpa e o berimbau têm muitas coisas em comum tendo em vista este ter apontado em seus estudos, durante muitos anos, as semelhanças existentes entre o berimbau e a harpa antiga.

Na monografia *O berimbau-de-barriga e seus toques*, o pesquisador Kay Shaffer (1977) relata a seguinte passagem escrita por Debret, artista francês que morou no Brasil entre 1816 e 1831:

E finalmente o urucungo, aqui representado. Este instrumento se compõe da metade de uma cabaça aderente a um arco formado por uma varinha curva com um fio de latão, sobre o qual se bate ligeiramente. Pode-se ao mesmo tempo estudar o instinto musical do tocador que apoia a mão sobre a frente descoberta da cabaça, a fim de obter pela vibração um som mais grave e harmonioso. Este efeito, quando feliz, só pode ser comparado ao som de uma corda de tímpano, pois é obtido batendo-se ligeiramente sobre a corda com uma pequena vareta que se segura entre o indicador e o dedo médio da mão direita (SHAFFER, 1977, pág. 11. Grifos do Autor).

Em artigo publicado na Revista Íbamò sobre o arco musical e sua saga através do Atlântico, entre África e o Brasil, Oliveira (2018) aponta que Kay Shaffer foi o que expressou, em sua pesquisa, uma maior aproximação sobre o uso deste instrumento nos dois lados do atlântico. Para ele

[...] Shaffer apresenta pistas que melhor elucidam a origem africana do arco musical, inclusive entre os bantos de Angola. Trata-se de um texto com pouco aprofundamento analítico, mas bastante sugestivo do ponto de vista da indicação de fontes para o estudo do berimbau, tanto no Brasil como em África. Narrativas etnográficas realizadas no Brasil por autores como Nina Rodrigues, Artur Ramos e Luiz da Câmara Cascudo, assim como a literatura de viajantes estrangeiros a exemplo de Jean Batiste Debret, João Emanuel Pohl e João Maurício Rugendas, são citados por ele e o possibilitou identificar a existência do berimbau entre diferentes sujeitos na sociedade

brasileira do século XIX e início do XX. Shaffer consultou ainda sobre Angola no século XIX, apontando o uso do berimbau ou como era denominado nessa região banta: mbulumbumba, hungo, humbo, rucungo, etc. Desta forma, as narrativas de Ladislau Batalha, Henrique Dias de Carvalho e José Redinha, permitiram a Shaffer concluir que “os arcos musicais africanos e brasileiros tem sido iguais em todos os aspectos importantes desde, ao menos, fim do século XIX” (OLIVEIRA 2018, pág. 136-137).

Como podemos perceber, o berimbau é ancestral e provém dos nossos antepassados africanos. De longa data, é mantido até os dias atuais como principal instrumento da capoeira. O capoeirista Das Areias (1983), autor do livro “O Que é Capoeira”, nos diz que na dança e luta da capoeira há, simultaneamente, a utilização do berimbau, “considerado o instrumento-mor da capoeira, utilizado para avisar da aproximação de senhores, feitores e capitães-de-mato [...]”. Este **capoeirista autor** nos brinda em sua obra, com a seguinte narração dedutiva:

Louvo aqui o Berimbau
Ai ai ai mestre de todo capoeira
Que ao escravo ele avisava
Ai ai ai a chegada do feitor
No seu toque o desespero
No seu som vida e valor
Berimbau avisou
É ô chagada do feitor
(DAS AREAIS, 1983, pág. 22).

A narração acima mostra que o berimbau é o “mestre de todo capoeira” cuja função é muita mais do que a de um simples instrumento musical. Podemos dizer que o berimbau cumpria uma função vital para a resistência negro africana contra as atrocidades do regime escravocrata. O seu som é a força e a vida do capoeirista.

De instrumento arma específica dos negros africanos escravizados, o uso do berimbau foi difundido pelas camadas populares e adotado como instrumento musical por grandes músicos em todo país. No LP Berimbau e Capoeira - BA, publicado pelo então Ministério da Cultura, Fundação Nacional de Arte e Instituto Nacional do Folclore como parte dos Documentários Sonoros do Folclore Brasileiro, este de número 46, o berimbau é apresentado como,

peça motriz da música e do jogo, embora documentado no século passado em outros contextos, vinculou-se com exclusividade á capoeira. Sua sonoridade, seus toques característicos, bem como o fato de estar ancorado na cultura popular brasileira, geraram enorme interesse pelo instrumento,

que vem sendo usado atualmente por músicos não capoeiristas (GEISEL, 1988. Texto da capa do disco Berimbau e Capoeira - BA. Documento Sonoro do Folclore Brasileiro 46).

Dentre os músicos que se utilizaram do berimbau podemos citar Airto Moreira, percussionista, baterista, compositor e arranjador que participou, junto com Vinícius de Moraes e Baden Powell do disco Berimbau e Consolação. Sendo um excelente percussionista, ganhou destaque por acrescentar em seu trabalho complementos coerentes com os temas musicais em que atua. Além do berimbau, ele toca pandeiro, triângulo e caxixi, dentre outros instrumentos de percussão diferentes, de origem brasileira, criando, assim, novas possibilidades para o jazz.

Outro músico a se destacar na utilização do berimbau foi Naná Vasconcelos (1944-2016). Reconhecido em todo o mundo como multi-instrumentista e melhor percussionista, sempre se usufruiu do berimbau como um de seus principais instrumentos. Ganhador de oito prêmios Grammy, foi a partir dos anos 60 que ele se especializou a tocar o berimbau, tornando-se um artista virtuoso ao manuseá-lo.

No LP Berimbau e Capoeira - BA, produzido em homenagem póstuma ao Mestre Popó de Santo Amaro da Purificação, é apresentado um encarte com muitas referências ao berimbau, inclusive afirmando ser impossível conceber quando o berimbau foi integrado à capoeira, tendo em vista as fontes do século passado sempre retratarem o instrumento musical e o jogo separadamente. De acordo com Pinto (1988), o berimbau “é um arco musical mono-heterocórdio, isto é, sua única corda é feita de um material diferente daquele do arco. Possui uma caixa de ressonância, em geral uma cabaça aberta atada ao arco por um barbante que funciona também como laço de afinação”. (PINTO, 1988. Encarte do disco Berimbau e Capoeira - BA. Documento Sonoro do Folclore Brasileiro 46).

O LP teve como principal intérprete Mestre Vavá (Valfrido Vieira de Jesus) que em referência ao berimbau e ao seu mestre Popó de Santo Amaro, deixou registrada a ladainha transcrita a seguir:

Berimbau de ouro, minha mãe
Eu desci do Carindé
Com meu berimbau de ouro, mamãe
Eu desci do Carindé
Quem bate pandeiro é homem
Quem bate palma é mulher

Sou homem de sul a norte
Sou interno nacional (internacional)
Vocês pra jogar magina
Eu jogo sem maginá
Minha mãe tinha três filhos
Eu era o dos mais assossegá
Saia boca da noite
Chegava de madrugada
Morei na rua da Linha
Mas me criei lá no Pilar
Quer saber mais do meu nome
Eu me chamo é Vavá
Contei uma aí dei duas
E tem a corda de amarrá
O meu mestre foi Popó
E terminei com Amará, há há
Iêê, viva Popó
Iêê, viva Popó camará
(MESTRE VAVÁ, 1988. Encarte do disco Berimbau e Capoeira - BA.
Documento Sonoro do Folclore Brasileiro 46).

Queremos destacar o fato de o berimbau estar exclusivamente associado à capoeira ao longo do tempo, em lugares e espaços diversos. Isto porque a roda de capoeira é formada por um conjunto indissociável composto pela música produzida por este instrumento e pelas vozes do mestre e do coro associados ao movimento do corpo e usos de técnicas e habilidades artísticas.

Mestre Zulu (Antônio Batista Pinto), fundador do Grupo Beribazu e autor do livro “Idiopraxis de Capoeira”, publicado em 1995, vê o berimbau como

um instrumento musical monocórdio usado na prática da capoeira; ele é classificado na categoria dos instrumentos de cordas percutidas, a exemplo do piano [...]. Na roda de capoeira, é o **meio de comunicação** entre o mestre e os camaradas; sua **linguagem** parece monótona, mas é rica de mensagens. Sua presença é insubstituível. (MESTRE ZULU, 1995, pág. 88, grifo nosso).

Em entrevista a Lena Frias publicada no Jornal Muzenza, **Mestre Garrincha** (Sérgio Augusto Sacramento), do Grupo Senzala (RJ) afirma: “[...] Acho bonito contar minhas histórias. Sair de onde eu saí e ganhar o mundo com um berimbau, isso é bonito. [...] A capoeira é minha vida” (JORNAL MUZENZA, Edição nº 36, 1998, pág. 7).

Neste universo, queremos destacar aqui a importância do **Mestre Paraná** (Osvaldo Lisboa dos Santos), considerado um excelente tocador de berimbau, nascido na cidade de

Salvador/BA, no ano de 1923, e a convite de Mercedes Baptista¹⁰² viajou a Portugal para apresentar a capoeira do Brasil. Dentre suas façanhas, Mestre Paraná participou do filme *O Pagador de Promessas*, dirigido por Anselmo Duarte e ganhador da Palma de Ouro em Cannes, em 1962. No ano de 1950, Mestre Paraná fundou o Grupo de Capoeira São Bento Pequeno, no Rio de Janeiro. No dia 7 de março do ano de 1972, aos 49 anos de idade, vítima de um súbito colapso, Mestre Paraná fez a sua passagem para o *Orun*¹⁰³, deixando tristes seus discípulos que se tornaram mestres e até hoje o honram desenvolvendo importantes trabalhos no Brasil e no mundo.

Podemos citar entre os discípulos do Mestre Paraná, o **Mestre Mintirinha** (Luiz Américo da Silva), que fundou no bairro de Ramos, no Rio de Janeiro, em 1965, o Grupo Capoeira de Obaluaiê. Este grupo, segundo **Mestre André Lacé** (André Luiz Lacé Lopes), tinha duas finalidades básicas: ensinar capoeira e fazer demonstrações. Atualmente, Mestre Mintirinha atua na Associação de Capoeira Grupo Terra, fundada em 1994, em companhia da **Mestra Cleide** (Maria Cleide Tomaz Duarte), sua esposa.

Na cartilha “São Bento na Capoeira e Cantigas de Capoeira I”, produzida em 2001, **Mestre Mendonça** (Damionor Ribeiro de Mendonça), apresenta uma narrativa muito interessante sobre Mestre Paraná e o seu berimbau. Segundo ele, Mestre Paraná participou de uma apresentação da Orquestra Sinfônica do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, realizando um solo com o berimbau. Na ocasião estava presente a Rainha Elizabeth II (Elizabeth Alexandra Mary Windsor), Rainha da Inglaterra, que, ao término da apresentação solicitou que fosse enviado ao seu camarote o tocador e o seu instrumento. Chegando lá, relata Mestre Mendonça que Mestre Paraná fez alguns toques de berimbau para a Rainha, sendo por ela elogiado. Segundo Mestre Mendonça, “este fato está registrado no Ministério da Educação e do Desporto e pode-se conseguir na Secretaria de Educação do Rio de Janeiro um folheto que relata o que acabo de contar” (MESTRE MENDONÇA, 2001, pág. 17).

Sobre esta cartilha, importante lembrar ela foi produzida pelo próprio Mestre Mendonça. Aliás, até bem pouco tempo o material informativo sobre vários grupos de capoeiras era produzido pelos próprios mestres, tornando-se importantes fontes primárias para as pesquisas acadêmicas. Discípulo de Mestre Arthur Emídio de Oliveira, **Mestre Mendonça**

¹⁰² Bailarina e coreógrafa, Mercedes Baptista, nascida em 1921 em Campos dos Goytacazes, cujo nome de batismo é Mercedes Ignácia da Silva Krieger é considerada a maior precursora do Balé e da Dança Afro no Brasil.

¹⁰³ Na mitologia Yorubá, Orun simboliza o plano espiritual, o “céu dos Orixás”, paralelo ao Aiyê, que é o mundo físico. O Orun coexiste no Aiyê através da existência destes dois mundos.

faleceu no dia 15 de março de 2017, mas deixou um grande legado em uma rica trajetória de grande capoeirista. Em 1969, participou do II Simpósio Sobre Capoeira na Academia da Força Aérea (AFA), no Rio de Janeiro, e foi Assessor de Capoeira na Confederação Brasileira de Pugilismo (CBP), dentre tantos outros eventos e atividades. Detentor de vasto conhecimento sobre a capoeira, Mestre Mendonça deixou as gerações futuras parte de seu legado ancestral registrado no livro de sua autoria “A Sabedoria na Boca do Povo”, publicado em 1998, pelo Centro de Informação da Capoeira (CICAP), que informa, orienta e organiza de forma precisa e objetiva assuntos relacionados à capoeira, dando oportunidade para quem estiver no Rio de Janeiro, no Brasil ou no exterior a possibilidade conhecer melhor esta arte de matriz africana.

As contribuições de Mestre Mendonça para a divulgação e ampliação do conhecimento da capoeira no Brasil e no exterior vão mais longe. Foi dele a ideia de formular um conjunto de princípios a ser adotados como direitos dos capoeiristas, a saber:

- 01– Qualquer ser humano tem o direito de praticar capoeira;
- 02– Para isso, um mestre lhe falará sobre os caminhos;
- 03– E também lhe dirá que um capoeirista não será tocado por outro capoeirista;
- 04 – E o jogo da capoeira não será interrompido, terá continuidade;
- 05 – O capoeirista terá o direito de ser tocado apenas pelo seu mestre, o qual o fará com o mesmo carinho de um pai, que, com uma palmada, corrige seu filho;
- 06 – E quando não puder ser tocado pelo seu mestre, terá atingido uma perfeição, e não será tocado por mais ninguém;
- 07 – Ele respeitará e honrará seu mestre como a si mesmo e será respeitado e honrado por todos;
- 08 – E ser mestre lhe mostrará os toques, os cânticos e o ritual, e lhe falará sobre a história da capoeira;
- 09 – A capoeira é um esporte oficializado pelo povo brasileiro; por isso, todo capoeirista terá o direito de ser amparado pelas leis desportivas de qualquer país;
- 10 – Da mãe pátria da capoeira, o Brasil, todo capoeiristas terá o direito de receber os preceitos e os fundamentos dessa arte-luta – que é um exercício base para qualquer atividade física ou mental do ser humano – e somente o Berço de suas origens poderá passá-los para seus filhos, como uma filosofia de vida (MESTRE MENDONÇA, 1992).

Criado por Mestre Mendonça, os direitos dos capoeiristas foi adotado por alguns grupos de capoeiras, mas nunca foi oficializado. Recebemos dele um documento em folha A4 datilografada com estes direitos. O fato é que a idealização deste tipo de código de conduta reflete um momento da história da capoeira no Brasil onde a sua oficialização passava pela perspectiva de arte desportiva, momento em que as práticas nas ruas passaram aos ambientes

fechados, como as academias de pugilismo. Mostra como Mestre Mendonça preocupava-se com o reconhecimento legal e amparo institucional aos capoeiristas.

Além de publicar e idealizar um conjunto de direitos, Mestre Mendonça também deixou registrado muitas músicas conhecidas até hoje no mundo da capoeira, nas quais destacamos aqui uma relacionada ao berimbau, a saber:

QUANDO EU LEVAR MEU BERIMBAU

Quando eu levar meu berimbau embora
Vou tocar em outras regiões
Vou sair por essa Barra a fora
Vou cantar, jogar em outras nações
Ê! Saudade vai
Ê, Ê! Saudade vai ficar
Mas o meu canto vai continuar
Meu canto vai
Continuar
Meu canto vai
Continuar

(MENDONÇA, Damionor Ribeiro de. **Quando eu Levar Meu Berimbau**. São Bento na Capoeira e Cantigas de Capoeira I. Rio de Janeiro. Edição do Autor, Janeiro de 2001).

Mestre Mendonça partiu, mas como a letra da sua música diz acima, seu canto “vai continuar”, e, para salvaguarda este seu canto, faz-se necessário o registro de nossas histórias, de nossas memórias, para que estas lembranças não se apaguem e se perpetuem como símbolo de uma história viva da capoeira no Rio de Janeiro. Nas discussões que foram feitas para salvaguardar a capoeira do estado do Rio de Janeiro, o registro da musicalidade e história de mestres e mestras cantadores e cantadoras, compositores e compositoras foram um dos oito pontos prioritários.

Bom! Depois que o berimbau fez a sua chamada, e quando este, comandado por um mestre ou mestra de capoeira, chama pra luta, o capoeirista não pode deixar de atender, abaixando ao pé do berimbau e saindo para dar a “volta ao mundo”. Nesta volta, a capoeira transformou a vida de muita gente, conquistou o mundo tornando-se patrimônio cultural do nosso país e da humanidade, com presença em todos os continentes e em mais de 160 países.

BERIMBAU JÀ FEZ CHAMADA

Berimbau já fez chamada
Já é hora de lutar
Quem não luta fica longe
E quem luta vai chegar
A Ogum que é santo forte

Capoeira pede sorte
Nessa dança de matar

Hê hê é de matar
Hê hê é de matar
Hê hê é de matar
Hê hê é de matar

Quando eu vou não sei se volto
E nem sei se chego lá
Posso passar numa rua
Um moço me provocar
Posso dobrar uma esquina
Ouvir berimbau tocar
Gosto muito do trabalho patrão
Mas tenho que parar

Hê hê tenho que parar
Hê hê tenho que parar
Hê hê tenho que parar
Hê hê tenho que parar
(ITAMAR, Mestre. BOCA. **Berimbau já fez chamada**. Disponível em:
<https://www.senzala.dk/multimedie/sange/mestre-itamar-capoeira-senzala/berimbau-ja-fez-chamada/>. Acesso em: 26 de novembro de 2019).

Ao chamado do berimbau acima, respondem os mestres e mestras no grande jogo na roda que é a hora de lutar. Um bom mestre de capoeira jamais foge à luta. Vamos S'imbora Camará!

3.3 - Na roda com os mestres: a salvaguarda da capoeira

Como mencionado anteriormente, diante da excepcionalidade do momento atual e do tempo exíguo, a coleta de informações inicialmente pensada para esta investigação acadêmica, teve que ser repensada. Na impossibilidade de realizar uma entrevista direta com todos os mestres e mestras que fizeram parte do Conselho de Mestres de Capoeira e do Grupo de Trabalho da Salvaguarda da Capoeira Conselho do Rio de Janeiro (nossa intenção inicial), tivemos que optar por um recorte e aplicação de um formulário eletrônico pela plataforma Google Formulários, reduzindo para uma amostra da pesquisa somente com seis entrevistados, quatro mestres do Conselho e dois mestres do Grupo de Trabalho. Vale ressaltar que a média de tempo dedicado à arte da capoeira de cada um, segundo as informações coletadas, é de cinquenta anos, o que os coloca dentre “os mais velhos” que no mundo da capoeiragem, assim como nas culturas de matriz africana é um aspecto de muita valorização por todo aprendizado adquirido com o tempo através da prática da capoeira, possibilitando aos mesmos ensinar, passar aos “mais novos”, pois o tempo é algo altamente valorizado no universo das culturas de matriz africana, daí a importância da ancestralidade.

Do Conselho da Capoeira foram entrevistados: Mestre Paulinho Salmon (ou Paulinho do Bafo da Onça para os mais antigos), Mestre Ephrain (Luiz Fernando Ephrain de Marins), Mestre Berg Yorubá (Antônio Rosemberg Santos Coelho) e Mestre Paulão Muzenza (Paulo Sérgio da Silva); do Grupo de Trabalho, os entrevistados foram o Mestre Levi (Levi Tavares de Souza) e o Mestre Toni Vargas (Antonio Cesar de Vargas). Temos ciência que este quantitativo é uma das limitações deste nosso trabalho, já que queríamos no início entrevistar todos os 30 (trinta) mestres membros titulares do Conselho da Capoeira e os 7 (sete) representantes da capoeira membros do Grupo de Trabalho da Salvaguarda, o que se tornou praticamente impossível frente as dificuldades e barreiras imposta considerando o curto tempo previsto para realização desta pesquisa.

Por conta disso, outro aspecto pode ser identificado também como limite do nosso trabalho, a ausência da contribuição feminina por não termos conseguido aplicar o formulário pelo mesmo a uma mestra de capoeira e coletar sua contribuição. Apesar de não ser objeto de nosso estudo, o gênero é uma questão que tem avançado nos últimos anos no mundo da capoeira com cada vez maior participação das mulheres, mas que ainda precisa ser mais trabalhado em estudos acadêmicos. Quem sabe esta lacuna poderá ser preenchida por maiores investigações em breve, para uma visão enriquecedora e mais ampla da capoeira na atualidade. Por ora, oferecemos apenas uma visão parcial deste universo, a partir das opiniões dos seis mestres entrevistados, com foco no potencial qualitativo dos conteúdos das falas aqui registradas.

Tabela 15 – Mestres de Capoeira membros do Conselho de Mestres e do Grupo de Salvaguarda da Capoeira entrevistados via Google Formulário.

NOME	APELIDO	HISTÓRICO
Paulo Salmon	Paulinho Salmon ou Bafo da Onça	Mestre de Capoeira desde 1964. Iniciou na arte da capoeiragem, aos 15 anos de idade em uma fábrica de postes de iluminação no Estado do Rio de Janeiro. É conhecido no mundo da capoeira como Mestre Paulinho Salmon. É diretor presidente do Grupo de Capoeira Centro Cultura e Recreativo Guanabara, registrado em 28 de dezembro de 1968. Fez parte do Conselho de Mestres de Capoeira do estado do Rio de Janeiro, desenvolvendo um trabalho com vistas a realizar a Salvaguarda da Capoeira.
Luiz Fernando Ephrain de Marins	Ephrain	Mestre Ephrain nasceu no dia 19 de maio de 1958. Iniciou na capoeira em 1972, na rua. Em 1974 foi treinar com o Mestre Medeiros no bairro de Éden, Rio de Janeiro. É formado em educação física e foi Instrutor de Capoeira da FAETEC de 1999 a 2018 e Mestre de Capoeira na Escola de Samba Tradição de 1986 a 2013. Neste período ele criou a Roda de Capoeira da Tradição, transformando esta num celeiro de bambas. No dia 19 de maio de 1995 fundou a Associação Cultural de Capoeira Ginga Brasil. É Oficial do Exército brasileiro e foi diretor da Federação de Capoeira Desportiva do Estado do Rio

		de Janeiro.
Antônio Rosemberg Santos Coelho	Berg Yorubá	Nascido no Rio de Janeiro, aos 23 dias do mês de novembro de 1946, iniciou na Capoeira por conta própria, no final da década de 60. No início da década de 70, começou a treinar com Mestre Celso de Carvalho ou Celso do Engenho da Rainha, na Academia de Capoeira Celso e Alvinho. Em 1974 foi trabalhar em Salvador como representante comercial, indo para Andaraí, BA, onde foi treinar com Mestre Inoã. Em 1981, já formado, retornou ao Rio de Janeiro onde retomou sua trajetória. Atualmente, na condição de Mestre 4º Grau, preside a Associação Afro Cultural Yorubá, onde desenvolve trabalhos, estudos e pesquisas culturais.
Paulo Sérgio da Silva	Paulão Muzenza	Nascido no dia 16 de junho de 1955, no bairro de Bonsucesso, no Rio de Janeiro, Mestre Paulão Muzenza foi iniciado na capoeiragem pelo seu irmão, Mestre Mintirinha (Luiz Américo da Silva) no ano de 1963. Aluno oriundo de escola pública, onde cursou o primário, deve à capoeira o seu primeiro curso de nível superior (Bacharel em Direito), pois foi a partir dela que conseguiu uma bolsa de estudos como atleta universitário na modalidade capoeira. Foi soldado fuzileiro naval e depois de 31 (trinta e um) ano de efetivo serviço foi para a reserva remunerada como oficial superior. Ele acredita no valor da capoeira como arte/luta, ferramenta educacional e de inclusão social.
Levi Tavares de Souza	Levi	Nascido no dia 19 de agosto de 1957, Mestre Levi começou na capoeira em 1968. Quando ainda morava em Macaé, deu nome ao grupo "Silêncio com as Feras", quando o pessoal ainda garoto dizia que quando chegassem Mestres antigos no local deveriam fazer "silêncio com as feras". Aluno do Mestre Khorvão, da Associação de Capoeira Cruzeiro do Sul, fundou em 1996 a Escola de Capoeira Casa do Engenho e participou da criação do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Negro e Promoção da Igualdade Racial e Étnica de Duque de Caxias. É fundador da Federação Fluminense de Capoeira e da Liga Municipal de Capoeira de Duque de Caxias. É membro do Conselho Superior de Mestres da Confederação Brasileira de Capoeira - CBC. Apresentou capoeira na novela Bebê a Bordo, da Rede Globo, em 1989 e Tocaia Grande, da Rede Manchete, em 1996. Apresentou Maculelê no filme Quilombo, de Cacá Diegues. Ministrou palestras nas Universidades de São Paulo (USP), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Universidade de Campinas (UNICAMP), Universidade Federal de Viçosa (UFV) Universidade do Grande Rio

		(UNIGRANRIO). É Mestre da Tradição Oral da Ação Griô Nacional do Ponto de Cultura Lira de Ouro. É membro do Grupo de Trabalho da Salvaguarda da Capoeira no Rio de Janeiro – IPHAN/RJ.
Antonio Cesar de Vargas	Toni Vargas	Mestre Toni Vargas, nasceu em 5 de abril de 1958 (mesmo dia em que nasceu o Mestre Pastinha), iniciou na prática da capoeira com o Mestre Rony, do Grupo de Capoeira Palmares, em 1968. Foi, ainda, aluno do Mestre Touro do Grupo de Capoeira Corda Bamba, sendo graduado até o cordel azul. Em 1977 passou a fazer parte do Grupo Senzala, tornando-se aluno do Mestre Peixinho, que o formou em corda vermelha em 1985. Formado em educação física com pós-graduação em dança, tem várias músicas autorais e vários CD's gravados e é considerado um dos maiores poetas da capoeira. Nos anos 2000 (dois mil) foi homenageado pela Superliga Brasileira de Capoeira, presidida pelo Mestre burguês, como um dos melhores capoeiristas do século.

O formulário enviado eletronicamente aos seis mestres entrevistados continha um total de nove perguntas relacionadas à capoeira e a sua salvaguarda, de forma que as respostas pudessem ajudar explicitar os fatores que impediram ou dificultaram a construção coletiva do Plano de Salvaguarda da Capoeira e sua efetivação, conforme demonstrado no capítulo II desta dissertação. Para fins de análise visando alcançar os objetivos definidos inicialmente, as perguntas foram formuladas na seguinte ordem:

- (1) Por que a capoeira é importante para a preservação da cultura no Brasil?
- (2) Como Mestre, fale porque a preservação da capoeira, sua história de lutas, memórias e identidades são tão importantes para nós capoeiras hoje?
- (3) O que o senhor entende como Salvaguarda?
- (4) Por que a Salvaguarda é necessária?
- (5) Na sua visão, o que deve ser feito pra que os 8 (oito) pontos apontados como prioritários para a Salvaguarda da Capoeira sejam alcançados?
- (6) Enquanto Conselheiro quais eram suas expectativas na implementação de políticas públicas para a capoeira a partir da Salvaguarda? *
- (7) Qual das opções abaixo o senhor apontaria como o maior obstáculo para a elaboração das ações da salvaguarda? () Falta de interesse; () Disputas internas; () Desconhecimentos das atribuições do Conselho; () Outro:_____.

- (8) De acordo com a sua resposta acima, fale sobre este fator e o esvaziamento do Conselho.
- (9) O que o senhor indicaria como proposta de encaminhamento para salvaguardar a capoeira do RJ?

Cabe informar que os formulários eletrônicos com as perguntas acima foram respondidos pelos entrevistados de forma indireta no período de 10 de dezembro de 2019 até 18 de janeiro de 2020. No entanto, problemas de saúde somados a situação de tragédia sanitária de dimensões nacional e mundial causada pelo COVID-19 impediram a análise imediata das informações coletadas acarretando atraso ao processo de elaboração desta dissertação.

As respostas dos entrevistados às questões acima, apresentadas e analisadas a seguir, foram agrupadas seguindo a ordem do formulário eletrônico. Para fins da nossa análise, consideramos que a linguagem própria dos mestres e mestras de capoeira por ser histórica e social, se apresenta de forma plural e variável, tradução do contexto sócio-histórico-ideológico do qual esses sujeitos são participantes. Não é fácil ser mestre ou mestra de capoeira, ainda mais quando consideramos o histórico de criminalização, perseguição, marginalização e subalternização sofrida pela capoeira e seus sujeitos na sociedade brasileira, desde o período da escravização dos africanos que aqui aportaram de forma forçada. A trajetória do mestre da capoeira é parte integrante da história da capoeira, ambos estão inteiramente vinculados.

Compreender essas histórias, a partir dos discursos dos seus mestres é considerar os vários sentidos e significados dados a elas por esses sujeitos, pois “compreender, eu diria, é saber que o sentido pode ser outro” (ORLANDI, 1988, pág. 12). Nessa perspectiva, os lugares ocupados por esses sujeitos devem ser compreendidos como de ação e interação. Por isso, a opção por um tipo de pesquisa qualitativa cuja abordagem além de considerar o descritivo, centra-se na análise que considere o discurso (AD) que caracterizam o campo de investigação das ciências sociais, incluindo a utilização de entrevistas. Preferimos utilizar o nome do entrevistado como ele foi batizado e é conhecido no mundo da capoeira como forma de respeito e valorização da sua história, trajetória e anos de dedicação a arte luta da capoeira. Vamos às respostas e seguir adiante!

Sobre a primeira questão, “Por que a capoeira é importante para a preservação da cultura no Brasil?” (Pergunta 1), temos as respostas:

“A Capoeira é parte integrante do desenvolvimento Sócio Econômica do Brasil, desde o tempo do Império. A história da Capoeira se confunde com a história do Brasil, sendo, portanto, de suma importância na preservação da nossa cultura, pois é parte integrante dela” (Mestre Paulinho Salmon ou Bafo de Onça).

“Mantém toda uma história, lendas, fatos e está presente na história do Brasil” (Mestre Ephrain).

“Por seu conteúdo histórico cultural. Por ser uma importante ferramenta para educação dos brasileiros, em todas as etapas de suas vidas. Por elevar a autoestima e o equilíbrio psicossocial do ser humano praticante. Por conter em seu bojo, diversas participações em vários segmentos, inclusive em Guerra... Por ser prática de libertação de amarras sociais que limitam a ação do ser humano... Por ser mais uma das inúmeras tradições afro-brasileiras....” (Mestre Berg Yorubá).

“Para Preservar nossos costumes e tradições na mais pura verdade da nossa história, pois embora perseguida sobreviveu nas duas formas de governos: Monarquia e republica” (Mestre Paulão Muzenza).

“Por conta da sua história de luta participação nos rumos da nação” (Mestre Levi).

“Porque sua história se confunde com a história do nosso país. A nossa arte tem em seu percurso exemplos de resistência e de luta pela liberdade e hoje é uma atividade das que mais difundem nossa cultura e a língua portuguesa no mundo” (Mestre Toni Vargas).

As respostas acima expressam a plena consciência dos mestres entrevistados sobre ser a capoeira importante na preservação da cultura brasileira, devido a vários aspectos como o conteúdo histórico e cultural, bem como o potencial educativo para todos os brasileiros. Contar a história da capoeira é também contar a história do Brasil, uma história de luta marcada pela perseguição governamental, por isso, uma prática para a libertação. Segundo os entrevistados, a capoeira é uma das tradições de matriz africana que eleva a autoestima e o equilíbrio psicossocial dos seus praticantes, “exemplos de resistência e de luta pela liberdade e hoje é uma atividade das que mais difundem nossa cultura e língua portuguesa no mundo”. Não é por acaso que a capoeira nos últimos anos conquistou o mundo passando a ser difundida por mais “de 150 países, com variações regionais e locais criadas a partir de suas

“modalidades” mais conhecidas: as chamadas *capoeira angola* e *capoeira regional*”. (IPHAN, 2017, p. 7).

Sobre a segunda questão, “Como Mestre, fale porque a preservação da capoeira, sua história de lutas, memórias e identidades são tão importantes para nós capoeiras hoje?” (Pergunta 2), responderam os mestres entrevistados:

“Quem não preserva o seu patrimônio pode perdê-lo para o vizinho. Como detentores do saber se não dermos a devida importância seremos os maiores responsáveis por uma ‘possível’ perda deste patrimônio ao não reconhecer tudo que foi feito por nossos ancestrais” (**Mestre Paulinho Salmon**).

“Porque através dessa preservação mantemos o verdadeiro valor da capoeira, onde mostra toda sua identidade cultural e nacional” (**Mestre Ephrain**).

“Como identidade de um povo que só consegue as coisas através de muitas lutas e batalhas... Nunca nada foi fácil para os brasileiros, e a Capoeira ajuda a desenvolver esse espírito de luta...” (**Mestre Berg Yorubá**).

“Para que não seja perdida a sua essência deixada pela nossa ancestralidade” (**Mestre Paulão Muzenza**).

“Por ser tradicional, precisa ser transmitida de geração em geração. Sua importância histórica de luta e persistência foram marcadas por ancestrais que acreditavam que o reconhecimento seria realidade” (**Mestre Levi**).

“Não podemos ter um presente e nem futuro que faça algum sentido se desprezarmos nossas origens porque elas definem os fundamentos que sustentam nossos fazeres. Por exemplo: Nossa origem negra nos leva a compreender o valor da ancestralidade como elemento mantenedor e formador da nossa identidade. Conhecer e reconhecer a história da nossa arte é fundamental para preservá-la. É preciso compreender a Capoeira como resistência no passado para poder revelar seu papel transformador no presente” (**Mestre Toni Vargas**).

As respostas acima dos entrevistados destacam a centralidade do papel do mestre no que diz respeito à preservação da capoeira como um fenômeno da cultura nacional. De certa forma, o conjunto das falas expressa o “lugar de fala” ocupado pelos mestres no universo da capoeira e na sociedade como um todo, no sentido dado por Ribeiro (2017)¹⁰⁴. O que estamos dizendo é que o lugar de fala dos mestres de capoeira revelado pelos entrevistados mostra a plena consciência deles em relação ao papel que desempenham na luta histórica pela valorização e fortalecimento da capoeira como expressão da cultura nacional, com a lucidez

¹⁰⁴ RIBEIRO, Djamil. O que é lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento, 2017. 112 pp. (Feminismos Plurais).

de protagonistas no campo das políticas públicas de reconhecimento do patrimônio brasileiro, cujas raízes são africanas.

Em outras palavras, os entrevistados em suas respostas revelam que os mestres e mestras são os responsáveis pela preservação da capoeira, a partir das vivências e experiências em suas trajetórias, tendo como base os fundamentos de um saber ancestral, cuja referência são os mestres antigos criadores desta arte-luta-cultura. A sabedoria dos entrevistados mostra que não há capoeira sem um mestre ou mestra, sem os fundamentos que fizeram e fazem a capoeira ser conhecida em todo o Brasil e difundida pelo mundo, transformando a vida das pessoas. Por isso, alguns mostram preocupação com a ameaça da perda desses fundamentos que são históricos, filosóficos e sociológicos. Só os mestres e mestras conhecem esses fundamentos passados na prática e oralmente para as gerações futuras.

Este raciocínio mostra que a capoeira é um patrimônio diferenciado por sua identidade ancestral negra africana e por uma historicidade própria, tornando-se uma tradição, transmitida de geração em geração, por quem conhece e valoriza sua origem e fundamentos, os mestres e mestras de capoeira. Sem o conhecimento desse passado, não existe presente e nem futuro para a capoeira, como afirma Mestre Toni Vargas acima, que em sua sabedoria chama atenção para a compreensão da valorização da ancestralidade e do conhecimento com reconhecimento da história da capoeira como arte, luta, resistência e transformação, isto é, aspectos relevantes para a sua preservação.

Nesta direção, importante dizer que não se preserva o que não se conhece e somente os mestres e mestras que valorizam a história e os fundamentos exercem papel importante na sua preservação, assumindo o lugar de educador cuja função é saber ensinar. Em geral, as respostas dos mestres entrevistados expressam as razões que deram a base para o reconhecimento da Roda de Capoeira como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial da Humanidade pela UNESCO no ano de 2014, em atendimento a solicitação do IPHAN que em documento enviado a esta instituição em 2013, intitulado Roda de Capoeira - Brasil, destaca que a roda de capoeira “expressa a história de resistência negra no Brasil, durante e após a escravidão” (IPHAN. 2013, p. 3).

Para os fins desta dissertação, queremos destacar o sujeito conhecedor dessa história e que compreende a capoeira como força de resistência e afirmação e, por isso, fator de

transformação, o mestre e a mestra de capoeira, que detém o domínio, os conhecimentos e as habilidades para sua continuidade, sem os quais isso não seria possível.

Das nove perguntas supracitadas, sete foram direcionadas a questão da salvaguarda da capoeira. Porém, as questões relacionadas às perguntas 3 e 4, por serem próximas e contínuas no sentido das respostas, são apresentadas a seguir em sequência, a partir da fala de cada mestre entrevistado, para melhor compreensão. “O que o senhor entende como Salvaguarda?” (Pergunta 3); “Por que a Salvaguarda é necessária?” (Pergunta 4). As respostas foram:

Em resposta, Mestre Paulinho Salmon diz que a salvaguarda

“É a **proteção e guarda** de um patrimônio. É como a Patente de uma marca ou a Escritura de um bem material. Se não proteger o que é hoje amanhã pode não ser!”; [é necessária] “Como descrito acima, se não proteger nem resguardarmos o "nosso" Patrimônio amanhã poderá ser ou não” (grifo nosso).

Já Mestre Ephrain considera que a salvaguarda é

“Preservar, **tudo que constitui a capoeira**, luta, dança, lendas, música, instrumentos e o seu desenvolvimento até hoje”; [é necessária] “Para que a atualidade possa ter contato com todo o fundamento da capoeira” (grifo nosso).

Em sua resposta, Mestre Berg Yorubá afirma que a salvaguarda é

“A preservação de uma prática, especialmente imaterial, cujo conteúdo geralmente está em poder dos mais antigos, dos ancestrais... Então é importante a sua SALVAGUARDA até para perpetuação de nossa brasilidade... E sua **relação de continuidade**...”; [é necessária] “Para preservação dos saberes de um povo... Para preservação e identidade com nossas práticas culturais, o que legitimará nossa identidade como brasileiro!”

Para Mestre Paulão Muzenza, a salvaguarda é

“Proteger a Capoeira **mantendo seus fundamentos, costumes e tradições**”; [é necessária] “Para que os Mestres de Capoeira possam perpetuar seus fundamentos, costumes e tradições, visando a **passar na sua íntegra para as novas gerações de mestres** a sua mais pura essência” (grifo nosso).

Em sua resposta, Mestre Levi diz que

“Salvaguardar é **proteger** e reconhecer a realidade de um segmento, seus representantes, e **dar suporte** que possa **atender os anseios do coletivo**”; [é necessária] “Porque é uma forma legal de se manter viva

a nossa cultura, através do reconhecimento e registro do IPHAN” (grifo nosso).

Para o Mestre Toni Vargas a salvaguarda

“É **preservar, cuidar, divulgar, dar visibilidade a partir do coletivo**. Oportunizar seus praticantes de conhecerem profundamente suas bases histórico/culturais e **fomentar ações que contemplem pelo menos a maior parte da comunidade capoeirística, respeitando as diferenças e buscando a unidade**” (grifo nosso);

“Mais que necessária ela é urgente, porque o ‘crescimento’ rápido e por vezes desordenado acabou abrindo espaço para muitas leituras individualistas e que muitas vezes tem como objetivo apenas o crescimento pessoal ou de determinadas tribos. O **coletivo (fundamento de nossa arte)** fica prejudicado e a velocidade da mídia via internet, cria proposições equivocadas que confundem os praticantes e por vezes os afastam de uma linha de **pensamento/ação** que possa ser baseada em nossas origens” (grifo nosso).

Em linhas gerais, as respostas dos mestres entrevistados à questão acima sobre a salvaguarda, convergem para a ideia de que salvaguardar a capoeira é protegê-la como patrimônio cultural preservando aquilo que constitui seus fundamentos, costumes e tradições. Forma legal, devido ao reconhecimento por registro pelo IPHAN, necessária e urgente para a sua continuidade, no sentido de dar suporte e fomentar ações a partir da comunidade dos capoeiristas, que contemplem seus anseios e respeite as suas diferenças na busca de uma unidade.

Em conjunto, as falas dos mestres convergem com o que a UNESCO (2003) define a salvaguarda, como

medidas que visam garantir a viabilidade do patrimônio cultural imaterial, tais como a identificação, a documentação, a investigação, a preservação, a proteção, a promoção, a valorização, a transmissão - essencialmente por meio da educação formal e não-formal - e revitalização deste patrimônio em seus diversos aspectos.

Apesar desta convergência, queremos ressaltar a fala de Mestre Berg Yorubá que destaca a importância da salvaguarda na “relação de continuidade” da capoeira e que ela é necessária “para preservação dos saberes de um povo... Para preservação e identidade com nossas práticas culturais, o que legitimará nossa identidade como brasileiro!”. Porém, chama atenção para o fato de que o conteúdo da prática da capoeira está em “poder dos mais antigos, dos ancestrais...”. Este é um aspecto que fundamenta a prática da capoeira, o respeito aos mestres mais antigos, isto é, a ancestralidade dos capoeiras.

Por isso, a importância da preocupação do Mestre Toni Vargas demonstrada em sua fala quanto ao “crescimento’ rápido e por vezes desordenado” da capoeira, a partir de “leituras individualistas e que muitas vezes tem como objetivo apenas o crescimento pessoal ou de determinadas tribos”. Crescimento este potencializado pela mídia e pela internet que prejudica o coletivo, “confundem os praticantes e por vezes os afastam de uma linha de pensamento/ação que possa ser baseada em nossas origens”. Essas origens não existem sem a ancestralidade e os mestres mais antigos (pois a “velha capoeira” não morreu), constituindo a capoeira em uma prática social coletiva para além das individualidades.

A luta pelas ações de salvaguarda da capoeira visando garantir a viabilidade da Roda de Capoeira e do Ofício dos Mestres de Capoeira reconhecidos como patrimônio cultural brasileiro (IPHAN, 2008), deve ter como ponto de partida e de chegada o coletivo dos capoeiras. E no mundo da capoeiragem este coletivo é plural e diverso, cada grupo de capoeira em si é um coletivo e tem os seus próprios mestres. O fato é que o Conselho reuniu inúmeros grupos de capoeira, o que tornou um desafio constante para a sua funcionalidade visando a elaboração do plano de salvaguarda, a questão ressaltada por Mestre Toni Vargas acima, no sentido de “**...fomentar ações que contemplem pelo menos a maior parte da comunidade capoeirística, respeitando as diferenças e buscando a unidade**” (grifo nosso).

Por ser diverso e plural, o coletivo dos grupos de capoeira pode ser caracterizado por uma heterogeneidade especial, a partir da sua própria historicidade que tem como base a trajetória do seu mestre principal ou mestres, onde tudo começa. Considerando que cada mestre constrói suas estratégias e práticas em jogar a capoeira, a partir do que lhe foi ensinado, a pluralidade é essencial na constituição da capoeira. Portanto, não é estranho quando um conjunto formado por inúmeros capoeiras, com vivências e experiências diversas (como é o Conselho) apresenta dificuldades em entendimentos e pensamentos que visam unificar ações a serem desenvolvidas.

Por isso, não é fruto do acaso e nem pode parecer estranho, o aparecimento de contradições e divergências, diferentes posicionamentos sobre determinada questão no Conselho de Mestre da Capoeira do Rio de Janeiro. Às vezes, identificamos posicionamentos onde o mesmo mestre defende a salvaguarda da capoeira com a manutenção de seus fundamentos, costumes e tradições, mas, ao mesmo tempo, também defende a regulamentação da prática da capoeira e sua profissionalização, de forma que a regulação engessa e põe limites às próprias práticas dos capoeiras cujo histórico é de liberdade, autonomia e diversa

culturalmente na transmissão de seus valores e conhecimentos, de geração a geração, como é a nossa capoeira.

Quando perguntado “Na sua visão, o que deve ser feito pra que os 8 (oito) pontos apontados como prioritários para a Salvaguarda da Capoeira sejam alcançados?” (Pergunta 5), os mestres entrevistados responderam:

“Maior comprometimento dos Conselheiros, humildade e distribuição de tarefas. Unidos somos capazes de superar obstáculos e fazer muito mais” (Mestre Paulinho Salmon).

“Mais incentivo político e financeiro” (Mestre Ephrain).

“Políticas públicas para desenvolvimento da prática de um folguedo genuinamente brasileiro!” (Mestre Berg Yorubá).

“Deontologia, resiliência e muita dedicação, individual e coletiva” (Mestre Paulão Muzenza).

“Reunir todos os conselheiros, grupo de trabalho e órgão competente, em busca da solução governamental, IPHAN” (Mestre Levi).

“É essencial podermos desenvolver um pensamento comunitário, coletivo, porque só assim poderemos respeitar os interesses dos Capoeiristas em maior escala. É preciso compreender que a salvaguarda é um processo, que devemos ser os protagonistas e não só para de ego inflado falarmos de nós mesmos, mas, para realmente agirmos em Comunhão em prol de um objetivo maior A NOSSA CAPOEIRA” (Mestre Toni Vargas).

Tratamos aqui de levantar a opinião dos mestres entrevistados em relação a efetivação das “oito chamadas de angola” apresentadas no segundo capítulo como metas a serem cumpridas pelo Conselho de Mestres para alcançar a Salvaguarda da Capoeira do Rio de Janeiro. Dos oito pontos, somente o primeiro foi realizado, a “Criação de um Conselho de Mestres da Capoeira” (1). A ausência do cumprimento dos demais pontos explica em parte a não efetividade de Plano da Salvaguarda. A pergunta aqui tem como foco a identificação do que é preciso fazer para alcançar os sete pontos restantes, a saber: Descobrir parâmetros identitários da Capoeira do RJ (2); Divulgar, Identificar e Desenvolver a(s) pedagogia(s) da Capoeira (3); Troca de saberes sobre o ensino e transmissão da Capoeira (4); Capacitação em elaboração de projetos dentro das Leis: 10.639 de 2003 (Institui o Ensino da Cultura Afro-brasileira) e 12.288 de 2010 (Estatuto da Igualdade Racial) (5); Criação de Fóruns Temáticos

(6); Criação de um Centro de Referência para a Capoeira do RJ (7) e Criação de espaço padronizado nas praças para a prática da Capoeira acompanhado de um Mestre (8).

As respostas, em conjunto, apontam para caminhos diversos na realização desses pontos (chamadas). Destacamos as falas dos mestres Paulinho Salmon, Paulão Muzenza e Toni Vargas, no sentido que elas apontam para questões relacionadas ao comprometimento dos próprios conselheiros: “maior comprometimento”; “...dedicação, individual e coletiva”; “pensamento comunitário”. Todos convergem com a ideia de ser os mestres de capoeira “os protagonistas” e, uma vez “unidos”, são capazes de “superar obstáculos e fazer muito mais”. Os mestres Levi, Berg Yorubá e Ephrain, apontam para caminhos diferentes, porém complementares, que podem aqui ser interpretados como o suporte e articulação necessários para realizar os demais pontos do Plano de Salvaguarda, para além da questão do comprometimento individual de cada conselheiro. Entendendo o Plano como política pública, a “busca de soluções é governamental” e em parceria com todos os envolvidos (conselheiros, grupo de trabalho e órgãos competentes), visando “mais incentivo político e financeiro”.

Ressaltamos nesta questão, a fala de Mestre Toni Vargas que chama atenção para a salvaguarda ser um “processo” em que os mestres de capoeira como “protagonistas” devem “agir em comunhão” e em “prol de um objetivo maior...”, o que nos parece bastante sensato em momento de dificuldades de entendimento.

Em seguida, fizemos a pergunta, “Enquanto Conselheiro quais eram suas expectativas na implementação de políticas públicas para a capoeira a partir da Salvaguarda?” (Pergunta 6). Assim, responderam os entrevistados:

Que houvesse mais comprometimento e frequência de pelo menos 70% dos Conselheiros. Infelizmente não foi assim (Mestre Paulinho Salmon).

Que a capoeira fosse inserida em escolas e tivesse a importância devida a ela quanto aos locais que foram palco de grandes encontros da capoeira (Mestre Ephrain).

Todas as possíveis, legítimas e verdadeiramente autênticas práticas culturais, no caso, a CAPOEIRA... (Mestre Berg Yorubá).

Até o momento os merecidos reconhecimentos da Roda de Capoeira e do Ofício de Mestre de Capoeira no Brasil e no exterior foram verdadeiros marcos evolutivos e histórico para Capoeira. Não se pode esquecer do Prêmio Viva Meu Mestre que valorizou o esforço e dedicação de 100 mestres de Capoeira de várias partes do Brasil (Mestre Paulão Muzenza).

De ver concluído os pedidos e anseios das lideranças, de nossa classe, assim como os reconhecimentos nacional e internacional (Mestre Levi).

Assim como muitos tive a ilusão de que tudo seria resolvido a partir de um olhar pela primeira vez oficial para a Capoeira. Mas precisei compreender que o governo e suas instituições não podem e não são responsáveis por esse processo, nós é que precisamos nos apropriar e responsabilizar pelo que é nosso. E só faremos isso se conseguirmos trabalhar juntos, com consciência e amor pela nossa arte (Mestre Toni Vargas).

O conjunto das respostas dos entrevistados apresenta um quadro com expectativas otimistas e também desapontamentos. As expectativas otimistas estão apontadas nas falas do Mestre Berg Yorubá “todas as possíveis...”, complementado pela fala do Mestre Ephrain que “a capoeira fosse inserida em escolas” e do Mestre Paulão Muzenza que ressalta como “marcos evolutivos” os registros da Roda de Capoeira e do Ofício de Mestre de Capoeira como patrimônio cultural do Brasil e no exterior e, também “o Prêmio Viva Meu Mestre que valorizou o esforço e dedicação de 100 mestres de Capoeira de várias partes do Brasil”. Pode ser somada a este otimismo, a fala de Mestre Levi que tem expectativas de ver concluído no plano de salvaguarda “os pedidos e anseios das lideranças, de nossa classe, assim como os reconhecimentos nacional e internacional”.

Os desapontamentos estão expressos nas respostas de Mestre Paulinho Salmon e Mestre Toni Vargas. O primeiro, por esperar mais comprometimento dos mestres conselheiros na participação e presença nas reuniões do Conselho, que “infelizmente não foi assim”. Já Mestre Toni Vargas revela o que muitos mestres tinham como expectativas positivas de que “tudo seria resolvido” a partir do olhar oficial do Estado, o que constatou ser uma “ilusão”. Esta é uma questão que precisa de maior discussão com foco na relação Estado e sociedade civil, o que não foi possível neste momento e que ficará para investigações futuras. De qualquer forma, Mestre Toni Vargas chama a necessidade de refletirmos sobre o fato de que o “governo e suas instituições não podem e não são responsáveis por esse processo” e que nós capoeiras “precisamos nos apropriar e responsabilizar pelo que é nosso. E só faremos isso se conseguirmos trabalhar juntos, com consciência e amor pela nossa arte”.

Perguntados sobre a questão “Qual das opções abaixo o senhor apontaria como o maior obstáculo para a elaboração das ações da salvaguarda?” (Pergunta 7), considerando as alternativas “Falta de Interesse”, “Desconhecimento das atribuições do Conselho”, “Disputas Internas” e “Outro” (vide formulário google no apêndice). Em respostas, os Mestres Ephrain e Berg Yorubá apontaram a primeira opção “Desconhecimento das atribuições do Conselho” como maiores obstáculos; já os Mestres Paulão Muzenza e Toni Vargas assinalaram

“Disputas Internas”. No entanto, os Mestres Levi e Paulinho Salmon preferiram optar pela alternativa “Outros”, acrescentando: “Entendimento, determinação e vontade própria” (Mestre Levi); “A falta de empenho e comprometimento com a proposta de Salvaguarda. Se a maioria dos Conselheiros se fizessem presentes nas assembleias, teríamos uma gestão proativa, vencendo todos os obstáculos” (Mestre Paulinho Salmon).

Podemos articular essas respostas sobre os obstáculos com as respostas da questão seguinte para uma melhor compreensão das falas dos mestres entrevistados. Ao serem perguntados, “De acordo com a sua resposta acima, fale sobre este fator e o esvaziamento do Conselho?” (Pergunta 8), responderam:

Com a ausência e desinteresse da maioria dos Conselheiros, a minoria que se dedicava acabou se desgastando. Quanto aos demais, creio que por interesses pessoais e corporativos. Particularmente não aceito os argumentos de falta de recursos para comparecer nas reuniões porquanto desde o início sabíamos que não haveria contrapartidas financeiras. Penso que alguns só queriam o título de Conselheiro do IPHAN para enriquecer seus Currículos. ****Certo ou errado este é o meu pensamento**** (Mestre Paulinho Salmon).

Foram dado cargo de conselheiro sem antes a maioria saber qual a intenção de ser criado o Conselho. **E o esvaziamento, porque muitos ainda trabalham e as reuniões são em horário não muito flexível** (Mestre Ephrain, grifo nosso).

Falta de preparo para o estágio que a Capoeira alcançou... (Mestre Berg Yorubá).

Vaidades e ausência de prolabores para deslocamentos e alimentação dos Mestres (Mestre Paulão Muzenza).

Entendimento, determinação e vontade própria (Mestre Levi).

As pessoas acabam demonstrando mais interesse por falar e divulgar suas realidades e histórias pessoais que compreender a Capoeira como um universo único, complexo e holístico (Mestre Toni Vargas).

Podemos notar que não há consenso nas respostas dos mestres entrevistados quanto aos obstáculos à elaboração do plano de salvaguarda e nem em relação aos fatores que levaram ao esvaziamento do Conselho, havendo certa convergência e também divergência. Dois mestres apontaram como maior obstáculo para a elaboração das ações de salvaguarda o “desconhecimento das atribuições do Conselho” e dois mestres apontaram para as “disputas internas”. Interessante pensar que estas disputas podem estar associadas, ou não, às vaidades

de cada mestre tendo em vista que “as pessoas acabam demonstrando mais interesse por falar e divulgar suas realidades e histórias pessoais que compreender a capoeira como um universo único, complexo e holístico”, como afirma Mestre Toni Vargas.

Porém, podemos pensar também que “falta de empenho e comprometimento com a proposta da Salvaguarda” explicado pela ausência dos conselheiros nas assembleias, como afirma Mestre Paulinho Salmon, pode estar associado a “ausência de pro labore para deslocamentos e alimentação dos Mestres”, como diz Mestre Paulo Muzenza. O fato é que as respostas revelam não somente a existência de vários fatores como também o fato de que esses fatores estão associados, de alguma forma.

Por conta dessa complexidade, queremos realçar o fator “desconhecimento das atribuições do Conselho” que pode explicar ou não, a questão do “Entendimento, determinação e vontade própria” colocada por Mestre Levi; o fato de que “foi dado cargo de conselheiro sem antes a maioria saber qual a intenção ser criado o Conselho” como coloca Mestre Ephrain; a “Falta de preparo para o estágio que a Capoeira alcançou...” como disse Mestre Berg Yorubá; a participação e a presença nas assembleias como assinalada por Mestre Paulinho Salmon e outros. Sobre este aspecto, importante ressaltar o que disse Mestre Ephrain grifado por nós acima, sobre “o esvaziamento, porque muitos ainda trabalham e as reuniões são em horário não muito flexível”.

Importante chamar atenção que as respostas dos entrevistados traduzem um olhar específico de sujeitos do universo da capoeira voltados para eles próprios, de certa forma oferecendo uma visão peculiar do mundo da capoeira. Daí, todo tempo, o mestre ser o centro das questões, dentro de uma visão particular como a fonte dos problemas e insucesso do plano da salvaguarda da capoeira no caso do Rio de Janeiro. A falta de empenho e comprometimento dos mestres de capoeira com a proposta da Salvaguarda da Capoeira muitas das vezes é colocada como “um dos grandes obstáculos” para a não elaboração do Plano de Salvaguarda como afirma Mestre Paulinho Salmon. Para este mestre, “a ausência e desinteresse da maioria dos conselheiros fez com que a minoria que se dedicava ficasse desgastada” e “alguns só queriam o título de Conselheiro do IPHAN para enriquecer seus currículos”. Talvez Mestre Paulinho Salmon tenha razão, o que pode explicar parcialmente o esvaziamento do Conselho, porém outros fatores deverão ser considerados para uma melhor compreensão sobre a situação do Plano de Salvaguarda da capoeira no Rio de Janeiro.

Podemos acrescentar, a partir da nossa vivência e experiência nesse processo, no qual participamos como membro conselheiro e que aqui podemos refletir mais detidamente, o fato que o comprometimento de cada conselheiro acaba sendo visto especificamente com a sua efetiva participação nas reuniões do Conselho naquele momento, logo após a instalação do Conselho de Mestre. Este tipo de participação requer presença constante dos conselheiros, o que remete às condições de cada um em relação à mobilidade, disponibilidade e suporte necessários a dedicação às atividades do Conselho, o que se mostrou uma grande dificuldade para a maior parte dos conselheiros, desde o início. A maioria dos mestres de capoeira conselheiros vive do seu próprio sustento e longe do centro da cidade, o fato de deixar suas atividades diárias para se deslocarem para reuniões sempre foi uma dificuldade a ser enfrentada por cada mestre.

Por isso, fatores políticos e institucionais devem ser considerados para uma análise mais detalhada sobre a funcionalidade do Conselho de Mestre de Capoeira. O tamanho deste Conselho parece não ter ajudado em primeira leitura para a sua funcionalidade. Formado por 30 mestres como membros titulares, a maior parte residia no interior do estado e na periferia do Rio de Janeiro, cuja mobilidade dependia das condições oferecidas pelo IPHAN que é o órgão federal articulador e condutor de todo o processo de salvaguarda. Independente de ter ou não pro labore, os aspectos financeiros e organizacionais do Conselho deveriam ser adequados o bastante para dar condições de seu pleno funcionamento. As tarefas e atribuições do Conselho eram muitas e exigiam uma infraestrutura de trabalho administrativo e técnico, recursos humanos e financeiros adequados à complexidade de suas ações.

Outro fator importante e que queremos ressaltar está relacionado às atribuições do Conselho, pois requer um processo de autoaprendizagem que remete a socialização do conhecimento, especialmente de cunho normativo a ser apropriado pelos conselheiros. Trata-se de qualificações que o Conselho deveria ter realizado com os devidos suportes necessários. Talvez, antes da realização do processo eleitoral que escolheu os mestres conselheiros, deveria ter realizado um trabalho de formação política com vista ao funcionamento institucional do Conselho. Este trabalho também poderia ter sido realizado logo após a instalação do Conselho. Mesmo considerando o material disponível para a busca de informações pertinentes, este tipo de formação é indispensável, incluindo a experiência de Conselhos em outros estados, como o Conselho de Mestres da Salvaguarda da Capoeira nos estados de Minas Gerais e Bahia.

Como última questão levantada junto aos mestres entrevistados, perguntamos “O que o senhor indicaria como proposta de encaminhamento para salvaguardar a capoeira do RJ?” (Pergunta 09). Vejamos as respostas:

Primeiramente cumprir com a proposta dos 8 pontos prioritários. Em seguida, uma tarefa quase impossível devido ao egocentrismo, arrogância e falta de humildade. Seria tentar a unificação de nomenclaturas e graduações. Um patrimônio que em cada região tem tanta divergência de titulações e nomenclaturas? ***É corda, cordel, Mestríssimo, Grão Mestre, Maior Mestre, etc..*** fica difícil para pessoas comuns entenderem (Mestre Paulinho Salmon).

Que fosse feita uma pesquisa séria sobre aqueles que trabalham com real valor da capoeira e lutaram durante bom tempo para preservá-la (Mestre Ephrain).

A elaboração de uma pauta sistematizada, objetiva, propositiva sobre temas que possibilitem o desenvolvimento e contextualização da prática da Capoeira! (Mestre Berg Yorubá).

A maioria dos Mestres de Capoeira ganham muito pouco para sua sobrevivência individual e de suas famílias. Sugiro que seja dado prolabores para os Mestres de Capoeira Conselheiros como um pequeno incentivo ao trabalho (Mestre Paulão Muzenza).

Um centro de referências que possa atender a todas as demandas para os capoeiristas e interessados, com vídeos, áudios, fotos, além de uma biblioteca. "Centro de referência da capoeira do Rio de Janeiro" (Mestre Levi).

Precisamos fazer alguma coisa que encoraje as lideranças, fomentar ações para que as pessoas voltem a ter esperança. Um simpósio com oficinas e debates orientados e bem planejados e definidos que oferecessem a comunidade a oportunidade de reciclar e trocar a partir da PRÁTICA (Mestre Toni Vargas).

No conjunto, as respostas acima apontam para muitos desafios e contribuem na construção de uma agenda para nós capoeiras, na direção da salvaguarda da capoeira no Rio de Janeiro. Uma agenda que seja capaz de elaborar uma “pauta sistematizada, objetiva, propositiva sobre temas que possibilitem o desenvolvimento e contextualização da prática da Capoeira!”, como afirma Mestre Berg Yorubá. Dentre as questões a serem pautadas neste tipo de agenda, podemos destacar pesquisas sérias “sobre aqueles que trabalham com real valor da capoeira e lutaram durante bom tempo para preservá-la”, como nos diz Mestre Ephrain. Uma agenda que coloque como fundamental a construção do "Centro de referência da capoeira do

Rio de Janeiro" para atendimento das “demandas para os capoeiristas e interessados, com vídeos, áudios, fotos, além de uma biblioteca”, como explica Mestre Levi. Uma agenda que de alguma forma, sirva para encorajar “as lideranças, fomentar ações para que as pessoas voltem a ter esperança” mediante a realização de “simpósio com oficinas e debates orientados e bem planejados e definidos que oferecessem a comunidade a oportunidade de reciclar e trocar a partir da PRÁTICA”, como sabiamente coloca Mestre Toni Vargas. Por fim, uma agenda que aponte a retomada do Conselho de Mestres de Capoeira visando “cumprir com a proposta dos 8 pontos prioritários”, como recomenda primeiramente Mestre Paulinho Salmon.

Porém, considerando a sugestão dada por Mestre Paulão Muzenza, no sentido de ter “prolabores para os Mestres de Capoeira Conselheiros como um pequeno incentivo ao trabalho”, este é um assunto polêmico e sem consenso. Sabemos que o cargo de conselheiro não é remunerado, como afirmado na Portaria nº 299, de 17/07/2015, do IPHAN, que dispõe sobre os procedimentos para a execução de ações e planos de salvaguarda para os Bens Registrados como Patrimônio Cultural do Brasil, e determina que o conselho deliberativo da salvaguarda “não realizará a gestão de recursos diretamente e tampouco formalizará personalidade jurídica [...] e seus participantes também **não serão remunerados**” (IPHAN, 2015, pág. 16 - grifos nossos).

Apesar desta normatividade, compreendermos não ser possível fechar os olhos para esta questão, tendo em vista que a “maioria dos Mestres de Capoeira ganham muito pouco para sua sobrevivência individual e de suas famílias”, como bem afirma o Mestre Paulão Muzenza.

Uma outra questão colocada pelo Mestre Paulinho Salmon acima, diz respeito à ideia de “tentar a unificação de nomenclaturas e graduações”, tarefa que ele mesmo considera “quase impossível”. Esta é uma questão polêmica e de difícil resolução não pelos motivos alegados pelo Mestre, “... devido ao egocentrismo, arrogância e falta de humildade”, mas pela complexidade da formação histórica da capoeira, marcada pela diferenciação dos inúmeros grupos de capoeiras em cada canto do nosso país. A pluralidade e a diversidade são características constitutivas do conjunto que forma a capoeira brasileira. Se unificar na visão do mestre é padronizar como deixa transparecer, como fazer isso em um universo constituído historicamente pela pluralidade e diversidade? Faz sentido falar em unificação no mundo da capoeira? É possível estabelecer um padrão que dê conta do universo da capoeiragem? Deixo esta questão para futuras reflexões e aprofundamentos, no campo do debate de uma política pública de valorização da capoeira, para mestre e pesquisadores. No momento, não é nosso

propósito com este trabalho entrar neste tipo de discussão, apesar de considerarmos necessário frente às discrepâncias no uso de termos variados, alguns não identificados com a matriz africana.

Considerando o que dizem nossos entrevistados, todos mestres renomados com vastas vivências e experiências na capoeira, acreditamos que as causas da não elaboração do Plano de Salvaguarda da Capoeira, dentre os quais o esvaziamento do próprio Conselho de Capoeira do Estado do Rio de Janeiro, são diversas e não estão relacionadas apenas a uma questão específica. O desinteresse dos mestres conselheiros ressaltados em algumas falas relacionados à baixa participação e presença nas reuniões do Conselho de Mestres ocasionando o seu esvaziamento, explicada em parte, por alguns, pelas vaidades e intrigas pessoais, por certo prejudica o processo, mas não explica a falta da elaboração do plano como um todo, ainda mais quando depois de empossado, o Conselho passou dois anos para que este plano pudesse ter sido elaborado e, mais adiante, teve a renovação de seu mandato por mais dos anos sendo que dentre os conselheiros empossados, alguns até já falecidos.

Uma análise mais profunda sobre o esvaziamento do Conselho de Mestres deve considerar para além das individualidades dos mestres em si, os fatores políticos e institucionais que dizem respeito ao suporte organizacional e financeiro do Conselho enquanto um órgão coletivo importante no processo de salvaguarda. A criação do Conselho de Mestres é apenas um dos passos valiosos previstos no processo de salvaguarda da capoeira, de acordo com o Termo de Referência para a Salvaguarda de Bens Registrados, publicado em 17 de julho de 2015, através da Portaria nº 299, que disciplina a gestão dos bens registrados como Patrimônio Cultural do Brasil, orientando os procedimentos e fluxos das atividades relacionadas ao processo, a serem adotados pelas unidades estaduais do IPHAN, considerando o contexto sociocultural de cada bem registrado (IPHAN, 2015, Anexo I).

Usando este Termo como parâmetro para analisar o caso do processo do Plano de Salvaguarda do Estado do Rio de Janeiro, podemos dizer que este processo não ultrapassou os primeiros passos considerando os quatro eixos previstos e reconhecidos pela Coordenação-Geral de Salvaguarda (CGSG) para a salvaguarda de bens culturais Registrados, que compreendem um conjunto com 15 ações a serem adotadas, no âmbito do IPHAN em cada estado, conforme mostra a tabela a seguir.

Tabela 16 - Ações para a Salvaguarda dos Bens Registrados pelo IPHAN, por Eixos.

EIXOS		AÇÕES
Eixo 1	Mobilização Social e Alcance da Política	1.1. Mobilização e Articulação de comunidades e grupos detentores
		1.2. Articulação Institucional e Política Integrada
		1.3. Pesquisas, Mapeamentos e Inventários Participativos.
Eixo 2	Gestão Participativa no processo de salvaguarda	2.1. Apoio à criação e manutenção de coletivo deliberativo e elaboração de Plano de Salvaguarda
		2.2. Capacitação de quadros técnicos para a implementação e gestão de políticas patrimoniais
Eixo 3	Difusão e Valorização	3.1. Difusão sobre o universo cultural do bem Registrado
		3.2. Constituição, conservação e disponibilização de acervos sobre o universo cultural do bem Registrado
		3.3. Ação Educativa para diferentes públicos
		3.4. Editais e prêmios para iniciativas de salvaguarda
		3.5. Ampliação de mercado com benefício exclusivo dos produtores primários dos bens culturais imateriais (ação exclusiva para bens culturais cuja relação com o mercado está posta no Dossiê de Registro como estruturante do universo cultural em questão)
Eixo 4	Produção e Reprodução Cultural	4.1. Transmissão de saberes relativos ao bem Registrado
		4.2. Apoio às condições materiais de produção do bem cultural Registrado
		4.3. Ocupação, aproveitamento e adequação de espaço físico para Centro de Referência
		4.4. Atenção à propriedade intelectual dos saberes e direitos coletivos
		4.5. Medidas administrativas e/ou judiciais de proteção em situação de ameaça ao bem cultural Registrado

Fonte: Termo de Referência para a Salvaguarda de Bens Registrados, IPHAN, 2015.

Os tipos de ações previstas no quadro acima, executadas de forma combinada ou isolada, formam no conjunto o plano de salvaguarda, e devem ser realizadas em curto, médio ou longo prazo perfazendo o planejamento necessário para a elaboração do plano. Verificando o quadro acima e o relacionando com o que ocorreu no Estado do Rio de Janeiro, podemos

afirmar que o processo neste estado não ultrapassou os dois primeiros eixos, cumprindo-os parcialmente e isso explica porque a elaboração do plano nem sequer teve início.

O processo de escolha e posse dos conselheiros realizado pelo IPHAN do Rio de Janeiro exigiu as ações de mobilização e articulação previstas no eixo 1, porém, não foi possível de identificação, na investigação para esta dissertação, nenhuma atividade relacionada às ações de “pesquisas, mapeamentos e inventários participativos” (1.3). A ausência deste tipo de ações por certo que prejudica o funcionamento do Conselho já que podemos compreendê-las como ações importantes nas estratégias de mobilização e articulação, como também de auto aprendizado para os seus participantes, como ocorre nos inventários participativos, no âmbito da educação patrimonial, como bem assinala o documento do Termo de Referência.

Somamos a este, outro fator que, ao nosso entendimento, acarretou também fortes prejuízos ao Conselho de Mestres com vistas à elaboração do plano, referentes às ações previstas no eixo 2, “gestão participativa no processo de salvaguarda”, como “apoio à criação e manutenção de coletivo deliberativo e elaboração de Plano de Salvaguarda” (2.1); e a “capacitação de quadros técnicos para a implementação e gestão de políticas patrimoniais” (2.2). Com a posse dos conselheiros no Conselho de Mestres, esperava-se que as ações deste eixo fossem priorizadas, fato que não aconteceu de forma satisfatória, pois se assim fosse, muitas das questões surgidas durante as reuniões do Conselho provavelmente estariam passíveis de superação. O que chama atenção para o papel dos mediadores neste processo, dentre os quais destacamos o papel do IPHAN como a instituição condutora deste processo e, por isso, fundamental na interlocução direta com os diferentes grupos de capoeiras e seus mestres e demais instituições.

O Termo de Referência supracitado ressalta a importância do envolvimento efetivo das comunidades detentoras no processo de salvaguarda, considerado essencial para o avanço concreto na preservação do bem cultural. Porém, no contexto da capoeira no Rio de Janeiro, este envolvimento se mostrou insuficiente, ensejando por parte do IPHAN uma postura institucional mais incisiva. Sabemos que cabe ao IPHAN, o papel de mediação e de interlocução direta entre detentores e outros atores sociais envolvidos no processo de salvaguarda, desde o início. Em processos de salvaguarda relacionados a bens de universo tão complexo como o da capoeira, não deveria ser estranho o surgimento de tensões e conflitos

em níveis diversos. Tal situação, sem dúvida alguma, requeria maiores cuidados e devida atenção sobre estratégias específicas de atuação para a superação das adversidades, como instrumentalizar os envolvidos em lidar com situações de mediação vivenciadas durante o processo de salvaguarda, nos parece que seria uma postura fundamental deste órgão governamental. Isso porque, segundo o próprio documento, “à medida que os detentores, e o próprio IPHAN, têm sua capacidade de interlocução direta aprimorada, melhores se tornam as condições de realização da salvaguarda e mais fácil se torna a resolução de conflitos” (IPHAN, 2015, Anexo I).

Após o Registro do bem, o caminho institucional a ser seguido deveria ser o planejamento com vistas ao plano de salvaguarda. Mesmo decorrido algum tempo e dificuldades na definição institucional no executar deste planejamento, o esperado era que as condições consideradas fundamentais para a implementação da salvaguarda fossem apresentadas. Caberia ao IPHAN o alcance dessas condições após o Registro do bem cultural, ainda mais quando sabemos que o Dossiê de Registro indica algumas recomendações para a salvaguarda, em diálogo com os detentores e eventuais instituições parceiras. Logo após o Registro, os órgãos estaduais do IPHAN pelo menos deveriam prevê “ações orçamentárias ou não-orçamentárias para a implementação da salvaguarda, assim como para o acompanhamento e monitoramento destas atividades” (IPHAN, 2015, Anexo I).

Importante lembrar que o Estado do Rio de Janeiro, de referência inicial em relação as ações da salvaguarda da Capoeira em seu início, foi perdendo força em seu protagonismo frente à experiências de outros estados (Bahia, Roraima, Rio Grande do Norte, Ceará, Pará e Paraná) que iniciaram discussões muito depois das iniciadas no Rio de Janeiro, envolvendo os detentores e as detentoras da capoeira, órgãos do patrimônio cultural como IPHAN e outras instituições, tem hoje os seus Planos de Salvaguarda aprovados e publicados, construídos a partir de amplas discussões com seus pares.

Acreditamos que existe um acúmulo de discussões sobre a Salvaguarda da Capoeira, desde os Encontros Pró-Capoeira em 2010 e as Conferências Regionais em 2013, mediante debates que envolveram discussões locais, regionais e nacionais relativas a salvaguardar a nossa capoeira. A criação de uma metodologia como estratégica visando uma “estrutura temática orientada pelas demandas e problemas concretos enfrentados pelos capoeiristas para a continuidade de sua prática” (IPHAN (BA), 2018, p. 8) como propõe a Bahia, acreditamos

ser de grande ajuda. Até porque, nosso entendimento é que há material suficiente para subsidiar as discussões relacionadas à retomada da elaboração do Plano de Salvaguarda da Capoeira no Estado do Rio de Janeiro. Para tanto, é fundamental a definição de metas e ações na construção coletiva de uma agenda que retome o Conselho de Mestres de Capoeira do Rio de Janeiro, a partir dos oito pontos (chamadas) prioritários e demandados pelos capoeiristas deste estado.

Ousamos, ainda, propor uma retomada do processo da salvaguarda da capoeira no Rio de Janeiro com maior democratização do debate. A última atividade pública que envolveu o Conselho de Mestres da Salvaguarda da Capoeira no Rio de Janeiro aconteceu em abril de 2019, na Quinta da Boa Vista, quando o IPHAN prestou homenagem à diversos mestres e mestras. De lá para cá, o tempo passou e muitas coisas aconteceram no país, com mudanças drásticas na conjuntura política nacional, estadual e municipal, agravada com a pandemia do COVID-19 no ano de 2020, com fortes impactos negativos sentidos no mundo da capoeira. Apesar de tudo se tornar mais difícil, torna-se urgente o reinício das atividades do Conselho de Mestres, mesmo que não presencial, para a construção e efetivação das ações previstas em um Plano de Salvaguarda da Capoeira, que já passou da hora de ser elaborado e aprovado.

Finalizamos este capítulo com a reflexão sobre este momento de crise, apontada por VIEIRA & SILVA, a saber:

Uma hora tudo isso vai passar e a vida voltará ao normal. Nesse momento, há um exercício interessante a fazer: refletir sobre quais serão os legados, para o universo da nossa arte, dessa época tão complexa. O que vai mudar em nossas vidas como capoeiristas, professores e mestres? O que aprenderemos com a crise, além da ênfase nos cuidados com a higiene pessoal e dos ambientes de treinamento? (VIEIRA & SILVA, 2020, p. 350).

São perguntas que necessitam de respostas, já que “surgem, então, novos e imensos desafios para a Salvaguarda da Capoeira como Patrimônio Imaterial” (VIEIRA & SILVA, 2020, p. 351), no Estado do Rio de Janeiro e em todo país, diante de uma conjuntura política desfavorável com a ascensão de grupos políticos fascistas, conservadores, autoritários e antidemocráticos no governo federal e em vários governos estaduais. Infelizmente, a situação é de ameaça e riscos aos poucos avanços alcançados nos últimos anos, no campo das políticas públicas de patrimônio cultural, principalmente aquelas que têm como foco principal os

direitos culturais de grupos historicamente marginalizados e excluídos como os grupos de capoeira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de darmos a “*volta ao mundo*”, a partir das discussões que trouxemos nesta dissertação com base na investigação realizada sobre o processo de salvaguarda da capoeira no Estado do Rio de Janeiro, com ênfase na luta dos mestres e mestras pela afirmação e valorização da capoeira em nosso estado, desde a luta contra a criminalização da capoeira no Código Penal brasileiro; a luta do Movimento Social Negro durante a Constituinte para que os nossos patrimônios culturais estivessem efetivamente contemplados na Constituição Cidadã de 1988; os Encontros Capoeira como Patrimônio Imaterial do Brasil ocorrido em 2006 e 2007; o Registro do Ofício dos Mestres e da Roda de Capoeira em 2008; os Encontros Pró-Capoeira em 2010 e o Encontro de Mestres de Capoeira e as Conferências Regionais ocorridas no Rio de Janeiro a partir de 2013, com vistas à construção de políticas públicas para a Salvaguarda da Capoeira local, nos agachamos ao pé do berimbau para cantar a nossa música de despedida, mas não uma despedida com um fim pré-definido, pois como nos disse Mestre Pastinha (1889-1981), a capoeira é “mandinga de escravo em ânsia de liberdade, seu princípio não tem método e seu fim é inconcebível ao mais sábio capoeirista”.

Portanto, tendo “seu fim inconcebível ao mais sábio dos capoeiristas”, entendemos que o espaço constituído para interlocução entre a sociedade civil, as instituições públicas e privadas de nível superior; o IPHAN, INEPAC e Fundação Cultural Palmares com vistas à elaboração de Políticas Públicas de Patrimônio para o Ofício dos Mestres e Mestras e a Roda de Capoeira no âmbito do estado do Rio de Janeiro teve seu início, mas muito ainda há para ser concebido e acreditamos que isso irá se concretizar a partir da elaboração do Plano de Salvaguarda da Capoeira, que, no nosso entendimento precisa ser gestado e aprovado o quanto antes.

Como muito bem lembrado por Silva, (2017), a

construção do processo da Salvaguarda da Capoeira se faz por e para os mestres e mestras detentores deste saber ancestral, mas para que tenha êxito todas às ações propostas faz-se necessário o engajamento de toda a comunidade interessada. O planejamento é necessário e o fomento para a implantação das atividades precisa ser previsto pelo IPHAN, mas não apenas este órgão federal tem essa responsabilidade na preservação de nosso patrimônio cultural. Essa também é uma atribuição dos estados e municípios (SILVA, 2017, pág. 178).

Faz-se necessário salientar que o Plano de Salvaguarda é um instrumento criado a partir do previsto no processo de registro, do seu inventário e ainda a partir das pesquisas complementares realizadas, mas sem a participação direta dos agentes envolvidos na produção e reprodução do bem cultural reconhecido como Patrimônio Cultural fica impossível a efetivação deste Plano. Portanto, precisamos ser protagonistas de nossa própria história na busca da construção deste importante instrumento para a efetivação das demandas apresentadas pela comunidade da capoeira nos encontros promovidos pela Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

A Posse do Conselho de Mestres da Salvaguarda da Capoeira do Rio de Janeiro no Theatro Municipal do Rio de Janeiro foi um marco histórico de suma importância para que nós pudéssemos, com a legitimidade necessária, iniciar as tratativas para a construção de um Plano de Salvaguarda da Capoeira em nosso estado. Os sessenta conselheiros escolhidos a partir das conferências regionais abertas à comunidade da capoeira em todo o estado passaram a dispor, para o seu funcionamento, de um Regimento Interno e de um Estatuto Social, mas isto não foi o suficiente para que estes conselheiros (representantes legítimos eleitos por seus pares) elaborassem e aprovassem um Plano de Salvaguarda.

Como muito bem assinalado pelo IPHAN (2012), quando do lançamento da campanha de apoio à candidatura da Roda de Capoeira à Lista do Patrimônio Cultural da Humanidade,

a capoeira já tem régua e compasso para traçar seu caminho no mundo. Já tem seu reconhecimento consagrado em inúmeros países e cresce na dedicação daqueles praticantes sempre fiéis a sabedoria dos seus Mestres. Mas há sempre o que se firmar mais. Esta construção coletiva se faz mais complexa atualmente. A exigência de organização da base social precisa contar mais e mais com ferramentas, estratégias e políticas para estabelecer os termos da difusão da prática sem perda da essência que é a própria seiva que legitima tudo. O nosso mundo da Capoeira não perde seu chão quando fica mais forte o jogo da Capoeira no mundo (IPHAN, 2012. Acesso em 06 de agosto de 2020. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/1155>).

Importante assinalar que os Planos de Salvaguarda encontram respaldo legal em dois Decretos: o Decreto Federal nº 3.551/2000, que instituiu o registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem Patrimônio Cultural Brasileiro e criou o PNPI - Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e o segundo o Decreto Federal nº 5.753/2006 que aprovou o texto da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Convenção esta que teve sua aprovação durante a 32ª Sessão da Conferência Geral da Organização das Nações

Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que tem como objetivo, além de salvaguardar o Patrimônio Cultural Imaterial, estimular o respeito aos que detêm o Patrimônio e a conscientização da importância de sua preservação.

A patrimonialização de bens culturais de natureza imaterial é realizada em três etapas (inventário, registro e salvaguarda). É a partir do Registro que se inicia o processo de salvaguarda, portanto, o estado do Rio de Janeiro está com esta etapa muito atrasada. As razões que ajudam explicar esta situação, na visão dos mestres de capoeiras entrevistados, são variadas, conforme mostramos no último capítulo deste trabalho, como as críticas apresentadas com foco no comportamento dos mestres de capoeira (falta de compromisso, vaidade pessoal, disputas internas, outras). Somamos a isso, fatores políticos e institucionais que remetem à estrutura e organização do Conselho de Mestres e também a forma como todo processo foi conduzido no Rio de Janeiro pelo órgão governamental vinculado a política pública do patrimônio, sobretudo, o órgão do governo federal no estado, a Superintendência do IPHAN do Rio de Janeiro.

O fato é que apesar de todo o esforço concentrado por este órgão e a boa vontade dos seus quadros técnicos, o processo do plano de salvaguarda da capoeira não ultrapassou os dois primeiros eixos e primeiras ações previstas no Termo de Referência para o Plano de Salvaguarda dos Bens Registrados, produzido pelo próprio IPHAN e que disciplina a gestão da salvaguarda orientando os procedimentos e fluxos das atividades a serem realizadas. Confirmamos que as ações de mobilização e articulação previstas foram cumpridas e possibilitou a escolha e posse dos conselheiros, instalando-se o Conselho de Mestres da Capoeira como o órgão institucional e coletivo responsável pela elaboração do Plano de Salvaguarda. As dificuldades surgiram logo após a instalação deste Conselho, o que remete a problemas organizacionais, estruturais e de funcionamento. Fica nítido que apesar do IPHAN ter o papel de mediador neste processo, a responsabilidade é de todos os envolvidos.

A falta de ações previstas como “pesquisas, mapeamentos e inventários participativos” (1.3 do Eixo 1); “capacitação de quadros técnicos para a implementação e gestão de políticas patrimoniais” (2.2 do Eixo 2), ao nosso ver, prejudicou em muito as possibilidades de um processo formativo coletivo e de auto aprendizado, como compreendido no âmbito de uma educação patrimonial definida pelo próprio IPHAN. Somamos a isso, problemas relacionados ao suporte financeiro, muitas vezes assinalado nas falas de alguns mestres entrevistados e que não podemos simplesmente fechar os olhos e interfere nas condições de participação de cada

um. Importante ressaltar que o envolvimento efetivo dos mestres é fundamental neste processo de salvaguarda da capoeira, mas não é suficiente para a elaboração e implementação do Plano de Salvaguarda da Capoeira. O papel do Estado através dos seus órgãos vinculados à política pública de patrimônio cultural é decisivo no suporte necessário para que este plano se efetive.

A capoeira tem mostrado sua força e (r)existência durante toda a sua história neste país dando a sua contribuição na formação e conservação de um patrimônio cultural de matriz africana. Esta força tem sido mostrada ao longo dos anos na afirmação de nossa identidade racial e cultural, nas rodas, na divulgação da cultura brasileira internamente e no exterior, sobretudo, a partir dos trabalhos dos mestres e mestras da Capoeira, que, às vezes com muitas dificuldades, desenvolvem, pelo Brasil afora, a inclusão social de crianças, adolescentes, adultos, pessoas da melhor idade e com deficiência.

A capoeira tem seguido seu percurso de luta pela sua afirmação, valorização e preservação como parte constitutiva da cultura brasileira, que vem transformando a vida das pessoas, por onde ela passa. Passou a ser olhada com "outros olhos" por empresários, estudiosos do patrimônio nacional e governos progressistas, em especial durante a presidência do ex-operário Luiz Ignácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, no período de 2003-2006 e 2007-2011, vivendo seus grandes momentos em destaque como objeto de políticas públicas, a partir do reconhecimento como Patrimônio Cultural do Brasil com os respectivos Registros do Ofício dos Mestres e da Roda de Capoeira, em 2008, e do reconhecimento da Roda de Capoeira como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial da Humanidade pela UNESCO, no ano de 2014.

Nunca a capoeira tornou-se tão visível positivamente em toda a sua história e na história do Brasil. Nunca nós, mestres e mestras de capoeira tivemos tanta esperança de ter a nossa prática social e cultural valorizada culturalmente. Como mostrado neste trabalho, a capoeira lutou contra a perseguição do Estado até ser transformada em patrimônio cultural da sociedade brasileira (Capítulo I), lutou pela sua salvaguarda no Rio de Janeiro até a posse e instalação do Conselho de Mestre (Capítulo II) e mostrou a sua força no chamado do berimbau e na voz dos mestres aqui entrevistados (Capítulo III). Porém, infelizmente o Plano de Salvaguarda nem sequer chegou a ser elaborado. Já se passaram mais de dez anos e a revalidação do Título de Patrimônio Cultural do Brasil, conforme prevê o artigo 7º do Decreto

3551/2000, em relação ao Ofício dos Mestres e a Roda de Capoeira ainda não foi realizada. Será que precisaremos esperar por mais dez anos para que sejam efetivamente realizadas ações que salvaguardem a capoeira do estado do Rio de Janeiro, suas rodas e seus mestres e mestras? Fica aqui está pergunta para reflexão de cada um e cada uma de nós mestres e mestras de capoeiras e demais envolvidos no processo de salvaguarda ora estudado.

A capoeira tem sua força naquilo que lhe dá fundamento e razão da sua (r)existência, os seus mestres e mestras, que comandam a roda e tudo que gira ao seu redor. Diante das forças da opressão numa conjuntura política desfavorável e de um governo inimigo, são muitos os desafios a serem enfrentados, mas nós mestres e mestras da capoeira não fugimos da luta. Por isso, como os principais protagonistas, nós detentores e detentoras, precisamos reassumir nosso lugar de guardião da arte luta e cultura da capoeira e construirmos o nosso Plano de Salvaguarda, com ou sem apoio dos governos, mas cobrando do Estado o que conquistamos por direito para preservar nossos patrimônios.

Lembramo-nos do chamado da ex-presidente do IPHAN Jurema Machado, quando do reconhecimento da Roda de Capoeira como patrimônio cultural da humanidade (UNESCO), ao afirmar que

é fundamental que os mestres, os detentores, os praticantes tenham iniciativa, tendo em vista esta iniciativa não poder partir do poder público para as comunidades e sim no sentido inverso, dos detentores para o poder público, pois eles passam a ser protagonista de todo o processo. É extremamente gratificante o que nós temos visto como resultado, as pessoas inseridas e valorizadas nas suas práticas. (MACHADO, 2014. Canal do Ministério da Cultura/MinC. Disponível em: <https://youtu.be/pGmHmA8CHw>. Acesso em: 20 de outubro de 2019).

Precisamos urgentemente responder ao chamado do berimbau promovendo reflexões sobre o que queremos hoje e o que esperamos do amanhã em relação ao futuro da nossa Capoeira. Por isso, a construção de uma agenda pública visando à elaboração do plano de salvaguarda no Rio de Janeiro é mais que necessária para a retomada do processo de luta. Como resultado de nosso trabalho, podemos dizer que como principal referência para construir coletivamente esta agenda é o protagonismo dos mestres e mestras de capoeira, a articulação entre os poderes públicos e universidades comprometidas com esta temática e no cumprimento do Termo de Referência para o Plano de Salvaguarda dos Bens Registrados.

A sabedoria dos mestres entrevistados mostra o protagonismo dos sujeitos responsáveis pela preservação, transmissão de saberes, práticas e fundamentos que fizeram e fazem a capoeira ser conhecida em todo o Brasil e difundida pelo mundo, transformando a vida das pessoas. Por isso, a preocupação com a ameaça da perda desses fundamentos que são históricos, filosóficos e sociológicos. Só os mestres e mestras conhecem esses fundamentos de uma ancestralidade africana transmitida oralmente para as gerações futuras.

Como dito anteriormente, a capoeira é um patrimônio diferenciado por sua identidade ancestral negra africana e por uma historicidade própria, constituindo uma tradição, transmitida por quem a conhece e a valoriza desde a sua origem. Compreender essa ancestralidade africana e a história da capoeira é fundamental para produzir os conhecimentos necessários à sua valorização como arte, luta, resistência e transformação, isto é, aos aspectos relevantes para a sua preservação. Sem esse conhecimento não existe presente e nem futuro para a capoeira, como bem colocou nosso entrevistado Mestre Toni Vargas. Importante ressaltar que não é possível preservar o que não se conhece. Neste sentido, vimos mestres e mestras no lugar de educadores cuja função é a arte de ensinar a capoeira.

Muitos mestres e mestras de capoeira vivem em situação de miséria e sem condições de uma vida social e economicamente digna, com a devida valorização na sociedade brasileira. Até quando teremos que presenciar as mortes desses mestres e mestras sem o devido reconhecimento da importância de seus valores?

Perdemos Mestres Peixinho, Arthur Emídio, Vieira, Dentinho, Oscaranha, Leopoldina, Nacional, Mendonça, Bogado, Paulinho Meia Lua, Bujão (de Nova Iguaçu), Ivo, Paulo Mofacto, Vovô, Amorzinho, Caixote, Jorginho, Mamédio, Lapinha e Tupã. Quantos mais precisaremos perder?

Não basta pensar no “Circuito de Referência e Memória da Capoeira Carioca”, como proposto em ano pré-eleitoral pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, e nossos mestres e mestras continuarem a passar necessidades e não terem subsídios para a manutenção de seus trabalhos; não basta propor estátuas em homenagem aos Mestres Touro e Dentinho e não fomentar as atividades realizadas pelo Mestre Touro na região da Penha durante décadas. Eles merecem muito mais que isso e infelizmente o Mestre Dentinho não está mais entre nós para poder usufruir pelo menos desta homenagem. Não basta criar espaço para que fique registrado na “Calçada da Fama” o feito de alguns capoeiristas do Rio de Janeiro. Talvez com os recursos públicos ali gastos fosse possível programar ações concretas para salvaguardar o

Ofício dos Mestres e Mestras e a Roda de Capoeira como patrimônios culturais do Brasil e do Rio de Janeiro.

Por isso, acreditamos que o Plano de Salvaguarda da Capoeira que atenda as reais necessidades de nossa comunidade, construído coletivamente, seja uma forma de unir a capoeira em prol deste propósito.

Finalizamos a volta a partir do primeiro capítulo retornando a sua origem em torno da roda de construção deste trabalho, depois de um longo caminho de vida e de luta dedicado a capoeira, lembrando a fala de Mestre Toni Vargas que participou do Grupo de Trabalho da Salvaguarda da Capoeira, em sua entrevista: “precisamos fazer alguma coisa que encoraje as lideranças. Fomentar ações para que as pessoas voltem a ter esperança (...)”. É com este espírito, que apresentamos a presente dissertação a academia e ao mundo da capoeira, dedicada em homenagem aos seus mestres e mestras da capoeira do estado do Rio de Janeiro. A todos e todas agradeço e despeço-me em canto de minha autoria:

Meu Mestre me de licença

Pois a hora está chegando
Com a sua permissão
A roda está terminando

Adeus, já vou
Sou capoeira, e tenho muito valor.

Vai o dia vem à noite
Eu chego me arrepiar
Com a permissão de Deus
A roda vai terminar

(MESTRE PAULÃO KIKONGO, 2002).

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABIB, Pedro Rodolpho Jungers (Coordenador). **Mestres e Capoeiras Famosos da Bahia**. 2ª Edição. Salvador: EDUFBA, 2013.

ABRACAP. **Folheto de Divulgação do Simpósio Nacional de Capoeira**. Rio de Janeiro, 2000.

ADINOLFI, Maria Paula Fernandes. **A Capoeira como Patrimônio: desafios da patrimonialização de uma prática cultural maior que a “Cultura”**. In, FREITAS, Joseania Miranda (Org.). Uma Coleção Biográfica> os Mestres Pastinha, Bimba e Cobrinha Verde no Museu Afro-Brasileiro da UFBA. Salvador, Editora UFBA, 2015.

AGÊNCIA SOCIAL DE NOTÍCIAS. **Capoeira é patrimônio imaterial da humanidade e mestres de Campinas comentam**. Disponível em: <https://agenciasn.com.br/arquivos/1424>. Campinas, 2014. Acesso em: 30 de novembro de 2019.

ALERJ. Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. **Resolução Nº 799 de 2005, institui o Diploma Zumbi dos Palmares**. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/f25edae7e64db53b032564fe005262ef/3295644e778afba503256fdd00623eea?OpenDocument>. Acesso em: 29 de novembro de 2019.

ALMEIDA, Raimundo Cesar Alves de (Itapoan). **A Saga de Mestre Bimba**. Salvador, Ginga Associação de Capoeira, 1994.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG). Letramento, 2018.

ARAÚJO, Rosângela Janja Costa. **Entrevista Senhora Rosângela C. Araújo (Mestre Janja)**. Revista Textos do Brasil Nº 14. Capoeira. Ilustrações: Carybé. Fotografias: Pierre Verger e Marcel Gautherot. Ministério das Relações Exteriores, 2014.

BÂ, Amadou Hampaté. **Amkoullel, o menino fula**. Tradução: Xina Smith de Vasconcelos. São Paulo: Palas Athena: Casa das Áfricas, 2003.

BÂ, Hampaté Bâ. **A Tradição Viva**. História Geral da África, I: Metodologia e pré-história da África. Editado por Joseph Ki -Zerbo. 2ª edição revisada. Brasília: UNESCO, 2010.

BARRETO, Ivo. 2014. **Conferência Regional de Capoeira da Região Metropolitana do Rio de Janeiro**. Centro Cultural Cartola. Canal Unitevê UFF. Youtube. Disponível em: <https://youtu.be/oj2fjTE4Kgs>. Acesso em: 21 dez. 2019.

BASSOUS, David Nascimento. **Método Din-Down-Down**. Disponível em: <http://gingascapoeira.com/index.php/din-down-down/>. Acesso em 30 de novembro de 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 7.536 de 23 de junho de 2010 institui o Dia Nacional da Capoeira**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=481891>. Acesso em: 22 de novembro de 2019.

_____. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 1.176/2011**. Institui o Programa de Proteção e Promoção dos Mestres e Mestras dos Saberes e Fazeres das Culturas Populares. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=499716>. Acesso em: 05 de novembro de 2009.

_____. **Constituição Federal**. 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em 6 de Setembro de 2019.

_____. Presidência da República **Decreto 9.238 de 15 de dezembro de 2017**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, remaneja cargos em comissão e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9238.htm#art9. Acesso em 30 de novembro de 2019.

_____. Presidência da República. **Decreto nº 5.753, de 12 de abril de 2006**. Promulga a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, adotada em Paris, em 17 de outubro de 2003, e assinada em 3 de novembro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5753.htm. Acesso em: 23 de novembro de 2019.

_____. Presidência da República. **Decreto Nº 6.872, de 4 de junho de 2009**. Aprova o Plano Nacional de promoção da Igualdade Racial – PLANAPIR, e institui o seu Comitê de Articulação e Monitoramento. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6872.htm. Acesso em: 21 de novembro de 2019.

_____. Presidência da República. **Decreto 4.753/1903, cria o Regulamento da Colônia Correccional de Dois Rios**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-4753-28-janeiro-1903-502809-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 30 de novembro de 2019.

_____. Presidência da República. **Decreto nº 9.891/2019, dispõe sobre o Conselho Nacional de Política Cultural**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9891.htm. Acesso em 20 de dezembro de 2019.

_____. Presidência da República. **Decreto 3.551/2000 institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criando, ainda, o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm. Acesso em 20/12/2019.

_____. Presidência da República. **Decreto nº 6.040/2007, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional do Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 05 de novembro de 2019.

_____. Senado Federal. **Código Penal. Decreto nº 847 de 11 de outubro de 1890**. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>> Acesso: 10 de setembro de 2019.

_____. Senado Federal. **Parecer Técnico 0523/2013 Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2009 (PL nº 7.150, de 2002, na origem) de autoria do Deputado Arnaldo Faria de Sá, que dispõe sobre o reconhecimento da atividade de Capoeira**. Maria Paula Fernandes Adinolfi. Disponível em: https://www.senado.gov.br/comissoes/CE/AP/AP20131206_Capoeira_Maria_Paula_IPHAN.pdf. Acesso em: 26/11/2019.

_____. Senado Federal. **Projeto de Lei da Câmara 17/2014**. Tramitação encerrada e remetida à Câmara dos Deputados em 18/12/2017. Disponível em:

<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/116582>. Acesso em: 29 de novembro de 2019.

_____. Senado Federal. **Requerimentos nº 52/2013-CE para debater sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2009 (PL nº 7.150, de 2002, na origem) de autoria do Deputado Arnaldo Faria de Sá**. Senadores Lídice da Mata (PSB/BA) e Paulo Paim (PT/RS). Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/114382/pdf?_materia_WAR_atividadeportlet_o=d. Acesso em: 05 de dezembro de 2019.

_____. Senado Federal. **Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2009**. Definitivamente arquivado pelo Senado Federal no dia 27 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/90343>. Acesso em 02 de dezembro de 2019.

_____. SEPPIR. **I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Estado e Sociedade Promovendo a Igualdade Racial**. Relatório Final. Brasília, DF, 2005. CAMISA, Mestre. **Encontro de Mestres de Capoeira do Rio de Janeiro**. Auditório do IPHAN RJ. Canal Capoeira de Toda Maneira. Youtube. Disponível em: <https://youtu.be/L32gqeCEt8w>. Acesso em: 20 set.. 2019.

CAMPOS, Yussef Daibert Salomão de. **Palanque e Patíbulo: O patrimônio Cultural na Assembleia Nacional Constituinte (1937-1988)**. São Paulo: Annablume 2018.

CAPOEIRA, Nestor. **Capoeira: Os Fundamentos da Malícia**. Ilustrações Carybé. 2ª Edição. Rio de Janeiro, Editora Record, 1996.

CARNEIRO, Edson. **Capoeira. Cadernos de Folclore 1**. Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Assuntos Culturais. Fundação Nacional de Arte – FUNARTE. Campanha de Defesa do Folclore Brasileira. Rio de Janeiro, 1977.

CARTA MANIFESTO. **Estado do Rio de Janeiro em Defesa da Capoeira como Patrimônio Cultural do Povo Brasileiro**. Congresso Nacional de Capoeira. Capoeira é Brasil. Paz, União e Respeito. Delegação do Estado do Rio de Janeiro. SP, 2003.

CASTRO, M. B. & CID, G.S.V. 2016. “**Processos de patrimonialização e internacionalização: algumas reflexões iniciais sobre o caso da capoeira entre o nacional e o global**”. In CASTRO, M. B. & SANTOS, M. S. (eds.): Relações raciais e políticas de patrimônio. Rio de Janeiro: Azougue Editorial.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**. In: Crítica y emancipación: Revista latinoamericana de Ciencias Sociales. Año 1, nº 1 (jun. 2008). Buenos Aires: CLACSO, 2008. ISSN 1999-8104.

CID, Gabriel da Silva Vidal. **A Memória como projeto: tensões e limites da patrimonialização da capoeira**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016.

CINTRA, Benedito. **O Estatuto da Igualdade Racial**. Ciclo de Palestras Conheça Mais. Cultura Afro-Brasileira: Nosso Patrimônio. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2012.

CORDEIRO, Izabel Cristina de Araújo. “**Esse Gunga é meu, Esse Gunga é meu, foi Meu Mestre Quem me deu...**”. In FRANÇA, Jacira. & SOUZA, Marcelo Renan de. Org. Patrimônio Cultural Imaterial de Pernambuco. FUNDARPE, 2018. Recife.

CORSINO, Célia. Canal da Revista Eletrônica Perfil. **Cerimônia de Posse do Conselho de Mestre de Capoeira do Rio de Janeiro**. Youtube. Disponível em: https://youtu.be/nJyJ_vLhJ3M. Acesso em 21 de dezembro de 2019.

CORRÊA, Joseane Pinho **A arte de ensinar a capoeira, na roda e na vida: Pedagogia da Capoeiragem de Norival Moreira de Oliveira - Mestre Nô**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Centro de Ciências da Educação. Universidade Federal de Santa Catarina, 2018.

COSTA, Monica da. **Encontro de Mestres de Capoeira do Rio de Janeiro**. Auditório do IPHAN RJ. Canal do IPHAN RJ. Youtube. Disponível em: <https://youtu.be/L32gqeCEt8w>. Acesso em: 20 de setembro de 2019.

COSTA, Neuber Leite. **A Capoeira na Pauta das Políticas Culturais: O Patrimônio**. In: PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões; FIGUEIREDO, Franciane Simplício; FILHO, Paulo Andrade Magalhães; MACHADO, Sara Abreu da Mata. (Org.) et al. *Capoeira em Múltiplos Olhares*. Editora UFRB; Belo Horizonte, Fino Traço, 2016.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. **Teoria dos Direitos Culturais: Fundamentos e Finalidades**. São Paulo. Edições SESC, 2018.

Documento Final do **I Seminário Baiano de Proposições de Políticas Públicas para a Capoeira**. Salvador, 11 e 12 de dezembro de 2010.

DAS AREIAS, Almir. **O que é Capoeira**. 1ª edição. Coleção Primeiros Passos. Editora Brasiliense, 1983.

DIAS, Luiz Sergio. **Quem tem medo da capoeira? Rio de Janeiro, 1890-1904**. Coleção Memória Carioca, Volume 1. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Divisão de Pesquisa, 2001.

DUDA, Contramestre. **Seminário de Proposição de Políticas Públicas para Capoeira da Bahia**. Blog Capoeira e Militância. Disponível em: <https://militanciaecapoeira.blogspot.com/search?q=manifesto+da+bahia>. Acesso em 30 de novembro de 2019.

_____. Contramestre. **Ato público de 27 de outubro de 2010, em protesto ao Pró-Capoeira**. Blog Capoeira e Militância. Disponível em: <http://militanciaecapoeira.blogspot.com/2010/10/ato-publico-de-27-de-outubro-de-2010.html>. Acesso em 30 de novembro de 2019.

ECAIG. **Escola de Capoeira Angola Irmãos Gêmeos de Mestre Curió**. Disponível em: <https://salvadorcapoeira.com.br/portfolio/ecaig-escola-de-capoeira-angola-irmaos-gemeos-de-mestre-curio/>. Acesso em: 22 de novembro de 2019.

FALCÃO, José Luiz Cirqueira. **A Internacionalização da Capoeira**. Revista Textos do Brasil Nº 14. Capoeira. Ilustrações: Carybé. Fotografias: Pierre Verger e Marcel Gautherot. Ministério das Relações Exteriores, 2014.

FERNANDEZ, Antonina de Lima. Conselho de Mestres de Capoeira do Rio de Janeiro. Que roda é essa? Niterói, 2016. Trabalho de conclusão o curso de Bacharelado em Antropologia pelo Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense - UFF.

FERREIRA, Juca. **Três Dimensões que se Desdobram em Ações**. In: Ministério da Cultura. Cultura em Três Dimensões: As Políticas do Ministério da Cultura de 2003 a 2010. Brasília, 2010.

_____. Juca. **Cultura e Resistência**. In: JINKINGS, Ivana. DORIA, Kim. CLETO, Murilo. (Org.). Por Que Gritamos Golpe? Para Entender o Impeachment e a Crise Política no Brasil. Editora Boitempo, 2016.

FREIRE, Paulo. **A Importância do Ato de ler: em três artigos que se completam**. Autores Associados: Cortez, 1989 (Coleção polêmicas do nosso tempo: 4).

_____. Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo, Paz e Terra, 2011.

GIL, Gilberto. **Discurso do Ministro da Cultura Gilberto Gil**. Disponível em: http://www.cultura.gov.br/discursos/-/asset_publisher/DmSRak0YtQfY/content/ministro-da-culturagilberto-gil-na-homenagem-a-sergio-vieira-de-mello-36642/10883. Acesso em 26 de outubro de 2019.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. Trad. de Maria Célia Campos Raposo. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

GRUPO MUZENZA DE CAPOEIRA. **Mestre Paraná o Patrono do Grupo Muzenza de Capoeira**. Disponível em: <https://muzenzajaragua.com.br/mestres-da-velha-guarda/mestre-parana-o-patrono-do-grupo-muzenza-de-capoeira/>. Acesso em 25 de novembro de 2019.

HALLBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. Edições Vértice. editora Revista dos Tribunais LTDA. 1990.

HERMANNY, Rudolf. Sinhozinho e a Capoeira Carioca. Disponível em: <http://rohermanny.tripod.com/>. Acesso em 20 de dezembro de 2019.

ILÊ AIYÊ. Primeiro Bloco Afro da Brasil. Disponível em: <http://www.ileaiyeoficial.com/bio/>. Acesso em 30 de novembro de 2019.

INEPAC. **Sobre a Instituição**. Disponível em <http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/home/instituicao>. Acesso em 20 de setembro de 2019.

IÑIGUEZ, L. Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais. Petrópolis. Vozes, 2004.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Abaixo-assinado Campanha de apoio à Candidatura da Roda de Capoeira à Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade**. Disponível em: <https://peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=IPHAN>. Acesso em: 02 de dezembro de 2019.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Briefing - Salvaguarda da Roda de Capoeira e do Ofício dos Mestres de Capoeira**. Departamento do Patrimônio Imaterial - DPI, 2015.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Documento técnico com avaliação preliminar do acervo documental do Pró Capoeira**. DPI, Brasília, Setembro de 2012.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Carta de Olinda**. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta_de_nova_olinda.pdf. Acesso em: 29 de novembro de 2019.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **CD-ROM - Capoeira como Patrimônio Imaterial do Brasil**. IPHAN, 2007.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro. **Blog da Salvaguarda da Capoeira**. Disponível em <https://salvaguardadacapoeiradorio.blogspot.com/search?q=comunicado>. Acesso em 22 de dezembro de 2019.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Cadastro Nacional da Capoeira**. Disponível em: <http://www.capoeira.gov.br>. Acesso em: 23 de novembro de 2019.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Nota - Informações sobre o programa Pró-Capoeira**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/2614/nota-informacoes-sobre-o-programa-pro-capoeira>. 2009. Acesso em: 30 de novembro de 2019.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Superintendência no Rio de Janeiro. **Conferência Regional da Capoeira – Região do Médio Paraíba**. Disponível em: <https://salvaguardadacapoeiradorio.blogspot.com/2014/04/conferencia-regional-da-capoeira-regiao.html>. Acesso em: 21 de dezembro de 2019.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Superintendência no Rio de Janeiro. **Portaria Nº 066/2013, institui o Grupo de Trabalho Interinstitucional para elaborar o Plano de Salvaguarda da Capoeira no estado do Rio de Janeiro**. Publicada no BAE - Boletim Administrativo Eletrônico do IPHAN nº 942 - Edição Extra de 18 de dezembro de 2013.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). **Inventário Nacional de Referências Culturais: Manual de Aplicação**. Brasília: 2000.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). **Roda de Capoeira - Brasil**, 2013.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). **Salvaguarda da Roda de Capoeira e do Ofício dos Mestres de Capoeira**. Brasília, IPHAN, 2017.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). Superintendência no Estado do Rio de Janeiro. **Posse do Conselho de Mestres de Capoeira do Rio de Janeiro**. Disponível em: <http://salvaguardadacapoeiradorio.blogspot.com.br/search?q=posse>. Acesso em 9 de setembro de 2019.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). **Portaria nº 299/2015. Termo de Referência para a Salvaguarda do Bem Registrado**. Brasília, 2015.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). **Edições do Patrimônio. Cartas Patrimoniais**. Isabelle Cury (Organizadora). 3ª Edição Revista e Aumentada. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). **Educação Patrimonial: Inventários Participativos: Manual de Aplicação**. Texto: Sônia Regina Rampim Florêncio et al. Brasília, DF, 2016.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). **Patrimônio Cultural Imaterial: Para Saber Mais**. Texto e Revisão de Natália Guerra Brayner. 3ª Edição. Brasília, DF, 2012.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). **Processo SEI Nº 01450.002863/2006-80**. Brasília, DF, 2006.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Negro Brasileiro Negro**. Nº 25. Brasília, DF, 1997.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). **Saberes, Fazeres, Gingas e Celebrações: Ações para a Salvaguarda de Bens Registrados como Patrimônio Cultural do Brasil 2002-2018**. Coordenação de Edição: Rívia Ryker Bandeira de Alencar. Brasília, DF: IPHAN, 2018.

_____. **Decreto 3551/2000**. Edições do Patrimônio. Coletânea de Leis Sobre a Preservação do Patrimônio. Rio de Janeiro, 2006.

_____. **Dossiê Inventário para o Registro da Capoeira como Patrimônio Cultural do Brasil**. Brasília, 2007.

_____. **Inventário Nacional de Referências Culturais: Manual de Aplicação**. Brasília: 2000.

_____. **Parecer nº 31/2008 - Registro da Capoeira como Patrimônio Cultural do Brasil**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, 2008.

_____. Superintendência no Estado do Rio de Janeiro. **Posse do Conselho de Mestres de Capoeira do Rio de Janeiro**. Disponível em: <<http://salvaguardadacapoeiradorio.blogspot.com.br/search?q=posse>>. Acesso em 9 de outubro de 2018.

_____. **Salvaguarda da Roda de Capoeira e do Ofício dos Mestres de Capoeira**. Brasília, 2017.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Resultado sistematizado das discussões que foram debatidas nos Grupos de Trabalho Pró-Capoeira em Recife, Rio de Janeiro e Distrito Federal**. 2012. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/1026/iphan-descentraliza-acoes-de-salvaguarda-do-programa-pro-capoeira>. Acesso em 30 de novembro de 2019.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Presidente do Iphan abre debate sobre patrimônio nas conferências setoriais da CNC**. 2010. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/2766/presidente-do-iphan-abre-debate-sobre-patrimonio-nas-conferencias-setoriais-da-cnc>. Acesso em 30 de novembro de 2019.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Ações e Planos de Salvaguarda - Bens Imateriais. Processo SEI Nº 01401.000197/2016-01**. Disponível em: https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_exibir.php?wt7h6hFBI_9S3DJjGLl0

dpQiiSEQL4RcICP821UP_Zu3te9Mz8pMgdSFPXZPRHsDc8jMQ17erGYJfOcrc-boqzC4b9ZpeyYqhNe_0tSmLuFrbre9MLNHxin0DDkSDfS1. Acesso em 30 de novembro de 2019.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Campanha de apoio à Candidatura da Roda de Capoeira à Lista do Patrimônio Cultural da Humanidade**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/1155>. Acesso em: 29 de novembro de 2019.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio Cultural Imaterial: Para Saber Mais**. Texto e revisão de Natália Guerra Brayner. 3ª edição - Brasília, DF: IPHAN, 2012.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Salvaguarda de Bens Registrados Patrimônio Cultural do Brasil. Apoio e Fomento**. Coordenação e Organização: ALENCAR, Rívia Ryker Bandeira de. Série Patrimônio Cultural do Brasil: para saber mais. Brasília, 2017.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Resolução Nº 001, de 05 de Junho de 2009**. Dispõe sobre os critérios de elegibilidade e seleção, bem como os procedimentos a serem observados na proposição e preparação de dossiês de candidaturas de bens culturais imateriais para inscrição na Lista dos Bens em Necessidade de Salvaguarda Urgente e na Lista Representativa do Patrimônio Cultural. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Resolucao_n001-2009-CandidaturasUnesco.pdf. Acesso em: 29 de novembro de 2019.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Iphan descentraliza ações de salvaguarda do Programa Pró-Capoeira**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/1026/iphan-descentraliza-acoes-de-salvaguarda-do-programa-pro-capoeira>. Acesso em 20 de dezembro de 2019.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Inventário Nacional de Referências Culturais: Manual de Aplicação**. Brasília: 2000.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Dossiê: Inventário para Registro e Salvaguarda da Capoeira como Patrimônio Cultural do Brasil**. Brasília, 2007.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Plano de Salvaguarda da Capoeira da Bahia**. Organização: Maria Paula Fernandes Adinolfi. Salvador: IPHAN-BA, 2018.

JORNAL A TARDE. **Capoeiristas Protestam Contra Programa do IPHAN**. 28 de Outubro de 2010.

JORNAL O BERIMBAU. **O que é preciso para ser mestre?** Rio de Janeiro, n. 20, p. 4,-5, junho/julho 1997.

JORNAL MUZENZA. O Informativo da Capoeira. **O Mundo da Corda do Berimbau**. Editor Antonio Carlos de Menezes (Mestre Burguês). Ano 5. Nº 36, Curitiba, 1998.

JORNAL NOSSA CULTURA. **Nobrega Fontes não era capoeirista, mas lutou como um verdadeiro Mestre**. Diretor: Vilmar Brito. Rio de Janeiro. Nº 1. Junho de 1991. p. 2.

KIKONGO, Mestre Paulão. **Barravento vai jogar, vai jogar em alto mar**. Disponível em: <https://berimblog.com.br/2018/08/01/barravento-vai-jogar-vai-jogar-em-alto-mar/>. Acesso em: 22 de novembro de 2019.

_____. Mestre Paulão. **Dia do Capoeirista é comemorado em todo o Brasil, mas...** Disponível em: <https://berimblog.com.br/2017/08/03/dia-do-capoeirista-e-comemorado-em-todo-o-brasil-mas/>. Acesso em 22 de dezembro de 2019. Rio de Janeiro, 2017.

_____. Mestre Paulão. **Entrevista concedida ao Jornal do Capoeira**. Disponível em: <http://www.capoeira.jex.com.br/noticias/centro+de+memoria+da+capoeira+do+rio>. Acesso em: 12 de agosto de 2019.

_____. Mestre Paulão. **1º Fórum de Políticas Públicas para a Capoeira de Guapimirim promete movimentar final de semana**. Entrevista concedida a Assessoria de Comunicação da Prefeitura Municipal de Guapimirim. Disponível em: <https://guapimirim.rj.gov.br/2017/09/14/1o-forum-de-politicas-publicas-para-a-capoeira-de-guapimirim-promete-movimentar-final-de-semana/>. Acesso em: 20/11/2019.

ITAMAR, Mestre. BOCA. **Berimbau já fez chamada**. Disponível em: <https://www.senzala.dk/multimedie/sange/mestre-itamar-capoeira-senzala/berimbau-ja-fez-chamada/>. Acesso em: 26 de novembro de 2019.

LIMA, Alessandra Rodrigues. **Patrimônio Cultural Afro-Brasileiro: Narrativas produzidas pelo Iphan a partir da ação patrimonial**. Dissertação de Mestrado. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, 2012.

LIMA, Magali Alonso de. LIMA, Roberto Kant de. (Org.). **Capoeira, Espaço Público e Cidadania no Brasil**. UFF. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Cadernos do ICHF Nº 43, 1991.

LIMA, Mano Cordeiro. **Dicionário de Capoeira**. Brasília, 2005. Edição do Autor.

_____. Mano. (Manoel Cordeiro de Lima). **Dicionário de Capoeira**. Brasília, março de 2006. 2ª Edição revista e ampliada. Edição do Autor.

LISBOA, Luiz Carlos. (Org.) **Rudolf Hermann**. Coleção Gente. Editora Rio, 2003.

LOPES, André Luiz Lacé. **A Volta do Mundo da Capoeira**. Coreográfica Editora e Gráfica. Brasil, 199.

_____. André Luiz Lacé. **A Capoeiragem no Rio de Janeiro: Primeiro Ensaio – Sinhozinho e Rudolf Hermann**. Editora Europa, Rio de Janeiro, Brasil, 2002.

MACHADO, Jurema. **Jurema Machado, presidente do Iphan, fala sobre a capoeira como Patrimônio Imaterial da Humanidade**. Youtube. Disponível em: <https://youtu.be/pGmHmA8CHw>. Acesso em: 20 de outubro de 2019.

MACHADO, Maria Célia. **Você pensa que Berimbau é Harpa?** Ciência Hoje das Crianças. Revista de Divulgação Científica para Crianças. Ano 10. Nº 68, 1997.

MANIFESTO DA BAHIA. Salvador, 22 de setembro de 2010.

MARINHO, Inezil Penna. **A Ginástica Brasileira (Resumo do Projeto Geral)**. Gráfica Transbrasil Ltda. Brasília, 1981.

MARINHO, Inezil Penna. **Subsídios para o Estudo da Metodologia do Treinamento da Capoeiragem**. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/127477/0capoeira.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 de novembro de 2019.

MENDONÇA, Damionor Ribeiro de. **A Sabedoria na Boca do Povo**. Rio de Janeiro. Edição do Autor, 1998.

_____. Damionor Ribeiro de. **São Bento na Capoeira e Cantigas de Capoeira I**. Rio de Janeiro. Edição do Autor, Janeiro de 2001.

_____. Damionor Ribeiro de. **Quando eu Levar Meu Berimbau**. São Bento na Capoeira e Cantigas de Capoeira I. Rio de Janeiro. Edição do Autor, Janeiro de 2001.

_____. Damionor Ribeiro de. **Os Dez Mandamentos da Capoeira**. Rio de Janeiro. Edição do Autor, 1992.

MENEZES, Lilian Benvenuti de. **A Mulher na Capoeira**. Revista Textos do Brasil Nº 14. Capoeira. Ilustrações: Carybé. Fotografias: Pierre Verger e Marcel Gautherot. Ministério das Relações Exteriores, 2014.

MINAYO, Maria Cecília (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

_____. Maria Cecília. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 9ª ed. São Paulo: Hucitec; 2006.

MINC. Ministério da Cultura. Fundação Cultural Palmares. **Seminário Rota de Capoeira**. Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, na Serra da Barriga. Alagoas, 2014. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?p=35116>. Acesso em: 23 de outubro de 2019.

_____. Ministério da Cultura. Fundação Cultural Palmares. **Palmares realizará Ciclo de Debates Pró-Capoeira em São Paulo**. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?p=25210>. Acesso em: 02 de dezembro de 2019.

_____. Ministério da Cultura. Fundação Cultural Palmares. **Nota de Esclarecimento**. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?p=40056>. Acesso em: 02 de dezembro de 2019.

_____. Ministério da Cultura. **Resultado da Plenária Final da III CNC**. Disponível em: <http://cnp.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/Propostas-aprovadas-na-III-CNC.pdf>. Acesso em 02 de dezembro de 2019.

_____. Ministério da Cultura. Secretaria de Políticas Culturais. Coordenação-Geral do Plano Nacional de Cultura. **As Metas do Plano Nacional de Cultura**. Brasília, Junho de 2012.

_____. Ministério da Cultura. Fundação Cultural Palmares. Conselho Nacional de Política Cultural. Colegiado Setorial para as Culturas Afro-Brasileiras. **Plano Setorial Para as Culturas Afro-Brasileiras**. Brasília, 2014.

_____. Ministério da Cultura. Fundação Cultural Palmares. **Caderno de Diálogos: Plano Setorial para a Cultura Afro-Brasileira**. Lindinalvo Oliveira Leite Junior e Martha Rosa F. Queiroz (Org.), Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2014.

_____. Ministério da Cultura. **Cultura em Três Dimensões: As Políticas do Ministério da Cultura de 2003 a 2010**. Brasília, 2010.

_____. Ministério da Cultura. **Anais da II Conferência Nacional de Cultura**. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B-UTbSJnclT6R29uTEhneFJCNXM/view>. 2010. Acesso em: 25 de novembro de 2019.

_____. Ministério da Cultura. Fundação Cultural Palmares. **Estatuto da Igualdade Racial. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010**. Gráfica e Editora Brasil Ltda. 2012.

_____. Ministério da Cultura.. Museu da Republica. **Capoeira Viva**. Rio de Janeiro, Brasil, 2006.

MINTIRINHA, Mestre. **Conferência Regional de Capoeira da Região Metropolitana do Rio de Janeiro**. Centro Cultural Cartola. Canal Unitevê UFF. Disponível em: <https://youtu.be/oj2fjTE4Kgs>. Acesso em: 21 dez. 2019.

MOURA, Jair. **Capoeiragem - Arte & Malandragem**. Cadernos de Cultura Nº 02. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Departamento de Assuntos Culturais. Divisão de Folclore. Salvador, 1980.

_____. Jair. **Mestre Bimba A Crônica da Capoeiragem**. Salvador, 1993.

_____. Jair. **A Capoeiragem no Rio de Janeiro Através dos Séculos**. 1ª Edição, Abril 2009. Salvador: JM Gráfica e Editora Ltda, 2009.

MUNANGA, Kabengele. GOMES, Nilma. - **O Negro no Brasil de hoje**. Editora Global: São Paulo, 2006.

_____. Kabengele. **Brasil não é uma sociedade com democracia racial**. Entrevista concedida à Rede Brasil Atual - RBA. 30 de Agosto de 2019. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2019/08/brasil-nao-e-uma-sociedade-com-democracia-racial/>. Acesso em 25 de outubro de 2019.

MUZENZA, Mestre Paulão. **Conferência Regional de Capoeira da Região Metropolitana do Rio de Janeiro**. Centro Cultural Cartola. Canal Unitevê UFF. Youtube. Disponível em: <https://youtu.be/oj2fjTE4Kgs>. Acesso em: 21 dez. 2019.

NETTO, Coelho. **Bazar**. O Nosso Jogo. Editora Porto, 1928.

OLIVEIRA, Josivaldo Pires. LEAL, Luiz Augusto Pinheiro. **Capoeira, Identidade e Gênero - Ensaio sobre a história social da capoeira no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2009.

_____. Josivaldo Pires. **Através do Atlântico: África, Brasil e a Saga de um Arco Musical**. p. 132-142. Revista Íbamò. ISSN 2596-2639 Edição Impressa, 2018.

OLIVEIRA, Luís Cláudio de. **1º Fórum de Políticas Públicas para a Capoeira de Guapimirim promete movimentar final de semana**. Entrevista concedida a Assessoria de Comunicação da Prefeitura Municipal de Guapimirim. Disponível em: <https://guapimirim.rj.gov.br/2017/09/14/1o->

forum-de-politicas-publicas-para-a-capoeira-de-guapimirim-promete-movimentar-final-de-semana/. Acesso em: 20 de novembro de 2019.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. **Análise de Discurso: Princípios & Procedimentos**. 8ª Edição. Campinas: Pontes, 2009.

PINHO, Osmundo. **O mundo negro: hermenêutica da reafirmação em Salvador**. Curitiba: Progressiva, 2010.

PINTO, Tiago de Oliveira. **Texto Berimbau. Encarte do LP Berimbau e Capoeira - BA**. Documento Sonoro do Folclore Brasileiro Nº 46. Ministério da Cultura. Fundação Nacional de Arte. Instituto Nacional do Folclore, Rio de Janeiro, 1988.

PORTUGAL, Alice. **Indicação Legislativa nº 2924**. Câmara dos Deputados. Brasília. 2004.

REGO, Waldeloir. **Capoeira Angola Ensaio Sócio-Etnográfico**. Ilustrações de Carybé. Editora Itapuã. Coleção Baiana, Salvador, 1968.

REIS, Letícia Vidor de Souza. **O Mundo de Pernas para o Ar: A Capoeira no Brasil**. São Paulo: Publisher Brasil, 1997.

REVISTA DA SEMANA. **A Vitória do Jogo Brasileiro - Capoeira "Versus" Jiu-Jitsu**. Domingo, 30 de maio de 1909. Edição Semanal Ilustrada do Jornal do Brasil. Ano IX- Nº 472, 1909.

REVISTA TEXTOS DO BRASIL Nº 14. **Capoeira**. Ilustrações: Carybé. Fotografias: Pierre Verger e Marcel Gautherot. Ministério das Relações Exteriores, 2014.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017. 112 pp. (Feminismos Plurais).

RODA VIVA. **Informativo do Congresso Nacional de Capoeira**, 2003.

RODRIGUES, Vanilza Jacundino. **Encontro de Mestres de Capoeira do Rio de Janeiro**. Auditório do IPHAN RJ. Canal do IPHAN RJ. Youtube. Disponível em: <https://youtu.be/L32gqeCEt8w>. Acesso em: 20 set.. 2019.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Os Porões da República: A Barbárie nas Prisões da Ilha Grande: 1894-1945**. Coleção Ilha Grande 3. Rio de Janeiro. Garamond, 2009.

_____. Myrian Sepúlveda dos. **Os Porões da República: A colônia Correccional de Dois Rios entre 1908 e 1930**, p. 445-476. Topoi. Revista de História do Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Volume 7. Número 13. Julho - Dezembro 2006.

SALMON, Mestre Paulinho. **Carta de Renúncia de Conselheiro de Capoeira do IPHAN**. Mensagem recebida via Gmail por <mestrepaulaoriobrasil@gmail.com> em 01 de maio de 2016.

SHAFFER, Kay. **O Berimbau-de-barriga e seus Toques**. Monografias Folclóricas 2. Fundação Nacional de Arte. Ministério da Educação e Cultura. 1977.

SILVA, Paulo Henrique Menezes da. **Dez Anos do Registro da Capoeira como Patrimônio Imaterial: A Salvaguarda da Capoeira nos Estados da Bahia, Pernambuco e Rio De Janeiro**, p. 751-763. Anais do VII Congresso Internacional em Sociais e Humanidades. Democracia, Memória e

Etnosaberes: Perspectivas Transversais e Interdisciplinares. Rio de Janeiro, RJ. ANINTER-SH, 2018. 4.250p.

_____. Paulo Henrique Menezes da. **Dia do Capoeirista é Comemorado em todo o Brasil**. Disponível em: <http://cnpq.cultura.gov.br/2017/08/03/dia-do-capoeirista-e-comemorado-em-todo-o-brasil/>. Acesso em 22 de dezembro de 2019. Rio de Janeiro, 2017.

_____. Paulo Henrique Menezes da. **Ê Capoeira**. Entrevista concedida a Ricardo Costa. Jornal da Alerj. Rio de Janeiro. De 16 a 30 de Novembro de 2009. Ano VII. Nº 202, p. 09. 2009.

SALVADOR, Maria Ângela Borges. **Capoeira e Malandros: Pedacos de uma Sonora Tradição Popular (1890-1950)**. Dissertação de Mestrado. Volume I. UNICAMP, 1990.

SANTOS, Natália Neris da Silva. **A Voz e a Palavra do Movimento Negro na Assembleia Nacional Constituinte (1987/1988): Um Estudo das Demandas por Direitos**. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado Acadêmico da Escola de Direito de São Paulo. Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2015.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **A Negregada Instituição: os capoeiras no Rio de Janeiro 1850-1890**. Coleção Biblioteca Carioca. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1994.

_____. Carlos Eugênio Líbano **A Capoeira Escrava e Outras Tradições Rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)**. 2ª Edição Revista e Ampliada. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.
SOARES, Oscar de Macedo. **Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil**. Prefácio de Humberto Gomes de Barros. Ed. Fac-similar. Brasília. Senado Federal. Superior Tribunal de Justiça, 2004.

SODRÉ, Muniz. **A Verdade seduzida: por um conceito de cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

_____. Muniz. **Mestre Bimba: corpo de mandinga**. Rio de Janeiro: Pallas, 2008.

_____. Muniz. **Muniz Sodré relembra a História da Capoeira no Brasil**. Entrevista concedida ao Programa Estúdio Móvel. TV Brasil. EBC, 2016. Disponível em: <http://tvbrasil.ebc.com.br/estudiomovel/episodio/muniz-sodre-relembra-a-historia-da-capoeira-no-brasil>. Acesso em: 29 de novembro de 2019.

SOUZA, Luciane Barbosa de. **Encontro de Mestres de Capoeira do Rio de Janeiro**. Auditório do IPHAN (RJ). Canal do IPHAN (RJ). Youtube. Disponível em: <https://youtu.be/L32gqeCEt8w>. Acesso em: 20 de setembro de 2019.

TAVARES, Júlio César de. **Dança da guerra: arquivo-arma**. Brasília: UNB. Faculdade de Sociologia. Dissertação de Mestrado, 1984.

_____. Julio Cesar de. **Conferência Regional de Capoeira da Região Metropolitana do Rio de Janeiro**. Centro Cultural Cartola. Canal Unitevê UFF. Youtube. Disponível em: <https://youtu.be/oj2fjTE4Kgs>. Acesso em: 21 de dezembro de 2019.

_____. Julio Cesar de. **Dança de Guerra Arquivo Arma**. Elementos para uma Teoria da Capoeiragem e da Comunicação Corporal Afro-Brasileira. Belo Horizonte: Nandyala, 2012.

_____. Julio Cesar de. **Encontro de Mestres de Capoeira do Rio de Janeiro**. Auditório do IPHAN (RJ). Canal do IPHAN (RJ). Youtube. Disponível em: <https://youtu.be/L32gqeCEt8w>. Acesso em: 20 de setembro de 2019.

THIARA, Mestra. Canal do IPHAN (RJ). **Cerimônia de Posse do Conselho de Mestre de Capoeira do Rio de Janeiro**. Youtube. Disponível em: <https://youtu.be/BHTD3LrLxR0>. Acesso em 21 de dezembro de 2019.

TRAVASSOS, Sonia Duarte. **Negros de Todas as Cores: Capoeira e Mobilidade Social**. In. BACELAR, Jeferson. CAROSO, Carlos (org.). Brasil: um país de negros? 2ª edição. Rio de Janeiro. Pallas; Salvador, BA: CEAO, 1999.

TOURO, Mestre. **Conferência Regional de Capoeira da Região Metropolitana do Rio de Janeiro**. Centro Cultural Cartola. Canal Unitevê UFF. Youtube. Disponível em: <https://youtu.be/oj2fjTE4Kgs>. Acesso em: 21 dez. 2019.

UFRJ. Semana Martin Luther King. **Lições Africanas Não-violentas para a Igualdade na Diversidade Humana. Diálogos com a cultura africana: convivendo com a diversidade**. Associação Palas Athena. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). 2015. Disponível em: <https://ufrj.br/noticia/2015/10/22/di-logos-com-cultura-africana-convivendo-com-diversidade>. Acesso em 18/08/2019.

UNESCO. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. Paris, 2003.

VARELLA, Guilherme. Plano Nacional de Cultura – Direitos e Políticas Culturais no Brasil. 1. Ed. Rio de Janeiro. Azougue, 2014.

VELOSO, Marcelo. Canal do IPHAN/RJ. **Cerimônia de Posse do Conselho de Mestre de Capoeira do Rio de Janeiro**. Youtube. Disponível em: <https://youtu.be/BHTD3LrLxR0>. Acesso em 21 de dezembro de 2019.

VIEIRA, Emilio Vieira. **Na Roda do Berimbau**. Goiânia. Edição Oriente, 1973.

VIEIRA, L. R. & ASSUNÇÃO, M. R. **Mitos, controvérsias e fatos: construindo a história da capoeira**. Estudos Afro-Asiáticos (34): 81-121, dez. de 1998.

VIEIRA, Luiz Renato. **A Capoeira e as Políticas de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial: legitimação e reconhecimento de uma manifestação cultural de origem popular**. In: GONÇALVES, Alanson M. T. (Org.). Capoeira em Perspectivas. Belo Horizonte. Editora Tradição Planalto. 2012.

_____. Luiz Renato. **A Capoeira e a Política de Salvaguarda e Patrimônio Imaterial: legitimação e reconhecimento de uma manifestação cultural de origem popular**. Ciclo de Palestras Conheça Mais. Cultura Afro-Brasileira: Nosso Patrimônio. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2012.

_____. Luiz Renato. SILVA, Paulo Henrique Menezes da Silva. **Capoeira, Confinamento e Salvaguarda**. In: TEIXEIRA, João Paulo Allain (organizador). Pensar a Pandemia: Perspectiva Crítica para o Enfrentamento da Crise. Editora Tirant Lo Blanch, São Paulo, 2020.

ZULU, Mestre. **Idiopráxis de Capoeira**. Brasília. Edição do Autor. 1995.

DISCOS (LP's) E CD'S:

ABADÁ-CAPOEIRA. CD Bimba – Mestre dos Mestres. Homenagem ao centenário de nascimento do Mestre Bimba.

ABUTRE, Mestre. Canal do IPHAN/RJ. **Cerimônia de Posse do Conselho de Mestre de Capoeira do Rio de Janeiro**. Youtube. Disponível em: <https://youtu.be/BHTD3LrLxR0>. Acesso em 21 de dezembro de 2019.

AZEITE, Mestre. **Onde Está a Liberdade**. CD Histórico: Capoeira Centro Cultural Senzala. Leblon Records. Rio de Janeiro, 1997.

BIMBA, Mestre. Curso de Capoeira Regional. RC Discos/Fitas. 1989.

FCERJ. Federação de Capoeira do Estado do Rio de Janeiro. **CD Mestres da Velha Guarda e Convidados. Disco Comemorativo aos 13 anos**. Gestão Nova Era. 1997.

GEISEL, Amália Lucy. **Texto de apresentação do LP Berimbau e Capoeira - BA**. Documento Sonoro do Folclore Brasileiro Nº 46. Ministério da Cultura. Fundação Nacional de Arte. Instituto Nacional do Folclore, Rio de Janeiro, 1988.

GOMES, Dias. **Capoeira é Luta de Bailarinos. É Dança de Gladiadores. Duelo de Camaradas**. LP Capoeira: Documentos Folclóricos Brasileiros. Participação: Mestres Traíra, Cobrinha Verde e Gato Preto. Editora Xauã, 1963.

GRILO, Mestre. GAFANHOTO. **Rio Antigo**. CD em Homenagem aos Bambas do Rio Antigo. Mestre Grilo e Alunos, 2003.

Kikongo, Mestre Paulão. **Meu Mestre Me de Licença**. CD Sou Rio, Sou Brasil, Sou Arte, Sou Capoeira, 2002.

MINTIRINHA, Mestre. **LP O Pulo do Gato**. Capoeira. Rio de Janeiro - Brasil. H& B Vídeo Fonográfica Ltda.

PASTINHA, Mestre. **LP Capoeira Angola: Mestre Pastinha e Sua Academia**. Produzido e Distribuído pela Polygram Discos Ltda. 1979.

SUASSUNA, Mestre. DIRCEU. **Capoeira pra estrangeiro, meu irmão, é mato Capoeira brasileira, meu cumpradre, é de matar**. LP Capoeira Cordão de Ouro. Musicolor. 1975.

TONI VARGAS, Mestre. **Ritual**. CD Liberdade. Rio de Janeiro, 2007.

VAVÁ, Mestre. **Ladainha de Mestre Vavá. Berimbau de Ouro Minha Mãe. Encarte do LP Berimbau e Capoeira - BA**. Documento Sonoro do Folclore Brasileiro Nº 46. Ministério da Cultura. Fundação nacional de Arte. Instituto Nacional do Folclore, Rio de Janeiro, 1988.

ANEXO 1 – Parecer do Conselho Nacional do Desporto – CND, sobre a Capoeira Desporto

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Do: Gen. Jayr Jordão Ramos - Conselheiro do CND
Ao: Exmo. Sr. Brigadeiro Jeronymo Baptista Bastos - Presidente
do Conselho Nacional de Desportos
Assunto: Parecer sobre a Capoeira-Desporto.

P A R E C E R
=====

Constitui falha imperdoável, para a qual não encontramos desculpas, o fato de havermos praticado durante muito tempo e, quando maior se tornou, entre nós, o interesse pelos desportos, termos deixado ao abandono o destino da nossa capoeira, folclore nacional e forma de luta tipicamente brasileira. Ela nasceu, cresceu e fez-se grande em nossa terra.

Considerada como própria de malandros e desordeiros, que aliás, dela se utilizavam sobretudo no Rio de Janeiro, no Recife e na Bahia, sofreu a capoeira grande reação de parte das autoridades e classes cultas. No entanto, se tivesse sido convenientemente fomentada, dentro de princípios éticos, hoje em dia, sem dúvida, seria modalidade ginástica bastante praticada e, do ponto de vista utilitário-desportivo, excelente meio de ataque e defesa pessoal, tantas são as qualidades físicas e morais que a sua prática desenvolve.

No seu declínio, desprezada e sem regulamentação, o pouco que restou fixou-se quase exclusivamente no campo do folclore estilizado, sobretudo na Bahia, explorada por alguns espertos, que se aproveitam da bon-fé e entusiasmo dos turistas. Recentemente assisti a tais demonstrações, em frente ao Mercado Municipal de Salvador, sendo evidente o espírito comercial dos lutadores.

Ao lado do Judo, do Boxe, do Karatê e de outras formas de luta, deve ser a capoeira estimulada. Como desporto, ela apresenta no seu aspecto, um misto de semelhança com a luta francesa "Savate" e com a japonesa do "Karatê", pelo fato de nela se aplicar, preferencialmente, os membros inferiores, embora importante seja o papel das mãos e da cabeça para bater nos adversários ou derrubá-los.

Na nossa opinião, para reabilitá-la como forma de luta, através de um grupo tarefa, instituído pela Confederação Brasileira de Pugilismo com a cooperação de outros grupos interessados, deve ser dada à capoeira formas e regras desportivas. Como escala de flexibilidade e agilidade, salvo melhor juízo, cumpre que algo seja feito como no Karatê-desporto, dando-se pontuação pela perfeição dos movimentos e atitude do combativizando. Além disso, com base na ciência e na experiên-



Parecer... fls.2

cia, impõe-se o estabelecimento de programas racionais, onde serão pontualizadas as questões de ética desportiva, controle do treinamento, aprimoramento técnico e preparação física.

Ao grupo de trabalho caberá também o estabelecimento básico de um programa de propaganda, que os interessados procurarão divulgar pelos mais eficientes meios de comunicação. Além disso, sugiro que baseado neste parecer, ele solicite, por intermédio da Confederação Brasileira de Pugilismo, às escolas de formação de pessoal especializado, associações desportivas, corpos de tropa, academias de cultura física e outros centros de atividades o interesse pela prática e aperfeiçoamento da capoeira-desportiva.

Resumindo tudo o que foi expresso, sou do parecer que cabe a capoeira, prática legitimamente nacional, após convenientemente reformulada, um lugar ao lado dos outros desportos. Bem orientada e dentro dos princípios da ética, desde já, nenhum obstáculo deve ser posto à sua prática. Com o correr do tempo, após adequada estruturação e melhor compreensão do assunto, poderá ser ela integrada, conforme previsão existente no Estatuto da CBP, entre os desportos que devam ser assistidos e incrementados pelos órgãos governamentais, organizando-se em entidades competitivas e contribuindo, desta maneira, para a prática educacional e desportiva do nosso País.

Além do Ministério da Educação e Cultura, deve ser dado ciência deste parecer a CBP, entidade máxima dos desportos de luta, e a SENOVIX academia donde é oriundo o presente processo.

Rio de Janeiro, RJ, 26 de julho de 1972.

Gen. Jayr Jordão Ramos
Conselheiro Relator

lvb.

12
11
10
9
8
7
6
5
4
3
2
1
0
10
9
8
7
6
5
4
3
2
1
0

11172

ANEXO 2 – Projeto de Lei 2414/2009, que declara a Capoeira do Rio de Janeiro como Patrimônio Imaterial

Proposições 2007 / 2011

Projeto de Lei
Autor do Documento: Marcelo P Bento/ALERJ Data de Criação: 30/06/2009
Dep. Representante: Gilberto Palmares

Texto do Projeto de Lei

PROJETO DE LEI Nº 2414/2009

EMENTA:

DECLARA A CAPOEIRA COMO PATRIMÔNIO IMATERIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. A
: Deputado GILBERTO PALMARES utor(es)

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

RESOLVE:

Art. 1º - Declara a **Capoeira** como patrimônio imaterial do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário Barbosa Lima Sobrinho, 30 de junho de 2009.

GILBERTO PALMARES
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

Trata-se de Projeto de Lei que "DECLARA A CAPOEIRA COMO PATRIMÔNIO IMATERIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO."

O Estado e a Sociedade devem participar do esforço permanente da preservação da cultura popular brasileira. Tanto assim que esta participação está prevista na Constituição Federal, nas Constituições Estaduais e na Lei Orgânica de cada município brasileiro.

É importante preservarmos a cultura popular e o potencial da Capoeira como instrumento auxiliar do trabalho de promoção social e desenvolvimento comunitário de nossa sociedade.

A **Capoeira** envolve múltiplos aspectos, tais como: *desportivos, educacionais, lúdicos, terapêuticos, artísticos e culturais*, podendo ser utilizada como **ARTE, DANÇA, LUTA** ou **JOGO**, individualmente, em duplas ou conjuntos, através de movimentos ritmados e constantes, com agilidade, flexibilidade, domínio de corpo, destreza corporal, esquivas, insinuações e quedas, fazendo uso de qualquer parte do corpo, em especial pernas, braços e cabeça, tendo como movimento básico a ginga, podendo ainda ser praticada ou não com acompanhamento de instrumentos musicais.

A **Capoeira** tem interseções importantíssimas com as raízes históricas, sociais, filosóficas, políticas e culturais do povo brasileiro, constituindo-se por si só num sistema cultural próprio. Hoje, praticada em mais de 164 países, a Capoeira vem crescendo a cada dia. No Estado do Rio de Janeiro ela está presente em todos os municípios da Federação e daí a importância de seu tombamento como Patrimônio Imaterial do Rio de Janeiro.

Pelo exposto, conclamamos os representantes do Povo Fluminense a aprovarem a presente proposição.

ANEXO 3 – Publicação no Diário Oficial da Lei Estadual nº 5577/2009 que declara a Capoeira do Rio de Janeiro como Patrimônio Imaterial.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEI Nº 5577

DE 20 DE NOVEMBRO DE 2009

DECLARA A CAPOEIRA COMO PATRIMÔNIO IMATERIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

O Governador do Estado do Rio de Janeiro

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º- Declara a **Capoeira** como patrimônio imaterial do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de novembro de 2009

SÉRGIO CABRAL

Governador

Projeto de Lei nº 2414/2009

Autoria do Deputado Gilberto Palmares.

Id: 876363

ANEXO 4 – Matéria no Jornal da ALERJ sobre o reconhecimento da Capoeira do Rio de Janeiro como Patrimônio Imaterial.

Rio de Janeiro, de 16 a 30 de novembro de 2009

J
JORNAL DA ALERJ

9

TRADIÇÃO

Misto de dança e luta é tombado e praticantes comemoram reconhecimento de estilo surgido no Brasil

RICARDO COSTA

A capoeira é um patrimônio imaterial do Estado do Rio de Janeiro. É o que garante a Lei 5.577/09, do deputado Gilberto Palmares (PT), que foi sancionada no Dia da Consciência Negra, comemorado em 20 de novembro, pelo governador Sérgio Cabral. A nova norma fez parte das celebrações pela data e, segundo o autor da lei, fará com que a capoeira tenha sua prática mais incentivada por parte do Governo, bem como estudos a seu respeito também poderão ser fomentados. "O texto garante a prática e o estudo sobre este misto de luta e dança genuinamente brasileiro. É uma atividade ligada à história de resistência dos africanos escravizados. Não se trata de reconhecer apenas a história de luta dos negros, mas também a importância e o potencial da arte, hoje, como instrumento auxiliar do trabalho de promoção social e do desenvolvimento solidário da sociedade", afirmou Palmares.

A capoeira é um produto de exportação nacional e hoje é praticada em mais de 160 países, o que a transforma, assim, num dos maiores representantes culturais do Brasil em todo o mundo. No estado do Rio, essa manifestação está presente em todos os 92 municípios, o que não é de se estranhar, levando-se em conta que a história desta luta registra o Rio como um dos prováveis locais onde a capoeira nasceu. Os outros possíveis berços da luta seriam os estados da Bahia e de Pernambuco. O *status* recebido pela capoeira, na Alerj, é uma concepção de patrimônio cultural que abrange as expressões culturais e as tradições que um grupo de indivíduos preserva

Ê, capoeira!

sxc.hu/Afonso Lima



As rodas de capoeira (acima) tão comuns nas praças das grandes cidades fluminenses receberão mais apoio a partir da lei de Palmares



Rafael Walmace

em respeito à sua ancestralidade para as gerações futuras.

Tornar a capoeira patrimônio imaterial do Rio faz com que a sociedade participe do esforço permanente da preservação da cultura popular brasileira. É o que explica o presidente da Liga de Capoeira do Estado e da Liga Niteroiense, Paulo Henrique Menezes da Silva, o Mestre Paulão. "O tombamento da capoeira peculiar que se pratica no Rio como patrimônio será uma forma muito importante de preservação da diversidade e das características muito particulares de uma manifestação nascida aqui e que hoje representa o

Brasil. Será também uma forma de lutar pela profissionalização do mestre de capoeira e de introduzir nas escolas e comunidades programas que valorizarão as histórias de nosso povo e seus feitos", afirma Mestre Paulão.

Umbanda e candomblé também foram considerados patrimônio imaterial

Além da capoeira, outras manifestações também foram tombadas. A umbanda foi declarada patrimônio imaterial segundo a Lei 5.514/09, também de autoria do deputado Palmares. "A partir do momento em que os cultos viram patrimônio, eles passam a ser mais divulgados, diminuindo a intolerância e a violência", comentou o petista, que também é autor da Lei 5.506/09, que declara o candomblé patrimônio imaterial do estado. De autoria do deputado Mário Marques (PSDB), o registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, que pode incluir músicas, festas, feiras e gastronomia tipicamente fluminense, surgiu com a sanção da Lei 5.113/07. O candidato a estreitar o registro foi a Feira de São Cristóvão, através do projeto de lei 659/07, apresentado pelo deputado Rodrigo Dantas (DEM). "O tombamento garante à feira a chance de ter perpetuadas suas características e valores para as gerações futuras", defende.

ANEXO 5 - Carta de Campinas.

GRUPO DE ESTUDOS DA CAPOEIRA – GECA

Carta de Campinas - I Seminário Nacional de Estudos sobre a Capoeira

"Manifesto pela Capoeira neste início do século XXI"

Esta carta tem o objetivo de apresentar uma síntese das discussões realizadas e as decisões democraticamente tomadas a partir do I Seminário Nacional de Estudos sobre a Capoeira - SENECA, que tratou do tema "*Capoeira: diálogos entre seus diferentes saberes*", realizado nos dias 7, 8 e 9 de maio de 2004, na cidade de Campinas/SP. O evento foi planejado e organizado, ao longo de 8 meses, por um coletivo composto por pessoas envolvidas de diversas formas com a capoeira, em todo o Brasil contando, também, com sugestões de capoeiristas que vivem no exterior. O SENECA congregou por volta de 300 (trezentos) participantes, provenientes de 64 (sessenta e quatro) grupos de capoeira diferentes e que vieram de 32 (trinta e duas) cidades, de todo o Brasil, contando também com participantes de Sidney (Austrália), Nova Iorque (EUA) e Bristol (Inglaterra).

Com o intuito de preservar o diálogo no universo capoeístico e respeitar as diversidades na manifestação da capoeira, as discussões travadas por ocasião das mesas de debates e Grupos de Trabalho Temático (GTT), problematizaram determinadas questões que dizem respeito ao cotidiano dos capoeiristas, em busca de subsídios que possam contribuir para qualificar suas ações nos mais diferentes setores da sociedade organizada, sem ferir a livre expressão dos presentes e respeitando as tradições da capoeira.

Os GTTs constitutivos do I SENECA foram "Capoeira e Educação", "Capoeira, corpo, cultura e memória", "Capoeira e políticas públicas" e "Capoeira e esporte". Na plenária final, cada relator apresentou o que foi discutido, deixando em aberto para os participantes a possibilidade de solicitar esclarecimentos em torno do que foi exposto e sugerir alterações.

Após esta metodologia ter sido aplicada a todos os relatos apresentados, chegou-se às seguintes deliberações:

1. A capoeira tem que estar presente na escola como atividade curricular complementar abarcando uma perspectiva de pesquisa, produção do conhecimento e valorização do saber popular, por ser um elemento importante da identidade brasileira fazendo parte da história de formação do povo brasileiro e assim se constituir um patrimônio da cultura nacional. Seu processo de ensino/aprendizagem deve ser fundamentado com base na inclusão social e liberdade de expressão. Para isto, é necessário que a inserção da capoeira se dê para além dos momentos festivos ou de eventos esporádicos. Neste sentido se propõe a efetiva inclusão da capoeira na escola através de atividades curriculares complementares, ministrada por um

docente de capoeira (capoeirista) sendo seu trabalho supervisionado pelo serviço público de ensino. Propõe-se também, a inclusão da capoeira no conteúdo curricular de Educação Física, bem como o incentivo à interdisciplinaridade/transdisciplinaridade da capoeira com outras disciplinas que compõe o currículo escolar cumprindo assim o que diz a Constituição de 1988, no artigo 215:

"... garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais".

"Parágrafo 1: "O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional".

Além disso, o Presidente Luís Inácio Lula da Silva sancionou no dia 9 de janeiro de 2003, a lei nº 10.639 que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira nos currículos das escolas públicas e particulares do ensino fundamental e médio. Entendemos também que para além do aspecto legal é preciso ações e políticas públicas que incentivem não só a capoeira como saber importante na formação dos educandos, mas também a formação e qualificação continuada do profissional que irá desenvolver essa função na escola. E que a partir do momento que a capoeira estiver inserida na escola ela deve se juntar ao projeto político pedagógico da mesma, atendendo as demandas da comunidade escolar e não as de determinados grupos específicos de capoeira.

2. Deve-se exigir do Estado a formulação de Políticas Públicas que atendam aos interesses da comunidade da capoeira, contemplando as três esferas de poder, a saber: municipal, estadual e federal, informações sobre a relação da capoeira e seus orçamentos.

Deve-se buscar mecanismos de fortalecimento da cidadania, no sentido de incrementar Políticas Públicas para a Capoeira, através de oficinas, cursos, palestras e publicações, bem como criar mecanismos de fiscalização e da execução dessas políticas sobre o tema através da organização de comissões, ONG's, grupos cooperativos e outros órgãos.

Deve-se criar formas de divulgação de informações sobre as Políticas Públicas relacionadas à capoeira, através de jornais, rádios, páginas eletrônicas, além de levar a discussão sobre a inserção da capoeira na sociedade brasileira para as escolas, academias e rodas abertas.

3. Foram tomadas como decisões unânimes a contrariedade à submissão dos mestres e professores de capoeira ao sistema dos Conselhos Estaduais e Federal de Educação Física e

também a contrariedade à regulamentação da profissão de Mestre de Capoeira através da formação de um Conselho Federal de Capoeira. Mas exige-se do Ministério do Trabalho o reconhecimento da categoria profissional que trabalha com a capoeira no interior da Classificação Brasileira de Ocupações - CBO, incluindo na sua família ocupacional todos os níveis de professorado/ensino como, por exemplo, Mestre, Contramestre, Treinel, Técnico, etc.

Decidiu-se também que a capoeira não deva ser classificada somente como esporte, mas caso ela seja assim reconhecida socialmente, que toda a comunidade organizada da capoeira, em suas diferentes faces, possa ser convocada a definir suas configurações como esporte, não cabendo somente a um segmento esta tarefa.

Assim, na tentativa de contribuir com o aprofundamento das principais questões que envolvem a capoeira atualmente, o Grupo de Estudos da Capoeira, entidade organizadora do SENECA, dá ampla divulgação a esta carta e espera da sociedade civil contribuições no sentido de enriquecer a discussão travada até este momento e das autoridades relacionadas aos temas abordados a abertura de canais e oportunidades de discussão, sempre na perspectiva de ampliação da cidadania e da participação.

Campinas, 03 de junho de 2004.

Participantes do I SENECA

Fonte: **CAPOEIRA DO BRASIL**. Disponível em:

<http://www.capoeiradobrasil.com.br/Carta%20de%20Campinas.htm>. Acesso em 21/11/2019.

ANEXO 6 - Carta de Milton Cezar Ribeiro (Miltinho Astronauta) ao Ministro Gilberto Gil

Exmo. Sr.
Doutor Gilberto Gil Moreira
DD Ministro de Estado da Cultura
República do Brasil.
Esplanada dos Ministérios - Bloco B - 3º andar.
70068-900. Brasília - DF - Brasil.

São José dos Campos, SP - 30.08.2004

ASSUNTO: Genebra, ONU, Sérgio Vieira e o Programa Nacional de Capoeira

Prezado Senhor Ministro,

"Bem está o que bem acaba", e funcionou muito bem o lançamento, em Genebra, das bases de um grande Programa para a Capoeira. Parabéns, portanto, a Vossa Excelência e à sua equipe!

Minha reflexão inicial foi provocada pela restrição feita, num primeiro momento, pela Senhora Gilda Vieira de Mello, progenitora do brilhante e heróico diplomata brasileiro Sérgio Vieira de Mello, a uma exibição de capoeira. Entendia ela, segundo chegou ao meu conhecimento, que seria uma manifestação excessivamente alegre para um momento tão solene e triste. Felizmente tudo correu em perfeita harmonia, e o dia 19 de agosto transformou-se em mais um importante marco histórico para a Capoeira. Sem ofuscar, até pelo contrário, o objetivo maior do evento que era e foi o de homenagear um grande herói (e mártir) da paz mundial.

Sou apenas um modesto praticante-pesquisador de capoeira, faço parte de duas associações regionais, escrevo artigos para diversos jornais e revistas especializadas, e tenho participado da maioria dos grandes eventos (congressos, seminários, oficinas etc) de capoeira em São Paulo e pelos quatro cantos do Brasil. Afora capoeira, trabalho na área das Ciências Ambientais, e estou, atualmente, caminhando em meu doutorado pela Universidade de São Paulo.

A presente carta resulta de uma série de conversas realizadas com lideranças da capoeira, sobretudo aqui da minha Região. Ficáramos, portanto, extremamente honrados em receber uma resposta de Vossa Excelência.

Passo, agora, respeitosamente, a resumir algumas ponderações e sugestões.

- 1. Visão Histórica**

Realmente a Capoeiragem é um dos mais fascinantes traços da cultura popular brasileira, ultrapassando até, em alguns lugares e momentos, o internacionalmente conhecido samba. Todos, certamente, fazem parte de uma mesma família, de uma mesma raiz. Consagrados escritores, folcloristas, jornalistas, antropólogos, desde do tempo do Brasil Colonial, vêm registrando o fenômeno Capoeira. O livro de Annibal "Zuma" Burlamaqui (1928), *"Gymnastica Nacional (Capoeiragem) Methodizada e Regrada"*, é uma das melhores provas deste reconhecimento. Também o grande Getúlio Vargas, abstraindo-se especulações sobre regimes ditatoriais, declarou ser a Capoeira o verdadeiro Esporte Nacional (segundo especialistas na matéria, a Peteca mereceria melhor este título).
- 2. Uma Lei para a Capoeira**

Vossa Excelência sabe muito bem que a primeira experiência legal da Capoeira não foi positiva. O Código Penal de 1890 não a codificou muito bem...

Mas, sem sombra de dúvida, urge criar-se uma "lei positiva", que consagre, de uma vez por todas, em toda a sua plenitude, a nossa Capoeiragem. Que a coloque no lugar que sempre ocupou, como Patrimônio Cultural do Brasil. Primeiro passo para que ela seja também reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade.

Mas que seja uma Lei bem feita, ecumênica, representativa de todos os ricos e variados aspectos da capoeira, contemplando todas as suas facetas e, sobretudo, sua verdadeira História e seus verdadeiros Fundamentos, inclusive no que tange - e esta é bem a "praia" de Vossa Excelência - à sua magnífica e mandingueira parte rítmica e cantada.

Em hipótese alguma esta "lei positiva" deverá surgir para discriminar grupos, estilos ou regiões e, muito menos, privilegiar corporativismos de última hora.

Existem, atualmente, no Congresso Nacional, diversos projetos de lei em tramitação, todos buscando a definição de uma política justa e democrática para a nossa Capoeira. São diversas bandeiras de luta que os Capoeiras ostentam, quase todas tendo em comum a luta para desvincular nossa arte da descabida tutela do Sistema CREF/CONFEEF.
- 3. Programa Nacional e Mundial de Capoeira**

Através do site oficial do Ministério da Cultura (www.cultura.gov.br artigos 1161, 1162 e 1143), bem como de outros veículos de comunicação de circulação nacional e internacional, tomei conhecimento do lançamento desta interessante iniciativa. Posso e devo adiantar que esta iniciativa criou uma grande expectativa e esperança dentro do Mundo da Capoeiragem. Sobretudo, através de e-mails, estou em contato com o Brasil inteiro e com o resto do mundo e percebo o grande entusiasmo reinante. Há, também, naturalmente, muitas dúvidas a respeito da operacionalização deste Programa.
- 4. Operacionalização do Programa, ponderações & sugestões**

Para começar este item, transcrevo, dos textos acima mencionados, uma das partes que estão provocando mais dúvida e discussão:

"Já temos algumas propostas desenhadas. Queremos construir um calendário anual, nacional e internacional da capoeira. Criar um Centro de Referência no Pelourinho, em Salvador, que servirá não só de acervo de pesquisas, livros, adornos e imagens, mas também de espaço para atividades. A Bahia, assim, deve se afirmar como uma espécie de "Meca da Capoeira".
- 4.1 Programa Nacional ou Programa Regional?**

A importância da Bahia neste processo é inegável, mas será um grave erro o Ministério da Cultura fechar os olhos para a importância de vários outros estados. Todos defendem, especialmente as lideranças baianas, que a "Capoeira é livre como o vento", "que a capoeira não tem dono", "que a capoeira é de quem gosta dela e a pratica bem". Ora, não apenas aqui em São Paulo, mas em Pernambuco, no Paraná, em quase todos os estados brasileiros e, o que é mais surpreendente (e verdadeiro), em vários outros países é possível ver excelentes rodas de capoeira comandadas por mestres não-baianos e que desenvolvem uma excelente capoeira própria. Criar uma "Meca" será um retrocesso, será tentar parar o avanço da capoeira, será tentar impingir um estilo, uma história, uma verdade regional. Não funcionará, ninguém aprisiona a criatividade e o talento. O jiu-jitsu já foi sinônimo de Oriente, passou para a consagrada Família Gracie e, atualmente, incorporou-se ao MMA. A Inglaterra é a inventora do futebol moderno e do boxe, no entanto, hoje em dia não chega às oitavas de final nas Copas do Mundo, e perdeu o cinturão do pugilismo para os Estados Unidos, Cuba e outros países.

4.2 Por que não criar vários pólos de desenvolvimento para a Capoeira?

Por que o Ministério da Cultura não propõe parceria aos governos de estado potencialmente interessados em abrigar um Centro de Memória e um Laboratório Prático de Capoeiragem?

Estou, e sinto que um significativo número de mestres também está, preocupado com a estratégia que parece estar sendo utilizada pelo Ministério da Cultura. A impressão que está predominando, até mesmo pelo coração baiano do brilhante ministro – e dos consultores – é que o *Programa Nacional e Mundial da Capoeira*, na prática, será um *"Programa da Capoeira Baiana para o Brasil e para o Mundo"*.

4.3 "The first step, first"

Pego perdão pelo inglês, mas foi um inglês-capoeira que assim intitulou um artigo onde pergunta *"como o Brasil vai organizar a Capoeira no Mundo se ainda não organizou a capoeira dentro de casa?"*

É uma pergunta de respeito, que muito me preocupa e preocupa também quase todo capoeira, aqui em São Paulo, no Brasil e no Exterior. Realmente, podemos estar priorizando um Programa para a Capoeira no Exterior, sem ter definido e realizado – com êxito! – um Programa Nacional...

Temos que tomar muito cuidado, pois, de repente, o Brasil estará fazendo um programa "de fora para dentro", ou seja, do Exterior para o Brasil. Saltam aos olhos os riscos e as distorções que poderão surgir desta estratégia. Além de verbas públicas aplicadas de maneira pouco democrática e pouco representativa (como já ocorreu na gestão Pelé, quando este se encontrava à frente do Ministério Extraordinário do Esporte).

4.4 Assessores Informais do Ministério

Segundo relatório oficial de Luis Turiba, chefe da *Assessoria de Comunicação Social do MinC*, o Ministério da Cultura está recebendo consultoria do Professor Muniz Sodré, do Mestre Camisa e de Fred Abreu, todos baianos da Boa Terra e com respeitável bagagem na área da capoeira. É certo que a presença da Bahia é importante, e que muitos mestres baianos estão divulgando nossa Capoeira pelo Brasil afora e no exterior, mas só existem esses? Esses são os melhores, não havendo ninguém mais capacitado a dar enriquecedoras contribuições a *este Programa Internacional?*

Com todo respeito e admiração, Senhor Ministro, esta nem é uma maneira democrática de empreender um Programa de Governo, nem é a melhor maneira de tratar um número crescente de excelentes mestres e pesquisadores que, embora respeitando e admirando muito a capoeira baiana, estão aprendendo e desenvolvendo uma capoeira própria, perfeitamente afinada com a verdadeira História da Capoeiragem, mas com luz própria, contemplando as tipicidades de cada região.

4.5 Mega-Grupos fazendo "franchising"

Outro ponto que deve ser levado em consideração é que existem diversas realidades em nossa Capoeira. Uma delas está calcada em estruturas de Mega-Grupos, nos quais o grande objetivo – sejamos francos – é a massificação robotizante da Capoeira enquanto esporte e o lucro crescente dos mestres-gerentes destes grupos. A criação de uma Meca na Bahia apenas aumentará esta patologia, criando grifes de exportação de material de consumo, vendas de cordel etc. Não, Senhor Ministro, a capoeira tem que voltar a ser do Povo. "Meca" da Capoeira é consagrar a institucionalização dos "cartolas na capoeira".

Não há dúvida, repito, que os consultores citados têm experiência no mundo da Capoeiragem. O que me preocupa é saber que foi lançado um *Programa Nacional* sem que vários outros mestres, pesquisadores e especialistas, igualmente importantes, fossem também ouvidos. Seria enriquecedor; ganharia a própria Capoeira, ganharia o Programa. Mas, apenas os especialistas de origem baiana foram ouvidos; todos os demais foram ignorados; ignoraram Pernambuco, Sergipe, São Paulo, Minas, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul; ignoram todo o Brasil, ignoram excelentes mestres há anos radicados no exterior. Não estamos levando em conta, evidentemente, a representação de tais estados por força do trabalho que inúmeros mestres baianos fazem em cada uma dessas regiões. Pois é uma realidade que favorece meu ponto de vista; Mestre Camisa talvez seja o exemplo mais emblemático, pois saiu da Bahia muito jovem, foi para o Rio de Janeiro, onde viveu muito as rodas locais. No início era inexpressivo, porém foi aprendendo, enriquecendo seus conhecimentos básicos e tornou-se um mestre internacional e consultor ministerial.

4.6 Transparência

Conheço, respeito e admiro o passado do Senhor Ministro, não apenas o passado artístico, mas, sobretudo, o passado de engajamento político, de cidadania militante. Sei também que o Senhor Ministro é bacharel em Administração de Empresa.

Estou à vontade, portanto, para perguntar: qual o teor deste Programa Nacional e Mundial? Existem documentos de acesso público para que possamos saber se pelo menos o Capoeira do Brasil sairá ganhando com isto? Quem, afinal, participou das reuniões com a V.Exa. antes do lançamento do Programa em foco?

4.7 Centro de Referência da Capoeira Pelourinho?

Ainda, tendo-se como base os artigos publicados no site deste respeitado Ministério, fala-se em criar um Centro de Referência da Capoeira no Pelourinho. Mas, como ficarão os Centros de Referências em outros Estados, que desempenham papel de elevada importância – sobre o passado, presente e futuro – para a Capoeira?

5. Considerações Finais

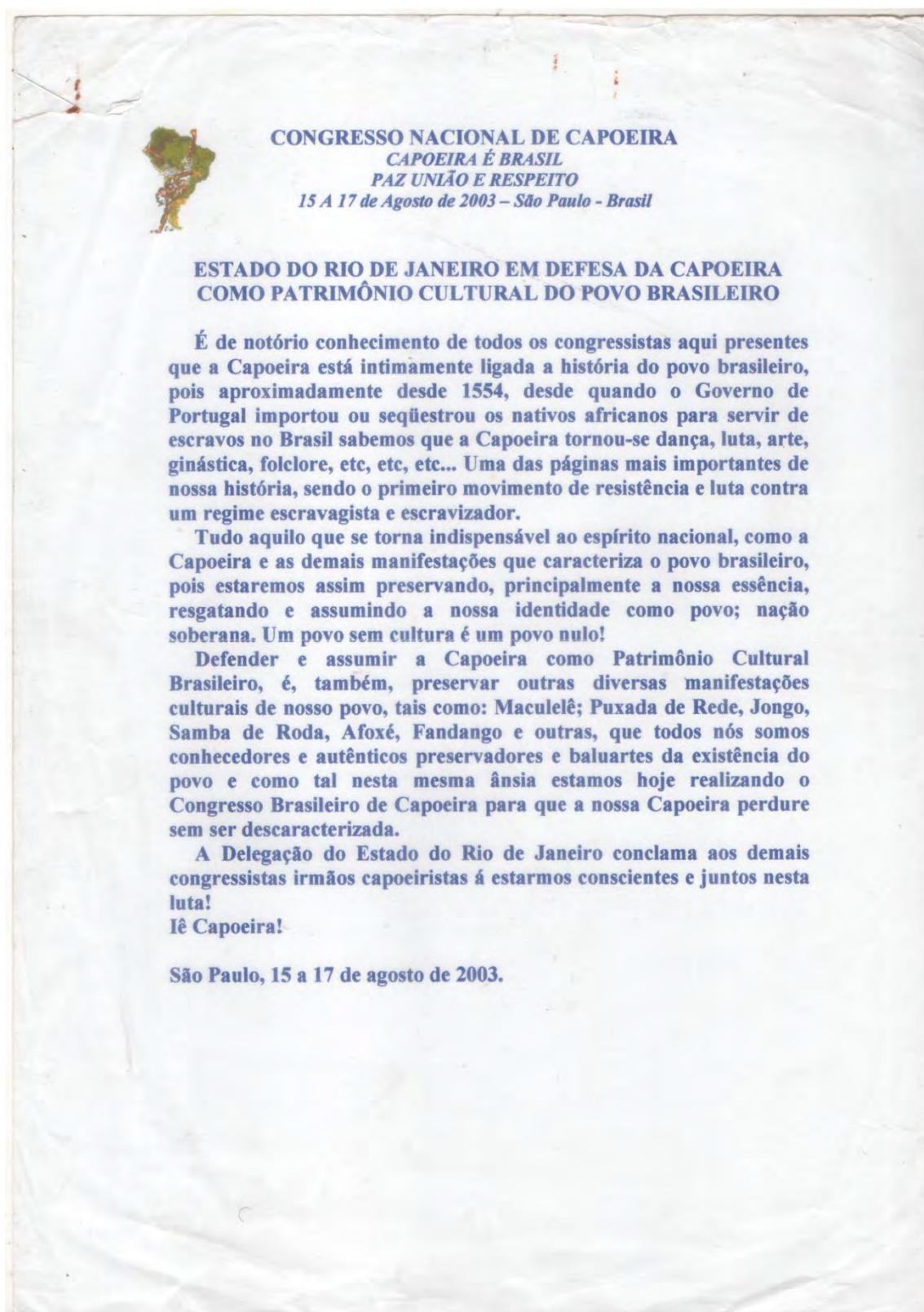
Senhor Ministro da Cultura, Dr. Gilberto Gil, seria muito mais fácil não escrever esta carta ou escrever uma carta só de elogios. Optei por uma carta aberta e franca, imbuído do firme propósito de oferecer uma pequena mostra da visão que um cidadão-capoeira comum está tendo a respeito do Programa em questão. Afinal de contas, CAPOEIRA É BRASIL!

Coloco-me desde já à inteira disposição de Vossa Excelência para qualquer tipo de esclarecimento suplementar que se faça necessário.

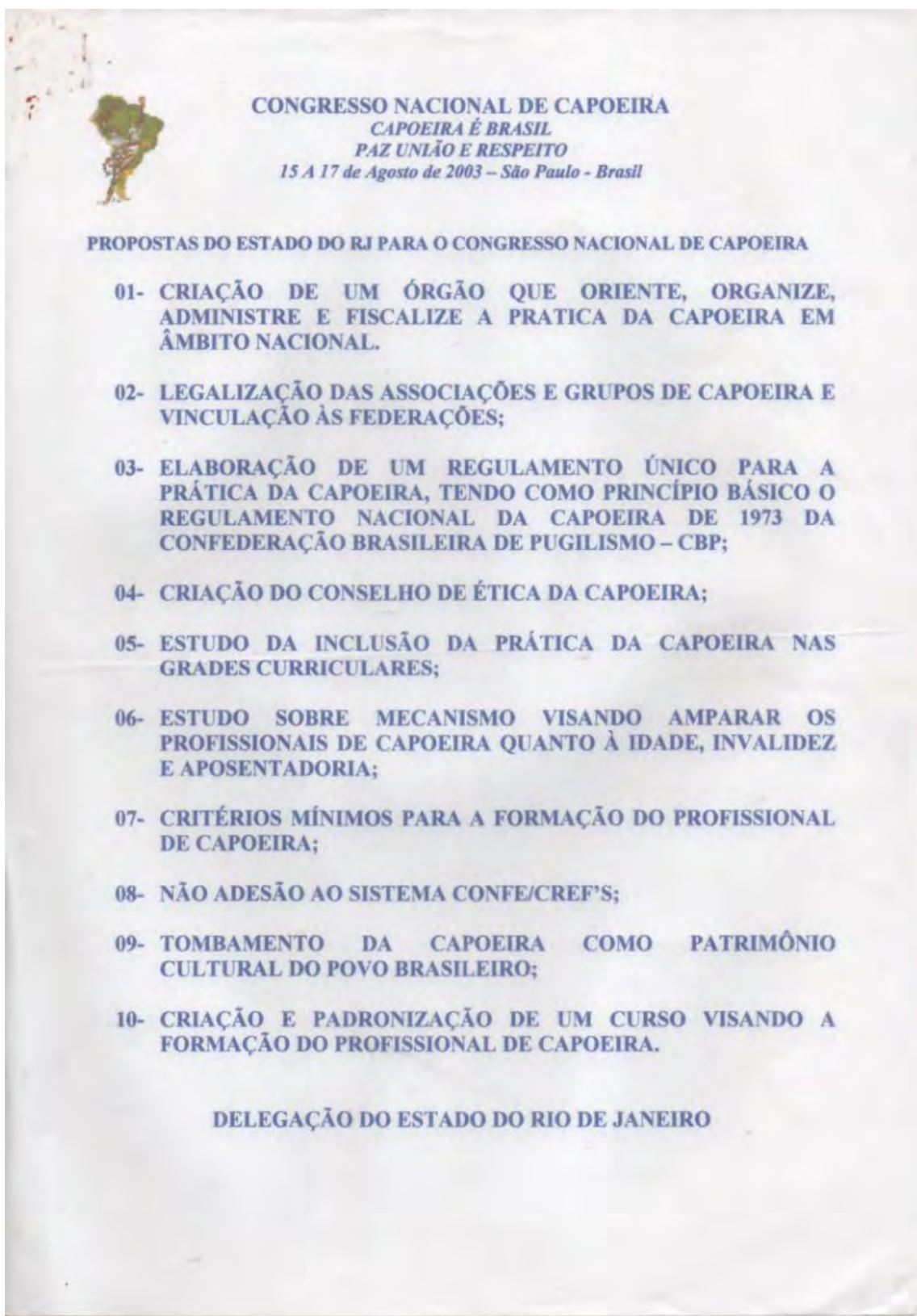
Mais uma vez, agradeço antecipadamente a atenção dada a esta carta e despeço-me, no aguardo de um breve retorno, respeitosamente,

MSc. Milton Cezar Ribeiro – RG 19.224.797-9
Avenida Tívoli, 550, Ap. 25, Vl. Betânia
12245-230 – São José dos Campos – SP

ANEXO 7 - Carta do Estado do Rio de Janeiro em Defesa da Capoeira como Patrimônio Cultural



ANEXO 8 – Propostas do Estado do Rio de Janeiro para o Congresso Nacional de Capoeira



ANEXO 9 – Propostas da Plenária Final do Congresso Nacional Unitário de Capoeira



Congresso Nacional de Capoeira

Capoeira é Brasil / Agosto - São Paulo - SP

A plenária final dos participantes do Congresso Nacional Unitário de Capoeira após amplo e democrático debate deliberou o seguinte:

- * 01 - Lutar e Trabalhar pela criação de um órgão nacional, sob a hegemonia dos autênticos capoeiristas, com suas respectivas representações regionais, com características plurais, democráticas, amplas, representativas que: oriente, organize, fiscalize, administre, delibere e seja consultiva.
- * 02 - Apoiar decididamente o projeto de Lei do Dep. Federal Luiz Antonio Fleury incluindo a palavra "capoeira" no texto do parágrafo único do art. 2º conforme anexo.
- * 03 - Incluir na forma da Lei a Capoeira como beneficiária dos artigos 215 e 217 da Constituição Federal, que tratam respectivamente das questões de Cultura e Desportos.
- * 04 - Apoiar através de suas representações nacional e estaduais o Projeto de Lei 7150/2002 de autoria do Dep. Federal Arnaldo Farias de Sá, que trata da regulamentação da Capoeira enquanto profissão, com a seguinte ressalva: Alteração ou supressão do art. 3º. Por considera-lo incompatível com o espírito amplo e democrático das decisões do Congresso.
- * 05 - Constituir no prazo de (sessenta)* dias uma Comissão de âmbito nacional, plural, representativa, democrática com representantes dos estados indicados através de reuniões amplamente convocadas para este fim. Desta comissão também fará parte um representante de cada entidade nacional constituída de fato e de direito.
- * 06 - Esta comissão terá como tarefa encaminhar, acompanhar e prestar informações à comunidade capoeirística sobre a tramitação dos processos definidos pelo congresso e ainda desenvolver os preparativos para a realização do próximo congresso nacional que deverá acontecer no prazo máximo de um ano.

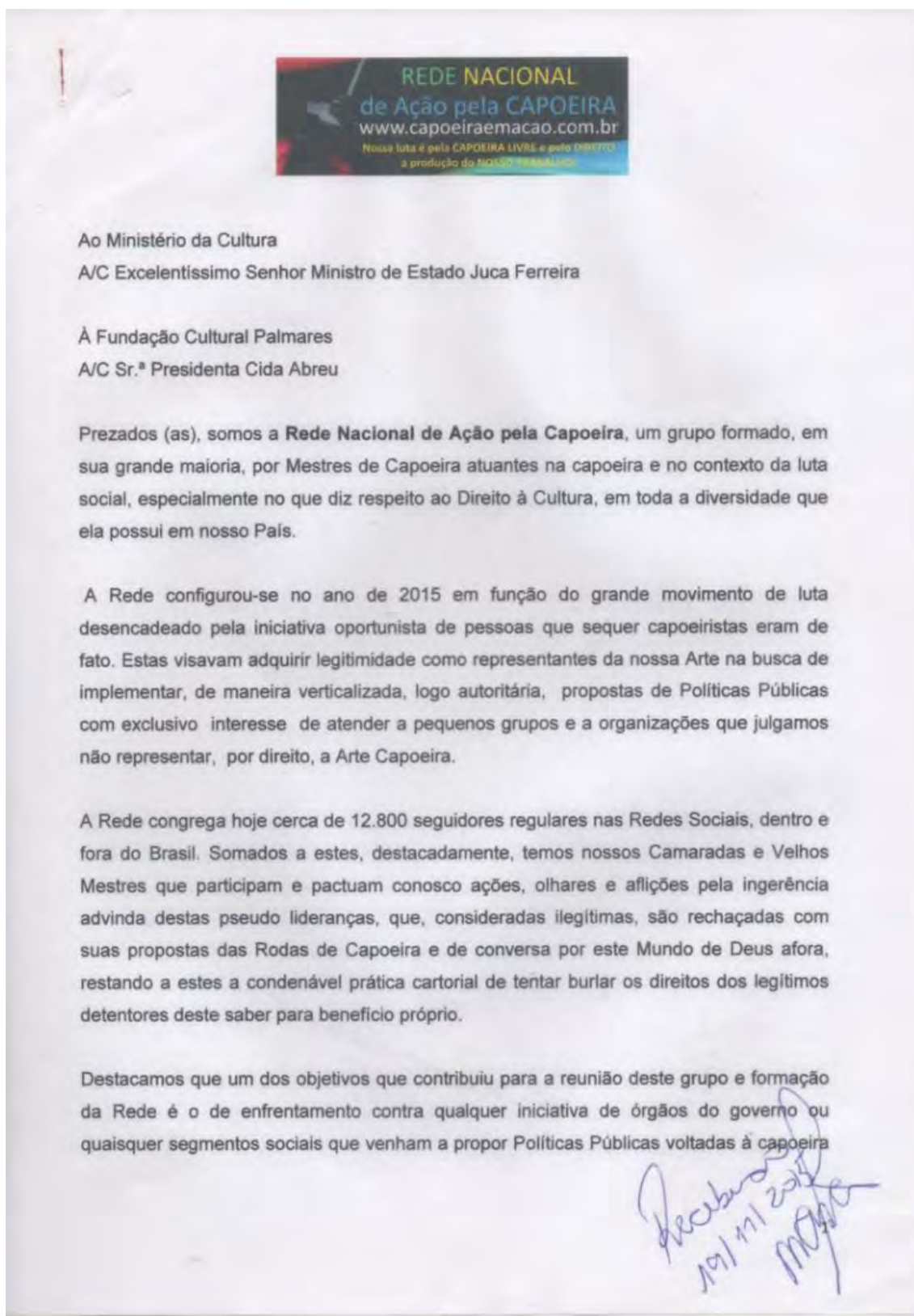
Obs* Até o fim do prazo de 60 dias encaminhará o processo a atual Coordenação Nacional do Congresso Nacional (Unitário) de Capoeira.

São Paulo, 15, 16 e 17 de agosto de 2003.

**Plenária Final dos Delegados
Congresso Nacional de Capoeira**

Coordenação Nacional - Rua: Pedro de Toledo, 1591 - Vila Clementino CEP: 04039-034 São Paulo - SP
Tel.: 5088-6428 - pagina : www.congressodecapoeira.com - correio eletrônico:
capoeiracongresso@hotmail.com

ANEXO 10 - Carta da Rede Nacional de Ação pela Capoeira ao Ministério da Cultura e à Fundação Cultural Palmares





sem levar em conta o amplo e respeitoso debate com o próprio segmento da capoeira e de suas diversas representações.

Este debate já vem sendo travado no País de forma que julgamos séria e dialógica que demanda tempo qualificado e conversa franca com as reais lideranças da Capoeira no Brasil. Consideramos que estas sejam configuradas por seus verdadeiros artífices, nossos Mestres, e por aqueles por eles autorizados a perpetuar a Capoeira. É através deste Mestre que, fomentando práticas duradouras, de resistência e em consonância com as Tradições cultuadas por nossos Ancestrais, em suas diferentes trajetórias de Vida, que se transmutam as diversas formas de exercer este Ofício ao longo de nossa História e nas diversas Regiões do nosso País. Portanto, essas organizações com pouca ou insignificante representatividade, tais quais as federações e confederações nacionais e internacionais existentes, apesar do nome pomposo, não representam nem 1% da comunidade da capoeira.

Assim sendo, viemos mostrar nosso respeito pela atual gestão da Fundação Cultural Palmares, que se coloca aberta ao diálogo com a comunidade da capoeira, bem como caminha acordada com algumas inquietações que afligem o segmento como, por exemplo, o incoerente e aviltante Projeto de Lei da Câmara 31/2009.

Por outro lado, é função dos diferentes segmentos sociais, enquanto prática cidadã, o exercício permanente do Controle Social na perspectiva de colocar-se em constante atenção com as iniciativas de órgãos do governo no sentido de tornar democráticas as políticas em torno da capoeira garantindo que sejam implantadas de modo participativo e transparente.

Deste modo, viemos por meio desta, mostrar nosso profundo desconforto com o evento de iniciativa da Fundação Cultural Palmares que ocorre de 18 a 20 de novembro de 2015 na Serra da Barriga, o qual tem como objetivo a criação de um GT para tratar das questões referentes à capoeira. Apesar de reconhecer os novos encaminhamentos dados pela Fundação Cultural Palmares, entendemos que se esta gestão pretende desenvolver suas ações para a capoeira sem ter sua imagem vinculada à antiga gestão, que



consideramos ter ficado em falta com as nossas reais demandas. Portanto, é fundamental que a atual liderança da Fundação busque conhecer os verdadeiros interesses da capoeira e ouça o segmento para propor qualquer iniciativa. Estamos cansados, mas ainda estamos dispostos para luta, e nossa luta nos dias atuais é feita para além da roda de capoeira na busca de efetivo exercício de cidadania.

Portanto, considerando ser o **Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC** um órgão colegiado integrante da estrutura básica do Ministério da Cultura cuja finalidade é propor a formulação de políticas públicas, com vistas a promover a articulação e o debate dos diferentes níveis de governo e a sociedade civil organizada, para o desenvolvimento e o fomento das atividades culturais no território nacional, representando um marco político no processo de fortalecimento das instituições do Estado, do exercício da Participação e do Controle Social.

Considerando ser o **Conselho Curador** o órgão responsável por formular propostas e opinar sobre questões relevantes para a promoção e preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na sociedade brasileira dirigido pela presidência da Fundação Cultural Palmares e sabedores de que o Grupo de Trabalho Ministerial da Capoeira será coordenado pela Fundação;

Considerando ser o Plano da Salvaguarda um instrumento criado de acordo com a instrução do processo de registro, dos inventários realizados, das pesquisas complementares e entendimentos preliminares com os agentes diretamente envolvidos na produção e reprodução do bem cultural em questão e que propõe ações de valorização das pessoas e a garantia de boas condições de produção e reprodução desse bem, em seu contexto sociocultural e histórico.

Propomos:

Inclusão dos Mestres de Capoeira Membros do Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC para compor o Grupo de Trabalho Ministerial da Capoeira;



- Inclusão de Mestres de Capoeira no Conselho Curador da Fundação Cultural Palmares;
- Inclusão de Mestres de Capoeira em todos os Grupos de Trabalho e/ou Comitê Gestor da Salvaguarda da Capoeira em TODAS as Superintendências do IPHAN.
- Participação de Mestres de Capoeira de todas as regiões do Brasil na construção/elaboração do Seminário Internacional de Capoeira a ser realizado em 2016.

Certos de contarmos com a sensibilidade desta Instituição e com a sabedoria de nosso excelentíssimo Ministro, subscrevemos tal documento e solicitamos a imediata inclusão dos verdadeiros detentores dessa arte neste processo ora deflagrado: nós, Mestres de capoeira!

Alagoas, União de Palmares, Serra da Barriga, 20 de Novembro de 2015.

Coletivo da Rede Nacional de Ação Pela Capoeira

Para saber mais:

www.capoeiraemacao.com.br

www.twitter.com/capoeiraemacao

<https://www.flickr.com/photos/capoeiraemacao/>

<https://www.facebook.com/redenacionaldeacaopelacapoeira>

<https://www.facebook.com/groups/redenacionaldeacaopelacapoeira/>

<https://plus.google.com/u/0/+CapoeiraemAção/>

<https://www.youtube.com/channel/capoeiraemacao>

ANEXO 11 - Carta de Brasília.

CARTA DE BRASÍLIA

"Capoeira: 300 anos: Da Escravidão à Profissão"

A Capoeira surgida das lutas dos escravos na busca de sua libertação completa quase três séculos de existência. Este instrumento de luta contra a opressão dos senhores de escravos foi ao longo de sua história perseguida, criminalizada, discriminada e relegada, assim como a maior parte das atividades culturais que tiveram origem no negro escravo. A perseguição continuou na República que a tornou crime, mas tarde os Capoeiristas sensibilizaram Getúlio Vargas que a resgatou como um símbolo nacional e único esporte até então nascido no país. Quando virou moda desacreditar todo o feito do período getulista no Brasil, a Capoeira foi novamente relegada pelo poder público.

A ditadura militar tornou-a parte de uma Confederação Brasileira de Boxe. Mas a luta continuou! Ela além das ruas, onde popularizou-se, ganhou academias, setores médios, chegou a Universidade e hoje é Patrimônio Imaterial Cultural de nosso povo, praticada em cerca de 152 países é reconhecida internacionalmente como arte/luta brasileira. Cantada em versos, contada em livros e apresentada em filmes, ganhou e ganha adeptos a todo o momento.

Ela venceu a luta contra a ingerência, indevida, do sistema CREF/CONFED e caminha intrépida por entre as ações públicas e governamentais.

Neste sentido nós Capoeirista reunidos no Encontro de Mestres promovidos pela Fundação Palmares, por ocasião do seu 21º aniversário, após intenso profícuo debate resolvemos o seguinte:

- a) Apoiar, participar, contribuir, envolver-se inclusive na concepção, dos encontros regionais que serão realizados pelo Ministério da Cultura, através do IPHAN, entendendo-os como fase preparatória do Encontro Nacional ou Congresso a ser realizado em 2010 na Capital Federal;
- b) Envidar esforços para que estes encontros sejam partilhados do ponto de vista do Poder Público com os Ministérios da Educação, Trabalho, Esporte, Previdência e Cultura;
- c) Realizar um cadastramento imediato dos Mestres antigos com o objetivo de dar-lhes condições de vida compatíveis com suas contribuições ao desenvolvimento desta importante manifestação cultural brasileira;
- d) Apoiar o PL 031/09 em tramitação no Senado, onde apresentaremos inclusive um

- substitutivo melhorando a sua redação de acordo com a nossa necessidade;
- e) Lutar para que a lei 10.639/03 contemple a prática e o ensino da Capoeira nas escolas

Estas resoluções partem da constatação unânime que sob o governo do Presidente Lula obtivemos conquistas importantes. Mas estas ainda são insuficientes para resgatar o legado de nossa participação na formação da nação brasileira.

Nós queremos a profissão reconhecida, queremos Capoeira na escola!

Queremos acima tudo que a Capoeira tenha um lugar que merece no cenário nacional compondo políticas públicas do estado brasileiro para que possamos utilizar plenamente o seu potencial enquanto instrumento de inclusão Social.

Por esta razão vimos a público dizer que seguiremos lutando para conquistar as condições necessárias para o desenvolvimento e fortalecimento da Capoeira.

Brasília 20 de Agosto de 2009.

ANEXO 12 – Ofício nº 432/14 – GAB/DPI/IPHAN - 9ª Reunião do Comitê Intergovernamental da Convenção de 2003 - UNESCO

MINISTÉRIO DA CULTURA	
	IPHAN INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
MINISTÉRIO DA CULTURA Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional Departamento do Patrimônio Imaterial SEPS 713/913, Bloco D - 4º andar - Cep: 70.390-135 Fone: 55 (61) 2024-5401/5402 Fax: 55 (61) 2024-5420	

Ofício nº 432/14 – GAB/DPI/IPHAN

Brasília-DF, 12 de novembro de 2014.

A Sua Senhoria o Senhor
CINEZIO FELICIANO PEÇANHA
(Mestre Cobra Mansa)
cobramansa@hotmail.com

Assunto: 9ª Reunião do Comitê Intergovernamental da Convenção de 2003.

Prezado Mestre,

1. É com satisfação que comunico a Vossa Senhoria que recebemos da Fundação Cultural Palmares a indicação de seu nome para participar da Comitativa Intergovernamental da Convenção de 2003, ocasião onde será votada a Roda de Capoeira como Patrimônio Cultural da Humanidade.
2. Estamos procedendo a sua inscrição como observador no site do evento para que possa ter acesso à sala de reunião.
3. Conforme agenda divulgada a votação deverá ocorrer no dia 26/11, a partir das 09h00. E no dia 25/11 gostaríamos de contar com a vossa colaboração em uma pequena apresentação no horário do almoço no prédio da UNESCO.
4. Sendo assim, o IPHAN/Ministério da Cultura providenciará passagem de ida e volta para seu deslocamento a Paris, do dia 24/11 a 27/11, e as referidas diárias conforme tabela do Governo Federal.
5. Esclareço ainda que, a servidora Maria José Moura, telefone (61) 2024-5404, (mariajose.moura@iphan.gov.br), entrará em contato para ajustar os detalhes da viagem.

Atenciosamente,


CÉLIA CORSINO
Diretora do Departamento do Patrimônio Imaterial
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Ipahan

ANEXO 13 – Ofício nº 433/14 – GAB/DPI/IPHAN - 9ª Reunião do Comitê Intergovernamental da Convenção de 2003 – UNESCO



Ofício nº 433/14 – GAB/DPI/IPHAN

Brasília-DF, 12 de novembro de 2014.

A Sua Senhoria a Senhora
ROSÂNGELA COSTA ARAUJO
(Mestre Janja)
janja.araujo@uol.com.br

Assunto: 9ª Reunião do Comitê Intergovernamental da Convenção de 2003.

Prezada Mestre,

1. É com satisfação que comunico a Vossa Senhoria que recebemos da Fundação Cultural Palmares a indicação de seu nome para participar da Comitativa Intergovernamental da Convenção de 2003, ocasião onde será votada a Roda de Capoeira como Patrimônio Cultural da Humanidade.
2. Estamos procedendo a sua inscrição como observador no site do evento para que possa ter acesso à sala de reunião.
3. Conforme agenda divulgada a votação deverá ocorrer no dia 26/11, a partir das 09h00. E no dia 25/11 gostaríamos de contar com a vossa colaboração em uma pequena apresentação no horário do almoço no prédio da UNESCO.
4. Sendo assim, o IPHAN/Ministério da Cultura providenciará passagem de ida e volta para seu deslocamento a Paris, do dia 24/11 a 27/11, e as referidas diárias conforme tabela do Governo Federal.
5. Esclareço ainda que, a servidora Maria José Moura, telefone (61) 2024-5404, (mariajose.moura@iphan.gov.br), entrará em contato para ajustar os detalhes da viagem.

Atenciosamente,

CÉLIA CORSINO

Diretora do Departamento do Patrimônio Imaterial
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Ipahan

ANEXO 14 – Ofício nº 434/14 – GAB/DPI/IPHAN - 9ª Reunião do Comitê Intergovernamental da Convenção de 2003 – UNESCO



Ofício nº 434/14 – GAB/DPI/IPHAN

Brasília-DF, 12 de novembro de 2014.

A Sua Senhoria o Senhor
FERNANDO LUDER BEDOIAN
(Mestre Piter)
piterbedoian@hotmail.com

Assunto: 9ª Reunião do Comitê Intergovernamental da Convenção de 2003.

Prezado Mestre,

1. É com satisfação que comunico a Vossa Senhoria que recebemos da Fundação Cultural Palmares a indicação de seu nome para participar da Comitativa Intergovernamental da Convenção de 2003, ocasião onde será votada a Roda de Capoeira como Patrimônio Cultural da Humanidade.
2. Estamos procedendo a sua inscrição como observador no site do evento para que possa ter acesso à sala de reunião.
3. Conforme agenda divulgada a votação deverá ocorrer no dia 26/11, a partir das 09h00. E no dia 25/11 gostaríamos de contar com a vossa colaboração em uma pequena apresentação no horário do almoço no prédio da UNESCO.
4. Sendo assim, o IPHAN/Ministério da Cultura providenciará passagem de ida e volta para seu deslocamento a Paris, do dia 24/11 a 27/11, e as referidas diárias conforme tabela do Governo Federal.
5. Esclareço ainda que, a servidora Maria José Moura, telefone (61) 2024-5404, (mariajose.moura@iphan.gov.br), entrará em contato para ajustar os detalhes da viagem.

Atenciosamente,

CÉLIA CORSINO

Diretora do Departamento do Patrimônio Imaterial
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Ipahan

ANEXO 15 – Ofício nº 435/14 – GAB/DPI/IPHAN - 9ª Reunião do Comitê Intergovernamental da Convenção de 2003 – UNESCO

MINISTÉRIO DA CULTURA	
 IPHAN	INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
MINISTÉRIO DA CULTURA Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional Departamento do Patrimônio Imaterial SEPS 713/913, Bloco D - 4º andar - Cep: 70.390-135 Fone: 55 (61) 2024-5401/5402 Fax: 55 (61) 2024-5420	

Ofício nº 435/14 – GAB/DPI/IPHAN

Brasília-DF, 12 de novembro de 2014.

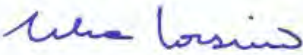
A Sua Senhoria o Senhor
PAULO HENRIQUE MENEZES DA SILVA
(Mestre Paulão Kikongo)
mestrepaulaoriobrasil@gmail.com

Assunto: 9ª Reunião do Comitê Intergovernamental da Convenção de 2003.

Prezado Mestre,

1. É com satisfação que comunico a Vossa Senhoria que recebemos da Fundação Cultural Palmares a indicação de seu nome para participar da Comitativa Intergovernamental da Convenção de 2003, ocasião onde será votada a Roda de Capoeira como Patrimônio Cultural da Humanidade.
2. Estamos procedendo a sua inscrição como observador no site do evento para que possa ter acesso à sala de reunião.
3. Conforme agenda divulgada a votação deverá ocorrer no dia 26/11, a partir das 09h00. E no dia 25/11 gostaríamos de contar com a vossa colaboração em uma pequena apresentação no horário do almoço no prédio da UNESCO.
4. Sendo assim, o IPHAN/Ministério da Cultura providenciará passagem de ida e volta para seu deslocamento a Paris, do dia 24/11 a 27/11, e as referidas diárias conforme tabela do Governo Federal.
5. Esclareço ainda que, a servidora Maria José Moura, telefone (61) 2024-5404, (mariajose.moura@iphan.gov.br), entrará em contato para ajustar os detalhes da viagem.

Atenciosamente,


CÉLIA CORSINO
Diretora do Departamento do Patrimônio Imaterial
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Ipahan

ANEXO 16 – Ofício nº 436/14 – GAB/DPI/IPHAN - 9ª Reunião do Comitê Intergovernamental da Convenção de 2003 - UNESCO



Ofício nº 436/14 – GAB/DPI/IPHAN

Brasília-DF, 12 de novembro de 2014.

A Sua Senhoria o Senhor
JOCIMAR BATISTA DE JESUS
(Mestre Pirata)
mestre_pirata@hotmail.com

Assunto: 9ª Reunião do Comitê Intergovernamental da Convenção de 2003.

Prezado Mestre,

1. É com satisfação que comunico a Vossa Senhoria que recebemos da Fundação Cultural Palmares a indicação de seu nome para participar da Comitativa Intergovernamental da Convenção de 2003, ocasião onde será votada a Roda de Capoeira como Patrimônio Cultural da Humanidade.
2. Estamos procedendo a sua inscrição como observador no site do evento para que possa ter acesso à sala de reunião.
3. Conforme agenda divulgada a votação deverá ocorrer no dia 26/11, a partir das 09h00. E no dia 25/11 gostaríamos de contar com a vossa colaboração em uma pequena apresentação no horário do almoço no prédio da UNESCO.
4. Sendo assim, o IPHAN/Ministério da Cultura providenciará passagem de ida e volta para seu deslocamento a Paris, do dia 24/11 a 27/11, e as referidas diárias conforme tabela do Governo Federal.
5. Esclareço ainda que, a servidora Maria José Moura, telefone (61) 2024-5404, (mariajose.moura@iphan.gov.br), entrará em contato para ajustar os detalhes da viagem.

Atenciosamente,

CÉLIA CORSINO

Diretora do Departamento do Patrimônio Imaterial
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Ipahan

ANEXO 17 – Ofício nº 437/14 – GAB/DPI/IPHAN - 9ª Reunião do Comitê Intergovernamental da Convenção de 2003 – UNESCO



Ofício nº 437/14 – GAB/DPI/IPHAN

Brasília-DF, 12 de novembro de 2014.

A Sua Senhoria o Senhor
MARCIO SABINO RIBEIRO
(Mestre Sabiá)
mestresabia@gmail.com

Assunto: 9ª Reunião do Comitê Intergovernamental da Convenção de 2003.

Prezado Mestre,

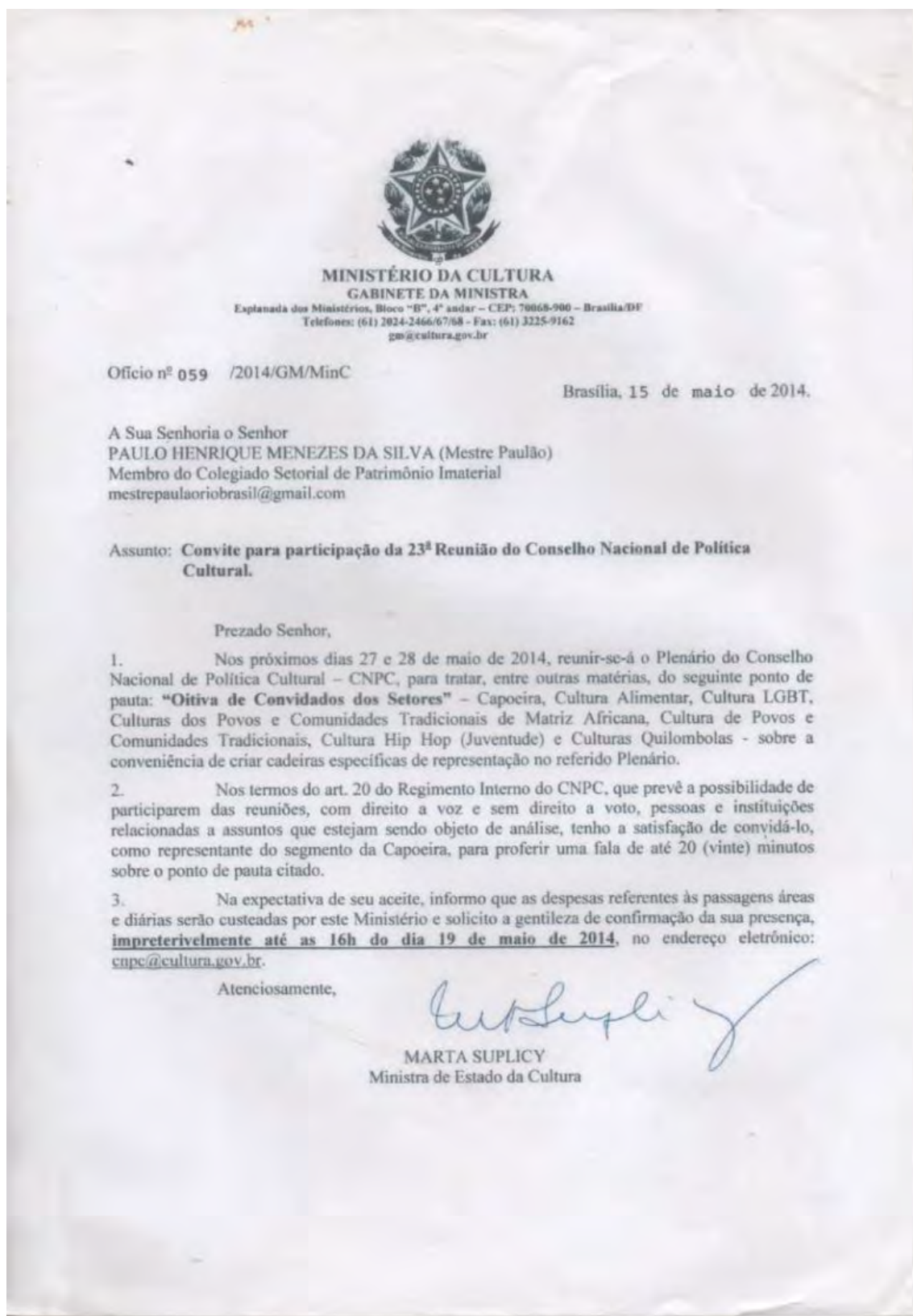
1. É com satisfação que comunico a Vossa Senhoria que recebemos da Fundação Cultural Palmares a indicação de seu nome para participar da Comitativa Intergovernamental da Convenção de 2003, ocasião onde será votada a Roda de Capoeira como Patrimônio Cultural da Humanidade.
2. Estamos procedendo a sua inscrição como observador no site do evento para que possa ter acesso à sala de reunião.
3. Conforme agenda divulgada a votação deverá ocorrer no dia 26/11, a partir das 09h00. E no dia 25/11 gostaríamos de contar com a vossa colaboração em uma pequena apresentação no horário do almoço no prédio da UNESCO.
4. Sendo assim, o IPHAN/Ministério da Cultura providenciará passagem de ida e volta para seu deslocamento a Paris, do dia 24/11 a 27/11, e as referidas diárias conforme tabela do Governo Federal.
5. Esclareço ainda que, a servidora Maria José Moura, telefone (61) 2024-5404, (mariajose.moura@iphan.gov.br), entrará em contato para ajustar os detalhes da viagem.

Atenciosamente,

CÉLIA CORSINO

Diretora do Departamento do Patrimônio Imaterial
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Ipahan

ANEXO 18 – Ofício nº 059/2014/GM/MinC – Convite para participação da 23ª Reunião do Conselho Nacional de Política Cultural.



ANEXO 19 – Portaria do Grupo de Trabalho da Salvaguarda da Capoeira.

SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO RIO DE JANEIRO

PORTARIA Nº. 066/2013 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013.

O SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN NO RIO DE JANEIRO, no uso das suas atribuições, que lhe são conferidas com o art. 2º, da Portaria IPHAN nº 673 de 19 de outubro de 2009 e Portaria nº 561 de 10 de julho de 2013 e o uso das atribuições que lhe confere o art.87 da Constituição Federal, e Considerando o art. 215 da Constituição Federal, que garante a todos o pleno exercício dos direitos culturais e a obrigatoriedade do Estado em proteger as manifestações afro-brasileiras;

Considerando o art. 216 da Constituição Federal, que define os bens materiais e imateriais dos grupos formadores da sociedade brasileira como patrimônio cultural nacional;

Considerando o Decreto 3.551, de 04 de agosto de 2000, que institui a Política Nacional de Patrimônio Imaterial,

Considerando os conceitos da Carta de Nova Olinda, que trata da política das Casas do Patrimônio do Iphan, em especial, garantir o estímulo à participação da população na gestão da proteção, salvaguarda, valorização e usufruto do patrimônio cultural;

Considerando a necessidade de atuação da política de salvaguarda de maneira focada na interlocução com a comunidade, garantindo o protagonismo dos detentores dos saberes tradicionais, desde a concepção até a execução das ações de salvaguarda, **RESOLVE;**

Art. 1º - Instituir o Grupo de Trabalho Interinstitucional, para elaborar o Plano de Salvaguarda da Capoeira no estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º - O Grupo de Trabalho Interinstitucional será composto pelos seguintes representantes, indicados pelos órgãos e detentores do bem cultural patrimonializado.

I – Superintendência do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Rio de Janeiro

a) Titular: Mônica da Costa

II – Fundação Cultural Palmares no Rio de Janeiro

a) Titular: Neia Daniel de Alcântara

III – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – Secretaria de Estado de Cultura RJ

a) Titular: Luciane Barbosa de Souza

IV – Universidade Federal Fluminense - Departamento de Antropologia



a) Titular: Professor Dr. Julio Cesar de Souza Tavares

V – Universidade Estácio de Sá – Departamento de Educação Física

a) Titular: Professor João Marcus Perelli dos Santos

VI – Representante da Capoeira

a) Titular: Cristiane Nascimento

VII – Representante da Capoeira

a) Titular: Jorge Felipe Fonseca Moreira (Mestre Columá)

VIII – Representante da Capoeira

a) Titular: Valter da Rocha Fernandes (Mestre Curumim)

IX – Representante da Capoeira

a) Titular: Levi Tavares de Souza (Mestre Levi)

X – Representante da Capoeira

a) Titular: Antônio César de Vargas (Mestre Toni Vargas)

XI – Representante da Capoeira

a) Titular: Sheila Franco Martins (Mestra Sheila)

XII – Representante da Capoeira

a) Titular: Paulo Henrique Menezes da Silva (Mestre Paulão Kikongo)

Parágrafo Único - A coordenação do Grupo de Trabalho Interinstitucional será exercida pela Assessoria de Patrimônio Imaterial – API da Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no estado do Rio de Janeiro.

Art. 3º - São atribuições do Grupo de Trabalho Interinstitucional.

I – elaborar o Plano de Salvaguarda referente à Capoeira no estado do Rio de Janeiro;

II – mobilizar a comunidade da capoeira em todo o Estado do Rio de Janeiro para a constituição do “Conselho de Mestres de Capoeira do Rio de Janeiro”, que terão função ativa e propositiva nos debates para a formulação do Plano de Salvaguarda da Capoeira do Estado do Rio de Janeiro, doravante denominado “Plano”;

III – articular junto aos órgãos federais, estaduais e municipais as ações e programas que poderão integrar o Plano;

IV - propor as metas físicas e orçamentárias do Plano;

V – elaborar metodologia de monitoramento do Plano;

VI – coordenar o processo de avaliação e revisão do Plano.

Parágrafo 1º: quando da criação do Comitê Gestor, deverá ser elaborado seu Regimento Interno, a ser votado e aprovado por todos, definindo as regras, objetivos, prazos, representatividade de sua formação e funcionamento,

Parágrafo 2º: quando da criação do Comitê Gestor, o Conselho de Mestres deverá ter suas funções definidas na estratégia de concepção do Plano de Salvaguarda incluindo a indicação de dois representantes do supracitado conselho, sendo um da capital e outro do interior, para integrarem o Comitê Gestor de maneira definitiva, pelo período a ser definido pelo Regimento Interno.

Art. 4º - No exercício de suas atribuições, o Grupo de Trabalho Interinstitucional deve estabelecer mecanismo para permitir a participação e o protagonismo dos detentores e praticantes da capoeira e demais interessados no processo de elaboração e implementação do Plano de Salvaguarda da Capoeira no estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo único. As identidades, o direito à auto-identificação, a organização social e os valores culturais dos grupos de capoeira constituem os critérios de base para a formulação, implementação, monitoramento e revisão do Plano de Salvaguarda da Capoeira no Estado do Rio de Janeiro.

Art. 5º - Para os fins desta Portaria, o “Plano de Salvaguarda da Capoeira do Rio de Janeiro” deverá ter como bens culturais a serem salvaguardados o “Ofício dos Mestres de Capoeira” e a “Roda de Capoeira”, conforme registro nos Livro de Registro dos Saberes e Livro de Registro das Formas de Expressão, respectivamente.

Art. 6º - O Grupo de Trabalho Interinstitucional assumirá a função de Comitê Gestor do Termo de Referência que estabelece o Plano de Salvaguarda da Capoeira no Estado do Rio de Janeiro, contribuindo com as definições das políticas destinadas à valorização deste bem cultural.

Art. 7º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e deverá ser publicada no Boletim Administrativo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

IVO MATOS BARRETO JÚNIOR
Superintendente do IPHAN-RJ

ANEXO 20 – Estatuto do Conselho de Mestres de Capoeira do estado do Rio de Janeiro.



CONSELHO DE MESTRES DE CAPOEIRA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ

ESTATUTO SOCIAL

Capítulo I – DA DENOMINAÇÃO E FINALIDADE.

Art.1º. O Conselho de Mestres de Capoeira do Estado do Rio de Janeiro, constituído em 07 de junho de 2014, é uma instância da Superintendência do IPHAN-RJ, vinculado à Assessoria de Patrimônio Imaterial, para a organização e construção da Política de Salvaguarda, com assessoramento e apoio logístico do Grupo de Trabalho Interinstitucional da Capoeira no Estado do Rio de Janeiro, conforme a Portaria 066/2013, publicada no Boletim Administrativo Eletrônico do IPHAN nº 942.

Art.2º. O Conselho tem por finalidade(s):

- I** - Acompanhar e propor mudanças protetivas para as políticas nacional, estadual e municipal da Capoeira, incluindo o Plano de Salvaguarda da Capoeira e a defesa, preservação e conservação do meio artístico-cultural, produtivo, e toda a sua forma de expressão, promovendo o desenvolvimento social e econômico, especialmente do Ofício de Mestres de Capoeira e da Roda de Capoeira;
- II** - Articular e firmar parcerias com organismos nacionais e internacionais no sentido de promover ações afirmativas para a salvaguarda do Ofício de Mestres de Capoeira e da Roda de Capoeira;
- III** - Promover a defesa, a disseminação e a conservação do Patrimônio Cultural Imaterial, especialmente da Capoeira do Estado do Rio de Janeiro, com destaque aos saberes dos Mestres de Capoeira;
- IV** – Estimular a criação e promover o cumprimento das leis federal, estadual e municipal específicas da política racial, cultural e de direitos humanos;

V – Promover a educação em seus diversos meios, especialmente da educação cultural conforme a Emenda Constitucional nº 48, que adicionou o 3º parágrafo ao artigo 215 da Constituição Federal, Projeto de Lei (PL) nº 6835 de 2006 e o Plano Nacional de Cultura;

VI - Promover ações culturais em prol do bem comum da Capoeira;

VII – Promover a ética, a cidadania, a democracia, o respeito e outros valores universais, sobretudo entre os praticantes da Capoeira;

VIII – Realizar estudos, pesquisas, desenvolvimento e inovações em tecnologias sociais que digam respeito às atividades afins da Capoeira;

IX – Praticar intercâmbio com entidades e setores afins, podendo participar de redes, grupos e similares a nível nacional e internacional;

X – Desenvolver atividades visando a formação e a capacitação de lideranças para atuação junto aos setores populares, contribuindo para o aperfeiçoamento do nível de organização e participação dos detentores desse bem cultural;

XI – Promover a articulação entre os diversos segmentos da sociedade a fim de contribuir para a difusão e a transmissão da Capoeira em toda a sua diversidade;

XII – Valorizar os mestres, articulando e fomentando junto ao poder público, à iniciativa privada e entidades afins, ações que busquem melhores condições de trabalho para garantir a preservação dos seus saberes, artes e ofício.

Parágrafo Único – O Conselho de Mestres se dedicará, de forma espontânea, às suas ações específicas, como: assembleias, reuniões regionais, reuniões periódicas do GT, voltadas à Política de Salvaguarda da Capoeira no Estado do Rio de Janeiro.

Art.3º. No desenvolvimento de suas atividades, o Conselho de Mestres observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e não fará qualquer discriminação de raça, cor, gênero, religião e orientação sexual.

Art.4º. O Conselho de Mestres de Capoeira do Estado do Rio de Janeiro será regido por Colegiado e terá um Regimento Interno que organizará o seu funcionamento.

Parágrafo Único: O Regimento Interno irá institucionalizar o quórum e demais questões pertinentes ao desenvolvimento das ações do Conselho de Mestres do Estado do Rio de Janeiro.

Capítulo II – DA COMPOSIÇÃO

Art.5º - O Conselho de Mestres de Capoeira do Estado do Rio de Janeiro será composto por 60 integrantes, sendo 30 titulares e 30 suplentes, distribuídos pelas 6 (seis) regiões do Estado do Rio de Janeiro, a saber: Região dos Lagos, Região Serrana, Região da Costa Verde, Região Norte/Noroeste, Região Médio Paraíba e, Região Metropolitana.

I – Os municípios que compreendem cada região são:

Região dos Lagos: Maricá, Saquarema, Araruama, Iguaba, São Pedro da Aldeia, Rio das Ostras, Cabo Frio, Búzios, Arraial do Cabo, Macaé, Conceição de Macabu e Silva Jardim.

Região Serrana: Magé, Petrópolis, Areal, Paraíba do Sul, Três Rios, Comendador Levy Gasparian, Sapucaia, São José do Vale do Rio Preto, Teresópolis, Cachoeiras de Macacu, Guapimirim, Nova Friburgo, Sumidouro, Carmo, Duas Barras, Cantagalo, Macuco, Cordeiro, Trajano de Moraes, Bom Jardim, São Sebastião do Alto e Santa Maria Madalena.

Região da Costa Verde: Itaguaí, Mangaratiba, Ilha Grande, Angra e Paraty.

Região Norte/Noroeste: Aperibé, Bom Jesus do Itabapoana, Cambuci, Campos, Carapebus, Cardoso Moreira, Italva, Itaocara, Itaperuna, Lage de Muriaé, Miracema, Natividade, Porciúncula, Quissamã, Santo Antônio de Pádua, São Fidelis, São Francisco de Itabapoana, São João da Barra, São José do Ubá e Varre-Sai.

Região do Médio Paraíba: Barra do Piraí, Barra Mansa, Engenheiro Paulo de Frontin, Itatiaia, Mendes, Miguel Pereira, Paty do Alferes, Pinheiral, Pirai, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro, Rio das Flores, Vassouras, Valença e Volta Redonda.

Região Metropolitana: Belford Roxo, Duque de Caxias, Itaboraí, Japeri, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio Bonito, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá.

Art.6º - O Grupo de Trabalho da Capoeira integra as reuniões do Conselho de Mestres de Capoeira do Rio de Janeiro.

Capítulo III – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.7º - Todo Mestre de Capoeira, integrante do Conselho, deverá:

I - Representar de forma íntegra e ética, as demandas coletivas apresentadas pela sua comunidade regional no que tange à Política de Salvaguarda, independentemente de suas ideias particulares e/ou de seus grupos específicos, de entidades de práticas e de administração da Capoeira;

II – Comprometer-se com o caráter coletivo das ações da Política de Salvaguarda da Capoeira;

Art.8º - O Conselho de Mestres de Capoeira do Rio de Janeiro terá gestão de 2 (dois) anos, podendo ser dissolvido por decisão da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, quando se tornar inviável a continuação de suas atividades, viabilizando nova eleição.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2015.

Região Metropolitana - Mestres Titulares

Luiz Fernando Ephrain - **Mestre Ephrain**

Eraldo Texeira da Silva - **Mestre Arerê**

Elizeu dos Santos Felipe - **Mestre Zezeu**

Paulo Sérgio da Silva - **Mestre Paulão Muzenza**

Paulo Salmon - **Mestre Paulinho Salmon**

Fernando Cavalcanti de Albuquerque - **Mestre Gato**

Nivaldo de Siqueira Silva - **Mestre Neco**

Jorge Leite - **Mestre Bócka**

Antonio Rosemberg Santos Coelho - **Mestre Berg**

Edvaldo dos Santos Reis - **Mestre Edvaldo Baiano**

Sérgio Souza de Oliveira - **Mestre Nagô**

Antônio José de Assis - **Mestre Comprido**

Derli da Silva Costa - **Mestre Derli**

Luiz Américo da Silva - **Mestre Mintirinha**

Jorge Roberto Coutinho - **Mestre Criolo**

Região Metropolitana – Mestres Suplentes

Acácio Silva - **Mestre Negão do Gás**

Rui Henrique - **Mestre Rui Henrique**

Claudio Luiz Costa Fernandes Couto - **Mestre Brinco**

Geraldo Costa Filho - **Mestre Gegê**

Paulo Fernando de Jesus - **Mestre Sardinha**

Gil Cavalcanti de Albuquerque Filho - **Mestre Gil Velho**

Fabírcia Pina - **Mestra Thiara**

José Roberto Lima - **Mestre Beбето**

Wellington Mendes da Silva - **Mestre Robalo**

Márcio Sabino Ribeiro - **Mestre Sabiá**

João Luis de Souza - **Mestre Bonfim**

José Luís Ramos - **Mestre Ramos**

José Augusto de Souza Carvalho - **Mestre Dedinho**

Armando Cesar Ferreira da Silva - **Mestre Armando**

Reginaldo Alves de Almeida - **Mestre Almeida**

Região do Médio Paraíba – Mestres Titulares

Cláudio Pereira de Araújo - **Mestre Cláudio**

Arlete Mateus - **Mestre Mateus**

Lindinalvo Natividade - **Mestre Lindi**

Região Médio Paraíba – Mestres Suplentes

João Guilherme da Silva Filho - **Mestre Guilé**

Alcídes Pereira Filho - **Mestre Cid**

Anderson Apriço de Souza - **Mestre Chouriço**

Região Serrana – Mestres Titulares

Jadir de Souza - **Mestre Jadir**

Edimauro Luiz Ferreira - **Mestre Pequeno**

Reginaldo Santana de Andrade - **Mestre Carçoço**

Região Serrana – Mestres Suplentes

Dacir Ferreira da Silva Filho - **Mestre Malandrinho**

Marcelino Peixoto Costa - **Mestre Índio**

Luiz Carlos Pinto da Silva - **Mestre Sorriso**

Região Costa Verde – Mestres Titulares

Renato Alcântara da Fonseca - **Mestre Renato**

Jairo Fernandes - **Mestre Garnizé**

Aldes Ribeiro - **Mestre Abutre**

Região Costa Verde – Mestres Suplentes

José Augusto de França Lima - **Mestre Mamute**

Edmilson Teixeira - **Mestre Esquilo**

Sandro Pinheiro - **Mestre Baá**

Região dos Lagos – Mestres Titulares

Manoel da Cruz Vieira - **Mestre Dengo**

Rogério Mura de Azevedo - **Mestre Tempestade**

Alan Ricardo da Costa - **Mestre Sapão**

Região dos Lagos – Mestres Suplentes

Antônio Carlos Évora Crespo - **Mestre Pingo**

Evander de Almeida Mendonça - **Mestre Cavalo**

Leonel Hygino Felix Lopes - **Mestre Brizola**

Região Norte – Noroeste – Mestres Titulares

Nilson Clementino Hanszman - **Mestre Cabeça**

José Carlos da Silva - **Mestre Toyota**

Hermogenes Vieira Ivo - **Mestre Ivo**

Região Norte – Noroeste – Mestres Suplentes

Julio Cesar Gonçalves Peixoto - **Mestre Chuleba**

Cristiano de Oliveira - **Mestre Touro**

Carlos Augusto Cruz Peixoto - **Mestre Timbó**

ANEXO 21 – Regimento do Conselho de Mestres de Capoeira do Rio de Janeiro.



REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DE MESTRES DE CAPOEIRA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O Conselho de Mestres de Capoeira do Estado do Rio de Janeiro (CMCRJ), constituído em 07 de junho de 2014, é uma instância da Superintendência do IPHAN-RJ, vinculado à Assessoria de Patrimônio Imaterial, para a organização e construção da Política de Salvaguarda, com assessoramento e apoio logístico do Grupo de Trabalho Interinstitucional da Capoeira no Estado do Rio de Janeiro, conforme a Portaria 066/2013, publicada no Boletim Administrativo Eletrônico do IPHAN nº 942.

Art. 2º O CMCRJ tem como missão representar a comunidade da Capoeira do Rio de Janeiro na construção e promoção da salvaguarda do ofício do Mestre de Capoeira e da Roda de Capoeira junto ao IPHAN.

Art. 3º O Conselho tem por finalidade(s):

I - Acompanhar e propor mudanças protetivas para as políticas nacional, estadual e municipal da Capoeira, incluindo o Plano de Salvaguarda da Capoeira, a defesa, a preservação do meio artístico-cultural, produtivo, e toda a sua forma de expressão, promovendo o desenvolvimento social e econômico, especialmente do Ofício de Mestres de Capoeira e da Roda de Capoeira;

II - Articular e firmar parcerias com organismos nacionais e internacionais, desde que aprovada pelos Conselheiros, no sentido de promover ações afirmativas para a

salvaguarda do Ofício de Mestres de Capoeira e da Roda de Capoeira; e participar da elaboração da cotação orçamentária para o exercício seguinte.

III - Promover a defesa, a disseminação e a preservação do Patrimônio Cultural Imaterial, especialmente da Capoeira do Estado do Rio de Janeiro, com destaque aos saberes dos Mestres de Capoeira;

IV - Estimular a criação e promover o cumprimento das leis federal, estadual e municipal específicas da política racial, cultural e de direitos humanos;

V - Promover a educação em seus diversos meios, especialmente da educação cultural conforme a Emenda Constitucional nº 48, que adicionou o 3º parágrafo ao artigo 215 da Constituição Federal, onde é estabelecido o Plano Nacional de Cultura. Assim como o Decreto 3551/2000, que instituiu o Programa Nacional do Patrimônio Cultural Imaterial; a Lei 10.639 de 2003, que instituiu o ensino da Cultura Afro-brasileira; a Lei 11.645/08 que acrescentou o ensino da cultura indígena nas escolas; a Lei 12.288 de 2010, que instituiu a Igualdade Racial; e o Reconhecimento da Roda de Capoeira como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade ocorrido em 26/11/2014, em Paris – conforme prevê a Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial de 2003.

VI - Promover ações culturais em prol do bem comum da Capoeira;

VII - Promover a ética, a cidadania, a democracia, o respeito e outros valores universais, sobretudo entre os praticantes da Capoeira;

VIII - Realizar estudos, pesquisas, desenvolvimento e inovações em tecnologias sociais que digam respeito às atividades afins da Capoeira;

IX - Praticar intercâmbio com entidades e setores afins, podendo participar de redes, grupos e similares a nível nacional e internacional, conforme o inciso II deste artigo.

X - Desenvolver atividades visando à formação e a capacitação de lideranças para atuação junto aos setores populares, contribuindo para o aperfeiçoamento do nível de organização e participação dos detentores deste Patrimônio cultural Imaterial;

XI - Promover a articulação entre os diversos segmentos da sociedade a fim de contribuir para a difusão e a transmissão da Capoeira em toda a sua diversidade;

XII - Valorizar os Mestres, articulando e fomentando junto ao poder público, à iniciativa privada e entidades afins, ações que busquem melhores condições de trabalho para garantir a preservação dos seus saberes, artes e ofício.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 4º Cabe ao Conselho de Mestres:

I - Dedicar-se, de forma espontânea e/ou voluntária, às suas ações específicas, como: reuniões do Conselho, reuniões regionais, reuniões periódicas do GT e demais reuniões voltadas à Política de Salvaguarda da Capoeira no Estado do Rio de Janeiro, com seu custeio garantido pelo Estado, desde que não afronte legislação específica sobre a matéria.

II - Observar, no desenvolvimento de suas atividades, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e não fará qualquer discriminação de raça, cor, gênero, religião e manifestação sexual.

III - O Conselho de Mestres de Capoeira do Estado do Rio de Janeiro será regido por Colegiado.

CAPÍTULO III

DA COMPOSIÇÃO

Art. 5º O Conselho de Mestres de Capoeira do Estado do Rio de Janeiro é composto por 60 integrantes, sendo 30 titulares e 30 suplentes. As vagas para o Conselho estão distribuídas pelas 6 (seis) regiões do Estado do Rio de Janeiro, conforme descrito no estatuto, da seguinte forma: 15 para região metropolitana, 03 para Região dos Lagos, 03 Região Serrana, 03 Região da Costa Verde, 03 Região Norte/Noroeste e 03 Região do Médio Paraíba, sendo a suplência definida pela mesma forma.

Art. 6º Os membros do Grupo de Trabalho da Capoeira poderão participar das reuniões do Conselho de Mestres de Capoeira do Rio de Janeiro, tendo direito a um voto que representará todo o GT.

CAPÍTULO IV

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 7º O Conselho de Mestres de Capoeira do Rio de Janeiro é formado por um colegiado com gestão de 2 (dois) anos, podendo o mesmo ser dissolvido por decisão de Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, quando se tornar inviável a continuação de suas atividades, viabilizando uma nova formação, por meio de eleição.

Art. 8º Os participantes do Conselho sejam titulares ou suplentes, poderão ser reeleitos por um único pleito.

Art. 9º Serão inelegíveis todos os membros titulares e suplentes que assumirem vacância, que tenham participado por 4 (quatro) anos consecutivos, podendo ser candidatos em novos pleitos após 2 (dois) anos de intervalo a partir do final do seu último mandato.

§ 1º Os suplentes que não assumirem mandatos durante o período vigente do Conselho poderão se reeleger.

Art. 10 Para realização de qualquer tomada de decisão estadual será necessária a presença de 50% do Conselho mais um (16 Conselheiros), sendo assim definido o quórum mínimo.

Art. 11 Para as reuniões regionais, as tomadas de decisão irão considerar 50% dos presentes mais um, de acordo com a quantidade de Conselheiros por região.

Art. 12 Para melhor condução de cada reunião do Conselho será eleita a mesa organizadora, composta por um secretário e um mediador, responsáveis pelo andamento da mesma.

§ 2º O Conselho definirá, mediante eleição, uma comissão formada por 9 (nove) membros, sendo 1 (um) Mestre de cada região: Região dos Lagos, Região Serrana, Região da Costa Verde, Região Norte/Noroeste e Região do Médio Paraíba; e 4 Mestres da Região Metropolitana, que ficarão responsáveis por: intermediar, mediar, promover, divulgar e articular entre todos os membros do Conselho, instituições, comunidades de Capoeira e comunidades em geral, as decisões registradas em ata de cada reunião.

CAPÍTULO V

DAS NORMAS DE CONDUTA

Art. 13 Não se permite aos membros deste Conselho:

I - Dirigir-se a qualquer pessoa de forma que possa ofender sua reputação ou integridade física, moral, profissional ou cultural.

II - Manifestar-se por qualquer meio de comunicação, de forma desrespeitosa, quanto ao exercício das atividades de Capoeira de Grupo ou Associação visando sua salvaguarda.

III - Referir-se com qualquer tipo de expressão que implique em desprestígio à capacidade de seus pares membros deste Conselho.

IV - Divulgar afirmações, pessoais ou de terceiros, que possam prejudicar ou dificultar a salvaguarda da Capoeira perante qualquer pessoa ou entidade.

CAPÍTULO VI

COMISSÃO DE ÉTICA

Seção I

Atribuições e composição

Art. 14 A comissão de Ética é o órgão que norteará regras e normas de comportamento e conduta ética nas relações deste Conselho.

Art. 15 A comissão de Ética será composta de 6 (seis) membros deste Conselho, escolhidos pelo consenso do Colegiado, sendo um Conselheiro de cada região.

Art. 16 Quando o conselheiro estiver em dúvida sobre quaisquer questões de Ética que considere não previstas nesse Regimento, antes de qualquer atitude ou comentários, submeterá o caso em termos gerais ao Conselho, que se for o caso, encaminhará à Comissão de Ética para que esta se pronuncie.

Seção II

Sanções disciplinares

Art. 17 São aplicáveis as seguintes sanções disciplinares:

1 - Advertência verbal.

II - Advertência escrita.

III - Suspensão.

IV - Exclusão.

§ 3º A exclusão só ocorrerá com aprovação da maioria dos Conselheiros em reunião extraordinária convocada para este fim. Caberão direito de defesa, recursos e apelações por parte do excluído e seus defensores, ao Conselho de Ética.

CAPÍTULO VII

DA MODIFICAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO

Art. 18 Qualquer modificação deste Regimento Interno somente ocorrerá em assembleia extraordinária convocada e proposta com este objetivo.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19 As regras desse Regimento Interno se aplicam aos Mestres de Capoeira desse Conselho.

ANEXO 22 - Carta de Renúncia de Conselheiro de Capoeira do IPHAN.

31/10/2020

Gmail - Carta de Renúncia de Conselheiro de Capoeira do IPHAN.



Mestre Paulao Kikongo <mestrepaulaoriobrasil@gmail.com>

Carta de Renúncia de Conselheiro de Capoeira do IPHAN.

1 mensagem

Paulo Salmon <desalmon@bol.com.br>

1 de maio de 2016 01:30

Para: ana.timoteo@palmares.gov.br, conselho demestres-titulares@google.groups.com, juliorates@yahoo.com.br, joao.luisdesousa56@facebook.com, kelly.martins@palmares.gov.br, arthurhff@gmail.com, dias.mluiza@gmail.com, sandro.santos@palmares.gov.br, csgg@iphan.gov.br, nina21199@gmail.com
Cc: mestrezezeu@yahoo.com.br, paulaomuzenzari@ig.com.br, mestreberg@uol.com.br, mestreberg2@yahoo.com.br, mestrebebeto@hotmail.com, mestrepaulaoriobrasil@gmail.com, paulinhosalmon120@gmail.com, ruihenrique.henrique@gmail.com, ruihenriquehenrique@gmail.com, commestrebomfim.capoeirarodaviva@gmail.com, fermandoluzmestre@hotmail.com, mestre.armando@hotmail.com, mestraborboleta@gmail.com, derliariri@gmail.com, mestrearere@yahoo.com.br, metregegecapoeira@bol.com.br, mestrecomprido@hotmail.com, mestrecomprido@yahoo.com.br, mestrecriolordj@gmail.com, mestremintirinha@yahoo.com.br, mestrerobalo2011@hotmail.com, mestre.sardinha@hotmail.com, mestregarnise@hotmail.com, mestrenegao.dogs@hotmail.com, mestrebaianoengenhao@hotmail.com, gatosenzala@hotmail.com, iunaugusto@gmail.com, thiarai@yahoo.com.br, arthurhff@gmail.com, alinecapoeira@yahoo.com.br, cmvm.rio@gmail.com, csgg@iphan.gov.br, mestresabia@gmail.com, sabiasenzala@hotmail.com, jluis484@hotmail.com, secretaria@sinquimica.org.br, sinquimica@infolink.com.br, tseletriciста@gmail.com, mestrebocka@oi.com.br, mestrenagabada@hotmail.com, sandro.santos@palmares.gov.br, conselhodemestres-titulares@google.groups.com, desalmon@bol.com.br, salvaguardacapoeirarj@gmail.com, gvelho624@gmail.com, nina21199@gmail.com

Aos membros do Conselho de Mestres de Capoeira de todo o Brasil, ao CDPMIPHAN, Fundação Palmares, a toda a comunidade da capoeiragem e principalmente aos meus amigos que me confiaram a difícil missão de representá-los.

Já faz algum tempo venho questionando porque não conseguimos reunir todos os trinta (30) Conselheiros eleitos, em uma assembléia? Mas infelizmente só conseguimos reunir no máximo dose (12) companheiros. Mesmo com poucos abnegados e muita determinação conseguimos elaborar, votar e aprovar o Estatuto Social e o Regimento Interno do Conselho. Poderíamos ter produzido muito mais se além da pouca frequência não tivéssemos reuniões canceladas por diversos motivos. Após algumas decepções, desabafo e uma carta de renúncia (em anexo) que por solicitação de algumas pessoas, principalmente de amigos, não foi entregue nem divulgada. Hoje avaliando a trajetória de nossa gestão chego a conclusão que não fui suficientemente inteligente na luta pela Salvaguarda da Capoeira e por não ter correspondido como deveria a confiança em mim depositada apresento minha RENÚNCIA, não por covardia ou desinteresse mas por acreditar que não farei falta ao Conselho.

Agradeço a todos que me apoiaram e confiaram em mim. Que tenham sucesso e consigam tudo quanto a Capoeira precisa e merece.

Um grande abraço a todos.

Mestre Paulinho Salmon.

Anexo 1: Desabafo de um militante da velha guarda da Capoeira:

Decepcionante, este é o sentimento que

expressa a minha indignação com a falta de comprometimento de alguns membros do Conselho de Mestres de Capoeira da Região Metropolitana do Rio de Janeiro em relação às últimas reuniões ordinárias. Entendo que todos têm problemas, uns mais do que outros, mas, é preciso reavaliar nossas prioridades e fazer uma reflexão quanto ao compromisso assumido perante aos nossos representados. **Não posso faltar ao trabalho; tenho compromisso no dia e horário; é muito longe e contramão, gasto dinheiro para comparecer às reuniões e não recebo nada por isso! São algumas argumentações**, mas não se justifica porque ao se candidatar, todos tinhamos ciência de que a função seria voluntária e sem remuneração. **Quanto ao dia e horário das reuniões**, foram deliberadas por consenso e aprovadas por maioria em assembléia. Considerando que é um único dia no mês e já definido antecipadamente, não é concebível que alguns sequer justifiquem suas ausências, **e não é uma ou outra falta**. O conselheiro que não comparece às reuniões, sobrecarrega aos que realmente se dedicam ao compromisso de salvaguardar a Capoeira, **e pior que isto**, está atrasando todo trabalho do grupo, pois sem quórum não se pode deliberar nada do que se discute,

<https://mail.google.com/mail/u/2/?ik=b9d40d4b58&view=pt&search=all&permthid=thread-f%3A1533098877068265973&siml=msg-f%3A1533098...> 1/2

31/10/2020

Gmail - Carta de Renúncia de Conselheiro de Capoeira do IPHAN.

exemplo disto é que ao completar um (01) ano da formação do Conselho, sequer concluímos o Regimento interno. Que me desculpem os Mestres, mas este desabafo é porque chegamos ao extremo de termos em uma reunião, apenas dois (02) Conselheiros. Nossas reuniões se realizam, em geral, com no máximo dez (10) conselheiros entre titulares e suplentes, em um conjunto de trinta membros, e sempre os com mesmos que quando não podem comparecer mandam E-mail ou telefonam justificando sua ausência. Se nada for feito pra mudarmos o cenário, ficaremos conhecidos como os conselheiros que passaram o mandato como gato de armazém, ou seja, acomodados e desinteressados pela nossa arte. Vale lembrar que já foi deliberado que o conselheiro que tiver três (03) ou mais faltas poderá receber desde advertência verbal até exclusão do Conselho sendo decidido em assembléia e por maioria simples dos presentes. Consigo entender, hoje, porque da insistência em um mandato de dois (02) anos contra os quatros (04) defendidos pela maioria dos Mestres eleitos e empossados, inclusive este que se decepciona com algumas atitudes e comentários. Espero sinceramente que esta situação seja reavaliada, repensada e modificada para melhor.

Rio de Janeiro 06/06/2015.

Paulinho Salmon

Anexo 2: Eu Paulo Salmon Mestre de Capoeira desde 1964, conhecido como Paulinho Salmon ou Paulinho do Bafo, eleito membro titular deste conselho de Mestres com o propósito de trabalhar para a Salvaguarda da Capoeira e trabalhar em busca de melhores condições para todos os Mestres de Capoeira, exercerem a suas atividades de educadores de forma concreta e objetiva. Tenho consciência de que houve um grande esforço tanto de minha parte como de alguns poucos que como eu tentamos cumprir nossa missão, porém lamento, fico decepcionado e triste por saber que poderíamos ter feito muito mais e não o fizemos, não por falta de empenho ou dedicação, mas por dependência de outras pessoas não muito interessadas. A ausência de muitos não nos permite deliberar sobre questões debatidas e aprovadas em pautas, chegando ao ponto de termos concluído o Regimento Interno do Conselho, desde 24/04/2015 e até hoje não foi deliberado por falta de quorum. Em diversas reuniões tivemos a presença de pouco mais de dois conselheiros e isto me deixa decepcionado, a ponto de em 06/06/2015 haver transcrito um desabafo e após duas tentativas frustradas de realizar as reuniões de setembro e outubro sinto-me desanimado e com o firme propósito de, caso esta situação não se altere daqui para a frente estarei entregando a carta de minha renúncia ao cargo Conselheiro, por considerar que não querem permitir que se cumpra o objetivo deste Conselho e sendo assim não me sinto útil ou necessário. Lamento que os próprios Capoeiristas que seriam beneficiados, não conseguem alcançar a importância da oportunidade que temos nas mãos. Quem quer evoluir precisa fazer sua parte e não esperar que outros façam por eles ou que simplesmente caia do Céu.

Paulo Salmon

Rio de Janeiro, 07/11/2015.

Paulo Salmon.

<https://mail.google.com/mail/u/2/?ik=b9d40d4b58&view=pt&search=all&permthid=thread-f%3A1533098877068265973&simpl=msg-f%3A1533098877068265973> 2/2